**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NA ANTIGÜIDADE TARDIA
À LUZ DE GREGÓRIO DE TOURS E ISIDORO DE SEVILHA**

Mestranda: Verônica da Costa Silveira

Dissertação de mestrado submetida ao programa de pós-graduação em história social
do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

Orientador: Marcelo Cândido da Silva

Resumo

A pesquisa tem por objetivo analisar a escrita da história na Antigüidade Tardia à luz de dois dos mais importantes autores do período: Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha. Desta forma, esperamos compreender as razões que levaram os autores a escolher o gênero histórico para narrar os acontecimentos que tomavam curso na Gália e na Hispânia. Defendemos que é só mediante a análise do papel outorgado pelos bispos aos francos e visigodos que é possível compreender efetivamente as intenções que motivaram a produção dos *Decem Libri Historiarum* e da *Historia Gothorum, Wandalorum et Sueborum*.

Abstract

The objective of our research is analyze the writing of history in Late Antiquity in the light of the two most important authors of the period: Gregory of Tours and Isidore of Seville. Thereby, we aim to understand the reasons which made them choose the historical narrative genre to describe the events which took course in Gaul and Hispania. We advocate that it is only through the studying of the role awarded by the bishops to the Franks and Visigoths that it is possible to appreciate the intentions which motivated the production of the *Decem Libri Historiarum* and the *Historia Gothorum, Wandalorum et Sueborum*.

Agradecimentos

Aos meus pais, Carlos e Nádia, que tanto se sacrificaram para me oferecer a melhor educação, intelectual e moral, sem a qual eu não teria chegado até aqui. Agradeço pelo carinho, amor e dedicação que os senhores dedicaram a mim e meus irmãos.

Aos meus irmãos, Vinicius e Karolina, pela amizade, força, estímulo e momentos lúdicos que tanto me fazem feliz. Tenho a felicidade de poder dizer que vocês são meus melhores amigos!

À Livia pelo amor, carinho, paciência e amizade. Obrigada por suportar minhas noites viradas, meu mal humor e meu jeito despreocupado.

Aos meus tios, tias, primos, primas e agregados pela estímulo constante. Agradeço especialmente a Tia Ana, Tia Néia, Tio Cid, Mariana, Gustavo, Adriane, Andrea e André. Minha *gens* querida!

Aos meus amados afilhados, Victor, Pedro Augusto e Rodrigo (emprestado), pela alegria que me toma todas as vezes que me recebem com um sorriso.

Ao meu orientador, Marcelo, pela dedicação, pelas críticas, sugestões, pela confiança, por tudo! Agradeço também as professoras Leila Rodrigues, que me ensinou a escrever história, Néri Barros, pelos conselhos valiosos, Sara Albieri, pelas críticas aos fundamentos teóricos desse trabalho, Andreia Frazão, pela sempre disposição em me ajudar, Susana de Castro, pelos debates intermináveis e amizade. Ao professor Ian Wood pelo apoio e sugestões.

Aos meus amigos, que estão sempre para o que der e vier! Andrea, Felipe, Tatiane, Fernanda, Letícia, Flávia, Maurício, Luísa, Fabrícia, Diego, Ivana, Lolita e Fabiana. Avante! Ao senhor Arimatéia pela iluminação.

Conteúdo

Apresentação.....	6
Introdução.....	8
Capítulo I.....	33
Historiografia e tradição manuscrita.....	33
Historiografia acerca das obras de Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha.....	34
Historiografia das origens da França e da Espanha.....	34
Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha: as intenções por trás das obras.....	37
Revisão etnológica.....	43
A tradição manuscrita.....	52
1) Os manuscritos da Historia Gothorum Sueuorum et Wandalorum.....	52
1.1) A versão breve.....	53
1.2) A versão longa.....	53
1.3) As duas redações.....	54
1.3.1) Aspectos internos.....	55
1.3.2) Aspectos externos.....	64
2) O título da obra.....	69
OS MANUSCRITOS DOS DECEM LIBRI HISTORiarum.....	69
Análise interna.....	72
Análise externa.....	86
O título da obra.....	91
Capítulo II.....	92
Aspectos centrais da narrativa dita “história” e como eles foram incorporados pelos bispos de Tours e Sevilha.....	92
Aspectos centrais da história.....	93
História e verdade.....	95
História e origens.....	100
O pragmatismo da história.....	103
Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha e a história.....	104
CAPÍTULO III – GREGÓRIO DE TOURS, ISIDORO DE SEVILHA E A ESCRITA DA HISTÓRIA.....	108
Tópicos nos Decem Libri Historiarum.....	109
1. A Igreja.....	109

Os bispos.....	122
Os francos.....	132
Os francos – a fundação do reino.....	133
Tópicos no De origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum.....	140
A Igreja e os bispos	144
Os reis.....	157
Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha e a escrita da história na Antigüidade Tardia.....	165
BIBLIOGRAFIA.....	169

Apresentação

Uma série de eventos ocorria na Gália Merovíngia e na Hispânia Visigoda entre os séculos VI e VII, eventos de tal magnitude que despertaram as atenções e preocupações de dois dos mais importantes bispos daquelas regiões: Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha. Para dar conta do que vivenciavam, para preservar a memória daqueles acontecimentos, para compreendê-los e explicá-los para as gerações futuras, Gregório e Isidoro optaram por escrever Histórias. Sob suas plumas nasceram duas das mais importantes obras historiográficas da Antigüidade Tardia: os *Decem Libri Historiarum* e a *Historia Gothorum, Wandalorum et Sueborum*. É sobre esses documentos que nos debruçamos nessa pesquisa com o objetivo de entender a opção pelo gênero histórico e como os autores qualificaram e compreenderam este que era uma das mais estimadas formas de narrativa desde a Antigüidade Clássica.

Os documentos não se explicam por si, tampouco a história; sua concretização escrita – dita historiografia – e sua percepção constituem uma trama complexa cuja compreensão exige a análise da obra à luz do cenário social na qual foi redigida. No caso dos *Decem Libri Historiarum* e da *Historia Gothorum, Sueborum et Wandalorum* temos por espaço geográfico a Gália e a Hispânia, por contexto social e político a dinastia merovíngia dos francos e a

monarquia visigoda. Suas querelas internas, suas disputas nobiliárquicas, suas relações com o episcopado, seus atos para com os súditos e, sobretudo, o impacto que os francos e os visigodos propriamente ditos causaram nas outrora províncias governadas principalmente por romanos foram objetos apreciados pelos bispos de Tours e Sevilha. De fato, defendemos que é só a partir do entendimento sobre quem são os francos e quem são os visigodos para Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha que poderemos apreender a relevância que ambos outorgaram ao gênero histórico e os seus objetivos com suas obras no cenário em que estavam inseridos.

As Histórias de Gregório e Isidoro tinham um alvo, no caso de Gregório eram os homens envolvidos em todas as esferas de autoridade, com destaque para os reis francos e os bispos, figuras centrais no processo de consolidação da monarquia merovíngia e na harmonização entre francos e galo-romanos para constituição da unidade do *Regnum Francorum*. Isidoro almejava indivíduos mais específicos, os reis visigodos, e isso principalmente por causa da instabilidade política e social gerada pelas disputas entre clãs nobres em torno da sucessão régia.

Esses reis, bispos, nobres laicos, eram de diversas origens, mas o *caput* do *Regnum* era o monarca e esse era membro de famílias aristocráticas bárbaras, *gentes* que afirmaram seus chefes como líderes do Ocidente. A partir do século IV a história da Europa viu a chegada de populações estrangeiras que abalaram crenças, criaram reinos, obtiveram o aval do Império Romano Oriental e mudaram o curso dos acontecimentos. Sem cotejar esses forasteiros toda produção intelectual do período perde seu sentido. Destarte, nos propomos a esmiuçar a escrita da história por Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha tendo por prisma seus retratos dedicados aos francos e aos visigodos.

Introdução

O estudo do período no qual viveram os bispos de Tours e Sevilha torna imperativa a reflexão sobre o impacto da chegada dos bárbaros no ocidente e como o evento e suas conseqüências foram compreendidos pela historiografia. Esta erigiu uma profusão de interpretações, cuja base até meados do século XX, pelo menos, era a dicotomia entre os romanistas e germanistas. A relevância da questão reside na influência dessas perspectivas na interpretação dos acontecimentos que tomaram curso após o fim da hegemonia administrativa romana nas províncias que passaram a ser governadas pelos chefes bárbaros.

Afinal, Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha assistiram ao alvorecer de uma nova era e estavam conscientes disso?

1. Os bárbaros¹ no Império

Em 410 o líder visigodo Alarico saqueou por três dias Roma. A invasão da cidade eterna pelo exército bárbaro causou um profundo impacto nos cidadãos. Enquanto homens como Zóximo² atribuíam a desgraça de Roma à conversão ao cristianismo e o desagrado dos deuses pagãos, cristãos como Agostinho de Hipona insistiam na sentido providencial do evento diante dos pecados dos romanos.³ Hidácio bispo de Chaves (*Aquae Flaviae*) entre 427 e 470, assim descreveu os acontecimentos de 410:

43. XVI. Alarico, rei dos Godos, entrou em Roma, enquanto matanças se faziam dentro e fora da cidade. Pouparam-se todos quanto se refugiaram nos templos.

44. Placídia, filha de Teodósio, irmã do imperador Honório, os Godos fizeram-na prisioneira dentro da própria cidade de Roma.

[...]

¹ Nessa dissertação manteremos a nomenclatura “bárbaros” para designar esses grupos. Sua vantagem está justamente na generalização. A qualificação “germanos” não dá conta da gama de *gentes* que chegaram ao Ocidente, já que essas populações eram formadas também por indivíduos oriundos de outras localizações que não a Germania. Assim, quando estivermos nos referindo a esses grupos como um todo, chamá-los-emos de “bárbaros”. Cabe lembrar também que “bárbaros” não possui naqueles tempos o significado negativo outorgado ao termo sobretudo na contemporaneidade.

² Sobre o tema a história do Declínio de Roma conforme descrita por Zóximo, cf: GOFFART, W. Zosimus. The first historian of Rome's fall. **The American Historical Review**. Vol. 6, n.2, p.412-441, abril de 1971.

³ “(...) bona vero quae in eos, ut viverent, propter Christi honorem facta sunt, non imputant Christo nostro, sed fato suo: cum potius deberent, si quid recti saperent, illa, quae ab hostibus áspera et dura perpassi sunt, illi divinae providentia tribuere, quae solet corruptus hominum mores bellis emendare atque conterere; itemque vitam mortalium justam atque laudabilem talibus afflictionibus exercere, probatamque vel in meliora transferre, vel in his adhuc terris propter usus alios detinere (...)”. **De Civitate Dei**. I. Sobre a querela entre autores pagãos e cristãos acerca das razões do saque de 410: MOMIGLIANO, A. **Problèmes d'historiographie. Ancienne et Moderne**. Paris: Gallimard, 1983. Especialmente os capítulos 6 e 7.

46. Os bárbaros, que tinham entrado na Península Hispânica, implacáveis, chacinam as populações e fazem depredações.

[...]

48. Enquanto por toda Espanha os bárbaros se entregam a bacanais e, [por todo lado], a epidemia da peste não faz menores devastações, as riquezas e os víveres armazenados nas cidades são esbulhados pelo tirânico coletor de impostos. E as hordas da militância encarregam-se de tudo malbaratar. Grassa uma fome medonha a tal ponto que, sob o acicate da fome, carne humana é devorada por humana gente. E até as mesmas mães tomam por pascigo os corpos daqueles que elas próprias geraram, matando-os e cozendo-os em seguida. Os animais selvagens e ferozes acostumados aos cadáveres dos que morriam pelo ferro, pela fome e pela peste, matam os homens, ainda os mais fortes, e, alimentados pela sua carne, por toda parte se entregam ao extermínio do gênero humano. E destarte, pelas quatro pragas, a saber: ferro, fome e feras, seviciados por toda a parte no mundo inteiro, se cumprem os avisos anunciados pelo Senhor através dos seus profetas.⁴

Sidônio Apolinário, que em 471 seria consagrado bispo de Clermont, assim descreve ao Imperador Majorianus o impacto das incursões bárbaras na Gália:

E uma vez que viestes, única esperança de um mundo esgotado, nós vos pedimos, restaurai as nossas ruínas e, ao passar, lançai o vosso olhar, ó vencedor, sobre Lyon que é vossa: de vós implora o repouso, destruída por dificuldades sem conta; dai-lhe a paz, restitui-lhe a coragem: o pescoço fatigado do jovem touro, se deixar um instante a charrua, fará com que trabalhe em seguida melhor a terra compacta do campo. Gado, colheitas, colonos, cidadãos, tudo a nossa cidade perdeu... sucumbimos sob as devastações, sob o incêndio, mas vinde e daí vida a todas as coisas.⁵

Foi esse cenário de desolação descrito pelos bispos de Chaves e Clermont de meados do século V. Não muito tempo depois os bárbaros por eles descritos instituiriam reinos que colocariam sob suas alçadas as dioceses da Galícia, da Gália e de quase toda Europa Ocidental. Em 476 o jovem imperador do Ocidente Rômulo Augusto foi despojado das insígnias imperiais por Odoacro, chefe militar de origem germânica, enquanto isso os bárbaros estabeleciam-se como os novos líderes políticos das províncias romanas. A Itália logo seria governada pelos reis ostrogodos, a Hispânia passou para as mãos dos visigodos, suevos e vândalos, estes logo partiram para o Norte da África onde ficaram até 533, quando foram derrotados por tropas romanas lideradas por Belisário. A Gália viu o surgimento e queda dos burgúndios, alamanos e visigodos, solapados pelo avanço dos francos capitaneados pelo rei Clóvis. Era o fim do Império Romano Ocidental?

⁴ Hidácio, **Crônica**.

⁵ Tradução: BANNIARD, Michel. **A Alta Idade Média Ocidental**. Lisboa: Verbo, 1972. p.16-17.

Se o cenário retratado pelos autores contemporâneos aos acontecimentos dos séculos IV e V não era sempre positivo, foi, todavia, no século XV que a crise ganhou proporção de declínio (*inclinatio*). Flávio Biondo acrescentou à história do Império Romano esse substantivo na obra “*Historiarum ab inclinatione Romanorum imperii decades tres*”. Ele concatenou duas das principais tendências explicativas sobre aqueles anos conturbados: a pagã, representada por obras como a de Cícero e Salústio, que relacionaram intimamente o *inclinatio* com as dificuldades da *Res Publica*; e a cristã, onde as perturbações foram compreendidas como castigo divino.⁶ Posteriormente, em especial no século XVIII, a tópica do declínio do Império ganharia importância crucial entre os historiadores.

Um dos textos mais importantes sobre o tema do declínio do Império para a historiografia moderna foi o de Edward Gibbon. Para o erudito o Declínio e a Queda do Império eram bem demarcados cronologicamente: ocorreu em meados do século V da Era cristã, quando os bárbaros varreram o Ocidente e sepultaram a autoridade romana, o que trouxe profunda desolação para a região.⁷

Enquanto E. Gibbon lamentava o triste declínio de Roma e a instauração da desordem pelos bárbaros, o filósofo alemão da segunda metade do século XVIII, Johann Gottfried Von Herder relativizava a superioridade da cultura romana. Herder salienta o quanto o Império Romano foi construído a partir de guerras e exercício tirânico do poder.

Roma, segundo o filósofo, foi construída a partir da obliteração de povos vigorosos que viviam na Itália, e que violentamente foram trazidos para o seio da luxúria romana.⁸ Não

⁶ MAZZARINO, Santo. **O fim do mundo Antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.87-89.

⁷ “Cheguei assim ao fim da laboriosa narrativa do declínio e queda do Império Romano, desde a afortunada época de Trajano e dos Antoninos até à sua total extinção no Ocidente, cerca de cinco séculos após o começo da era cristã. Neste período funesto, os Saxões lutavam ferozmente com os habitantes da Bretanha pela posse deste território; a Gália e a Espanha estavam repartidas entre as duas poderosas monarquias dos Francos e dos Visigodos, e os reinos dependentes dos Suevos e dos Burgúndios; a África sofria a cruel perseguição dos Vândalos e as selvagens incursões dos Mouros; Roma, a Itália e as regiões até as margens do Danúbio eram assoladas por um exército de mercenários bárbaros, cuja tirania sem freio cedeu lugar ao reinado de Teodorico, o Ostrogodo”. GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano. Vol.2**. Lisboa: Difusão Cultural, 1995. p.105.

⁸ “The obliteration of these communities, and the destruction of their towns, were misfortunes of greater magnitude to this country [Itália], because affecting remotest posterity. Whether these nations were transplanted to Rome, or their sad remains reckoned in the number of it’s allies, or treated as subjects and bridled by colonies, their primitive energy was never restored. Once chained to this yoke, notwithstanding all the privileges conferred on this people, or on that, every individual was at last reduced to feek fortune, honour, wealth, and justice, in Rome alone; so that in a few centuries the greater city became the grave of Italy. Soon or late the laws of Rome universally prevailed; the manners of Rome became the manners of Italy; her mad aim to acquire the sovereignty of the World enticed all these people to throng round her, and at length perish in the gulf of Roman luxury.” HERDER, Johann Gottfried von. **Outlines of a philosophy of the history of man**. Vol.II. Londres: Luke Hansard, 1803. p.220.

obstante, logo os romanos levaram a cabo seu projeto de dominação mundial. A queda de Roma, na visão herderiana, deve ser entendida como consequência direta das arbitrariedades cometidas pelos romanos, que espalharam por quase toda Europa, grande parte da Ásia e Norte da África seus vícios e delírios de grandeza.⁹

Mas além de pagar os espólios por suas ambições, conforme Herder, o declínio de Roma já era um fardo imanente ao seu surgimento. A estrutura política romana, baseada no vicioso senado, a escravidão sobre a qual se constituiu seu poder e a lascividade e desperdício de seus espetáculos foram a causa do declínio da cidade.¹⁰ Os bárbaros, continua o autor, vieram inserir nova vida na decadente Itália.¹¹

Herder estava convencido da superioridade dos germanos frente à decadência dos romanos. Para o autor, foram os primeiros os responsáveis pelo ressurgimento da Europa. Trouxeram novo vigor para a região e extirparam os vícios romanos. Fundaram, ainda, as nações modernas: prova inconteste da sua enorme contribuição na história da civilização.¹²

Gibbon e Herder nos introduzem a dois lados de um debate, já referenciado, que balançou a historiografia a partir do século XIX: a querela entre romanistas e germanistas.¹³

A querela entre germanista e romanistas pode ser *grosso modo* entendida a partir de uma questão central: o que significou a chegada dos bárbaros no Ocidente? Suas conclusões foram cruciais para o fortalecimento da idéia de fim do mundo clássico e início da Idade Média, cujo marco foi justamente a Queda de Roma.¹⁴ Ora, dois pontos devem ser ressaltados aqui antes de desenvolvermos as linhas gerais do debate. *Primeiro*, a relevância do tema insere-se em uma perspectiva sobre a história que privilegiava a idéia de progresso, em poucas palavras, apreender a real grandeza do evento e seu desenrolar na história da civilização era imperativo para o ofício

⁹ HERDER, Johann Gottfried von. **Outlines of a philosophy of the history of man**. *Op.cit*... p. 230.

¹⁰ Ibidem. p. 230-239.

¹¹ “Barbarians came to perform this office: northern giants, to whom the enervated romans appeared dwarfs: they ravage Rome, and infused new life into expiring Italy”. Ibidem. p.239.

¹² “(...) by them [os germanos] the romans, saracens, gael, cimbri, laps, sins, esthonians, sclovonians, courlanders, prussians, and even one another, were driven from their possessions; by them all the modern kingdoms of Europe were founded, their distinctions of rank were introduced, and the elements of their jurisprudence were inculcated”. Continua ainda o autor: “Their rank among other nations, their military league, and their native character, have been the foundation of the civilization, freedom, and security of Europe: whether their political situation were not a join cause of the flow progress of this civilization, history and impartial evidence will prove.” Ibidem. p.340 e 348.

¹³ Como disse Fustel de Coulanges: “On s’est demandé s’il nous était venu de l’ancienne Rome ou de la Germaine, et les érudits se sont partagés en deux camps, celui des romanistes et celui des germanistes”. FUSTEL DE COULANGES, N.D. **Histoire des institutions politiques de l’ancienne France**. Paris: Librairie Machette, 1890. p.XI.

¹⁴ Sobre a construção do conceito de Idade Média: REUTER, Timothy. Medieval: another tyrannous construct? **The Medieval History Journal**, n. 1, v.1, p.25 - 45, 1998.

do historiador.¹⁵ O acontecimento original – nesse caso a chegada dos bárbaros – era a tônica desse progresso. *Segundo*, posto que representasse um elemento relevante, não se explicam as interpretações do XIX tão-somente a partir de um suposto nacionalismo que sobrepujou a seriedade dos pesquisadores.¹⁶

Os historiadores do século XIX procuraram sistematicamente compreender o período no qual chefes bárbaros afirmaram-se como agentes de autoridade nas províncias romanas, regiões que logo tornar-se-iam reinos. Olhemos para suas interpretações concernentes à Gália e a Hispânia.

2. *O século XIX, o Império e os bárbaros na Gália e na Hispânia*

Charles Seignobos pintou um retrato obscuro da dominação franca na Gália. O autor defendeu que os francos foram os responsáveis pelo fim da estrutura civilizadora romana na região, o declínio da autoridade pública e dos fundamentos estatais instaurados pelos romanos, que cedeu lugar ao regime patrimonialista do poder,¹⁷ ao exercício da justiça bárbara,¹⁸ e ao

¹⁵ E mais uma dados à palavra para Fustel de Coulanges: “Notre préoccupation des origens n’est pas une pure curiosité: elle est une partie essentielle de la méthode historique; elle est une des règles les plus nécessaires de l’histoire. Cela tient à la nature même de cette science. L’histoire est proprement la science du devenir. Elle étudie moins l’être en soi que la formation et les modifications de l’être. Elle est la science des origines, des enchaînements, des développements et des transformations.” FUSTEL DE COULANGES, N.D. **Histoire des institutions politiques de l’ancienne France...***op.cit.* p.XV.

¹⁶ Como defendem: COLLINS, Roger. **La España Visigoda (409-711)**. Barcelona: Crítica, 2005.p.13. GEARY, Patrick. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, 2005. GUZMÁN ARMARIO, Francisco Javier. ¿Germanismo o Romanismo? Una espinosa cuestión del mundo antiguo a la Edad Media: el caso de los visigodos. **Anuario de estudios medievales**. n.35, v.1, p.3-23, 2005. p.4-5. LITTLE, Lester K. *et* ROSENWEIN, Barbara H. (eds). Introducción. In: _____. **La Edad Media a debate**. Madri: Akal, 2003. p.16–17. SILVA, Marcelo Cândido. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 18-27. WERNER, Karl F. **Naissance de la noblesse. L’essor des élites politiques en Europe**. Paris: Fayard, 1998.p.42-56.

¹⁷ “(...) segundo o costume do povo franco, a herança de um rei pertencia em comum à família real. Quando um rei tinha vários filhos, estes partilhavam entre si o tesouro, os guerreiros, os domínios e o território, e se estes reis morriam sem herdeiros, os seus territórios revertiam em benefício do sobrevivente. A Gália, repartida em 511 entre os quatro filhos de Clóvis, foi reunida pelo último sobrevivente, Clotário, em 560. A dominação dos reis francos não foi, pois, semelhante à de um Estado governado por um soberano; não houve nunca um ‘reino’ franco, mas apenas ‘reis’ francos”. SEIGNOBOS, Charles. **História sincera da França**. São Paulo: Companhia Nacional, 1945. p. 53-54.

¹⁸ “O uso do direito romano persistia somente no Meio-dia e na vertente sul do maciço central. Desaparecendo não somente no Nordeste, onde os reis francos tinham a sua residência, mas em todo o Oeste e Noroeste onde desde o princípio da Idade Média a justiça era feita segundo um costume semelhante ao dos povos bárbaros”. Ibidem. p.59-60.

cenário marcado por graves guerras privadas.¹⁹ Os profundos alicerces da nação francesa, instalados na Gália no século V graças a colaboração da cultura latina e helênica²⁰ foram ameaçados pelo período de retrocesso capitaneado pelos francos²¹ e seus reis.²²

Gabriel Monod e Charles Bémont,²³ o primeiro especialista destacado nos estudos da Gália franca, não desacordam completamente das opiniões de Seignobos. Para os estudiosos, os francos eram decididamente bárbaros.²⁴ Bárbaros que sepultaram a estrutura estatal romana em prol de uma política e administração fragmentada²⁵ e patrimonialista.²⁶ Em poucas palavras, para os autores, os francos inauguraram um período de decadência moral que se estendeu ao longo dos séculos VI e VII.²⁷

Os estudos dedicados à história da Espanha, engendrados sobretudo por autores de origem espanhola, oferecem uma visão sensivelmente distinta. Os historiadores hispânicos costumam defender que, dentre os “povos germânicos”, os visigodos eram os mais romanizados. Para Ramón Menéndez Pidal, esse fato foi essencial para marcar a superioridade do reino

¹⁹ “Como todos os antigos povos da Europa, praticavam [os francos] o direito e o dever de vingança designado em francês pelo nome corso de *vendetta*, porque se conservou na Córsega até os tempos modernos. A família inteira era responsável pelos atos criminosos de cada um de seus membros, e tinha igualmente o dever de vingar os crimes cometidos contra um dos seus membros. Os parentes da vítima entravam assim em guerra contra os parentes do criminoso, e esta é a origem da guerra privada que durou até ao final da Idade Média”. SEIGNOBOS, Charles. **História sincera da França....** *Op.cit.* p.57.

²⁰ *Ibidem*, p.46.

²¹ Os francos são descritos por Seignobos como “ignorantes”, “violentos”, guiados pelo “impulso das suas paixões”, incapazes de obedecer a uma autoridade pública, iletrados, apaixonados pela guerra, pouco apegados a terra, em suma, desprovidos do que o erudito considerou por valores da civilização.

²² “Os reis bárbaros já não podiam manter as condições da civilização romana; não estavam mesmo em condições de fazer cobrar os impostos nem de mandar fazer trabalhos de interesse público. As cidades, arruinadas pelas guerras, conservavam-se pequenas e miseráveis. Os edifícios romanos caíam em ruínas, as estradas romanas, tão solidamente construídas, subsistiam, mas o comércio por terra enfraquecera consideravelmente”. *Ibidem*, p. 59.

²³ BÉMONT, Charles. et MONOD, Gabriel. **Histoire de l'Europe au Moyen Age (385-1270)**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1924.

²⁴ Um bom exemplo para as opiniões de Bémont e Monod são as narrativas dos autores sobre Clóvis, o “primeiro rei dos francos”. Dizem os especialistas: “La férocité de Clovis, son orgueil de chef qui veut être obéi, son intention de ménager le clergé catholique, se montrent clairement dans le récit de l'évêque Grégoire de Tours” e ainda: “Si Clovis avait quitté ses dieux, il n'avait pas changé ses mœurs; chrétien ou païen, il était toujours un barbare”. *Ibidem*, p. 54 e 56.

²⁵ “La loi appliquée devant les tribunaux n'était pas la même pour tous. Les Gallo-Romains étaient jugés suivant la loi romaine; les Barbares, suivant les coutumes de leur nation. Les Francs avaient la *loi salique* et la *loi ripuaire*, celle-là rédigée au plus tard sous Clovis, celle-ci sous Dagobert”. *Ibidem*, p.71.

²⁶ “Les rois considèrent le territoire et les ressources de l'État comme une propriété privée que leurs héritiers se partagent après leur mort. Leur autorité est ‘une force en présence d'autres forces, non une magistrature au milieu de la société’; subordonnée à la fortune d'un seul, elle se montre ‘variable et déréglée, aujourd'hui immense, demain nulle, forte ou faible, selon que la guerre tournait contre elle ou en sa faveur’ (Guizot)”. *Ibidem*, p. 73.

²⁷ BÉMONT, Charles. et MONOD, Gabriel. **Histoire de l'Europe au Moyen Age.** *op.cit.*, p.77.

visigodo em relação ao reino merovíngio,²⁸ onde o primeiro cultivava os valores romanos e o segundo estava afundado em uma profunda barbárie.²⁹

Dentre os partidários da renovação germânica encontra-se F. Soldevila. O autor afirma que os visigodos instauraram o caos na Península imediatamente no momento em que se instalaram nela. Se os germanos tinham uma predisposição à violência, os visigodos eram os que mais expressavam atitudes selvagens. Mas o historiador não tem por alvo os germanos. Chega a lamentar o fato dos visigodos terem sido os mais romanizados entre os “bárbaros”, como resultado os visigodos não revigoraram a Espanha com os novos ares germanos, tão-somente mantiveram os vícios e a corrupção que a sociedade romana inaugurou nas terras hispânicas.³⁰ O texto de Soldevila se dedica a criar um retrato negro do Reino Visigodo, menosprezar as construções arquitetônicas engendradas no período, as jóias dos reis visigodos, até mesmo os esforços de unificação empreendidos são vistos com escárnio.³¹

Por outro lado, autores como N.D. Fustel de Coulanges esforçaram-se por apresentar estudos que fugissem dessa leitura dicotômica.³² Segundo ele, as estruturas políticas da França

²⁸ “Basta recordar cómo la monarquía visigoda caminaba segura hacia la unidad legislativa y cómo en su legislación se esforzaba por prohibir o descartar las costumbres germánicas, mientras en el reino franco los Salios, Ripuanos, Borgoñones y Galorromanos tenían cada uno suas leyes particulares, y las costumbres germánicas se mantenían vigorosas, incluso las más perturbadoras del Estado: el derecho de venganza y la guerra privada”. MENÉNDEZ PIDAL, R. **Historia de España. Tomo III – España Visigoda**. Madrid: Calpe, 1940. p. XXXII.

²⁹ “Pero entonces [Brunequilda] fué arrollada por sus fieros enemigos, que en el campamento del hijo de Fredegunda no se hartaron sino con torturar a la anciana reina durante tres días, desnuda, amarrada como un fardo sobre la giba de un camello; con arrastrala después a la cola de un caballo indómito, y con quemar sus dispersos miembros. Los nobles francos, al tomar venganza tan sañuda, mostraban cuán superior y cuán contraria a su tiempo era la ideología política de aquella espléndida hija de Atanagildo que Gregorio de Tours admiraba por la sabiduría de sus decisiones y que Gregorio Magno había exaltado como adornada de todas las virtudes para felicidad del pueblo franco”. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Universalismo y Nacionalismo. Romanos y germanos...* op.cit. p. XXXI.

³⁰ “A pesar de lo que pueda haber de exageración en la tesis de Ortega y Gasset, que ve el origen de todas las desgracias hispánicas en el establecimiento sobre el suelo español de un pueblo como el visigodo, ya contaminado y decadente, en lugar de un pueblo como el franco, de una gran vitalidad histórica, es indudable que los visigodos dan muy pronto no la sensación de un pueblo bárbaro y joven, sino de un pueblo averiado y caduco, en quien el empuje inicial se diluye o se estanca y en quien todos los vicios de la descomposición aparecen”. SOLDEVILA, F. **Historia de España – Tomo I**. Barcelona: Ariel, 1961. p.87.

³¹ Não só a unificação territorial, mas também a legislativa (consagrada na época de Recesvinto). Para Soldevila nenhuma revisão da legislação visigoda eliminou as distinções entre os visigodos e os hispano-romanos. Tudo o que os godos criaram na Península não passou de uma “nação goda”. *Ibidem*, p.89-90.

³² “Les modernes ont dit ‘Il y a eu, au V^e siècle, une invasion de Germains en Gaule; elle a tout bouleversé; c’est elle qui a détruit le régime romain et qui a mis à la place le régime féodal. Ce régime a donc une origine germanique. Il a pour cause première la conquête, et la distinction entre les classes n’est que la suite d’une distinction entre vainqueurs et vaincus’. Cette théorie serait bien commode. Par elle les faits s’expliqueraient simplement, logiquement, systématiquement. L’histoire deviendrait claire et facile. Nous aurions un élément romain et un élément germain, et avec ces grands mots on répondrait à tout, on rendrait compte de toutes les institutions et même de toutes les révolutions du moyen âge”. FUSTEL DE COULANGES, N.D. **Histoire des institutions politiques de l’ancienne France**. Paris: Librairie Machette, 1890. p.X.

antiga construíram-se tanto a partir de elementos romanos quanto germanos. Na mesma linha trabalhou L. Halphen, para quem os estados nascidos das conquistas do século V agregaram as instituições romanas e o espírito germânico.³³

À problemática em torno do romanismo e germanismo acrescenta-se o nacionalismo que de fato teve peso considerável na produção historiográfica de meados do século XIX e boa parte do XX.

O artigo de Fustel de Coulanges publicado em 1872 é sintomático. O autor engendra um virulento ataque aos historiadores franceses que superestimaram o valor da “raça germânica” e desprezavam o valor dos gauleses.³⁴ Mas as verdadeiras vítimas do texto de Fustel de Coulanges eram os alemães. Ao destilar suas críticas aos povos germanos, o especialista visava os alemães contemporâneos. Há uma evidente identificação entre estes e os grupos germanos, e o grande objetivo de Fustel de Coulanges, era provar o quanto iníquos eram os germanos e, destarte, os alemães. Queria o erudito chamar os especialistas franceses a valorizar os verdadeiros fundadores da nação francesa: os gauleses, imbuídos dos valores herdados dos romanos e da Igreja cristã. Em poucas palavras, os germanos foram retratados por Fustel de Coulanges como invasores que instalaram o caos na Europa.³⁵

Por outro lado, Leopold van Ranke, em sua crítica aos impulsos franceses em prol da dominação da Europa, chama a atenção aos valores germânicos, injetados na Antigüidade Tardia, que contribuíram para barrar as investidas da França.

³³ “(...) les États barbares issus des conquêtes du cinquième siècle se ressemblent d’assez près et présentent tous un curieux mélange d’institutions romaines et d’esprit germanique” HALPHEN, Louis. **Les barbares. Des grandes invasions aux conquêtes turques du XI^e siècle**. Paris: Libraire Félix Alcan, 1936. p.51.

³⁴ “Quanta coisa se disse desde então sobre a raça germânica! Nossos historiadores só sentiam desprezo pela população gaulesa... mas quanta simpatia pelos germanos! A Gália era a corrupção e a preguiça; a Germânia era a virtude, a castidade, o desprendimento, a força, a liberdade. No pequeno livro de Tácito, só liamos as linhas que teciam elogios aos germanos, e nossos olhos se recusavam a ver o que o historiador dizia de seus vícios”. FUSTEL DE COULANGES, N. D. Da maneira de escrever a história na França e na Alemanha nos últimos cinquenta anos. In: HARTOG, F. **O século XIX e a história. O caso de Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 346-356. Artigo originalmente publicado em: **Revue des Deux Mondes** em 1 de setembro de 1872. p. 346.

³⁵ “A obra do Sr. Zeller parece ter-nos oferecido um novo caminho. Desapareceu o entusiasmo habitual pelos estrangeiros; atrevemo-nos a abrir os olhos, olhar para seus defeitos e controlar suas pretensões. (...) Essa existência de dez séculos [da raça germânica] resume-se a um único fato, a invasão”. O autor continua e atribui aos próprios francos, a partir de Clóvis, o papel de defensores da “civilização”. Foi, conforme o erudito, Carlos Magno que finalmente pôs fim ao assalto dos bárbaros estrangeiros: “Acabaram por conseguir o que queriam: com Carlos Magno, a invasão germânica foi efetivamente obstada, e, ao contrário, foi a religião e a civilização da Gália que se apoderaram da Germânia”. FUSTEL DE COULANGES, N. D. Da maneira de escrever a história na França e na Alemanha nos últimos cinquenta anos. In: HARTOG, F. **O século XIX e a história**. *Op.cit.* p. 353-354.

O legado da Antigüidade Tardia era usado não só para a construção dos argumentos utilizados nos debates concernentes a tensões internacionais que emergiam no século XIX, mas também para a busca das raízes nacionais. De acordo com Montserrat Guibernau, o período foi marcado pela concepção essencialista das nações, a saber, a idéia de que a nação possuía um caráter imutável.³⁶ Este contribuiu para a construção do conceito de “povo” que no século XIX e primeira metade do XX serviu como base para os estudos concernentes aos reinos fundados pelos germanos, conforme aponta Walter Pohl.³⁷ Precisamos ser cuidadosos ao lidar com esse tema. Se de fato ele era recorrente, havia algo que o sobrepujava, ou seja, o valor superior da Civilização Européia.

E. Gibbon, por exemplo, apresentou a idéia de Civilização Européia, cuja superioridade era algo evidente.³⁸ Igualmente Guizot considera a existência dessa Civilização, unida por fortes laços decorrentes de sua evolução histórica.³⁹ Não obstante, o autor, assim como Gibbon acredita

³⁶ GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.9. Arno Mayer apresenta uma hipótese para a emergência desses sentimento nacionalistas. O autor chama a atenção para o fato de que o crescimento dos ímpetus nacionalistas ganharam impulso entre as elites intelectuais graças a mudanças de caráter sócio-econômicos. De acordo com o especialista, estes movimentos nacionalistas foram arquitetados, sobretudo, pelas aristocracias do século XIX temerosas com as mudanças econômicas que atingiam a Europa no período. O autor apresenta um ponto de vista marxista e salienta que o crescimento das cidades graças ao maior número de indivíduos da “classe operária”, aliados ao maior peso em questões sociais e políticas que ganhavam a burguesia citadina e leitora entusiasmada das obras dos autores iluministas, despertaram temores nos aristocratas. Estes se apegaram a “soberba herança clássica e humanista do passado” (p.267) a fim de garantir a manutenção de seu poder hegemônico. Dentre os elementos, segundo Mayer, que embasaram os intelectuais aristocratas do período inclui-se a tradição das nações. Cf: MAYER, Arno J. **A força da tradição. A persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Especialmente o capítulo 5.

³⁷ Como enuncia Pohl, os historiadores desse período entenderam povo como “(...) un grupo racial y culturalmente homogéneo que comparte un descendencia y un destino comunes, que habla una misma lengua y habita en un mismo Estado. Solía pensarse que los pueblos (y no los individuos no los grupos sociales) eran los factores de continuidad en un mundo cambiante y se los tenía por los verdaderos sujetos de la historia – un sujeto prácticamente inmutable en el transcurso del tiempo, casi un fenómeno natural más que histórico –. Su sino se describía a base de metáforas biológicas: nacimiento, crecimiento, florecimiento y decomposición.”. POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, Lester K. et ROSENWEIN, Barbara H. (eds). **La Edad Media a debate**. Madri: Akal, 2003. p.35.

³⁸ “Um patriota tem o dever de preferir e procurar exclusivamente o interesse e a glória de seu país natal, mas um filósofo está autorizado a alargar a sua perspectiva e a considerar a Europa como uma grande República, cujos vários habitantes atingiram um nível quase idêntico de educação e cultura. O equilíbrio entre as potências continuará oscilante e a prosperidade do nosso ou dos reinos vizinhos pode alternadamente aumentar ou diminuir; mas estes eventos particulares não influirão até certo ponto sobre o nosso estado geral de felicidade, sobre o sistema das artes, das leis e dos costumes que distinguem tão relevantemente os Europeus e as suas colônias do resto da humanidade. As nações selvagens do globo são os inimigos comuns da sociedade civilizada; e podemos indagar com inquieta curiosidade se a Europa está ameaçada de assistir a uma repetição das calamidades que, outrora, destroçaram as armas e as instituições de Roma.” GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano. op.cit.** p.108-109.

³⁹ “Disse civilização européia. É evidente que ha uma civilização européia; que apparece uma certa unidade na civilização dos diversos estados da Europa, que esta civilização apesar de grandes diferenças, provenientes dos tempos, dos logares e das circunstancias, procede de factos proximamente semelhantes, se liga aos mesmos

na superioridade da Europa. Para ele, ela é o mais perfeito retrato do mundo, em sua variedade de estruturas governamentais, nas lutas internas, nas diversas formas de liberdade.⁴⁰ É relevante ressaltar que até mesmo a concepção essencialista da nação não era tão evidente como cogitou Guibernau e esbravejou Gueary. L. Musset, entusiasta da preponderância da “nacionalidade” como objeto privilegiado da historiografia na Antigüidade Tardia, salientou que tais nacionalidades não eram naturais, mas resultado de um processo histórico.⁴¹

Ora não podemos ainda perder de vista que a divisão da historiografia moderna em categorias cronológicas é arbitrária. Ainda na década de 1980 García Moreno defendia a preponderância de elementos germânicos na configuração dos reinos da Antigüidade Tardia, partindo para isso do pressuposto, mais subentendido do que declarado, de que os germanos trouxeram todo um aparato político, oriundo de uma tradição germânica muito antiga.⁴² Algo semelhante foi declarado por José Orlandis, historiador que acreditava que a conversão dos visigodos ao arianismo foi um marco transcendental da história pelo próprio fato de estes terem sido um grande povo.⁴³ Isso significa que o romanismo, o germanismo, a idéia essencialista dos povos, e tantas outras interpretações propostas pelos historiadores do século XIX e início do XX e deveras criticadas pelos historiadores atuais não estão sepultadas.

Mesmo que o século XIX tenha plantado involuntariamente a semente do nacionalismo na historiografia, cabe lembrarmos o que Walter Goffart acertadamente apontou: o que estava em voga naquele momento não era a simpatia ou antipatia diante dos germanos e dos bárbaros, e sim o melhor método para se escrever a história.⁴⁴

3. O Império derrubado

A historiografia do século XIX foi plural, mesmo assim, o período muito colaborou com a consolidação da idéia de declínio do Império romano. São muitos os exemplos que podem ser

princípios, e produz, em quasi toda a parte, resultados analogos.” GUIZOT, François. **Historia da civilização na Europa**. Tomo 1º. Lisboa: Oficinas typographica e de encadernação, 1907.p.25.

⁴⁰ “A civilização européa, entrou, releve-se-me a expressão, na verdade eterna, no plano providencial; caminha pela estrada de Deus. É este o principio racional da sua superioridade”. Ibidem, p.62.

⁴¹ “Les confédérations, plus cultuelles que politiques, citées par Plin et Tacite, se sont désagrégées, et nouvelles formations, de caractère plus militaires, se font jour depuis la fin du II^e. MUSSET, Lucien. **Les invasions: les vagues germaniques** Paris: Presses Universitaires de France, 1965. p.45.

⁴² GARCÍA MORENO, L.A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Cátedra, 1989.

⁴³ ORLANDIS, José. La doble conversión religiosa de los pueblos germánicos. **Anuario de la historia de la Iglesia**. año/vol.IX, p.69-84, 2000. p.74.

⁴⁴ GOFFART, Walter. Los bárbaros en la Antigüedad Tardía y su instalación en Occidente. In: LITTLE, Lester K. et ROSENWEIN, Barbara H. (eds). **La Edad Media a debate**. Madri: Akal, 2003. p.54.

tomados para questionarmos essa perspectiva. De acordo com Ian Wood, é possível dizer que algo de Roma sobreviveu no Ocidente, sobretudo, justamente, a estrutura administrativa romana. O Imperador, contudo, já não exercia autoridade sobre a região.⁴⁵ E sobre tal tema é especialmente valiosa a observação da autoridade episcopal na manutenção e preservação da estrutura administrativa imperial.

Como é bem documentado pela historiografia, a cristianização de Roma redundou na aproximação entre autoridades religiosas cristãs e o imperador.⁴⁶ O mesmo ocorreu nos reinos romano-germânicos. Nas atas conciliares dos séculos VI e sobretudo do VII, vislumbramos a figuração de deliberações que teoricamente fugiam aos objetivos de um sínodo eclesiástico. O famoso Cânone LXXV do IV Concílio de Toledo toca explicitamente em um tema de ordem política ao condenar qualquer um que tiranizasse o poder do monarca legitimamente eleito. Já as atas do V Concílio de Paris enunciam que os bispos se reuniram para o interesse do príncipe, a salvação do povo e a ordem da Igreja.

Exemplo notável do fenômeno pode ser vislumbrado no caso do rei visigodo Sisenando. Em 633 o rei Sisenando convocou o IV Concílio de Toledo. Fê-lo dois anos depois de empreender o golpe que destituiu Suintila do governo do Reino Visigodo. O famoso concílio estabeleceu a proibição dos golpes (tirania)⁴⁷ do poder real.

É possível perceber que os bispos estavam atentos às aventuras da monarquia visigoda. O significado deste fato despertou um amplo debate entre os historiadores. Para W. Ullmann,⁴⁸ as monarquias medievais eram antes de tudo teocráticas, desta forma, era essencial ao soberano contar com o apoio da hierarquia episcopal na manutenção de sua autoridade. Elemento base para o argumento do erudito é o ritual da unção, retomado no reino visigodo com o rei Wamba

⁴⁵ WOOD, Ian. The fall of the Western Empire and the end of Roman Britain. **Britannia**, v.18, p. 251-262, 1987. p.259.

⁴⁶ BURNS, J.H. **Histoire de la pensée politique médiévale. 350-1450**. Paris: PUF: Léviathan, 1993. p.11-20. CANDAU MORÓN, J. M.; GASCÓ, F. et RAMIREZ VERGER, A. (editors). **La conversion de Roma. Cristianismo y paganismo**. Madrid: Clásicas, 1990.

⁴⁷ O termo “tirania” designava justamente a usurpação do poder do rei legitimamente eleito pela assembléia de nobres do reino visigodo. A sucessão real dava-se no referido reino mediante a eleição de um nobre, diferentemente da sucessão no reino franco, por exemplo, que era dinástica. Sobre a sucessão no reino visigodo Cf: ORLANDIS, José. Estudios visigóticos III: El poder real y La sucesion al trono en la monarquia visigoda. **Cuadernos del instituto jurídico español** n.16. Madrid-Roma: Consejo superior de investigaciones científicas. Delegacion de Roma, 1962.

⁴⁸ ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Madrid: Alianza, 1985. e *Idem*. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona: Ariel, 1983.

em 672.⁴⁹ Para Ulmann, a unção estabeleceu uma espécie de relação de dependência entre o poder real e o poder religioso.

Tal tese foi amplamente debatida pelos autores concentrados especificamente no reino dos visigodos. P.D King, T. Gonzalez, J. Orlandis, L.A. García Moreno, R. Frighetto, R.O. Andrade, M.S. Guerras Martin, dentre outros,⁵⁰ ocuparam-se em definir se o rei estava acima da autoridade religiosa ou subordinada à ela. Destacam-se entre os eruditos listados os estudos de R. Frighetto e L.A. García Moreno, que defenderam que a polêmica só se justifica se considerarmos as transformações sofridas no reino entre os séculos VI e VII. Para os autores, até o século VII, o soberano visigodo desfrutava de ampla força política, de modo que os bispos estavam sob sua autoridade. Em meados do século VII o cenário sofreu sensíveis mudanças. Fragilizados pelas disputas no seio da nobreza, os reis tornaram-se cada vez mais dependentes da bênção religiosa, ou melhor, da força política dos bispos, eles mesmos membros da aristocracia hispano-romana e visigoda.

A despeito das polêmicas, há algo de consensual entre as interpretações oferecidas por esses especialistas, a saber, as autoridades religiosas exerceram papel de destaque na política do reino visigodo. Assim foi antes mesmo de meados do século VII. Em 589, Recaredo colocou-se diante do sínodo de bispos organizado em Toledo para declarar sua nova fé, a fé católica⁵¹ em

⁴⁹ J. Orlandis defende que há grandes possibilidades da unção ter sido realizada antes mesmo de 631. Cf: ORLANDIS, José. **Historia de España. La España visigótica**. Madrid: Gredos, 1977. p. 210 e 211.

⁵⁰ KING, P.D. **Derecho y sociedad en el reino visigodo**. Madrid: Alianza, 1981. GONZALÉZ, Teodoro. **Historia de la Iglesia en España**. Madrid: BAC, 1979. ORLANDIS, José. **Historia de España. La España Visigótica**. Madrid: Gredos, 1977. GARCÍA MORENO, Luis A. **Historia de España visigoda**. Madrid: Cátedra, 1989. FRIGHETTO, R. Aspectos teóricos e práticos da legitimidade do poder régio na Hispania visigoda: o exemplo da adoptio. **Cuadernos de historia de España**, Buenos Aires. v.9. n.1, p. 324-335, 2005. Idem. O problema da legitimidade e a limitação do poder régio na Hispania visigoda: o reinado de Ervígio (680-687). **Gerión**, v. 32, n.1, p. 421-435, 2004. ANDRADE FILHO, Ruy de O. A tirania de um santo na Antiguidade Tardia. **I simpósio sobre a história das religiões**, Assis, 1999. Disponível em <<http://members.tripod.com/bmgil/afro20.html>> Acesso em outubro de 2005. Idem. **Mito e monarquia na Hipânica visigótica**. Temas medievales. 2005, v. 13, n.1. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S032750942005000100002&lng=es&nrm=iso> Acesso em 28 de março de 2007. GUERRAS MARTIN, Maria Sonsoles. A teoria política visigoda. **Veritas**, Porto Alegre, v. 40, n.159, p. 369-378, 1995. Dentre outros autores podemos citar os estudos de: GUIANCE, Ariel. *Rex perditionis*: la caracterización de la tiranía en la España visigoda. **Cuadernos de Historia de España**, Buenos Aires, n.77, p. 29-39, 2001-2002. PÉREZ SÁNCHEZ, Dionisio. Algunas consideraciones sobre el ceremonial y el poder político en la Mérida visigoda. **Studia histórica. Historia antigua**. Salamanca, n. 20, p. 245-266, 2002. ROMERO, J. A. San Isidoro de Sevilla. Su pensamiento históricopolítico y sus relaciones con la historia. **Cuadernos de Historia de España**, Buenos Aires, n. 3. p. 49-51, 1987.

⁵¹ Utilizamos o termo “católicos” ao nos referirmos aos signatários e seguidores do dogma estabelecido pelo I Concílio de Nicéia por ser essa nomenclatura que aparece nas fontes. Estamos cientes da inexistência de uma Igreja de fato “universal” e consolidada enquanto instituição. Devemos, contudo, reconhecer que o ideal de universalidade já existia. Tanto Gregório de Tours quanto Isidoro de Sevilla utilizam o termo “católico” tanto ao se referir à Igreja Católica quanto aos cristãos, para eles, necessariamente católicos.

lugar da ariana, professada até então. Recaredo inaugurou assim não só uma nova era na vida religiosa do reino, mas uma nova conformação das forças políticas, que a partir de 589 englobavam “oficialmente” os hispano-romanos, laicos e eclesiásticos.

Mas a preocupação com a conformação das forças políticas do reino não foi a maior inovação de Recaredo. Antes dele, Leovigildo, seu pai, empreendeu esforços em prol da unificação política. Leovigildo atuou dedicadamente pela conversão dos hispano-romanos para o arianismo. Tal diligência não se baseava na piedade do rei ariano, mas na importância que o apoio das forças religiosas representava na política do período.⁵² Tais elementos apontam para a peculiaridade dos primeiros séculos da consolidação dos reinos romano-germanos: a distinção entre poder religioso e poder régio era inexistente.⁵³

Os bispos participavam ativamente das querelas políticas do reino, não como acessórios, mas como parte dela. Não obstante, cumpriram papel na administração em todos os seus aspectos, como o exercício da justiça, a organização das províncias, foram ainda os fornecedores do aparato moral que norteou os códigos legais, etc.

Como bem salientou R. Mathisen, o estudo sobre os bispos na Antigüidade Tardia fornece muito mais do que indícios sobre a adoção do credo de Nicéia, tal tema fornece elementos para pensarmos sobre a integração dos germanos e romanos, fator elementar no que concerne à comemorada transição da Antigüidade para a Idade Média.⁵⁴ A integração entre romanos e germanos, de acordo com A. Lewis, operou uma considerável institucionalização dos mecanismos administrativos do reino. A hierarquia eclesiástica sofreu esse mesmo fenômeno, e a partir desse período deve ser analisada como parte da estrutura do governo real formada tanto por galo-romanos como por germanos.⁵⁵

⁵² A principal referência sobre os reis visigodos, arianos e católicos, continua sendo o estudo de E.A. Thompson. O historiador engendrou destacada análise comparativa sobre os reinados de Leovigildo e Recaredo. THOMPSON, E.A. **Los godos en España**. Madrid: Alianza, 1971.p.73-134. Sobre a relevância dos bispos na política dos reinos romano-germanos: MATHISEN, Ralph W. Barbarian bishops and the churches “*in barbaricis gentibus*” during Late Antiquity. **Speculum**, v.72, n.3, p.664-697. Julho de 1997.

⁵³ Como destacou K.F. Werner, para compreender os primeiros milênios da Era Cristã é essencial evitar falar de “Igreja” e de “Estado” como duas entidades políticas distintas. O poder era um só, representado pelos reis e bispos. Ambos realizavam a vontade de Deus na Terra. Cf: WERNER, Karl F. **Naissance de la noblesse. L’essor des élites politiques en Europe**. Paris: Fayard, 1998. p.329. E. A. Thompson, em seu estudo dedicado ao reino visigodo, igualmente demonstrou o quanto os bispos participaram da vida política como parte dela, e não somente como um acessório ao poder real. Cf: THOMPSON, E. A. **Los godos en España**. Madrid: Alianza Editorial, 1971. p.313-352.

⁵⁴ MATHISEN, Ralph W. Barbarian bishops and the churches “*in barbaricis gentibus*” during Late Antiquity. **Speculum**, v.72, n.3, p.664-697. Julho de 1997. p.664-665.

⁵⁵ LEWIS, Archibald R. The dukes in the *Regnum Francorum* A.D. 550-751. **Speculum**, v.51, n.3, p.381-410, Julho de 1976. p.384.

Podemos inferir a partir disso que a consolidação dos reinos romano-germanos não eliminou as estruturas administrativas inauguradas pelos romanos. Pelo contrário, os germanos, em geral, e os visigodos, em especial, nutriam interesses vitais em torno da preservação da ordem social romana.⁵⁶ Tal preservação realizou-se pela confluência entre os germanos e os romanos em prol da organização política e administrativa dos reinos.

A conversão de Recaredo coroou o esforço que seu pai iniciou. Colaborou com a eliminação do lapso entre hispano-romanos e visigodos e contribuiu para que a hierarquia eclesiástica participasse como colaboradora efetiva, e não somente eventual, da vida político-administrativa do reino. O sucesso da empreitada refletiu quarenta e quatro anos depois do III Concílio de Toledo, quando Sisenando lançou mão do apoio eclesiástico para garantir a legitimidade de seu reinado.

Não só as atas conciliares testemunham os atos dos homens de poder em favor da manutenção da ordem social no reino dos visigodos. Enquanto o *Codex Euricianus*, editado por Eurico (466-484), distinguia claramente hispano-romanos de visigodos,⁵⁷ a revisão da *Lex Visigothorum*, levada a cabo em 654 por Recesvinto, pautou-se no princípio *una fides, unum regnum* para eliminar as distinções entre a população sob a égide do rei visigodo.⁵⁸ Não obstante, a revisão de Recesvinto inspirou-se na moral cristã, sobretudo na obra de Isidoro de Sevilha.⁵⁹

Cabia ao bispo zelar pelo bem dos cristãos sob sua responsabilidade. Como escreveu Isidoro de Sevilha:

11. Se diz *episcopado* porque o bispo, que está acima dos demais, vela e se preocupa com seus súditos. *Skopeîn*, em grego, significa “apontar a vista”. 12. O termo grego “bispo” se traduz para o latim como “vigilante”, pois, como vigilante, está colocado a frente da Igreja; e a ele deve seu nome, pois vigia e observa os costumes e a vida dos povos colocados sob sua custódia.⁶⁰

⁵⁶ Cf. WOLFRAM, Herwig. The Goths in Aquitaine. *German Studies Review*. v.2, n.2, p.153-168. Maio de 1979. p.156.

⁵⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Historia de España – Tomo III: España Visigoda (424-711 de J.C.)*. Madrid: Espasa-Calpe, 1940. p.XIII-XV. WOLFRAM, Herwig. The Goths in Aquitaine. *German Studies Review*. v.2, n.2, p.153-168. Maio de 1979. p.157.

⁵⁸ Para uma visão sinóptica das revisões legislativas empreendidas pelos reis visigodos: MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Historia de España op.cit...* p.VII-LV.

⁵⁹ DIAZ Y DIAZ, M.C. Isidoro en la Edad Media Hispana. In: Idem. *De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*. Barcelona: El Albir, 1976. p. 162-163.

⁶⁰ 11. Episcopatus autem vocabulum inde dictum, quod ille, qui superefficitur, superintendat, curam scilicet subditorum gerens. Skopeîn enim Latine intendere dicitur. 12. Episcopi autem Graece, Latine speculatores interpretantur. Nam speculator est praepositus in Ecclesia; dictus eo quod speculatur, atque praespiciat populorum infra se positorum. *Etymologiarum*, L.VII, 12.

Tal enunciado figurou na revisão de Recesvinto à *Lex Visigothorum*, quando no Livro II, XXVIII, previu que o bispo deveria intervir nos julgamentos que prejudicassem os pobres de sua diocese. Caso o juiz se negasse a rever o julgamento injusto, o bispo deveria ele mesmo proferir a sentença. O epíscopo era assim o mediador, a última palavra da justiça, pois sua autoridade foi a ele delegada por Deus para aliviar a penúria dos homens.⁶¹ Desta forma, o papel do bispo enquanto agente do poder estava em perfeita conformidade com o ideal que rodeava o cargo que ocupava. Junto ao rei, o bispo atuava para garantir que todos sob sua autoridade cumprissem o curso da história rumo à salvação.

Algo semelhante, mas não idêntico, pode ser observado no reino franco. A conversão de Clóvis⁶² ao cristianismo católico aproximou intimamente o rei merovíngio dos bispos. Como escreveu Avitus, bispo de Viena “Vossa fê [de Clóvis] é nossa vitória”.⁶³ Outro bispo, Remi, aconselhou ao recém batizado rei que estivesse atento aos conselhos de seus bispos para que a nuper-adquirida administração da província da Bélgica Secunda se consolidasse.⁶⁴

Ao aderir diretamente ao credo de Nicéia⁶⁵ Clóvis acelerou o processo de conformação das forças políticas do seu reino, fenômeno que ocorreu tardiamente no reino dos visigodos em

⁶¹ Quia multimode hoccurre debet miserorum penuriis nostreremedium pietatis, adeo, quemcumque paupererem constiterit causam habere, adiunctis sibi aliis viris honestis, episcopus inter eos negotium discutere vel terminare procuret; ita ut, si contemni se a comite vel nolle eum adquiescere veritati sacerdos inspexerit, potestatis eius sit eundem comitem legis huius permissione constringere et emisso iustum iudicium cum rei compositionem rem, de qua agitur, petentis partibus consignare. Quod si comes iudicium episcopi fuerit contentus implere, tantum episcopo pro contentu solo dare cogatur, quantum quintam partem valere constiterit de re illa, unde actio commota videtur. Si vero episcopus, fraudis communionem cum comite tenens, repperit fuerit pauperi facere dilationem, eandem quintam partem idem episcopus querellanti coactus exolvat; stante nihilominus negotio pauperis, donec iudicium inveniatur veritas. Et comes vel iudex, qui hunc audire noluit, ultionem sustineat legis, que inventa fuerit iudicio equitatis. *Lex Visigothorum*, L.II, XXVIII.

⁶² Há um grande debate concernente à data real do batismo de Clóvis. Para uma boa apreciação do tema, Cf: SHANZER, D. Dating the baptism of Clovis: the bishop of Vienne vs the bishop of Tours. In: **Early Medieval Europe**, n.7 (I), p. 29-57, 1998. Sobre Clóvis especificamente: ROUCHE, Michel. **Clovis**. Paris: Fayard, 1996. E ainda: Idem (dir.). **Clovis : Histoire et Mémoire. Le baptême de Clovis, l'événement**. Actes du Colloque international d'histoire de Reims. Paris e Sorbonne : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997.

⁶³ Vestra fides nostra victoria est. Alcimi Ecdicii Aviti... MGH A.A., t.VI,2, Berlim, 1883. **Epístola 46**. P.75-76.

⁶⁴ Et beneficium tuum castum et honestum esse debet, et sacerdotibus tuis debebis deferre et ad eorum consilia semper recurre; quod tibi bene cum illis convenerit, província tua melius potest constare. Epistolae Austrasicae, 2, C.C., t.CXVII, Turnhout, 1957. P.408-409.

⁶⁵ Da mesma forma que não é consensual a data do batismo de Clóvis, há um debate acerca da conversão direta do rei para o catolicismo. Autores como D. Shanzer defendem que Clóvis passou por um período de catecumenato ariano. Cf: SHANZER, D. Dating the baptism of Clovis: the bishop of Vienne vs the bishop of Tours. In: **Early Medieval Europe**, n.7 (I), p. 29-57, 1998.

comparação com o *Regnum Francorum*.⁶⁶ Assim, trouxe imediatamente os bispos católicos ao rol de seus aliados, como testemunham as epístolas de Avitus de Viena e Remi de Reims.⁶⁷

As atas conciliares nos fornecem pistas importantes sobre o significado pragmático da conversão ao catolicismo no que tange à administração do reino. O I Concílio de Orléans, convocado por Clóvis e celebrado em 511, apresentou disposições concernentes aos culpados de assassinato, de adultério e roubo que buscassem abrigo nas igrejas. Conforme as atas do Concílio, os bispos deveriam cuidar para que o acusado tivesse uma pena justa, de acordo com os cânones conciliares e a lei romana. Caso a pena não fosse cumprida, o acusado seria separado do convívio da Igreja.⁶⁸ Percebemos assim que os bispos contribuíam, mediante as leis canônicas, com o cumprimento da lei em sentido amplo do reino.

Função semelhante só aparece nas atas conciliares do reino visigodo depois da conversão de Recaredo. E assim foi já a partir do III Concílio de Toledo, onde nos cânones XVI e XVII estão previstas de que maneira os bispos deveriam atuar juntamente com os juízes contra os crimes de idolatria⁶⁹ e assassinatos dos filhos nascidos da fornicção dos padres.⁷⁰ Mas é o cânone XXXI do IV Concílio de Toledo que melhor nos mostra o quanto depois da conversão os

⁶⁶ Sobre a indistinção evidente entre galo-romanos e francos Cf: JAMES, E. Gregory of Tours and the Franks. In: MURRAY, Alexander Callander (ed). **After Rome's Fall: Narrators and Sources of the Early Medieval History**. Toronto: University of Toronto Press, 1998. p.51 – 64.

⁶⁷ É notável, ainda, que o *Pactus Legis Salicae* codificado por Clóvis, ao contrário das leis dos reinos visigodo e burgúndio, por exemplo, legislava tanto para francos quanto para galo-romanos. Embora a primeira versão da lei tenha sido, provavelmente, escrita antes da conversão de Clóvis, ela levanta questionamentos importantes. O fato de ter escrito uma lei tanto para francos quanto para romanos indica que Clóvis preocupou-se desde o início com a boa convivência entre as elites francas e romanas da Gália? Sua conversão ao catolicismo não teria sido um movimento calculado para facilitar esse processo? Cf: DREW, Katherine Fischer. **The laws of the Salian Franks**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. p. 30-31.

⁶⁸ De homicidis, adulteris et furibus, si ad ecclesias confugerint, id constituimus obseruandum, quod ecclesiastici cânones decreuerunt et Lex Romana constituit: ut ab ecclesiae atriis uel domum ecclesiae uel domum episcopi eos abstrahi omnino non liceat; sed nec aliter consignari, nisi ad euangelia datis sacramentis de morte, de debilitate et omni poenarum genere sint securi, ita ut ei, cui réus fuerit, criminosus de satisfactione conueniat. Quod si sacramenta sua quis conuictus fuerit uiolasse, réus periurii non solum a communione ecclesiae uel omnium clericorum, uerum etiam a catholicorum conuiuio separetur. Quod si is, cui réus est, noluerit sibi intentione faciente conponi et ipse réus de ecclesia uel clericis non quaeratur. **I Concílio de Orléans, 1.**

⁶⁹ Conforme o cânone XVI: Quoniam pene per omnem Spaniam sive Galliam idolatriae sacrilegium inolevit, hoc quum consensu gloriosissimi principis sancta synodus ordinavit, ut omnis sacerdos in loco suo uma cum iudice territorii sacrilegium memoratum studiose perquirat, et exterminari inventa non differat; omnes vero, qui ad talem errorem concurrut, salvo discrimine animae, qua potuerit animadversione coerceant.(...). **III Concílio de Toledo, XVI.**

⁷⁰ Conforme o cânone XVII, sobre tal crime se chocou o rei Recaredo, e pediu que seus juízes colaborassem com os bispos no combate a tal atrocidade: (...). Proinde tantum nefas ad cognitionem gloriosissimi domini nostri Recaredi Regis perlatum est cuius gloria dignata est iudicibus earundem partium imparare, ut hoc horrendum facinus diligenter cum sacerdote requirant et adhibita severitate prohibeant: ergo et sacerdotes locorum haec sancta synodus dolentius convenit, ut idem scelus cum iudice curiosius quaerant ei sine capitali vindicta acriori disciplina prohibeant. **III Concílio de Toledo, XVII.**

bispos contribuíram com os reis para a manutenção da paz do reino. De acordo com o referido cânone, muitas vezes os príncipes pediam o auxílio dos bispos para que estes participassem de julgamentos. Conforme definido na regra conciliar, os bispos deveriam atender ao chamado dos reis, desde que a pena capital não fosse empregada contra o réu.⁷¹

No reino dos francos os bispos atuavam também como pacificadores das tensões entre os monarcas merovíngios, como testemunha o capítulo 20 do livro IX dos *Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours. O referido trecho da obra do bispo de Tours versa sobre a embaixada enviada por Childeberto para a corte de Guntrão. Gregório de Tours fez parte da missão de Childeberto e argumentou com Guntrão que seu sobrinho estava disposto a respeitar os termos do tratado firmado entre os dois monarcas em Andelot, ao contrário do que acreditava Guntrão.

A embaixada de Childeberto e a participação do bispo de Tours na missão indicam o quanto o rei e o bispo atuaram juntos para evitar um conflito entre Childeberto e Guntrão. Tal diligência aponta para a contribuição entre a autoridade régia e episcopal em prol da ordem do reino. Ao mesmo tempo, indica o quão importante era a atuação episcopal na regência política e administrativa.

A historiografia que defendeu a idéia do declínio do Império Romano comumente estabeleceu a dicotomia entre romanidade e poder abstrato e público *versus* germanidade e poder baseado em costumes e “individualismo”. Poderíamos apontar uma série de elementos que contrariam tal hipótese, como por exemplo, a atuação dos nobres laicos na administração do reino, ou os próprios atos dos monarcas a favor de seus súditos. Optamos aqui pelo estudo da atuação dos bispos em específico,⁷² mas ressaltamos que este objeto não é o único.

Há muito pouco de privado, de patrimonialista e de costumeiro nos eventos descritos. A observância das leis, a preocupação em garantir a estabilidade dos reinos e reis e em evitar conflitos internos pouco contribui para defendermos que os germanos sepultaram a ordem, a civilização – baluartes do Império Romano. O papel preponderante dos bispos não comprova a

⁷¹ Saepe principes contra quoslibet maiestatis obnoxios sacerdotibus negotia sua committunt; sed quia sacerdotes a Christo ad ministerium salutis electi sunt, ibi consentiant regibus fieri iudices, ubi iureiurando supplicii indulgentia promittitur, non ubi discriminis sententia praeparatur. Si quis ergo sacerdotum contra hoc commune consultum discussor in alienis periculis extiterit sit réus effusi sanguinis apud Christum, et apud ecclesiam perdat proprium gradum. **IV Concílio de Toledo, XXXI.**

⁷² Podemos ainda acrescentar a grande importância dos bispos para a manutenção das cidades romanas. Grande parte das cidades que não dispunham de uma sede episcopal declinaram após a chegada dos bárbaros no Ocidente. Cf: LIEBESCHUETZ, Wolfgang. The end of the ancient city. In: RICH, J. **The city in Late Antiquity**. Londres e NY: Routledge, 1996. p.1-49. HARRIES, Jill. Christianity and the city in Late Roman Gaul. In: *Ibidem*.

dilapidação da autoridade central do monarca. Pelo contrário, evidencia o quanto as autoridades religiosas trabalharam e contribuíram para a manutenção do bem de todos que estavam sob a égide do governo dos francos e dos visigodos.

Assim, há duas possibilidades de vermos Roma. Se a entendermos como um ideal de governo, em termos teóricos, e como um modelo administrativo e político, em termos práticos, de fato a Queda do Império é uma falácia. Agora, se entendermos Roma como a influência e o exercício efetivo da autoridade Imperial no Ocidente, sim, o século V marcou o fim do Império Ocidental. Dizer que a verdade ou equívoco da “Queda do Império” depende do ponto de referência não é uma declaração de subjetividade. Em termos culturais, políticos e administrativos o Império se manteve, mas no que concerne a autoridade Imperial reconhecidamente romana, houve de fato um declínio.

Contudo, o declínio da autoridade imperial acabou sendo superestimado pela historiografia, o que redundou na generalização da idéia de “Queda”. Disso incorre que grande parte dos historiadores reconhece como o ponto final de Roma a deposição de Rômulo Augusto. Roma, em seu caráter mais elementar, todavia, persistiu. E isso ocorreu de tal forma que Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha clamavam para os francos e os visigodos, respectivamente, o papel de continuadores do ideal romano de governo, em oposição aos barbarismos dos reinos vizinhos. Para os bispos, francos e visigodos não eram bárbaros, bárbaros eram os outros.

É possível perceber que a “Queda” do império romano deve ser avaliada com muito cuidado, sobretudo se observarmos que as estruturas essenciais do Império permaneceram depois da chegada dos germanos nas províncias ocidentais da Europa. A autoridade pública, as leis, a própria organização dos territórios provinciais, sobreviveram ao que se considerou uma época de convulsões impulsionadas por esses agentes estrangeiros comumente chamados de “bárbaros”. A ciência dessa conjuntura nos permite dizer sem muito receio que a barreira entre a Antigüidade e a Idade Média é questionável, a transição entre dois períodos históricos depende mais das interpretações do que dos fatos. O Império, tido como o último bastião da Antigüidade, viveu mais do que por vezes se considerou. Diante disso, o conceito de Antigüidade Tardia ganha um pragmatismo evidente por denunciar justamente a dificuldade de decretar a morte do Império Romano.

Tais considerações, contudo, não dão conta do impacto que o conceito de Antigüidade Tardia teve para as pesquisas historiográficas dedicadas àqueles tempos. Tal conceito trouxe consigo importantes implicações relacionados com uma sensível mudança de foco entre os historiadores, cada vez menos convencidos pelo pessimismo de E. Gibbon e mais otimistas com as novas possibilidades levantadas pela interdisciplinaridade que ganhava espaço nos estudos historiográficos no decorrer dos anos de 1960.⁷³ Além do questionamento sobre as rígidas cronologias, o conceito de Antigüidade Tardia contribuiu ainda mais ao chamar a atenção dos historiadores de que a história política não poderia estar descolada da história econômica, da mesma forma que nenhuma das duas abordagens deveria ignorar a história religiosa.⁷⁴

A força da “Antigüidade Tardia” é ainda mais evidente se a observarmos à luz de uma crítica – ou crise – muito maior e avassaladora que se instaurou na história, relacionada com a percepção do peso da interpretação tanto dos historiadores quanto dos autores das fontes por eles utilizadas. A verdade dos fatos relatados tanto por fontes advindas do mais tradicional rol de confiabilidade – como os diplomas régios, os registros “burocráticos”, os textos legais – quanto pelas de segunda categoria – com os próprios *Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours – assim como a imparcialidade do cientista da história foram duramente questionadas pela “crise” dos paradigmas iluministas.⁷⁵ O texto, independente de quando e por quem foi escrito, perdeu seu status de testemunha imparcial de fatos na mesma medida em que denunciou-se que nada o que já foi escrito ou produzido pela humanidade é ingênuo, ou seja, desinteressado. O próprio “fato” foi posto a prova: primeiro, mais do que dado ele é instituído; segundo, mesmo que fosse

⁷³ Sobre isso, escreveram R. Lim e C. Straw: “The study of late antiquity at the turn of the Millennium has a new comprehensiveness, for the breadth and balance of perspectives include the judicious adoption of insights and methods drawn from other disciplines. The anthropology of Mary Douglas and Clifford Geertz, the sociology of Edward Shils, the philosophy of Pierre Hadot and Michel Foucault have fundamentally altered how many historians view change. The latest influence, from literary criticism, is just beginning to leave its mark”. LIM, Richard & STRAW, Carole. **The past before us. The challenge of historiographies of Late Antiquity**. Turnhout: Brepols, 2004. p. 12.

⁷⁴ Um bom exemplo dessas novas abordagens pode ser encontrado nos trabalhos de P. Brown, autor de importantes títulos que questionaram a crise do Império e o nascimento da Idade Média. Brown é um entusiasta do conceito de Antigüidade Tardia. Seus trabalhos apontam justamente para a dificuldade em encerrar a história, por exemplo, política em uma clausura sem qualquer relação com a história religiosa. Mediante essa perspectiva ampla o autor coloca em cheque justamente o fim do Império. Confrontar especialmente: BROWN, Peter. **The making of Late Antiquity**. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 1993. p. 1-26. Para uma leitura recente distinta das colocações de Brown: LE JAN, Régine. **La société du haut Moyen Âge. VI^e-IX^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2003. p.3-7.

⁷⁵ Entendida aqui como a perda das certezas concernentes ao conhecimento científico, legitimado como o “vetor da verdade” pelo o que se conhece por “Iluminismo”. A. A. Diehl resumiu bem a questão: “(...)os antigos critérios de validade já não cobrem mais a realidade e desconfiamos profundamente dos novos”. DIEHL, Astor Antônio. Teoria historiográfica. Diálogo entre a tradição e inovação. **Varia Historia**. v.22, n.36, p.368-394, Jul/Dez 2006. p.372.

dado há entre o fato e o historiador um mediador inevitável, as fontes, que, como já dito, não são imparciais, isso inviabilizaria a apreensão do evento “tal como ocorreu”.

Além da denúncia às intenções aliou-se a esse cenário uma profunda desconfiança acerca de conceitos universalizantes, explicações absolutas descoladas da própria especificidade dos objetos a serem explicados e do momento no qual essas mesmas elucidações foram engendradas. O particular do universal passou a ser um incômodo evidente e tudo o que foi analisado mediante tais perspectivas tornou-se suspeito, inclui-se nisso a idéia de Queda do Império e nascimento da Idade Média. Essa Queda do Império foi estabelecida baseada na observação de elementos entendidos como “fatos”, mas os fatos em si foram questionados, o que tínhamos em mãos eram “representações” de determinados eventos transmitidos pelas narrativas sobre eles. Ganhou espaço então o conceito de Antigüidade Tardia, alternativa salutar contra certezas duramente combatidas.⁷⁶

Um observador atento já deve ter notado que o conceito de Antigüidade Tardia ganhou espaço entre os historiadores justamente durante o advento das prerrogativas pós-modernas na produção de conhecimento. Para tentar compreender o que significa adotar o termo “Antigüidade Tardia” é preciso analisá-lo a partir dos pressupostos pós-modernos.⁷⁷ Foi justamente a crítica pós-moderna que questionou os conceitos universais e o império dos fatos. Um dos seus resultados mais relevantes e, notadamente, menos colocado pela “crítica à crítica pós-moderna”⁷⁸ foi a emergência de uma nova percepção sobre o verossímil, que não poderia mais ser apreendido no estrutural, mas quase que tão-somente no particular. Esse particular, todavia, não pode ser entendido como uma resignação diante da impossibilidade de compreender o todo, tampouco significa a fragmentação da história em pequenas histórias de indivíduos isolados.

⁷⁶ Sobre isso, escreveu A. Cameron: “Nowadays, of course, we all of us talk about late antiquity, and not least because it help us to avoid using other loaded terms, such as ‘decline’, or indeed ‘fall’. There seems to be something of a reaction at the moment towards these traditional notions.” CAMERON, Averil. History and individuality of the historian: the interpretation of late antiquity. In: LIM, Richard & STRAW, Carole. **The past before us**. ... *op.cit.* p. 70-71.

⁷⁷ Algo especialmente evidente se atentarmos para colocações como as de A. Cameron: “But of new historiographies, the most pervasive in relation to late antiquity at the moment is undoubtedly the ‘linguistic turn’, or ‘the new rhetoricism’. Young historians of late antiquity, especially in the United States, are nowadays highly conscious of the problem of representation, the fact that sources do not ‘speak for themselves’ and never will, and that gender, identity, and social groups are constructed rather than ‘out there’. They know that ‘evidence’ is not simply ‘there’; that texts can be read, or rather deconstructed, in different ways”. CAMERON, Averil. History and individuality of the historian: the interpretation of late antiquity ... *op.cit.* p.72.

⁷⁸ Que comumente dedica-se a tratar do relativismo dos pós-modernos. Cf: FOSTER, J.B & WOOD, E.M. **Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Especialmente a introdução e o artigo de T. Eagleton.

Consiste, acima de tudo, em um questionamento profundo sobre os velhos conceitos de verdade. A verdade não está dada nas evidências, não é uma entidade que pode ser capturada pelo puçá dos historiadores. Em poucas palavras, o olhar do pesquisador deveria apontar para o particular, diferente do “o individual”, do momento no qual uma interpretação sobre o mundo surgiu e como ela transbordou as barreiras dos papéis e inundou um grupo de seres humanos, que passaram a entender essas interpretações como verdadeiras e a transmitiram para seus descendentes, criando assim, por exemplo, etnias, nações, Estados, crenças, urgências, e assim por diante.

É, antes de tudo, uma nova amplitude do verdadeiro que ganhou espaço. Cada vez menos concreto – no sentido de conquistas militares, grandes teorias surgidas da observação de sistemas econômicos, atos políticos, etc – e mais afeito ao caráter subjetivo da verdade, que passou a ser entendida antes de tudo como uma construção, não por isso desimportante, mas importante justamente pelo seu processo de elaboração, transformação, transmissão e transgressão.

Todavia, o questionamento das explicações globalizantes despertou profundas desconfianças por parte dos críticos da pós-modernidade. Tais desconfianças, certamente, não são sem fundamentos. Primeiro, é difícil definir sem receios o que é a pós-modernidade, como muito bem colocou S. Seidman, o termo só faz maior sentido no mundo acadêmico francês e estadunidense e, em menor medida, na Alemanha, Grã-Bretanha e Austrália,⁷⁹ por conseguinte, muitos dos eruditos considerados como os principais inspiradores – ou mesmo percussores – da pós-modernidade não levantaram explicitamente a bandeira pós-moderna, como por exemplo, M. Foucault. Não obstante, alguns dos seus estandartes podem soar como o abandono das tentativas de compreensão em prol da permissividade das interpretações livres e pessoais.⁸⁰ Ora, o que está em jogo, como buscamos apontar aqui, não é a segurança do relativismo e sim o questionamento do absoluto.

Não deixa de ser empolgante adotarmos as prerrogativas pós-modernas, mormente no que se refere aos estudos da Antigüidade Tardia, o principal motivo disso é justamente a menor

⁷⁹ SEIDMAN, Steven. **The postmodern turn. New perspectives on social theory**. Cambridge, Nova York e Melbourne: Cambridge University Press, 1994. p.2.

⁸⁰ Como colocou T. Eagleton: “Compreender uma totalidade complexa envolve certo volume de uma análise rigorosa. Por isso mesmo, não é de se surpreender que um pensamento sistemático e árduo como este esteja fora de moda e seja ignorado como fático, cientificista ou qualquer outra coisa no tipo de período que estamos imaginando. Se não há nele nada de particular que nos indique onde estamos – se somos um professor em Ithaca ou Irvine, por exemplo – podemos nos dar ao luxo de sermos ambíguos, evasivos, deliciosamente vagos”. EAGLETON, T. De onde vêm os pós-modernos? In: FOSTER, J.B & WOOD, E.M. **Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo...op.cit.** p.26.

rigidez cronológica que o termo carrega. Contudo, é preciso cuidado para não cairmos na armadilha da pós-modernidade, armada por seus críticos que a entendem como uma produção em série de interpretações de textos sem qualquer relação com o contexto social de sua produção. Como chamou a atenção P. Heather, o conceito de Antigüidade Tardia é produtivo, mas o pesquisador que o adota não pode perder de vista os elementos externos aos documentos estudados, estes não são auto-explicativos. O edifício jurídico, administrativo, político e econômico, as batalhas, tensões e disputas, tudo isso deve ser considerado tanto para a compreensão dos documentos e, além disso, devem ser estudados à luz desses mesmos textos.⁸¹

A partir disso é possível marcarmos de que maneira compreendemos e utilizamos o conceito de Antigüidade Tardia. Ele nos é produtivo por salientar a permanência ontológica de elementos herdados do Império, seu sentido etimológico transmite justamente essa percepção da continuidade de aspectos elementares. Além disso, o conceito de Antigüidade Tardia abarca um dos nossos principais objetivos, que é entender como Isidoro de Sevilha e Gregório de Tours compreenderam e escreveram história. Mas essa compreensão e prática só pode ser entendida se estudada à luz do momento em que viveram os bispos, para tanto, é preciso evocar os elementos que P. Heather elencou e, conforme acreditamos, um dos agentes centrais que devem ser considerados na época contemporânea aos bispos são os visigodos e os francos, seus reis, seus nobres, suas querelas e religiosidade.⁸²

⁸¹ “The Roman Empire encompassed many ideologies, as will emerge, and promoted a highly particular way of looking at the world. But it also employed bureaucracies, passed laws, collected taxes and trained armies. And in the course of the fifth century, the western half of the Roman Empire, along with all the structures and procedures it had maintained over centuries ceased to exist leaving behind the corpse that lies at the heart of this book”. HEATHER, Peter. **The fall of the Roman Empire. A new history of Rome and Barbarians**. Nova York: Oxford University Press, 2006. p.XIV. Também E.M. Tyler e R. Balzaretto chamaram a atenção para a importância da relação entre a rede social e textual para o entendimento da produção intelectual da Antigüidade Tardia, explicitaram a sim a importância de não pressupormos que os textos se explicam por si. Cf: TYLER, Elizabeth M. & BALZARETTI, Ross (Eds.). **Narrative and History in the Early Medieval West**. Turnhout: Brepols, 2006. p. 1-3.

⁸² Mesmo que considerados esses elementos sociais, há especialistas como C. Wickham que refutam veementemente o conceito de Antigüidade Tardia ao defender que a consolidação dos reinos romano-germânicos marcaram uma evidente ruptura com a antigüidade. Wickham sustenta sua crítica por uma via distinta da nossa. Segundo ele, a idéia de continuidade deve a duas tendências independentes, uma de origem britânica – que tradicionalmente recusa qualquer menção à rupturas – e outra que advém dos historiadores dedicados a história da Igreja – que superestimam o cristianismo como evidência para continuidade entre o Império e o que ele chama de *Early Middle Ages*. Mesmo assim, é interessante notar que Wickham mostra-se muito desconfiado com as fontes escritas, o que aponta para o fato de que ele está ciente da crítica narrativa. Todavia, o autor deposita suas esperanças nas fontes arqueológicas, vendo-as como testemunho imparcial dos eventos que marcaram o declínio do Império. WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean. 400-800**. Nova York: Oxford University Press, 2005. p.1-14.

4. Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha

Mas quem foram os autores dos documentos analisados nesse trabalho? Sabemos desde já que eram bispos de duas cidades, Tours e Sevilha,⁸³ cidades estas centrais na administração dos reinos nos quais viviam: o *Regnum Francorum* e o *Regnum Gothorum*. Sabemos ainda que, enquanto bispos, conforme expresse no parágrafo anterior, desempenhavam um papel de grande relevância em termos políticos e sociais, além da óbvia liderança religiosa. Mesmo assim, cabem algumas palavras sobre a biografia dos nossos autores.

Gregório de Tours nasceu em 539 na região atualmente designada Clermont-Ferrand. Era membro de uma ilustre família da Gália,⁸⁴ que incluía desde mártires⁸⁵ até bispos e importantes senadores galo-romanos, como foi seu pai Florentius, senador de Clermont. Tornou-se bispo de Tours em 573 - em sucessão a seu primo Eufronius - e permaneceu no cargo até sua morte ocorrida em 594. Foi autor de vasta obra,⁸⁶ mas foi graças a seus *Decem Libri Historiarum* que tornou-se um dos mais famosos historiadores da Antiguidade Tardia, a ponto de ter sido posteriormente conhecido como o pai da história da França.⁸⁷

Os *Decem Libri Historiarum* foram escritos enquanto Gregório já era bispo de Tours.⁸⁸ O opúsculo abrange um vasto espaço de tempo, que vai da criação do mundo até aproximadamente

⁸³ Sobre a importância das cidades nos reinos franco e visigodo: RIPOLL, Gisela. Changes in the topography of Power: from *civitates* to *vrbes regiae* in *Hispania*. In: CORRADINI, R. DIESENBERGER, M. & REIMITZ, H. **The construction of communities in the Early Middle Ages. Texts, resources and artefacts**. Leiden, Boston: Brill, 2003. p.123-148. SILVA, Marcelo Cândido. Les cites et l'organisation politique de l'espace en Gaule mérovingienne au VI^e siècle. **Histoire Urbaine**. n.4, p.83-104, 2001. Ver ainda o volume 9 da série The Transformation of the Roman World editada por Ian Wood: BROGIOLO, GP., GAUTHIER, N. & CHRISTIE, N. (eds.). **Towns and their territories between Late Antiquity and the Early Middle Ages**. Leiden, Boston e Köln: Brill, 2000.

⁸⁴ Sobre a família da Gregório Cf.: MATHISEN. R.W. The Family of Georgius Florentinus Gregorius and the Bishops of Tours. **Medievalia et Humanistica, New Series**, n. 12, p. 83-95, 1984.

⁸⁵ Vettius Epagathus, martirizado em 177.

⁸⁶ Que inclui: *Septem Libri Miraculorum*; *Liber Vitae Patrum*; *In Psalterii tractatum commentarius*; *The Cursu Stellarum Ratio* e o *Passio sanctorum Martyrum Septem Dormientium apud Ephesum*.

⁸⁷ Título que já aparece no século XVIII em Voltaire (Voltaire. **La Philosophie de l'histoire**. Amsterdã: Changuion, 1765. p. 330) e se consagra no século XIX e primeira metade do XX em opúsculos de autores como M. Bonnet (BONNET, Max. **Le Latin de Grégoire de Tours**. Paris: Georg Olms Hildesheim, 1890), C. Bémont & G. Monod (BÉMONT, Charles. et MONOD, Gabriel. **Histoire de l'Europe au Moyen Age (385-1270)**. Paris: Libraire Félix Alcan, 1924), G. Kurth (KURTH, Godefroid. **Études Franques. Tomo I**. Bruxelas, Paris: Albert Dewit, Honoré Champion, 1919) e F. Lot (LOT, Ferdinand. **Naissance de la France**. Paris: Arthème Fayard, 1948). Sobre uma boa discussão sobre a questão: HEINZELMANN, Martin. Grégoire de Tours "père de l'histoire de France"? In: BERCÉ, Y-M. Et CONTAIME, P. (orgs). **Histoires de France, Historiens de la France. Actes du colloque international, Reims, 14 et 15 mai 1993**. Paris: Honoré Champion, 1994. p. 19-45.

⁸⁸ Há um grande debate sobre a cronologia da redação da obra. Desde 1666, a partir das considerações de Charles Le Cointe, subsiste a teoria das duas redações aceita por muitos dos editores modernos da obra. W. Goffart, importante

591 d.C, o que contabiliza, conforme a cronologia do autor da obra, mais de cinco mil anos. Como o próprio nome indica, o escrito é composto por dez livros. Os livros primeiro e segundo vão desde a Criação até 511 d.C., ano da morte de Clóvis. Já a partir do terceiro livro a narrativa fica mais detalhada. Os eventos narrados pelo livro terceiro e o quarto abarcam quarenta e sete anos, de 548 até 575. Do livro quinto ao décimo os eventos são descritos ainda com mais detalhes, compreendem apenas onze anos (580-591), não por acaso, essa foi a época em que Gregório já exercia intensamente sua atividade episcopal. Os cinco últimos livros denunciam a já citada importância do episcopado nos reinos romano-germânicos cristãos, onde os bispos agiam intensamente em questões de ordem diversas, muito além de problemas estritamente religiosos. Esse fator é fundamental para a compreensão do escrito, como veremos no decorrer desse trabalho.

Isidoro de Sevilha era também filho de uma família aristocrática hispano-romana. A maior parte das informações sobre a família de Isidoro provém dos escritos de seu irmão mais velho, Leandro. De acordo com Leandro, a família de Isidoro era originária de Cartagena, seu pai, Severiano mudou-se com os filhos e a esposa para Sevilha aproximadamente em 554.⁸⁹ Isidoro era o filho mais jovem e não há consenso sobre seu local de nascimento. Para Hernandez Parrales ele nasceu em Sevilha no ano de 560,⁹⁰ Enrique Flórez defendeu que o futuro bispo de Sevilha nasceu em Cartagena. Mas mais importante do que definir a terra natal de Isidoro, é o legado que ele deixou enquanto um dos mais importantes autores da Antiguidade Tardia.⁹¹

estudioso da Gália Merovíngia e conhecedor da obra de Gregório, refuta essa hipótese e defende a única redação dos manuscritos. Para uma boa introdução à querela: GOFFART, Walter. **The narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon.** New Jersey: Princeton University Press, 1988. p. 119-127. E do mesmo autor: From *Historiae* to *Historia Francorum* and back again: aspects of the textual history of Gregory of Tours. In: GOFFART, W. **Rome's fall and after.** Londres e Roceverte: Hambledon, 1989. p. 255-274. De acordo com M. Heinzelmann, os livros foram organizados e ditados por Gregório de Tours pouco antes de sua morte, em 594. Cf: HEINZELMANN, Martin. **Gregory of Tours: History and Society in the Sixth Century.** Cambridge University press, 2001. p. 96-102.

⁸⁹ Para Jacques Fontaine a mudança da família de Isidoro foi consequência do desembarque de soldados bizantinos em Cartagena no ano de 552, seguida da crescentes hostilidades entre esses e os visigodos. Infelizmente carecemos de fontes que mostrem as relações políticas de Severiano e seu possível impacto na decisão de migrarem para Sevilha. FONTAINE, Jacques. **Isidoro de Sevilla. Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos.** Madrid: Encuentro, 2000. p. 64

⁹⁰ HERNÁNDEZ PARRALES, Antonio. El XIV centenario del nacimiento de san Isidoro, arzobispo de Sevilla. **Boletín del Instituto de Estudios Giennenses.** n.23. p.9-34, 1960. p. 10-11.

⁹¹ Para ilustrar a importância da obra do Hispalense cabe citar que a segunda obra mais copiada durante a Idade Média foram as Etimologias de Isidoro, estas só perdem em número de cópias para a Bíblia. Cf: RODRÍGUEZ-PANTOJA, M. La obra de Isidoro de Sevilla: Las Etimologías. In: GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (coord.). **San Isidoro doctor de las Españas.** Sevilla, León, Cartagena: Caja Duero. Fundación Cajamurcia. Fundación el Monte,

Isidoro tornou-se bispo de Sevilha logo após a morte de Leandro em 589. Participou do II Concílio de Sevilha (619) e do IV Concílio de Toledo (633). Enquanto bispo, Isidoro manteve íntimas relações com a aristocracia visigoda e hispano-romana, além de lidar diretamente com reis; com Sisebuto, o bispo chegou a manter uma relação de amizade.

A obra isidoriana é vasta e de uma riqueza e importância inquestionável, dentre seus escritos mais importantes podemos citar: as *Historia Gothorum, Sueborum et Wandalorum*, as *Sententiae* e seu maior escrito, cujo autor morreu antes de concluir, as *Etymologiae*.

A história do godos, vândalos e suevos foi escrita aproximadamente em 615 por encargo do rei Sisebuto e sua versão longa durante o reinado de Suintila. Isidoro demonstra um interesse especial à cronologia, o que estaria relacionado à importância que teve o método etimológico em seu trabalho. Ao contrário dos *Decem Libri Historiarum*, as histórias de Isidoro concentram-se, sobretudo, na narrativa sobre os monarcas visigodos, com poucas referências aos bispos.⁹² Iniciando-se com a busca das origens das *gentes* que instituíram reinos na Hispânia, o autor estendeu a narrativa até o período em que viveu. Apesar de tratar sobre os três reinos que existiram na Península Hispânica, é latente que o bispo de Sevilha dedicou atenção especial ao reino dos visigodos. Efetivamente, a obra de Isidoro não era uma história da Península, e sim a história da afirmação da autoridade dos reis visigodos sobre a região. Não por acaso, as disputas internas entre a aristocracia visigoda em torno da sucessão régia – causa de tensões substanciais no reino – foram exaustivamente contempladas pelo hispalense.

São essas duas histórias, escritas nos contextos ímpares da Gália Merovíngia e da Hispânia visigoda, os objetos centrais dessa pesquisa. Embora escritas em épocas e reinos distintos, os dois textos trazem elementos em comum, notavelmente no que concerne aos paradigmas adotados na redação de um texto histórico. Há também importantes diferenças entre as obras que marcam as intenções peculiares dos autores com seus escritos. Como procuraremos apontar, os pontos em comum entre as histórias dos bispos de Tours e Sevilha relacionam-se com uma mesma tradição de raiz greco-romana concernente as formas que uma narrativa deveria adotar para ser digna da alcunha “história”. As diferenças, por outro lado, fundamentam-se na singularidade dos atores neófitos que entraram em cena no Ocidente europeu e constituíram os

2003, p.94. Sobre a difusão das Etimologias o artigo de Reydellet é referência: REYDELLET, M. La diffusion des origines d'Isidore de Séville au Haut Moyen Âge. *Mélanges d'archéologie et d'histoire*. t.78, p.383-437, 1966.

⁹² É notável que o único bispo citado nominalmente por Isidoro na *Historia Gothorum* tenha sido Ário, o bispo condenado por heresia no I Concílio de Nicéia.

reinos nos quais viveram, atuaram e, acima de tudo, teceram análises, Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha. Falamos dos francos e visigodos.

Capítulo I

Historiografia e tradição manuscrita

Historiografia acerca das obras de Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha

Na introdução desse texto já apresentamos uma breve discussão sobre a historiografia do século XIX e primeira metade do XX dedicada ao que comumente se considera como o fim da Antigüidade e o início da Idade Média, período que optamos por denominar como Antigüidade Tardia. Esta nomenclatura melhor reflete as peculiaridades daqueles séculos já que reforça a idéia de continuidade antes da de ruptura.

Essa concepção se estende para características além das estruturas político-administrativas dos reinos consolidados no Ocidente da atual Europa. A produção intelectual daqueles anos perpetuou a tradição inaugurada na dita Antigüidade, especialmente em se tratando da História. Ora, quando falamos em tradição não nos remetemos a uma idéia de paradigmas estáticos passados ao longo de gerações. A transmissão da tradição é antes um processo profundamente dinâmico, marcado por resignificações.⁹³

Como se dão essas *resignificações* especificamente na produção de caráter historiográfico? Adotamos como ponto de referência para o enfrentamento dessa questão as colocações de Croce, Rüsen e Marrou, defensores da idéia de que a escrita da história é estimulada e guiada pelos anseios do momento em que escreve o historiógrafo. Toda história é contemporânea. E sua contemporaneidade se realiza em dois níveis: na articulação das perguntas feitas ao passado e na *resignificação* da tradição historiográfica a fim de dar conta das especificidades de dado momento. É à luz dessa perspectiva que a historiografia deve ser criticada, tanto a engendrada pelos historiadores que nos precederam quanto a que nós produzimos.

Historiografia das origens da França e da Espanha

Na introdução já discutimos alguns dos aspectos que configuraram a historiografia do século XIX e primeira metade do século XX concernente aos grupamentos germânicos que consolidaram no Ocidente europeu os reinos romano-germânicos. Apontamos para o fato de que

⁹³ “La tradición, a cuya esencia pertenece naturalmente el seguir transmitiendo lo transmitido, tiene que haberse vuelto cuestionable para que tome forma una conciencia expresa de la tarea hermenéutica que supone apropiarse la tradición. Por ejemplo en san Agustín es posible apreciar una conciencia de este género frente al antiguo testamento, y en la Reforma se desarrolla una hermenéutica protestante a partir del intento de comprender la sagrada Escritura desde sí misma (*sola scriptura*) frente al principio de la tradición de la iglesia romana.” GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método. Fundamentos de una hermenéutica filosófica**. Salamanca: Sígueme, 1998. p. 16.

todo o trabalho dos historiadores do período não pode ser resumido à uma tentativa deliberada de fornecer subsídios para as pretensões nacionalistas dos Estados europeus. Mesmo assim, não podemos perder de foco que os elementos nacionalistas inspiraram muitas das perguntas feitas por aqueles pesquisadores. Chama-nos especialmente a atenção o significado outorgado pelos eruditos do XIX às histórias engendradas pelos bispo de Tours e Sevilha, qualificados como os fundadores da historiografia nacional da França e da Espanha respectivamente.⁹⁴

Assim, observamos M. Bonnet, G. Kurth, F. Lot, G. Monod⁹⁵ dentre outros afirmarem que todos os elementos da futura nação francesa estão representados nos *Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours,⁹⁶ ou ainda, que no século XVI Fauchet foi justo ao qualificá-lo como o “pai da história da França”.⁹⁷ Mas deter tão honroso título não liberou o bispo de Tours de ser retratado como um ingênuo, dono de um latim degenerado – reflexo da degeneração maior empreendida pelos francos – e fornecedor de informações pouco seguras. Gregório era o autor da principal fonte para o estudo da Gália Merovíngia do século VI mais pela pouca quantidade de fontes do que pela confiança no seu testemunho.⁹⁸ Se era louvável seu esforço em

⁹⁴ Como muito bem apontam Bronisch e Heinzelmann os estudos historiográficos do século XIX colaboraram consideravelmente para a construção dos mitos nacionais. Nos trabalhos do período observamos o peso outorgado aos *Decem Libri Historiarum* e as *Origines* na formação da historiografia nacional. Cf: BRONISCH, Alexander Pierre. El concepto de España en la historiografía visigoda y asturiana. **Norba. Revista de historia**, v.29, p.9-42, 2006. HEINZELMANN, Martin. Grégoire de Tours “père de l’histoire de France”?. In: BERCÉ, Y-M. *Et* CONTAIME, P. (orgs). **Histoires de France, Historiens de la France. Actes du colloque international, Reims, 14 et 15 mai 1993**. Paris: Honoré Champion, 1994. p. 19-45.

⁹⁵ BONNET, Max. **Le Latin de Grégoire de Tours**. Paris: Georg Olms Hildesheim, 1890. KURTH, Godefroid. **Études Franques. Tomo I**. Bruxelles, Paris: Albert Dewit, Honoré Champion, 1919. LOT, Ferdinand. **Naissance de la France**. Paris: Arthème Fayard, 1948. BÉMONT, Charles. et MONOD, Gabriel. **Histoire de l’Europe au Moyen Age (385-1270)**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1924.

⁹⁶ “Mais c’est aussi l’histoire des Francs, et même je dirais mieux, des Français, en ce sens que presque tous les éléments de cette future nation y sont représentés”. BONNET, Max. **Le Latin de Grégoire de Tours...op.cit.** p. 6-7. Podemos citar ainda M. LE BARON DE BARANTE. **Mélanges historiques et littéraires**. Tomo I. Paris: Ladvocat, 1835. Que afirma: “son Histoire des Français (*Historia Francorum*), divisée en seize livres, comprend un intervalle de 174 ans depuis l’époque de l’établissement des Francs dans les Gaules. C’est un vrai phénomène que de trouver, à la naissance d’un nation, un historien véridique, impartial, beaucoup plus éclairé qu’on ne l’est communément à de telles époques.” (p.46). Ou até mesmo Voltaire: “Grégoire de Tours est nôtre Hérodote, à cela près que le Tourangeus est moins amusant, moins élégant que le Grec.” Voltaire. **La Philosophie de l’histoire**. Amsterdã: Changuion, 1765. P. 330.

⁹⁷ “En dépit de ses lacunes, de sa naïveté, allant parfois jusqu’à la simplicité d’esprit, soyons reconnaissants au bon évêque de Tours. Sans lui, nous ne saurions rien de l’histoire du VI^e siècle. C’est à juste titre que, au XVI^e siècle, Fauchet l’a qualifié ‘père de l’histoire de France’”. LOT, Ferdinand. **Naissance de la France...op.cit.** p.277.

⁹⁸ A desconfiança acerca das informações veiculadas por Gregório não foi privilégio dos historiadores do XIX e primeira metade do século XX. Em 1989 K.F. Werner sustentou a necessidade de libertar a história da Gália do império dos *Decem Libri Historiarum*. Em 1998, Danuta Shanzer reiterou a inverossimilhança dos fatos descritos pelo bispo de Tours. SHANZER, D. Dating the baptism of Clovis: the bishop of Vienne vs the bishop of Tours. In: **Early Medieval Europe**, n.7 (I), p. 29-57, 1998. WERNER, K. F. Faire revivre le souvenir d’un pays oublié: La

escrever a “primeira história da França”, lamentável era o fato de narrá-la como uma anedota sem compromisso com a verdade.

Isidoro de Sevilha foi também retratado como o primeiro autor de uma obra historiográfica nacionalista espanhola.⁹⁹ Mas ao contrário de Gregório de Tours, seu trabalho é comemorado pelo rigor. Se o bispo de Tours foi o exemplo da degeneração da cultura clássica, Isidoro foi a ponte entre ela e o “novo mundo” medieval.¹⁰⁰

A leitura da *Historia Gothorum, Sueborum et Wandalorum* e dos *Decem Libri Historiarum* efetivamente evidencia uma maior preocupação com o teatro dos acontecimentos ocorridos na *Hispania* e nas Gálias. Logo nas palavras iniciais de Gregório está explicitado que um dos motivos que o levou a escrever seus dez livros de histórias foram as reclamações daqueles que lamentavam a declinação das letras na Gália, o que já explicita para qual público e para qual região o bispo de Tours dedicou suas palavras. Isidoro de Sevilha, também nas palavras iniciais de seu opúsculo evidenciou a necessidade de registrar de maneira escrita a história dos reis dos godos,¹⁰¹ não obstante, seu Louvor às *Hispaniae* operou a identificação dos godos com a Península.

Os francos, identificados como um povo estabelecidos em um espaço geográfico delimitado; os visigodos, também vistos como um povo coeso ligados a uma região. Assim foram, em geral, interpretadas as informações presentes nos dois opúsculos em questão. Em uma época em que fervilhavam as paixões nacionalistas, não nos surpreende, de todo, que os escritos gregorianos e isidorianos fossem entendidos como marcos fundadores de uma historiografia nacional. Podemos ir além, não só marcos fundadores, mas testemunhas dos eventos ocorridos na França e na Espanha, vistas como entidades teleológicas.

Houve uma projeção dos anseios nacionais para séculos anteriores. Podemos constatar isso com certa tranquilidade graças ao conforto da distância temporal na qual nos encontramos.

Neustrie. **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**, I, Colloque historique international, Actes... Sigmaringen, Atsma, 1989, p. XIII-XXXI.

⁹⁹ SÁNCHEZ ALONSO, B. **Historia de la historiografía española**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1947. Menéndez Pidal, que insere a obra de Isidoro no contexto do nascimento do “nacionalismo moderno”. MENÉNDEZ PIDAL, R. **Historia de España. España Visigoda (414-711)**. Tomo III. Madrid: Espasa-Calpe, 1940. p. XXXV-XXXVI.

¹⁰⁰ Essa perspectiva é quase consensual ainda hoje. Cf. DOMÍNGUEZ DEL VAL, U. La utilización de los padres por San Isidoro. **Isidoriana**. Leon, Centro de estudios “San Isidoro”, p. 211-221, 1961. RODRÍGUEZ-PANTOJA, M. La obra de Isidoro de Sevilla: Las *Etimologías*. In: GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (coord). **San Isidoro. Doctor de las Españas**. Sevilha: Caja Duero, 2003. p. 93-123.

¹⁰¹ Idem a nota 9.

Podemos também afirmar que as histórias de Gregório de Tours e de Isidoro de Sevilha não são os germes da história das nações modernas que hoje ocupam as antigas províncias do Império Romano.¹⁰²

Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha: as intenções por trás das obras

A década de 1960 marcou uma sensível mudança de perspectivas para a história como um todo. É inevitável analisarmos a historiografia dedicada a Antigüidade Tardia e aos escritos de Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha a partir dessas novas abordagens que surgem com a interdisciplinaridade e a crítica a narrativa cujo um dos principais pivôs foi H. White.¹⁰³ As intenções por trás dos documentos eleitos como fontes tornaram-se por demais evidentes para serem ignoradas. Estas intenções, ou ideologias conscientes ou inconscientes, tornaram-se cada vez mais o objeto privilegiado dos historiadores. Mas a percepção acerca das ideologias é anterior aos anos de 1960. Os estudos do conceito de ideologia, enquanto um aspecto específico do pensamento humano relacionado com uma situação social ímpar, ganharam fôlego a partir da década de 1940.¹⁰⁴ Seu uso na formulação do conhecimento histórico foi, e ainda é, significante.

Podemos dizer que os primeiros alvos dessas novas abordagens foram os especialistas que produziram trabalhos sobre a Antigüidade Tardia até meados dos anos de 1950. Suas colocações concernentes às raízes nacionais identificadas em tempos tão pretéritos foram denunciadas como deveras condicionadas pelas ideologias nacionalistas efervescentes na Europa do período, como já salientamos anteriormente. Desde então emergiu um esforço por inserir os documentos estudados nos seus contextos de produção. Um dos objetivos desse tipo de labuta foi evitar explicações teleológicas e anacrônicas. Se alguma intenção ideológica deveria ser protagonista, era aquela que inspirou os autores dos documentos antes da que move a pluma do historiador.

¹⁰² Para Mitre Fernández o suposto nacionalismo dos historiadores da Antigüidade Tardia resultou de interpretações equivocadas de questões conjunturais. Escreveu o estudioso: “(...) cabe hablar de um progressiva constracción territorial en lo que se refiere al ámbito geográfico sobre el que los historiadores de la transición al Medievo muestran su interés. El ‘nacionalismo’ del que, según se ha dicho en reiteradas ocasiones, se hacen portavoces, es un tanto conjuntural, resultado, en último término, de la fragmentación política del Imperio en el Occidente”. MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. **Historiografía y mentalidades históricas en la Europa Medieval**. Madrid: Universidad Complutense, 1982. p. 64-65.

¹⁰³ Dentre os trabalhos de White que bem explicam sua perspectiva podemos citar: WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality. **Critical Inquiry**, v.7, n.1, p.5-27, Autumn 1980. p.14. idem. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁰⁴ ROUCEK, Joseph S. A history of the concept of ideology. **Journal of the history of ideas**, v.5, n.5, p.479-488. Outubro de 1944. p.479.

A partir dessa perspectiva historiadores como Wallace-Hadrill chamaram a atenção para o equívoco das assertivas que qualificaram os *Decem Libri Historiarum* como a história da França por partirem de premissas fundamentalmente anacrônicas e que desconsideram o contexto no qual escreveu o bispo,¹⁰⁵ este, ao contrário, foi um homem muito atento as tensões de seu tempo, mormente as guerras que assolavam o *Regnum Francorum*.¹⁰⁶

Mas foram três trabalhos em especial que muito colaboraram com a consagração da leitura crítica da obra gregoriana ao levar em conta as intenções do bispo no momento em que escreveu seu texto de história. O mais famoso deles foi o livro de W. Goffart “*The narrators of barbarian history*”, onde o autor realizou a análise dos escritos de quatro autores: Jordanes, Gregório de Tours, Paulo Diácono e Beda o Venerável. O que devemos salientar como uma das principais contribuições de Goffart foi seu esforço em colocar o foco sobre o conjunto dos *Decem Libri Historiarum* e revisar a idéia quase axiomática de que os Dez Livros tinha por objetivo narrar a história dos francos e/ou da França. Goffart enfatizou o caráter moralista e didático que moveram a pena do bispo. Para o autor, os elementos caracterizados como “etnológicos” presentes nos livros eram puramente acidentais e não podem servir de evidências para sustentar a hipótese de que o bispo escreveu um história dos Francos (*Historia Francorum*) tampouco de uma nação que nasceria muitos séculos depois. O objetivo de Gregório era sobretudo pastoral, e os eventos da história que ele vivenciou forneceram os exemplos e o suporte para a realização de seu intento.¹⁰⁷

K. Mitchell, em sua tese de doutorado defendida em 1982, chama a atenção sobre o papel de Gregório enquanto um bispo em um momento conturbado no qual o papel episcopal ganhou destaque. Conforme a autora, é mediante essa perspectiva que as especificidades da obra do bispo de Tours devem ser analisadas. Sua posição enquanto uma autoridade religiosa de grande relevância influenciou na maneira como ele entendeu e escreveu a história.¹⁰⁸ M. Heinzelmann, por

¹⁰⁵ WALLACE-HADRILL, J.M. **The barbarian West. 400-1000**. Oxford, New York: Basil Blackwell, 1996. p. 66-76.

¹⁰⁶ WALLACE-HADRILL, J.M. The work of Gregory of Tours in the light of modern research. **Transactions of the Royal Historical Society**, v.1, p. 25-45, 1951. p.32.

¹⁰⁷ “Gregory’s goal was pastoral, and contemporary history was his means of persuasion, the only means that, in his view, retained effectiveness when experience alone, rather than words, had the capacity to elicit belief.” GOFFART, W. **The narrators of barbarian history (A.D. 550-800)**. Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul Deacon. Princeton: Princeton University Press, 1988. p.228.

¹⁰⁸ “It seems likely that Gregory understood to write history as a means of projecting his episcopal message beyond his Christian counsel and warning would never fail. It is clear from statements in the *Historiae* that he was concerned to write of the conflicts between good and evil and of rewards of saints and sinners. He placed these in

sua vez, chama também a atenção para o lugar de Gregório enquanto bispo, mas privilegia essa característica na moralidade que sustenta o plano interno da obra. De fato, é essa estrutura interna que muito chama a atenção do historiador alemão, algo que se justifica por sua tentativa de compreender a obra pela obra a despeito das afirmações apressadas que transmitiram a imagem de Gregório como um homem supersticioso, ingênuo e pouco confiável enquanto fonte de informação. Mas do que informações empíricas acerca do eventos da Gália no século VI, Gregório fornece um precioso relato sobre como um homem do período viu os eventos que se desenrolavam.¹⁰⁹

Dessas perspectivas redundou toda uma série de trabalhos que davam especial atenção aos interesses de Gregório de Tours ao escrever seus *Decem Libri Historiarum*. Encontramos autores como Ian Wood, que chamam a atenção para a necessidade de compreendermos os escritos gregorianos à luz do clima político e religioso no qual escrevia o bispo,¹¹⁰ Ou A.B. Breukelaar que via na obra de Gregório um bispo preocupado em afirmar e legitimar a autoridade episcopal¹¹¹ e ainda autores que salientam a necessidade de não reduzirmos a obra de Gregório a uma ideologia específica, episcopal ou régia¹¹² ou aqueles que acreditam que

the context of the past so that what had gone before would provide hope for those anticipating the coming end of the world.” MITCHELL, Kathleen. **History and Christian Society in Sixth-Century Gaul. An Historiographical analysis of Gregory of Tours’*Decem Libri Historiarum***. Dissertation submitted to Michigan State University. Michigan, 1982. p. 3 e 4.

¹⁰⁹ HEINZELMANN, Martin. **Gregory of Tours: History and Society in the Sixth Century**. Cambridge University press, 2001.

¹¹⁰ Diz o autor: “Essentially the account of fifth-century Gaul offered by Gregory in his *Historiae* is intended, on the one hand, to denigrate the Arian Goths and Burgundians, and, on the other, to elevate the Franks and their king, the Catholic convert, Clovis. The interpretation set out by Gregory depended, in part, on the religious and political climate of the period in which he himself was writing”. WOOD, I. Continuity or calamity?: The constraints of literary models. In: DRINKWATER, J & ELTON, H. **Fifth-century gaul: A crisis of identity?** Cambridge, Nova York, Melbourne: Cambridge University Press, 1992. p.13. Ainda de autoria de Wood, ver: Disputes in late fifth- and sixth-century Gaul: some problems. In: DAVIES, W. & FOURACRE, P. **The settlement of disputes in Early Medieval Europe**. Cambridge, Nova York, Okleigh: Cambridge University Press, 1986. p.7-22. Especialmente p.19. Sobre a perspectiva basicamente aristocrática que permeava as fontes do período: WOOD, Ian. The fall of the Western Empire and the end of Roman Britain. *Britannia*, v.18, p. 251-262, 1987. p.251-262. Ver ainda o livro do mesmo autor: **The Merovingian Kingdoms 450-751**. New York: Longman, 1994.

¹¹¹ BREUKELLAAR, A.H.B. **Historiography and episcopal authority in sixth-century, Gaul: the Histories of Gregory Tours interpreted in their historical context**. Göttingen; [s. n.] 1994. Nessa mesma perspectiva: CROKE, B. Latin historiography and the barbarian kingdoms. In: MARASCO, G. (ed.). **Greek & Roman historiography in Late Antiquity. Fourth to Sixth century A.D.** Leiden, Boston: Brill, 2003. p.349-389. Especialmente p.381-385. VAN DAM, Raymond. **Leadership and community in late Antique Gaul**. University of California Press, 1985. p.182. BRENNAN, B. ‘Being Martin’; Saint and successor in Sixth-Century Tours. **The Journal of religious History**. vol.21, n.2, p.121-133, 1997.

¹¹² SILVA, Marcelo Cândido. Providencialismo e história política nos *Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours. **Varia historia**, Minas Gerais, n.28, 2002. JAMES, Edward. Gregory of Tours and the Franks. In: MURRAY, Alexander Callander (ed). **After Rome’s Fall... op.cit.** p. 56-57.

Gregório objetivou escrever um relato que contribuísse que a etnogênese dos Francos. Assim, Gregório aos poucos deixou de ser o historiador da França; passou a ser visto como o historiador da Igreja na Gália, dos Francos na Gália, do *Regnum Francorum*, mas acima de tudo, da realidade em que viveu e que tão dedicadamente tentou registrar.

Ocorreu uma mudança de foco semelhante na historiografia dedicada ao bispo de Sevilha, Isidoro. Semelhante, é preciso ressaltar. Enquanto há ainda sérios debates sobre os objetivos e a natureza dos *Decem Libri Historiarum*, as interpretações acerca das *Historia Gothorum, Sueborum et Wandalorum* de Isidoro aproximam-se de uma espécie de consenso referente as intenções essencialmente políticas do opúsculo. T. González chamou a atenção para o fato de que Isidoro de Sevilha outorgou à política um espaço considerável em seus escritos, não por acaso, de acordo com o pesquisador, Isidoro entendeu que a política era parte da vida humana, tanto material quanto espiritual.¹¹³ O autor insere a produção de Isidoro em um contexto de profundas transformações na monarquia visigoda. Os que outrora foram chefes guerreiros, os reis visigodos, tornavam-se no século VII chefes políticos de uma nação em construção. A unidade política, religiosa e territorial passou a ser o projeto dessa monarquia com o suporte da Igreja. É como parte constituinte desse processo que González compreendeu a obra isidoriana.¹¹⁴

As palavras de González ilustram bem as perspectivas predominantes que permearam as interpretações sobre os escritos isidorianos. À luz das transformações pelas quais passava a monarquia visigoda desde a conversão de Recaredo no final do século VI os pesquisadores, tais como J. Orlandis,¹¹⁵ vislumbraram o papel de Isidoro enquanto artífice da construção ideológica que sustentou tanto a legitimidade do poder régio – algo salutar frente as investidas que derrubavam os monarcas – quanto a unidade política, administrativa e religiosa que ganhou destaque no projeto da monarquia. J.N. Hillgarth salientou ainda que as obras de cunho historiográfico engendradas na *Hispania* visigoda nasceram justamente depois da “unificação”

¹¹³ GONZÁLEZ, T. La Iglesia y la Monarquía Visigoda. In: GARCIA VILLOSLADA, R. **Historia de la Iglesia en España**. Madrid: BAC, 1979. p.423.

¹¹⁴ Ibidem, p. 423-426. É preciso abrir um parênteses aqui. Embora González tenha inserido os escritos de Isidoro em um grande projeto político, foi uma voz dissonante na historiografia especializada, já que dedicou-se ao combate da idéia de que a monarquia visigoda fora “teocrática”. Para o autor, embora os monarcas em certa medidas contassem com o apoio do episcopado, estava muito evidente que tinham funções específicas e que não se confundiam com o exercício da autoridade religiosa. Não obstante, o poder régio obedecia e uma série de limitações que impedia seu exercício de forma autoritária. O rei respondia a Deus, a Igreja e, mais importante, as leis.

¹¹⁵ ORLANDIS, J. Estudios visigóticos III: El poder real y La sucesión al trono en la monarquía visigoda. **Cuadernos del instituto jurídico español** n.16. Madrid-Roma: Consejo superior de investigaciones científicas. Delegación de Roma, 1962. p.13-14 Do mesmo autor: **Historia de España. La España visigótica**. Madrid: Gredos, 1977. p.28-33.

do final do século VI, constituindo dessa maneira o arsenal da propaganda régia diante das eventuais dissidências. Tais obras inspiraram-se na doutrina da eleição dos povos e visavam outorgar ao visigodos o papel de novo povo eleito depois dos romanos.¹¹⁶ Hillgarth, todavia, afastou-se de Orlandis sobretudo ao refutar a idéia de que Isidoro objetivou legitimar um Estado nascente, o que tinha em vista o bispo era na verdade a monarquia em específico e a tentativa de afirmar sua independência diante do bizâncio e a legitimidade de seu governo na Península.¹¹⁷ Destaca-se no rol desses trabalhos que lançaram luz ao contexto das disputas políticas do reino os estudos de L.A. García Moreno, autor que enfatizou as tensões na aristocracia e em certa medida superou a velha querela entre a primazia dos poderes – episcopal ou régio – na condução dos negócios do reino. Para García Moreno, o obra isidoriana efetivamente se insere em um período de transformações, onde despontava um Estado que visava conformar as forças políticas mediante um acordo tácito concretizado no cânone LXXV do IV Concílio de Toledo.¹¹⁸

De fato, foi sobre o papel político representado pelos escritos isidorianos que o foco dos especialistas voltou-se sobremaneira. Mesmo assim, autores como J. Fontaine,¹¹⁹ Díaz y Díaz,¹²⁰ Rodríguez-Pantoja¹²¹ e Domínguez del Val,¹²² além dos aspectos políticos, chamam a atenção

¹¹⁶ HILLGARTH, J.N. *Historiography in Visigothic Spain*. In: **Settimane di studio del centro italiano di studi sull'alto Medioevo, XVII. La storiografia altomedievale**. Tomo primo. Spoleto: Centro italiano di Studio sull'alto medioevo, 1970. p.261-311. Perspectiva semelhante sustentou Rodríguez Alonso: RODRIGUEZ ALONSO, Cristóbal. **Las historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla. Estudios, edición crítica y traducción**. Leon: centro de estudios e investigación "San Isidoro". Archivo histórico diocesano Caja de ahorros y Monte Piedad de Leon, 1975.

¹¹⁷ HILLGARTH, J.N. *Historiography in Visigothic Spain...op.cit.* p.292-298. Além de Hillgarth podemos citar o trabalho de M. Zimmermann que também privilegia o papel de Isidoro enquanto legitimador da monarquia antes de um Estado propriamente dito. Cf: ZIMMERMANN, M. Les sacres des rois wisigoths. In: ROUCHE, M. **Clovis. Histoire et mémoire. Le baptême de Clovis, son écho à travers l'histoire**. Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997. p. 9-28.

¹¹⁸ GARCÍA MORENO, L.A. La oposición de Suintila: Iglesia, monarquía y nobleza en el reino visigodo. Valladolid: **Estudios de Historia Medieval. Homenaje a Luis Suarez**. Polis, 3, 1991. Do mesmo autor: Élités e Iglesias hispanas en la transición del Imperio Romano al Reino Visigodo. In: CANDAU, J.M; GASCÓ, F. & RAMÍREZ DE VERGER, A. **La conversión de Roma. Cristianismo y Paganismo**. Madrid: Ediciones Clásicas, 1990. p.223-258.

¹¹⁹ FONTAINE, J. Isidoro de Sevilla, padre de la cultura europea. In: CANDAU, J.M; GASCÓ, F. & RAMÍREZ DE VERGER, A. **La conversión de Roma. Cristianismo y Paganismo**. Madrid: Ediciones Clásicas, 1990. p.259-286. Do mesmo autor: **Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique**. Paris: Études Augustiniennes, 1959. Ainda: Théorie et pratique du style chez Isidore de Séville. **Vigiliae Christianae**, v.14, n.2, p.65-101, 1960.

¹²⁰ DIAZ Y DIAZ, M. **De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular**. Barcelona: El Albir, 1976.

¹²¹ RODRÍGUEZ-PANTOJA, M. La obra de Isidoro de Sevilla: las *Etimologías*. In: GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. **San Isidoro. Doctor de las Españas**. Sevilla: Caja Duero, 2003. p. 93-123.

¹²² DOMÍNGUEZ DEL VAL, U. La utilización de los Padres por San Isidoro. DIAZ Y DIAZ, M (ed.). **Isidoriana**. Leon: Centro de Estudios "San Isidoro", 1961. p. 211-221.

para o impacto cultural da obra do bispo na *Hispania* em especial e no Medievo em geral. Tais pesquisadores enfatizam ainda a herança cultural da qual Isidoro de Sevilha foi herdeiro e de que maneira ela pesou na elaboração da obra do Hispalense. Pode-se destacar dentre as maiores contribuições desses autores o esforço por construir a trajetória e a herança cultural do bispo de Sevilha sem perder o foco do pragmatismo da obra de Isidoro no momento em que ele escreveu.

Essas novas abordagens dedicadas tanto aos escritos de Gregório de Tours quanto aos de Isidoro de Sevilha trouxeram significativas contribuições. Para além de explicações teleológicas (o nascimento da história da França e da Espanha), muito além da reconstrução dos fatos, Gregório e Isidoro foram inseridos em seus próprios tempos. Como agentes sociais privilegiados no *Regnum Francorum* e no *Regnum Gothorum* constatou-se os interesses que moviam suas penas em um mundo marcado por disputas que envolviam reis, bispos e, antes de tudo, aristocracias que lutavam pela primazia política. Os eventos em si perderam espaço para a crítica textual ocupada com o impacto de visões particulares na redação de escritos que almejavam o universalismo interpretativo. Queriam os bispos legitimar o poder episcopal? O poder dos reis que enfrentavam fortes resistências em territórios cada vez mais polarizados? Conformar forças políticas em profundas disputas a fim de garantir a estabilidade dos reinos? Ou, sinceramente, almejavam com suas histórias apontar para a necessidade da valorização dos preceitos cristãos a fim de garantir a Salvação dos fiéis? Ora, o que é efetivamente inegável é que ambos foram movidos por interesses e, para os especialistas mencionados nesse tópico, a análise desses interesses é fundamental para a compreensão da natureza das *Historia Gothorum Sueborum et Wandalorum* e dos *Decem Libri Historiarum*.

É inestimável a mudança de foco realizada pelos especialistas que privilegiaram tais perspectivas, mesmo assim certos cuidados são necessários. Devemos insistir nas colocações de P. Heather que chamou a atenção para os perigos da fragmentação que os estudos voltados especificamente para as interpretações de autores em particular podem engendrar.¹²³ Conforme o historiador, as pesquisas detalhadas de aspectos muito pontuais por vezes prejudica a visão do todo. Ora, tal prejuízo não deixa de influir na própria compreensão outorgada a tais elementos específicos uma vez que os descola justamente da realidade que buscaram retratar, mesmo que essa não tenha sido a intenção do pesquisador que seguiu esse caminho. O que queremos

¹²³ “The intellectual impact of these trends on the study of late antiquity has been electric, but has tended towards fragmentation, leading scholars away from synthesis and into detailed studies of particular aspects.” HEATHER, Peter. **The fall of the Roman Empire...***op.cit.*p.XIII.

ressaltar com isso é que a *Historia Gothorum, Sueborum et Wandalorum* e os *Decem Libri Historiarum* não são auto-explicativos. Perdem o sentido quando apartados da Gália do século VI e da *Hispania* do século VII. De certa forma é isso o que ocorre quando assevera-se que Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha estavam a serviço de uma ideologia – católica, régia, aristocrática – e que ocuparam-se tão-somente em legitimá-la. Ao afirmar isso erige-se a idéia de que Igreja, Estado e Aristocracia eram três entidades distintas que disputavam o poder como tais.

Ora, as distinções entre essas três “instituições” são mais fruto do olhar contemporâneo do que algo evidente nos séculos VI e VII. Gregório e Isidoro traziam em si a marca de uma peculiaridade do período que por vezes é fragmentada em três: a aristocracia, as autoridades religiosas e a realeza. Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha não poderiam querer legitimar a Igreja como um poder supremo pois não a viram como descolada da autoridade real.¹²⁴ Mesmo que fossem membros de famílias aristocráticas, eram bispos atentos aos anseios de seus rebanhos. As disputas no seio da realeza não eram causadas por outros grupos senão os aristocratas; os bispos não advinham de outras origens senão as aristocráticas; quando o rei pedia conselhos aos bispos, estava ciente de que consultava tanto um religioso como um membro de grupos poderosos que atuavam no âmbito da laicidade. Em suma, essas três entidades artificialmente distinguidas confluem quando observamos os escritos dos bispos. É sob essa perspectiva que suas obras devem ser entendidas: como escritos que traziam a marca dessa confluência em lugar de bastiões de alguma ideologia religiosa, régia ou aristocrática.

Revisão etnológica

A idéia de existência de grupos étnicos não é novidade, tampouco os estudos voltados para o tema. A palavra “etnologia” nasceu em 1787, mas sofreu uma série de modificações de sentido no curso do tempo.¹²⁵ No século XIX operou a simbiose de conceitos como raça e povo como entidades naturais de raízes meta-históricas, intimamente relacionadas a um território.¹²⁶ Já nas primeiras décadas do século XX os etnólogos esforçaram-se por incutir um aparato empírico à

¹²⁴ A idéia da distinção entre poder real e poder episcopal muito se inspirou na famosa distinção Gelasiana. A. Momigliano apontou para o equívoco na concepção de que Gelásio de fato distinguiu a autoridade religiosa (*auctoritas*) do poder imperial (*potestas*) e colocou o primeiro acima do segundo. Cf: MOMIGLIANO, A. Time in ancient historiography. **History and Theory**. v.8, n.6. p.1-23, 1966.

¹²⁵ POIRIER, Jean. **História da etnologia**. São Paulo: 1981. p.2-3.

¹²⁶ Cf: GOBINEAU. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris: 1884.

etnologia, aproximando-a de estudos biológicos no esforço de traçar um quadro taxionômico das raças.¹²⁷ Modernamente, os estudos etnológicos foram realizados à luz de uma série de perspectivas teóricas, desde o evolucionismo unilinear e o difusionismos – que enxergaram os grupos étnicos como participantes de uma marcha inexorável rumo à evolução – até as abordagens analíticas, críticas das concepções evolucionistas e até mesmo da objetividade do conhecimento etnológico.¹²⁸ O que há de comum entre as várias tendências mais atuais é o esforço por delimitar bem os conceitos de “etnia”, “raça”, “povo” e os laços traçados entre eles e a “nação”, “Estado”, ou mais especificamente, “Estado-Nação”.

Na linha das discussões conceituais delineava-se igualmente profundos debates sobre a natureza dos laços étnicos. Seriam eles naturais, frutos de uma necessidade imanentes aos humanos? Ou instrumentos de uma classe dirigente preocupada em estabelecer pontos de coesão entre seus dominados? Ou simples construções datadas do século XIX e fundamentadas por grande parte dos estudos “científicos” do período?¹²⁹ Mais do que a delimitação das etnias – obsessão dos primeiros etnólogos –, percebemos que a natureza desse elemento de identificação tornou-se o objeto dos pesquisadores, assim como o seu papel na vida dos grupos humanos.

As pesquisas mais recentes procuram analisar o tema a partir da perspectiva histórica. Reconhecem que os grupos étnicos não são entidades naturais, mas fruto de um processo de construção baseado em uma série de símbolos. Não obstante, esses mesmos grupos não são estáticos, pelo contrário, sofrem modificações significativas ao longo da história.¹³⁰ Tendo em vista essa dimensão histórica, A. D. Smith procurou delimitar um conceito para etnia. Segundo o autor, ela determina um grupo humano cujos membros compartilham de mitos de origem e descendência, memórias históricas, modelos culturais e valores comuns, associação a um território e laços de solidariedade.¹³¹

Para a Antigüidade Tardia especificamente, os estudos etnológicos foram tratados com especial reserva graças ao fantasma das teorias raciais, combustível de regimes totalitários que mergulharam o início do século XX nos dois maiores conflitos que devastaram a humanidade.

¹²⁷ Cf: PITTARD, E. **Les races et l'histoire. Introduction ethnologique a l'histoire**. Paris: La Renaissance du livre, 1932.

¹²⁸ Ibidem, p. 35-38.

¹²⁹ SMITH, A. D. The politics of culture: ethnicity and nationalism. In: INGOLD, T. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London and New York: Routledge, 2005. p. 707-709.

¹³⁰ SMITH, A. D. The politics of culture: ethnicity and nationalism. In: INGOLD, T. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London and New York: Routledge, 2005. p.709.

¹³¹ Idem.

Foi a publicação do trabalho *Stammesbildung und Verfassung. Das Werden der frühmittelalterlichen Gentes*¹³² de Reinhard Wenskus no ano de 1961 uma obra fundamental para a retomada do problema das identidades étnicas dos grupamentos humanos generalizados sob a alcunha de “bárbaros” ou “germanos”. Até o estudo de Wenskus os “povos bárbaros” que avançaram pelo Império eram vistos como unidades populacionais coesas, já com uma longa história comum, liderados por chefes de uma linhagem reconhecida pelos pares e viventes sob uma mesma cultura e costumes. O texto de 1961 contribuiu para uma revisão crítica desse aforismo ao analisar o tema à luz dos estudos etnológicos em destaque na década de 1960.¹³³

Inspirados pelo trabalho de Wenskus, historiadores da Antigüidade Tardia passaram a defender que os grupamentos “bárbaros” estavam longe da coesão implicada na idéia de “povos”. Eram na verdade contingentes populacionais heterogêneos cuja identidade foi forjada mediante um processo histórico de longa duração – denominado etnogênese –, iniciado praticamente de maneira concomitante a movimentação próxima e no interior das fronteiras imperiais. Qualquer elemento que contribuísse para um sentimento identitário no seio desses grupamentos, como um reconhecimento tribal ou étnico, era fluído e muito sujeito a modificações.¹³⁴ Esse mesmo processo de construção de identidade permaneceu dinâmico no decorrer dos séculos da Antigüidade Tardia.

Se por um lado a responsabilidade pela concepção da existência de “povos” coesos deve às fontes do período, por outro lado as obras engendradas pelos historiadores dos séculos XIX e início do XX contribuíram para sua aceitação.¹³⁵ A revisão crítica alimentada por Wenskus rebateu a compreensão da identidade dos grupos étnicos como uma característica inata. Para os especialistas que seguem essa tendência, o conceito de etnicidade deve ser compreendido como

¹³² Numa tradução livre: “Formação da linhagem e constituição. A gênese das *Gentes* na Primeira Idade Média”

¹³³ POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, Lester K. et ROSENWEIN, Barbara H. (eds). **La Edad Media a debate**. Madri: Akal, 2003. p.35. M. Kulikowski cita ainda as contribuições dos estudos de Herwing Wolfram, Walter Pohl, Helmut Reimitz e Javier Pampiega para a divulgação da etnogênese como conceito operativo para os estudos dos germanos. Cf: KULIKOWSKI, Michael. Ethnicity, Rulership and Early Medieval Frontiers. In: CURTA, Florin (ed.). **Borders, barriers and ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2005. p. 248.

¹³⁴ KULIKOWSKI, Michael. Barbarians in Gaul, Usurpers in Britain. **Britannia**, v.31, p. 325-345, 2000. p.341-342.

¹³⁵ De acordo com P. Gueary estes historiadores deliberadamente sustentaram essa assertiva para sustentar a legitimidade – ou superioridade – histórica de suas respectivas nações. Cf: GUEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, 2005. E ainda: GUZMÁN ARMARIO, Francisco Javier. ¿Germanismo o Romanismo? Una espinosa cuestión del mundo antiguo a la Edad Media: el caso de los visigodos. **Anuario de estudios medievales**. n.35, v.1, p.3-23, 2005. GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

uma prática política e cultural que reforça laços que inexistem naturalmente.¹³⁶ A construção da identidade étnica passa então a ser um objeto em si, que deve ser analisado enquanto prática social. Desta forma, as contribuições dessa perspectiva vão além das novas leituras críticas das fontes e se estendem para a ampliação das problemáticas com as quais os historiadores do medievo devem lidar.

As primeiras referências aos grupamentos humanos do Ocidente europeu são atribuídas à Heródoto e Hecateu, que os denominaram pelo termo *Keltoi*, traduzido por Celtas. Em 320 a.C, Pytheas de Marselha, em seu relato sobre a viagem que fez ao redor das ilhas britânicas, operou a primeira distinção entre esses grupos ao separá-los entre *Keltoi* e *Germanoi*. Já nos tempos da supremacia romana temos o relato de Júlio César, originário de suas incursões à Gália e a célebre obra de Tácito, dedicada à Germânia.¹³⁷

Apesar da propriedade de gregos e romanos em inserir os grupamentos humanos em categorias etnológicas específicas, é muito pouco provável que os indivíduos que viviam para além das fronteiras do mundo grego-romano se auto-denominavam como *Keltoi*, *Germanoi* ou *gens gothorum*, *sueborum*, *germanorum*, etc. Todavia, para especialistas como P. Heather, W. Pohl, H. Wolfram, M. Kulikowski, P. Geary, R. Le Jan, R. Collins¹³⁸ os contatos entre os “bárbaros” e os romanos foi crucial para a construção do “mito étnico” germânico. Tal elemento ganhou peso especial no processo de consolidação dos reinos romano-germânicos onde os reis e a aristocracia lançavam mão da unidade étnica, pautada principalmente no mito de origem e na

¹³⁶ POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, Lester K. et ROSENWEIN, Barbara H. (eds). **La Edad Media a debate**. Madri: Akal, 2003. p.39.

¹³⁷ TODD, Malcolm. **The Early Germans**. Maryland, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2004. p.1-5.

¹³⁸ COLLINS, Roger. **La España Visigoda (409-711)**. Barcelona: Crítica, 2005. HEATHER, P. The emergence of the Visigothic kingdom. In: DRINKWATER, J. & ELTON, H. **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1992. p.84-86. GEARY, Patrick J. Barbarians and ethnicity. In: BOWERSOCK, G.W. BROWN, P. & GRABAR, O. (eds). **Interpreting Late Antiquity. Essays on the Postclassical world**. Cambridge e Londres: Belknap, 2001. p. 107-129. KULIKOWSKI, Michael. Ethnicity, Rulership and Early Medieval Frontiers. In: CURTA, Florin (ed.). **Borders, barriers and ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2005. p.247-254. _____. Barbarians in Gaul, Usurpers in Britain. **Britannia**, v.31, p. 325-345, 2000. p.341-342. LE JAN, Régine. **La société du haut Moyen Âge. VI^e-IX^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2003. p. 30-55. POHL, Walter. El concepto de etnia en los estudios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, Lester K. et ROSENWEIN, Barbara H. (eds). **La Edad Media a debate**. Madri: Akal, 2003. _____. Frontiers and ethnic identities: some final considerations. In: CURTA, Florin (ed.). **Borders, barriers and ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages...*op.cit.* 255-265. WOLFRAM, Herwig. The Goths in Aquitaine. **German Studies Review**. v.2, n.2, p.153-168. Maio de 1979.

linhagem monárquica, como instrumento de legitimidade.¹³⁹ Ganhou destaque ainda mais no século XIX, quando os historiadores se esforçaram por apontar a antiguidade da nação.

M. Todd apresenta uma visão distinta dos especialistas citados. Segundo ele a reação às abordagens que viam os povos germânicos como grupos coesos na ocasião da entrada no Império foi longe demais. Todd afirma que é possível aceitarmos, apoiados em evidências levantadas principalmente pela arqueologia, que os ancestrais dos grupos do século III viveram no final do século I a.C.¹⁴⁰

Sobre os godos, o autor disserta que conforme o mito de origem destes suas raízes encontravam-se em algum local não especificado ao sul da Escandinávia. Devido à superpopulação os godos migraram em massa para a região da costa do Mar Negro. Embora as fontes arqueológicas não sustentem qualquer ocorrência de migração em massa, elas indicam um acréscimo cultural ocorrido no século II d.C. na atual Ucrânia. Todd sustenta a hipótese do deslocamento de uma banda de guerreiros oriundos do sul da Escandinávia que durante sua movimentação encontrou populações das estepes da atual Rússia unindo-se à elas. Ao chegarem na Ucrânia esse grupo heterogêneo encontrou uma localidade habitada por muitos outros grupos igualmente heterogêneos. Desta forma os estudos dos sítios arqueológicos da região indicam a impossibilidade de instituir o que existia de genuinamente godo na região no século III, período em que romanos e “godos” se envolveram em grandes batalhas uns contra os outros – especialmente entre 238 e 270 – e que inspiraram muitos dos relatos sobre os germanos.¹⁴¹

O problema dos francos é mais complexo. Os primeiros relatos sobre eles datam de 250 quando atacaram as províncias da Gália. Muitas tribos ao leste do Reno do final do século I parecem ter formado a confederação que chegou à Gália na segunda metade do século III, especialmente os Ampsivarii, Bructeri, Chatti e Chattuarii. Mesmo assim, a origem dos francos permanece obscura. Além disso, antes de Childerico, não há qualquer base histórica sólida que aponte para os líderes dos francos. Desta maneira, conforme Todd, o processo de etnogênese dos francos ocorreu exclusivamente na Gália, e para tanto muito colaborou a obra de Gregório de Tours “criador” da versão de que os francos surgiram na região central por onde atravessa o

¹³⁹ HOPPENBROUWERS, Peter. Such stuff as peoples are made on: ethnogenesis and the construction of nationhood in Medieval Europe. *The Medieval History Journal*, n.9, v. 2, p.195-242. 2006.

¹⁴⁰ TODD, Malcolm. *The Early Germans*. Maryland, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2004. p.9-11.

¹⁴¹ Ibidem, p. 139-142.

Danúbio.¹⁴² Para ele, a obra do bispo de Tours integrava um projeto de legitimação da cada vez mais influente dinastia merovíngia mediante a criação do passado.¹⁴³

As considerações anteriores apontam para o fato de que os francos e os visigodos, enquanto *gentes*¹⁴⁴ não existiam naturalmente. Tais conclusões são também compartilhadas por Todd, mesmo que este coloque em dúvida as afirmações dos pesquisadores que outorgam ao contato com os romanos a etnogênese dos germanos.

Nem todos os especialistas, contudo, são entusiastas dessa abordagem. S. Reynolds, em seu artigo dedicado às coletividades humanas que estavam por trás das narrativas históricas engendradas por autores cristão, mostra-se cética em relação às benesses do uso do conceito de grupos étnicos, especialmente por ser muito sujeito à anacronismos.¹⁴⁵ A autora defende o uso dos conceitos “clássicos” de nação, ou até mesmo Estado para a designação desses grupamentos. Segundo ela, é muito mais produtivo pensarmos sobre uma definição precisa desses termos do que aplicarmos “eufemismos” como grupos étnicos.¹⁴⁶

De fato as considerações de Reynolds são interessantes. Há muitas incertezas nas definições de conceitos como “raça”, “tribo”, “povo”, “nação” e “Estado”, e não parece sensato refutarmos a reflexão profunda sobre esses termos em prol de nomenclaturas aparentemente menos contraditórias, como “grupos étnicos”. Todavia, a autora ignora que o uso de terminologias etnológicas não provém de substituições arbitrárias, mas de estudos sistemáticos sobre as características das *gentes* na Antigüidade e Antigüidade Tardia. A partir desses estudos inferiu-se que os conceitos advindos da etnologias se aplicam melhor àquelas realidades do que os termos por ela propostos. Não obstante, as terminologias que ela propõe não fogem ao risco do anacronismo.

¹⁴² TODD, Malcolm. **The Early Germans** ... *Op.Cit.* p.179-193.

¹⁴³ “The creation of a past is often as important as the past itself and the creation of a past for the Franks was a clear need as Frankish power and influence in Gaul grew in the fifth century”. *Ibidem*, p.180.

¹⁴⁴ Seguimos as reflexões de P. Gueary sobre o conceito de *gentes*. Segundo o autor, os autores clássicos, principalmente romanos, entenderam *gentes* (termo latino derivado da palavra *gene* de origem grega) como povos cuja unidade residia nos costumes, nas tradições ancestrais e na lei natural, enquanto *populus* aproximava-se da idéia de unidade baseada em leis constituídas, portanto, eminentemente históricas. Para os autores romanos, como Tito Lívio, esse fato outorgava superioridade aos romanos em relação às *gentes*. GUEARY, P. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, 2005. p. 57-73.

¹⁴⁵ REYNOLDS, Susan. Our forefather? Tribes, peoples, and nations in the historiography of the age of migrations. In: MURRAY, A.C. (ed). **After Rome’s Fall: Narrators and Sources of the Early Medieval History**. Toronto: University of Toronto Press, 1998. p.19-20.

¹⁴⁶ REYNOLDS, Susan. Our forefather? Tribes, peoples, and nations in the historiography of the age of migrations...*op.cit.*, p.33.

M. Coumert apresenta argumentos mais sólidos contra o uso de conceitos etnológicos. Segundo ela, não se pode inferir que ocorreu a etnogênese de todo um “povo” a partir de relatos de grupos minoritários e participantes das estruturas de poder. Isso seria superestimar as narrativas oriundas desses grupos e ignorar a realidade das populações como um todo.¹⁴⁷ I. Wood chama a mesma atenção para a necessidade de adotarmos uma postura crítica diante dos textos advindos dos grupos minoritários apontados por Coumert. Segundo o historiador, os autores desses documentos eram homens oriundos de aristocracias senatoriais que em seus escritos expressaram a visão justamente dessas aristocracias, preocupadas em preservar os elementos que mantinham sua influência em um cenário de mudanças.¹⁴⁸

O professor Wood em outro artigo desenvolveu reflexões elucidativas para o problema. Em seu estudo sobre as *Leges Constitutionum* dos burgúndios e o *Pactus Leges Salicae* dos francos sálicos defendeu que as distinções estabelecidas entre esses e os romanos deviam mais à tradição romana do que germânica.¹⁴⁹ É possível seguir as considerações de Coumert e do próprio Wood e inferir que as distinções presentes em textos “literários” deviam igualmente à tradição romana, cabe ainda lembrar que esses mesmos textos foram redigidos pelos membros das aristocracias apontadas pelo historiador inglês. Para ambos os casos Wood é cético em relação à possibilidade de partirmos de explicações etnológicas.¹⁵⁰

A polêmica em torno dos estudos etnológicos data justamente do momento em que tais abordagem ganharam espaço entre os historiadores da Antigüidade Tardia. Em um primeiro momento o debate esteve concentrado entre a Escola de Viena, defensores desse tipo de estudo, e a Escola de Toronto, formada pelos estudiosos ligados a Goffart que duvidam da possibilidade

¹⁴⁷ COUMERT, M. **Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge occidental (550-850)**. Paris : Institut d'Études Augustiniennes, 2007. p. 535.

¹⁴⁸ WOOD, Ian. Continuity or calamity?: the constrains of literary models. In: DRINKWATER, J. & ELTON, H. **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1992. p. 9-18.

¹⁴⁹ WOOD, I. Disputes in late fifth – and sixth – century Gaul: some problems. In: DAVIES, W. & FOURACRE, P. **The settlement of disputes in Early Medieval Europe**. Cambridge, New York, Okleigh: Cambridge University Press, 1986. p.7-22. Ainda sobre o peso da tradição romana na legislação merovíngia no mesmo volume Cf: FOURACRE, P. ‘*Placita*’ and the settlement of disputes in later Merovingian Francia. p. 23-43.

¹⁵⁰ Sobre a questão das leis escreveu: “In the sixth century it is scarcely credible that tribes which had emerged not many generations before should be totally wedded to a particular legal system which was only then in the process of formation. Nor do the laws themselves support the notion that they were designed only for a single ethnic group. Indeed, given the recent formation of many of the tribes, ethnicity is scarcely a viable concept in this period”. Disputes in late fifth – and sixth – century Gaul ... *op.cit.* p.21. Cabe frisar que Wood não refuta totalmente os estudos etnológicos, é tão-somente crítico em relação a possibilidade de aplicar-los indiscriminadamente para todos os anos que constituem a Antigüidade Tardia.

da utilização das fontes escritas para mapear a formação de grupos étnicos medievais.¹⁵¹ É bastante claro que a querela está longe de terminar, o que é de certa maneira bastante positivo já que tais debates muito contribuíram para a problematização de conceitos que outrora eram compreendidos como unívocos, como povo, *gentes* e nação.

O estudo dos mitos de origem e a construção de memórias identitárias constituem poderosos objetos de análise para os historiadores, devemos contudo cuidar para não partirmos de explicações apressadas que colocam os escritos de Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha como instrumentos cujo objetivo foi produzir tais elementos de coesão. Ora, a tópica das “*Origenes Gentium*”, um dos elementos utilizados pelos historiadores da etnogênese como indício de que uma determinada obra cumpriu papel no processo de construção de identidade, era lugar comum na historiografia greco-romana, e assim o era muito antes dos séculos VI e VII.¹⁵² Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha conheciam a tradição historiográfica “pagã”, será que não estavam lançando mão de uma tópica essencial do gênero histórico¹⁵³ quando se ocuparam com as origens dos francos e dos visigodos, mais do que deliberadamente almejaram escrever a história dos francos e dos visigodos em particular?

De fato os bispos de Tours e de Sevilha deram atenção especial aos francos e aos visigodos respectivamente em suas histórias, mas será que eles desejavam contribuir deliberadamente com o processo de etnogênese que supostamente estava em curso no período em que viveram? Aliás, eles estavam cientes do curso desse processo? Como colocamos, já os gregos e os romanos costumavam categorizar os mais diversos grupos em unidades étnicas. Parece bastante plausível que Gregório e Isidoro, enquanto membros de tradicionais famílias senatoriais de origem romana tivessem herdado essas categorias étnicas e tão-somente as utilizado em seus opúsculos. Desta forma, cabe olharmos antes de tudo como os bispos entenderam o lugar dos francos e dos visigodos no curso do tempo, como os retrataram, sem

¹⁵¹ CURTA, Florin. Some remarks on ethnicity in medieval archaeology. *Early Medieval Europe*. v.15, n.2, p.159-185, 2004.

¹⁵² BICKERMAN, Elias J. *Origenes Gentium*. *Classical Philology*. v.47, n.2, p.65-81. Abril de 1952.

¹⁵³ Sobre o gênero histórico para a historiografia grega e romana Cf: AUERBACH, Erich. *Mimesis. A representação da realidade na literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971. CANDAU MORÓN, José Maria. Providencia y política en los historiadores paganos de la Baja Antigüedad. In: CANDAU MORÓN, J. M.; GASCÓ, F. et RAMIREZ VERGER, A. (editors). *La conversion de Roma. Cristianismo y paganismo*. Madrid: Clásicas, 1990. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983. p.169-293. _____. Time in ancient historiography. *History and Theory*. v.6, p.1-23, 1966. SAUGE, André. *De l'épopée à l'histoire. Fondament de la notion d'Histoire*. Peter Lang, 1992. LURAGHI, Nino (ed.). *The historian craft in the Age of herodotus*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

contudo partirmos de premissas que outorgam às suas obras a qualidade de mecanismos de construção de identidades étnicas.

Ora, categorias, conceitos, são instrumentos indispensáveis para o processo cognitivo. O que é, afinal, a compreensão além de uma tradução de conceitos estranhos a nossa época para categorias passíveis ao nosso entendimento? Essa característica imanente à curiosidade que nos move por fontes tão pretéritas nos impõe um dilema doloroso: em que medida não subordinamos nossos objetos à nossos próprios conceito, de modo que o ímpeto por conhecer o passado nada mais é do que uma ilusão, já que buscamos respostas para nossos anseios antes de entendermos outros tempos? O que faziam os historiadores que miraram as obras de Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha em buscas das origens da nação francesa e espanhola além de tentar justificar a soberania desses Estados diante de uma Europa convulsionada por disputas territoriais?¹⁵⁴ Foi por acaso que o conceito de ideologia foi tão marcante entre os estudiosos estadunidenses inseridos no contexto tenso da Guerra Fria? Nos dias atuais, onde identidades nacionais estão na berlinda diante de um mundo globalizado, com fronteiras cada vez mais fluídas e grandes ondas imigratórias, não são pertinentes reflexões sobre etnias e construções identitárias?

H.-I. Marrou bem salientou:

Il ne s'agit pas seulement d'une compréhension plus ou moins concrète et réelle; c'est tout le travail historique qui dépend du contenu de la conscience présente du chercheur; les questions posées au passé, les problèmes qu'on y soulève, et jusqu'aux concepts mêmes dont se servira l'analyse répondent à des réalités présentes, à certaines exigences de l'âme de l'historien et de son temps.¹⁵⁵

Por mais relutantes que sejamos diante desse fato, é preciso enfrentá-lo. É preciso lançar mão de conceitos contemporâneos sem os quais nossa labuta é inviável. Mas o façamos de forma crítica, sem tê-los como absolutos e, por mais difícil que seja, sem mutilar nossas fontes ao sabor de nossas hipóteses. Esse texto buscará analisar os *Decem Libri Historiarum* e a *Historia Gothorum, Wandalorum et Sueborum* sem apego irrestrito à idéia de etnologia e ideologia. Vamos, antes, buscar o conceito de história expresso pelos bispos de Tours e Sevilha, e

¹⁵⁴ Olhemos a resposta dada por Fustel de Coulanges a T. Mommsen quando o erudito alemão defendia o direito da Alemanha sob a Alsácia: Vous êtes, Monsieur, un historien éminent. Mais, quand nous parlons du présent, ne fixons pas trop les yeux sur l'histoire. La race, c'est encore de l'histoire, c'est du passé. La langue, c'est encore de l'histoire, c'est le reste et le signe d'un passé lointain. Ce qui est actuel et vivant, ce sont les volontés, les idées, les intérêts, les affections. L'histoire vous dit peut-être que l'Alsace est un pays allemand; mais le présent vous prouve qu'elle est un pays français. FUSTEL DE COULANGES, N.D. **L'Alsace est-elle allemande ou française? Réponse a M. Mommsen.** Paris: E. Dentu, 1870. p.14

¹⁵⁵ MARROU, Henri-Irénée. Tristesse de l'historien. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire.** n. 45, p. 109-131, Jan.-Mar. 1995. p.116-117.

insistimos, ele só faz sentido à luz do papel outorgado pelos autores aos novos agentes no cenário político da Gália e Hispânia. E assim buscaremos cumprir o chamado de Montesquieu:

Quando se lançam os olhos sobre os monumentos de nossa história e de nossas leis, parece que tudo é mar, e que até as praias faltam ao mar. Todos esses escritos frios, secos, insípidos e duros, é preciso lê-los; é preciso devorá-los, como a fábula diz que Saturno devorava as pedras.¹⁵⁶

A tradição manuscrita

1) Os manuscritos da *Historia Gothorum Sueuorum et Wandalorum*

A História dos Godos, Vândalos e Suevos possivelmente foi redigida em duas versões, comumente denominadas breve e longa. As três histórias, dos godos, vândalos e suevos, abrangem os seguintes espaços temporais:

Vândalos - a redação breve da história dos vândalos começa com a sua invasão à Península Hispânica e vai até a tomada do reino Vândalo na África pelo *magister militum* Belisário, fato ocorrido, conforme o texto, em 525.¹⁵⁷ A versão longa da *Historia Wandalorum* abrange o mesmo espaço de tempo. Todavia, nessa versão é fornecida a data para a chegada desses grupos, ou seja, a era CCCCXLIII, o que corresponde ao ano de 406.¹⁵⁸ O fim do reino vândalo é datado na era 564, a saber, o ano 526.

Suevo - a versão breve da *Historia Sueuorum* tem por início a chegada destes à Península Hispânica. Conforme essa versão, eles chegaram junto com os vândalos e alanos, mas no caso do texto sobre os suevos, o autor fornece outra data para o evento: era CCCCXCVII, modernamente 459. A narrativa termina com a deposição de Audeca por Leovigildo, rei dos visigodos. A versão longa fornece como data para a chegada desses grupos a era CCCCXLVI, ou seja, 408, e termina também com a queda de Audeca.

Godos – a parte dedicada aos Godos traz uma cronologia distinta. Apesar das *Historiae Wandalorum et Sueuorum* ela se inicia com a origem dos godos. A versão breve diz que o reino dos godos era antiquíssimo já que originou-se do reino dos escitas.¹⁵⁹ A partir daí o autor traz

¹⁵⁶ MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Livro trigésimo, capítulo XI. Edição: Nova Cultura, São Paulo, 2000.

¹⁵⁷ Isidoro enunciou que o reino dos vândalos caiu com a captura do rei Gilimero pelo *magister militum* Belisário. Esse fato, conforme a cronologia de Th. Mommsen para a obra, teria ocorrido em 525, que seria a era 563. Th. Mommsen. **MGH**, AA.AA, Chr. Min. II, p. 246-251.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ *Gothorum antiquissimum esse regnum certum est, quod ex regno Scytharum est exortum*. **HG**, v.b.

algumas informações sobre as relações entre godos e romanos e o desenrolar da história da *gens Gothorum* até o fim do reinado de Sisebuto, em 620. A versão longa traz outra visão sobre a origem dos godos, dessa vez, diz-se que estes eram um povo (*gentem*) muito antigo que alguns afirmavam descenderem de Magog, por causa da semelhança entre a última sílaba dos nomes.¹⁶⁰ A versão longa termina com o reinado de Suintila, em 631.

A existência de duas versões da *Historia* já foi objeto de acalorados debates. Antes de entrarmos no mérito dessa questão, contudo, cabe observarmos os manuscritos que as contêm.

1.1) A versão breve

De acordo com Rodríguez Alonzo a versão breve foi a primeira a ser escrita, possivelmente entre 619 e 620.¹⁶¹ Todavia foi a que menos circulou. O primeiro manuscrito que a contém data do século XII, os outros dois são respectivamente dos séculos XIII e XIV. São os manuscritos:

Parisinus Lat. 4873, século XII (P);

Matritensis bibl. Nat. X 28, século XIII;

Parisinus Lat. 6815, século XVI.

O Matritensis e o Parisinus 6815 têm por base o manuscrito mais antigo, o Parisinus 4873.

1.2) A versão longa

A mais famosa de todas. O manuscrito mais antigo é do século VIII e há versões até do século XVIII. Conforme Rodríguez Alonso a versão longa foi escrita em 624. Está presente nos seguintes manuscritos:

¹⁶⁰ *Gothorum antiquissimam esse gentem [certum est]: quorum originem quidam de Magog Iafeth filio suspicantur a similitudine ultimae syllabae; et magis de Ezechiele propheta id colligentes. Retro autem eruditi eos magis Getas quam Gog et Magog appellare consueverunt. HG, v.l. 1.*

¹⁶¹ RODRIGUEZ ALONSO, Cristóbal. **Las historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla. Estudios, edición crítica y traducción.** Leon: centro de estudios e investigación “San Isidoro”. Archivo histórico diocesano Caja de ahorros y Monte Piedad de Leon, 1975. p.24-25.

Escorialensis R II 18, outrora *Ovetensis* (W), século VIII;
Berolinensis Phillippsianus 1885, outrora *Claromontanus*, século IX (B);
Petropolitanus Bibliothecae imperialis, século IX (Y);
Sangallensis 133, século IX (Z);
Legionensis ecclesiae;
Bernensis 83, século X (X);
Havniensis liber 1327;
Matritensis bibl. Nat. X, 161, século XI/XII (N);
Vaticanus Palatinus 927, século XII (R);
Matritensis Academiae est. 23 gr 7 A 189, século XIII (M);
Romanus Vallicellianus R33, século XV;
Codex ecclesiae Rodae, século XVIII.

1.3) As duas redações

Como mencionamos, o problema das duas redações das histórias de Isidoro Sevilha foi tema de acalorado debate. Enquanto autores como F. Arévalo¹⁶² defendem que a obra foi escrita em uma única versão, sendo a breve uma redação incompleta da versão longa, Th. Mommsen enunciou que nenhuma das versões das quais temos acesso atualmente graças aos manuscritos corresponde ao texto original do Hispalense.¹⁶³ Para Mommsen, tanto a versão breve quanto a longa são tão-somente deformações do texto original, este, escrito em uma só versão. Por outro lado H. Hertzberg defendeu a dupla redação da obra, uma de 620 e outra de 624.¹⁶⁴

A despeito das desconfianças de Mommsen e Arévalo, a tradição manuscrita é unânime ao atribuir ambas as redações à pluma do bispo de Sevilha.¹⁶⁵ Com efeito, há diferenças marcantes entre elas que podem colocar em dúvida essa concepção. Para tentar compreender tais disparidades, Rodríguez Alonso realizou a análise interna das duas versões, assim como a análise

¹⁶² ARÉVALO, F. *Sancti Isidori Hispalensis episcopi opera omnia*.

¹⁶³ Mommsen, Th. *MGH*, AA.AA, Chr. Min. II, p.253-256.

¹⁶⁴ HERTZBERG, H. *Die Historien und die Chroniken des Isidor von Sevilla*. Göttingen, 1814.

¹⁶⁵ COUMERT, M. *Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge Occidental (550-850)*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 2007. p.104. Alonso: RODRIGUEZ ALONSO, Cristóbal. *Las historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla. Estudios, edición crítica y traducción*. Leon: centro de estudios e investigación "San Isidoro". Archivo histórico diocesano Caja de ahorros y Monte Piedad de Leon, 1975. p.24.

externa, a saber, o contexto de produção. Partiremos do mesmo critério de análise de Rodríguez Alonso (aspectos internos e externos ao texto) para enfrentarmos o problema.

1.3.1) Aspectos internos

Destacamos na tabela a seguir os pontos mais distintos entre as duas versões no que concerne às informações veiculadas. Pelo fato da redação breve parar no reinado de Sisebuto, a tabela contempla tão-somente o período abarcado concomitantemente pela versão breve e longa.

	Breve	Longa
<i>Origem</i>	<ul style="list-style-type: none"> Os godos surgiram dos escitas 	<ul style="list-style-type: none"> Os godos surgiram de Magog.
	<ul style="list-style-type: none"> Tiveram por muitos séculos reino e reis que permaneceram ignorados por não terem sido registrados nas crônicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Durante muitos séculos tiveram chefes e depois reis.
<i>Arianismo</i>	<ul style="list-style-type: none"> Atanarico, em agradecimento à Valente pelo apoio na vitória contra Frídigerno, se converteu ao arianismo 	<ul style="list-style-type: none"> O texto fornece mais detalhes sobre a conversão dos visigodos ao arianismo. Diz que Valente, dominado pela perversidade, enviou sacerdotes hereges para doutrinar os godos, espalhando entre tão ilustres povo o vírus pestilento da funesta semente.¹⁶⁶
	<ul style="list-style-type: none"> Referência à Bíblia traduzida para a língua gótica. 	<ul style="list-style-type: none"> O texto fornece detalhes sobre o arianismo. Acrescenta ainda que os Godos permaneceram nesse erro por 213 anos.¹⁶⁷
<i>Rebelião na Trácia</i>	<ul style="list-style-type: none"> Isidoro diz que os godos levaram a cabo uma rebelião na Trácia por causa da arbitrariedade de Valente. O próprio imperador pereceu nesse confronto. 	<ul style="list-style-type: none"> O texto acrescenta que os godos encontraram na Trácia outros godos que haviam sido expulsos por Atanarico por seguirem a fé católica. Os godos hereges

¹⁶⁶ Valens autem a veritate catholicae fidei deuius et arrianae haeresis peruersitate detentus missis haeticis sacerdotibus gothos persuasione nefanda sui erroris adgregauit et in tam praeclaram gentem uirus pestiferum semine pernicioso transfuit...

¹⁶⁷ Cuius blasphemiae malum per discessum temporum regumque sucessum annis CCXIII tenuerunt. Qui tandem reminiscetes salutis suae renuntiauerunt inolitae perfidiae et per Christi gratiam ad unitatem fidei catholicae peruenerunt.

		sugeriram dividir com os godos católicos os espólios do motim. Os católicos recusaram a oferta e fugiram para os lugares montanhosos, onde permaneceram na ortodoxia e mantiveram a amizade com os romanos.
<i>Pacto com Teodósio</i>	<ul style="list-style-type: none"> Atanarico foi até Constantinopla para se reunir com Teodósio, lá morre quatorze dias depois. Os godos então se colocam sob a autoridade do imperador. 	<ul style="list-style-type: none"> O texto acrescenta que logo os godos renunciaram ao tratado com os romanos e escolheram Alarico como novo rei, por considerarem indigno se submeterem às leis que outrora haviam negado.¹⁶⁸
<i>A divisão dos godos e o ataque contra os romanos</i>	<ul style="list-style-type: none"> Os godos se dividiram entre dois reis, ambos se lançaram ao ataque contra os romanos 	<ul style="list-style-type: none"> Os dois reis são nomeados: Alarico e Ragadaiso. O texto informa que eles lutaram entre si, mas se uniram em prol de um interesse comum: atacar os romanos.
<i>Derrota de Ragadaiso</i>	<ul style="list-style-type: none"> Um dos reis dos godos era escita e pagão (Ragadaiso). Ele atacou a Itália com grande exército e derramou sangue cristão para oferecer aos seus deuses. Foi morto e capturado pelo próprio rei (provavelmente aqui o texto faz referência à Alarico) 	<ul style="list-style-type: none"> Informação semelhante. O texto acrescenta que o exército de Ragadaiso foi cercado pelo <i>duce romano</i> Estilicon na região da Tuscia.¹⁶⁹
<i>Alarico toma Roma</i>	<ul style="list-style-type: none"> Alarico, cristão porém herege, para vingar o sangue dos seus toma Roma. A invasão causa grande mortandade. 	<ul style="list-style-type: none"> Informação semelhante. Acrescenta-se que a cidade vencedora de todos os povos sucumbiu frente aos godos triunfantes.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Indignum iudicantes Romanae esse súbditos potestati eosque sequi, quorum iam pridem leges imperiumque respuerant et quorum se societate proelio triumphantes auerterant.

¹⁶⁹ Cuius exercitis ab Stilicone duce Romano in montuosis Tusciae locis circumclusus fame est.

¹⁷⁰ Sicque urbs cunctarum gentium uictrix Gothicis triumphis uicta subcubuit eisque capta subiugata seruiuit.

<p><i>Os três dias de saque à Roma</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Conforme o texto os godos mostraram grande clemência para com os romanos ao não atacarem aqueles que estavam em lugares sagrados. Acrescenta que os romanos que permaneceram no reino dos godos preferiam lá viver pobres do que ricos entre os romanos, onde sofriam o pesado jugo dos tributos.¹⁷¹ 	<ul style="list-style-type: none"> Faz-se menção à clemência dos godos, mas não é referenciada a preferência de certos romanos em viver entre os godos.
		<ul style="list-style-type: none"> Nobre godo respeitaram os objetos sagrados aos cuidados de uma virgem consagrada.
		<ul style="list-style-type: none"> Guardados por um séquito de guerreiros godos, os romanos cristãos saíram de seus esconderijos, dentre eles havia até mesmo pagãos que se esconderam entre os cristãos para fugirem do holocausto.
	<ul style="list-style-type: none"> Depois de três dias em Roma os godos partiram por vontade própria. 	<ul style="list-style-type: none"> Os godos fizeram de Gala Placídia, filha do príncipe (<i>principis</i>) Teodósio, cativa. Deixaram Roma por vontade própria e com muitas riquezas obtidas no saque. Antes de partir destruíram e incendiaram parte da cidade. Embarcaram em suas naves e depois de ultrapassarem a Sicília foram pegos por uma tormenta que eliminou parte de seus exércitos. Tal acontecimento não foi visto pelos godos como grande tragédia, já que estavam orgulhosos com o triunfo sobre Roma. Logo depois disso morreu

¹⁷¹ Unde et hucusque Romani, qui in regno Gothorum consistunt, adeo eos amplectuntur, ut melius sit illis cum Gothis pauperes uiuere quam inter Romanos potentes esse et graue iugum tributi portare.

		Alarico.
<i>Ataulfo</i>	<ul style="list-style-type: none"> Com a morte de Alarico, Ataulfo foi colocado a frente do reino godo na Itália. Casou-se com Placídia, mas da união nenhum filho nasceu. 	<ul style="list-style-type: none"> A infertilidade do casal Ataulfo e Placídia na versão longa é interpretada à luz da Bíblia. O texto relaciona esse fato com a profecia de Daniel, segundo a qual a filha de Austro se casará com o rei de Aquilão, sem que contudo tenham filhos.¹⁷²
<i>Hunos</i>	<ul style="list-style-type: none"> A versão breve é econômica quando se refere aos hunos. Diz somente que estes, depois de derrotados pelos godos e romanos, fugiram e nunca mais foram vistos. 	<ul style="list-style-type: none"> A versão longa traz muito mais informações sobre os hunos. Diz que depois de derrotados eles foram até a Itália e atacaram algumas cidades. O imperador Maciano enviou tropas para enfrentá-los e venceu. Derrotados voltaram para suas terras (não foi citado o nome dessas terras) e lá Átila morreu.
		<ul style="list-style-type: none"> Após a morte de Átila, seus filhos guerrearam pelo comando dos hunos.
		<ul style="list-style-type: none"> Os hunos são retratados como a vara da ira de Deus. Quando Deus está insatisfeito com os seus servos envia os hunos para castigá-los e fazê-los retornar ao caminho correto pela observação dos pecados.¹⁷³
<i>Ágila</i>	<ul style="list-style-type: none"> O texto informa que ele reinou por três anos. 	<ul style="list-style-type: none"> O texto acrescenta que Ágila depreciava a religião católica e profanou a igreja do mártir Acisclo em Córdoba. Nessa mesma região foi derrotado e fugiu para Mérida.

¹⁷² In quo prophetia Danihelis a quibusdam creditur esse completa, qui ait filiam austri coniungendam regi aquilonis, nullo tamen de germine eius subole subsistente. Sicut et idem in consequentibus propheta subicit dicens: Nec stabit sēmen eis. Nullus enim de utero illius exitit genitus, qui patris in regnum succederet. O trecho da profecia apocalíptica de Daniel citado pela *Historia* aparece da seguinte maneira no texto bíblico: “Depois de alguns anos, os dois farão aliança, e a filha do rei do Sul se casará com o rei do norte, para confirmar acordos. Mas ela não será capaz de sustentar a própria força nem a do seu filho, e acabará derrotada com a sua comitiva, como seu filho e com o marido que ia dar-lhe força. A seu tempo, porém, surgirá das mesmas raízes dela um broto que ficará no lugar de seu marido” (Dn, 11: 6-7). A batalha entre o reino do norte (governado pelos Selêucidas) e o reino do sul (governado pelos Lágidas) fazem parte dos sinais dos tempos derradeiros descritos por Daniel.

¹⁷³ Virga enim furoris dei sunt et, quotiens indignatio eius aduersus fideles procedit, per eos flagellantur, ut eorum afflictionibus emendati a saeculi cupiditate et peccato semet ipsos coerceant et caelestis regni hereditatem possideant.

	<ul style="list-style-type: none"> No terceiro ano de seu reinado, Atanagildo empreendeu um golpe contra ele. 	<ul style="list-style-type: none"> Atanagildo, que tinha ambição pelo poder, empreendeu um golpe que destituiu Ágila do poder. Os godos reconheceram Atanagildo como líder, pois perceberam que estavam se destruindo mutuamente, além disso, temiam os assédios romanos.
	<ul style="list-style-type: none"> Ágila foi assassinado pelo godos em Mérida. 	<ul style="list-style-type: none">
<i>Conversão</i>	<ul style="list-style-type: none"> O texto menciona a conversão de Recaredo e faz referência ao III Concílio de Toledo. 	<ul style="list-style-type: none"> O texto traz mais detalhes sobre o III Concílio de Toledo, diz que nele Recaredo, como todos os seus, abdicou do arianismo aprendido pelos godos graças aos ensinamentos de Ário.¹⁷⁴

Chamemos a atenção para alguns elementos importantes. Em primeiro lugar, a versão longa dedica mais espaço a detalhes relativos a religião do que a versão breve. Não obstante, atrela a história dos godos à Bíblia, conforme indicam os trechos destacados em negrito na tabela. Desperta também curiosidade os maiores detalhes fornecidos sobre os hunos, retratados no texto mais longo como a “vara da ira de Deus”.

Para Rodríguez Alonso a insistência sobre a questão religiosa na versão longa deve ao caráter apologético desta. Na ocasião da redação breve o reino visigodo ainda não havia conquistado a unidade territorial em toda a Hispânia, o que só ocorreu no reinado de Suintila. Quanto este monarca conseguiu reinar sob toda a Hispânia Isidoro teria sentido a necessidade de reforçar a religião como essencial para a manutenção da unidade recentemente conquistada.¹⁷⁵ A hipótese do pesquisador é coerente, mormente se tomarmos em conta a interpretação acerca dos hunos, estes representam o instrumento divino para punir os fiéis que se lançam ao pecado e as coisas puramente mundanas. Os hunos colocam em risco a paz e unidade dos reinos e impérios cristãos que não observam os preceitos da ortodoxia. Ao colocar o foco sobre essa questão, Isidoro pode ter objetivado chamar a atenção dos godos, especialmente dos reis, para a necessidade de manterem a coesão religiosa centrada na ortodoxia, única vivência cristã considerada correta para o bispo de Sevilha. Dessa maneira, evitariam o flagelo dos estrangeiros enviados por Deus, como os hunos, que ameaçavam os reinos.

¹⁷⁴ Abdicans cum omnibus suis perfidiam quam hucusque Gothorum populus Arrio docente didicerat.

¹⁷⁵ RODRIGUEZ ALONSO, Cristóbal. **Las historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla...***op.cit.* p. 35-39.

Observamos claramente o papel da religião na manutenção da coesão do reino a partir do relato sobre o reinado de Recaredo, o primeiro rei visigodo católico. Diz o texto:

Na era DCXXIII, no terceiro ano do império de Maurício, morto Leovigildo, foi coroado rei seu filho Recaredo. Estava dotado de um grande respeito para com a religião e era muito diferente de seu pai em costumes, pois enquanto o pai era irreligioso e muito inclinado a guerra, ele era piedoso na fé e preclaro pelo paz; aquele dilatava o império de sua gente com o emprego das armas, este o engrandeceu ainda mais gloriosamente com o troféu da fé. Desde o começo de seu reinado Recaredo se converteu, com efeito, a fé católica e levou ao culto da verdadeira fé todas as gentes góticas, apagando assim a mancha de um erro enraizado.¹⁷⁶

Embora Isidoro reconheça o mérito do Leovigildo enquanto um monarca que ampliou os limites do reino dos visigodos¹⁷⁷ destaca a mesma virtude de Recaredo, mais fortemente comemorada por ter ocorrido sob e pela égide do “troféu da fé” (*fidei trophaeo*). O auxílio da fé garantiu também ao rei católico a vitória contra inimigos externos. É justamente ela que permite a vitória dos visigodos contra os francos:

Realizou também gloriosamente a guerra contra as gentes inimigas, apoiado no auxílio da fé. Logrou, com efeito, um glorioso triunfo sobre quase sessenta mil francos, que invadiam as Gálias, enviando contra eles o duque Cláudio. Nunca se deu na Espanha uma vitória dos godos nem maior nem semelhante.¹⁷⁸

É notável a sensível diferença entre o trecho que versa sobre o mesmo tema na versão breve, nela não há qualquer menção ao auxílio da fé na vitória dos visigodos sobre os francos:

Também foi bastante ilustre e notável na glória da guerra. Logrou, com efeito, um glorioso triunfo sobre quase sessenta mil soldados francos, que invadiam as Gálias,

¹⁷⁶ Aera DCXXIII, anno III imperii Maurici, Leuigildo defuncto filius eius Recaredus regno est coronatus, cultu praeditus religionis et paternis moribus dissimilis: namque ille inreligiosus et bello promptissimus, hic fide pius et pace praeclarus, ille armorum artibus gentis imperium dilatans, hic gloriosius gentem fidei trophaeo subliman. In ipsis enim regni exordiis catholicam fidem adeptus totius Gothicae gentis populos inoliti erroris labe detera ad cultum rectae fidei reuocat. **HG, vl, 52.**

¹⁷⁷ O que é muito mais latente na narrativa sobre o reinado desse rei presente na História dos Godos do Hispalense. É notável a seguinte passagem: “Na era DCVI no terceiro ano do império de Justino o Menor, Leovigildo, tendo obtido o principado da Espanha e da Gália, decidiu ampliar seu reino com a guerra e aumentar seus bens. Com efeito, tendo para seu benefício a fidelidade do exército e o favor que lhe outorgava suas vitórias, realizou felizmente brilhantes empresas (...). Se apoderou de grande parte da Espanha, pois antes a gente dos godos se reduzia a uns limites estreitos. Mas o erro da impiedade lançou sombras na glória de tão grandes virtudes” (Aera DCVI, anno III imperii Iustini minoris Leuigildus adepto Spaniae et Galliae principatu ampliare regnum bello et augere opes statuit. Studio quippe exercitus concordante fauore uictoriarum multa praeclare sortitus est. (...). Spania magna ex parte po itus, nam antea gens Gothorum angustis finibus artabatur. Sed offuscauit in eo error impietatis gloriam tantae uirtutis. **HG, vl, 49.**

¹⁷⁸ Egít etiam gloriose bellum aduersus infestas gentes fidei suscepto auxilio. Francis enim sexaginta fere milium armorum Gallias inruentibus misso Claudio duce aduersus eos glorioso triumphauit euentu. Nulla umquam in Spaniis Gothorum uictoria uel maior uel similis extitit. **HG, vl, 54.**

enviando contra eles o duque Cláudio. Nunca se deu na Espanha uma vitória dos godos nem maior nem semelhante.¹⁷⁹

A maior preocupação com a questão religiosa na versão longa é ainda mais evidente se tomarmos como ponto de referência a ligação direta entre a história dos godos e a Bíblia. De acordo com J. Fontaine a história bíblica foi um recurso utilizado já pelos judeus para criar uma espécie de sincronismo entre a história destes e a das civilizações orientais e clássicas.¹⁸⁰ Nessa construção, a história bíblica ganha o destaque e a primazia enquanto o discurso mais próximo da verdade.¹⁸¹ Os cristãos lançaram mão desse recurso para, primeiro, inserir a história do cristianismo no quadro da história geral dos povos orientais e ocidentais. Em um outro momento, especificamente no que escrevia o bispo sevilhano, tal mecanismo serviu para inserir os godos nessa história mais ampla. Ao traçar a relação entre a história destes e a da bíblia Isidoro construiu um verdadeiro texto elogioso aos godos em detrimento aos romanos que não possuíam relações diretas com a genealogia testamentária.¹⁸²

A partir disso chegamos a uma questão ainda mais profunda relacionada com o problema da religião na versão longa. M. Reydellet, em seu artigo sobre o livro IX da Etimologias de Isidoro de Sevilha,¹⁸³ levanta a hipótese da existência de uma certa hierarquia das *gentes* na visão isidoriana. De acordo com o estudioso Isidoro construiu um quadro genealógico das *gentes* organizado segundo a descendência de Sem, Cham e Jafet. Nesse retrato, cada nação herda seu nome de um dos descendentes desses “pais fundadores”. Todavia, com o passar do tempo, o nome das *gentes* sofre modificações por motivos diversos de modo a ser por vezes difícil traçar seguramente sua linha genealógica. Desde essa perspectiva Isidoro estabeleceu a hierarquia entre

¹⁷⁹ In belli quoque gloria satis clarus ac praecipuus extitit. Francis enim sexaginta fere milibus armatorum copiis Gallias irruentibus misso Claudio duce aduersus eos glorioso triumphauit euentu. Nulla unquam in Hispaniis Gothorum uictoria uel maior uel similis extitit. **HG, vb.**

¹⁸⁰ FONTAINE, Jacques. **Isidoro de Sevilla: Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos**. Madrid: Encuentro, 2002. p.163.

¹⁸¹ Sobre o caráter especial da verdade na história religiosa Cf: AUERBACH, Erich. **Mimesis. A representação da realidade na literatura Ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1971. Onde o autor afirma: “(...) a intenção religiosa condiciona uma exigência absoluta de verdade histórica”. p. 11.

¹⁸² Fontaine afirma que uma das teses fundamentais que Isidoro objetivava provar era que os godos eram mais antigos que os romanos. Isidoro já ancora tal perspectiva na versão breve ao relacionar a origem dos godos aos escitas, cujo reino era considerado como o mais antigo. Sem embargo, a versão longa, seguindo Jerônimo, os torna descendentes de Magog, neto de Noé e filho de Jafet. FONTAINE, Jacques. **Isidoro de Sevilla...op.cit.** p.171-172.

¹⁸³ REYDELLET, M. La significación du Livre IX des Etymologies: erudition et actualité. In: GONZÁLEZ BLANCO, A. **Antigüedad y Cristianismos. Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardia III – Los Visigodos. Historia y Civilización**. Actas de la Semana Internacional de Estudios Visigóticos (Madrid – Toledo – Alcalá de Henares, 21-25 octubre de 1985) Universidad de Murcia, Fundación Pastor de Estudios Clásicos, Universidad de Alcalá de Henares, 1986. p. 337-350.

os “povos”: quanto mais difícil era identificar seus ancestrais mediante o estudo de seu nome, mais degenerada era a *gens* analisada. Nesse sentido os godos acabaram por assumir um lugar privilegiado já que o Hispalense identificou facilmente sua origem em Magog.¹⁸⁴

Assim, identificamos um triplo significado da religião na versão longa da *Historia Gothorum*: primeiro, ela denuncia a necessidade da manutenção da ortodoxia como forma de garantir a coesão e ordem do reino; segundo, ela insere os godos na história universal cristã; terceiro, ela outorga aos visigodos um lugar de destaque dentre as *gentes*.

Tais peculiaridades da versão longa em relação a breve levaram os especialistas a conjecturarem que o texto mais curto serviu de base para o mais longo. Onde o tardiamente escrito, como já dissemos, erigiu uma verdadeira ode a *gens gothorum*. Por mais consistente que seja essa hipótese, ela deve ser analisada com muito cuidado, sobretudo quando adicionamos à essa equação o problema da cronologia. Segue um pequeno quadro comparativo entre os marcos cronológicos presentes em ambas as versões:

Breve	Longa
Era CCXIII (176 d.C) dos Imperadores Galieno e Valeriano	Era CCXCIII (256 d.C.) – primeiro ano do império de Valeriano e Galieno
Era CCLXVIII (231 d.C) – ano vinte e seis do império de Constantino	Era CCCLXVIII (331 d.C) – ano vinte e seis do império de Constantino
Era CCCCVIII (370 d.C) – ano quinto de Valente	Era CCCCVII (369 d.C) – ano quinto do império de Valente
Era CCCCXV (377 d.C) do império de Valente	Era CCCCXV (377 d.C) – ano treze do império de Valente
Era CCCCXVI (378 d.C) – ano quatorze do imperador Valente	Era CCCCXVI (378 d.C) – ano quatorze do império de Valente
Era CCCCXVIII (381 d.C) – ano terceiro do império de Teodósio o Hispano (<i>Theodosii Spani</i>)	Era CCCCXVIII (381 d.C) – ano terceiro do império de Teodósio o Hispano
	Era CCCXX (382 d.C) – ano quarto do império de Teodósio
Era CCCXLVII (409 d.C) – ano quatorze dos imperadores Arcádio e Honório	Era CCCXXXVII (399 d.C) – quarto ano do império de Honório e Arcádio
Era CCCXLVII (409 d.C) – ano dos imperadores Honório e Arcádio	CCCXLVII (409 d.C) – ano quinze do império de Honório e Arcádio
Era CCCCVIII (371 d.C) – ano primeiro de Teodósio o menor (<i>Theodosii minoris</i>)	Era CCCXLVIII (410 d.C) – ano dezesseis do império de Honório e de Arcádio
Era CCCCLIII (416 d.C) – ano sete de Teodósio o Menor	CCCCLIII (ano 416 d.C) – ano vinte e dois do império de Honório e Arcádio
Era CCCCLVII (419 d.C) – nono ano de	Era CCCCLVII (419 d.C) – ano vinte e cinco

¹⁸⁴ Ibidem, p. 342-343. Reydellet distinguiu ainda outros elementos utilizados na hierarquização de Isidoro, por exemplo, os povos que tiravam seus nomes dos lugares de origem, dos modos, das características físicas, etc. Todavia, ressalta que o topo da hierarquia isidoriana é ocupado por aqueles que descendiam da genealogia bíblica.

Teodósio o Menor	do império de Honório e Arcádio
Era CCCCXC (452 d.C) – ano primeiro do imperador Marciano	Era CCCCXC (452 d.C) – ano primeiro do imperador Marciano
Era CCCCXCI (453 d.C) – ano quinto do imperador Marciano	Era CCCCXCI (453 d.C) – ano segundo do imperador Marciano
Era DIIII (466 d.C) – ano oitavo do império de Leão	Era DIIII (466 d.C) – ano oitavo do império de Leão
Era DXXII (484 d.C) – ano onze do império de Zenão	Era DXXI (483 d.C) – décimo ano do império de Zenão
Era DXLV (507 d.C) – ano dezessete do imperador Anastácio	Era DXLIII (506 d.C) – ano dezessete do império de Anastácio
Era DXLV (507 d.C) – ano vinte e seis do imperador Anastácio	Era DXLVIII (511 d.C) – ano vinte e um do império de Anastácio
Era DXLIII ¹⁸⁵ (506 d.C) – primeiro ano do imperador Justiniano	Era DXLIII (506 d.C) – primeiro ano do imperador Justiniano
Era DLXVIII (531 d.C) – do imperador Justiniano	Era DLXVIII (531 d.C) – ano sexto do imperador Justiniano
Era DLXXXVI ¹⁸⁶ (548 d.C) – ano doze do império de Justiniano	Era DLXXXVI (548 d.C) – ano vinte e três do império de Justiniano
Era DLXXXVII ¹⁸⁷ (549 d.C) – ano dezesseis do império de Justiniano	Era DLXXXVII (549 d.C) – ano vinte e quatro do império de Justiniano
Era DXCIII (555 d.C) – ano trinta e sete do império de Justiniano	Era DXCIII (555 d.C) – ano vinte e nove do império de Justiniano
Era DCVIII (570 d.C) – ano segundo do império de Justino o Menor (<i>Iustini minoris</i>)	Era DCV (567 d.C) – ano segundo de Justino o Menor
Era DCVIII (579 d.C) – ano segundo de Justino o Menor	Era DCVI (568 d.C) – ano terceiro do império de Justino o Menor
Era DCXXXV (587 d.C) – a partir desse momento o texto breve deixa de citar os imperadores romanos. Interessante notar que isso ocorre justamente no ano da coroação de Recaredo	Era DCXXIII (586 d.C) – ano terceiro do império de Maurício
Era DCXL (602 d.C) – ano doze [não é especificado a que se refere esse ano doze]	Era DCXXXVIII (601 d.C) – ano dezessete do império de Maurício
Era DCXLII (604 d.C)	Era DCXLI (603 d.C) – ano vinte do império de Maurício
Era DCXLVIII (610 d.C)	Era DCXLVIII (611 d.C) – ano sexto do império de Focas
Era DCLI (613 d.C)	Era DCL (612 d.C) – ano segundo do império de Heraclio

Ora, se de fato Isidoro quis escrever um elogio aos godos na versão longa, se quis nela afirmar a superioridade destes sobre os romanos, por que ele manteve a cronologia dos imperadores romanos na longa mesmo depois da conversão de Recaredo? Por que ele não seguiu

¹⁸⁵ O manuscrito Parisinus 4873 (P) indica a Era DXLV (MOMMSEN, Th. P, 249)

¹⁸⁶ O manuscrito P indica a Era DLXXX (ibidem, p. 250)

¹⁸⁷ O manuscrito P indica a Era DLXXXVIII (idem)

o padrão da versão breve, que a partir de Recaredo deixa de usar os imperadores romanos com referência? Ao descolar as intempéries do reino visigodo dos marcos cronológicos imperiais ele não estaria operando uma espécie de afirmação dos visigodos frente ao Império, sobretudo depois da conversão de Recaredo que alinhou os godos ao modelo de reino cristão? Se sim, porque não seguir essa linha na versão longa? Justamente a que é retratada como a verdadeira ode aos visigodos!

Esse pode ser apenas um pequeno detalhe, um erro na própria tradição manuscrita – devemos lembrar que o manuscrito mais antigo da versão breve data do século XII. O fato é que não há evidências concretas nos aspectos internos do texto que sustentem a hipótese das duas redações, não há um elemento seguro que nos permite afirmar que o texto breve serviu de apoio para o texto longo. A essência das informações em ambas as versões não são totalmente distintas, exceto pelo caso das origens dos godos, os dois textos não trazem notícias efetivamente conflitantes. Na versão longa os eventos são por vezes tratados com maiores detalhes, sobretudo no que se refere ao tema da religião. Mas isso pode perfeitamente significar que a versão breve foi um resumo da versão longa produzido pelos copistas posteriores à produção da obra. Mas nossas colocações não visam questionar de todo a hipótese dos defensores das duas redações, lidamos com muitas incertezas e talvez a resposta definitiva só venha com a descoberta de um manuscrito de autoria do próprio Isidoro. De qualquer forma nos falta estudar os elementos externos à fonte.

1.3.2) Aspectos externos

Os especialistas¹⁸⁸ tendem a adotar dois pontos principais que marcam a diferença entre a versão breve e a longa da *Historia* de Isidoro de Sevilha. O primeiro refere-se a origem dos godos, o segundo a falta de referência ao reinado de Suintila na versão breve. Concentremo-nos na primeira questão inicialmente.

¹⁸⁸ Como: COUMERT, M. *Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge Occidental (550-850)...op.cit.* FONTAINE, Jacques. *Isidoro de Sevilla: Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos....op.cit.* GARCÍA MORENO, L. A. La oposición de Suintila: Iglesia, monarquía y nobleza en el reino visigodo. Valladolid: *Estudios de Historia Medieval. Homenaje a Luis Suarez*. Polis, 3, 1991. ORLANDIS, J. El poder real y la sucesión al trono en la monarquía visigoda. In: *Estudios visigóticos*. Consejo superior de investigaciones científicas delegación de Roma/ *Cuadernos del Instituto Jurídico Español*. Roma-Madrid, n.16, p. 43-55, 1962. RODRIGUEZ ALONSO, Cristóbal. *Las historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla. ...op.cit.* THOMPSON, E.A. *Los godos en España*. Madrid: Alianza, 1971.

Para M. Coumert e J. Fontaine, a diferença na atribuição da descendência dos godos presente nas duas versões deve-se a um fator primordial: Isidoro teria objetivado inserir a história dos godos no quadro da história mais geral bíblica quando redigiu a versão longa. Assim, ao relacionar os godos ao descendente de Noé, Magog, levou a cabo essencialmente esse objetivo.

Coumert chama a atenção para outra questão importante: na versão longa fica evidente o papel da Providência Divina na história da *Gens Gothorum*, feito que insere estes no plano divino para a história. Como exemplo que sustenta sua hipótese a autora utiliza a narrativa sobre a união do rei Ataulfo com Gala Placídia. Nela o texto interpreta a infertilidade do casal à luz das profecias apocalípticas de Daniel. Ora, se observarmos o opúsculo do profeta logo perceberemos que a batalha descrita entre o rei do Norte e o do Sul é um dos sinais dos tempos derradeiros, onde também está referenciada a infertilidade do casamento entre um dos reis com a filha do seu rival. Todavia, como bem frisou Reydellet, Isidoro não mostrava qualquer preocupação com o final dos tempos. Isso se confirma com as frases finais de sua *Chronica*:

O tempo de vida que nos resta é inescrutável ao conhecimento humano. Com efeito, toda controvérsia sobre esse ponto a suprimiu nosso Senhor Jesus Cristo, dizendo: “não os toca a vós conhecer o tempo e o momento que o Pai fixou em virtude de seu poder”; e em outro lugar: “o dia – disse – e a hora nada o conhece, nem sequer os anjos dos céus, sim só o Pai”. Assim, pois, que cada um pense em sua própria morte, como dizem as Sagradas Escrituras: “em todas as tuas obras lembre-se de tua morte iminente e nunca peque”. Com efeito, quando cada um deixa esta vida, então é para ele o fim dos tempo.¹⁸⁹

Podemos levantar duas explicações para esse aparente paradoxo nos escritos isidorianos: primeiro, o Hispalense estava tão preocupado em inserir os godos na história bíblica que não atentou para o caráter apocalíptico do texto de Daniel; segundo, essa relação entre a história bíblica e a história dos godos foi traçada posteriormente à morte do bispo de Sevilha. Vem a tona ainda outra questão: porque o Hispalense mudou tão sensivelmente a tônica de sua *Historia* do godos e, acima de tudo, a sua própria perspectiva sobre a história na versão longa de sua obra? Talvez uma possível resposta possa ser encontrada na observação do momento em que escreveu o bispo de Sevilha.

Como já ressaltamos, para os defensores das duas redações, a primeira foi produzida entre 619 e 620, enquanto a segunda em 624. Nesse período reinava Suintila (620-631). O período de Suintila foi singular, suas investidas vitoriosas contra os bizantinos e os vascones garantiu-lhe o governo sobre todo o território peninsular. Pela primeira vez na história do reino

¹⁸⁹ *Chronica*.

dos visigodos a Península Hispanica era integralmente parte do reino. A despeito de suas campanhas bem sucedidas, em 631 Suintila foi deposto por um golpe arquitetado pelo nobre Sisenando. Em 633 o rei tirano¹⁹⁰ convocou o célebre IV Concílio de Toledo, cujo cânone LXXV condenava com sentença de anátema a usurpação do poder régio.¹⁹¹ Interessante notar que esse IV Concílio toledano foi presidido pelo próprio Isidoro de Sevilha, que no final de sua *História do Godos* elogiou o reinado de Suintila,¹⁹² mas três anos mais tarde estava na reunião que proferiu a seguinte sentença sobre esse rei:

Acerca de Suintila, que temendo seus próprios crimes, renunciou ele mesmo ao reino e se despojou das insignias do poder, decretamos de acordo com o povo o seguinte: que nem a ele nem a sua esposa, por causa dos males que cometeram, nem a seus filhos, os admitamos jamais em nossa comunhão, nem os elevemos outra vez às honras das quais foram despojados por sua iniquidade, e, os quais do mesmo modo que são afastados do trono, também sejam privados da posse das coisas que adquiriram com exploração aos pobres, exceto somente aquilo que os foi concedido pela piedade do nosso pio príncipe [Sisenando].¹⁹³

Por que Isidoro condenou um monarca que outrora elogiara tão firmemente? Não obstante, porque não fez referências à esse rei na versão breve de sua *Historia*? Ainda, por que não retirou as passagens elogiosas à Suintila em sua *Historia* depois de ter condenado, junto a outros bispos, esse rei e legitimado o golpe que o derrubou?

¹⁹⁰ O termo “tirania” designava justamente a usurpação do poder do rei legitimamente eleito pela assembléia de nobres do reino visigodo. A sucessão real dava-se no referido reino mediante a eleição de um nobre, diferentemente da sucessão no reino franco, por exemplo, que era dinástica. Sobre a sucessão no reino visigodo Cf: ORLANDIS, José. *Estudios visigóticos III: El poder real y La sucesión al trono en la monarquía visigoda...op.cit.*

¹⁹¹ Diz o texto do cânone LXXV do IV Concílio de Toledo: Aqueles, como é sabido, se matam com suas próprias mãos esquecendo-se de sua própria salvação, quando dirigem suas forças contra si mesmos ou contra seus reis, dizendo o Senhor: “Não toqueis nos meus ungidos” e Davi alude: “Quem estenderá a mão contra o ungido do Senhor e será inocente?” (Illi ut notum est in memores salutis suae propria manu se ipsos interimunt, in semetipsum suosque reges proprias convertendo vires, et dum Dominus dicat: “No lite tangere Christos meos”: et David: “Quis, inquit, extendet manum suam in Christum Domini et innocens erit?”)

¹⁹² Em sua história escreveu: “Além desses motivos de regozijo a glória militar de Suintila, tinha esse rei muitíssimas virtudes próprias da majestade real: fidelidade, prudência, habilidade, exame extremado nos juízos, atenção primordial ao governo do reino, munificência para com todos, generosidade para com os pobres e necessitados, pronta disposição para o perdão; tanto que mereceu ser não só príncipe dos povos, sim também pai dos pobres.” (Praeter has militaris gloriae laudes plurimae in eo regiae maiestatis uirtutes: fides, prudentia, industria, in iudiciis examinatio strenua, in regendo cura praecipua, circa omnes munificentia, largus erga indigentes et inopes, misericordia satis promptus, ita ut non solum princeps populorum, sed etiam pater pauperum uocari sit dignus.)

¹⁹³ De Suintilane vero qui scelera propria metuens se ipsum regno privavit et potestatis fascibus exiit id quum gentis consult decrevimus: Ut neque eundem vel uxorem eius propter mala quae commiserunt neque filios eorum unitate nostrae unquam consociemus, nec eos ad honores a quibus ob iniquitatem etiam sicut fastigio regni habentur extranei, ita et a possessione rerum quas de alieni, praeter in id quod pietate piissimi principis nostri fuerint consequuti.

Para Rodríguez Alonso a falta de menção à Suintila na versão breve deve-se ao fato de que seu reinado era ainda incipiente no ano de 620. Quatro anos mais tarde, depois de Suintila ter conquistado todos os territórios da Península, Isidoro citou entusiasticamente o rei vitorioso. Sobre a permanência da narrativa sobre o monarca mesmo depois do golpe que o derrubou e que o próprio Isidoro legitimou, Rodríguez Alonso nos oferece uma explicação igualmente simplória: o bispo de Sevilha era um homem honesto... muito mais pertinente foi a hipótese de Mommsen, segundo o erudito alemão, o Hispalense teria retirado a menção à Suintila, que só permaneceu por causa da deformação operada pela tradição manuscrita iniciada pouco tempo depois da finalização da obra.

Ora, se tomarmos em conta a situação da Península nessa primeira metade do século VII a hipótese de Mommsen parece muito mais provável. A rebelião que colocou no trono Sisenando foi arquitetada por nobres. Estes, graças a um alto preço pago em ouro, puderam usufruir do apoio do exército franco do rei Dagoberto da Nêustria e subjugaram as tropas de Suintila, que diante da derrota abdicou do cetro. A revolta contra Suintila aponta para uma grave tensão entre os membros da nobreza que colocava em risco a ordem do reino.¹⁹⁴

A própria convocação do IV Concílio de Toledo denuncia as disputas nobiliárquicas que atingiam o reino visigodo.¹⁹⁵ Segundo Thompson, é possível que Sisenando tenha enfrentado uma revolta entre os anos de 631 e 633. A dita rebelião teria eleito um rei tirano, Iudila. Não existe qualquer referência advinda de fontes escritas sobre essa provável rebelião, mas foram encontradas na região de Granada e Mérida algumas moedas que traziam a inscrição: IUDILA REX. O estudioso então conjectura que o evento redundou em dois acontecimentos, primeiro, atrasou a realização do IV Concílio de Toledo, que estava previsto para o ano de 632; segundo, reforçou a necessidade do Cânone LXXV que condenava qualquer golpe contra os reis legitimamente eleitos pela assembléia de nobres.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Para Thompson Suintila teria sido muito popular entre a população em geral, mas impopular entre os nobres. Orlandis vai além, defende que a impopularidade de Suintila foi fruto de sua tentativa de consolidar uma dinastia ao associar seu filho ao trono. Cf: THOMPSON, E.A. **Los godos en España...***op.cit.* p.197-198. ORLANDIS, J. El poder real y la sucesion al trono en la monarquia visigoda...*op.cit.* p.47.

¹⁹⁵ Como chama a atenção THOMPSON, E.A. **Los godos en España...***op.cit.* p.197-198, VELÁZQUEZ, Isabel. *Pro Patriae Gentisque Gothorum Stav* (4Th Council of Toledo, Canon 75, A. 633). In: GOETZ, H-W, JARNUT, J., POHL, W. **Regna and Gentes. The relationship between Late Antique and Early Medieval peoples and kingdoms in the Transformation of the Roman World**. Boston, Leiden: Brill, 2003. p.161-217. Especialmente p. 196-205.

¹⁹⁶ THOMPSON, E.A. **Los godos en España...***op.cit.* p. 200-203.

A convocação do IV Concílio de Toledo coloca ainda em foco o papel da hierarquia eclesiástica no teatro político do reino. Houve de fato um longo debate acerca dessa participação, estariam os bispos acima ou subjugados à autoridade régia? Suas decisões de fato impactavam nas aventuras políticas do reino?¹⁹⁷ Tal questionamento é equivocado em seus princípios, já que estabelece uma dicotomia marcante entre Igreja e monarquia. Tal dicotomia era inexistente na *Hispania* visigoda, o que estava em jogo no momento não era a primazia de um poder sobre o outro simplesmente porque não existiam esses dois poderes. Estava em cena disputas dentro do seio da própria nobreza, da qual faziam parte os bispos.

É muito arriscado seguirmos as proposições de Orlandis que defendeu a postura apaziguadora da Igreja nessas disputas, já que o estudioso não pesa a própria participação dos bispos nessas querelas. Não obstante, não podemos julgar todo o período pelas colocações inspiradas na obra isidoriana, como foi essencialmente o Cânone LXXV do IV Concílio de Toledo.¹⁹⁸ O que queremos dizer com isso é que Isidoro de fato buscou apaziguar as tensões nobiliárquicas para a glória e estabilidade do reino visigodo, mas é uma generalização arbitrária afirmarmos que todos os bispos adotavam a mesma postura do Hispalense. Todavia, a teoria elaborada e com fins práticos de Isidoro de Sevilha foi muito providencial para Sisenando pelos motivos já expostos.

Evidentemente as formulações de Isidoro de Sevilha tinham em vista as intempéries do reino, assim, porque o autor da *Historia* dos godos preferiu manter as menções honrosas a Suintila nesse escrito? Algo que contrariava justamente seu intento de arrefecer as tensões do reino? Nos parece muito mais sensato que o bispo, conforme colocou Mommsen, tenha sublimado a menção à Suintila em sua *Historia*. Mesmo assim, não há nada de concreto que possa sustentar inequivocamente essa hipótese, da mesma maneira que nenhuma evidência nos

¹⁹⁷ Dentre os representantes do debate estão: GONZALÉZ, Teodoro. **Historia de la Iglesia en España**. Madrid: BAC, 1979. ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Madrid: Alianza, 1985. Idem. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona: Ariel, 1983. Defensores da primazia da Igreja sobre os reis; KING, P.D. **Derecho y sociedad en el reino visigodo**. Madrid: Alianza, 1981. ORLANDIS, José. **Historia de España. La España visigótica**. Madrid: Gredos, 1977. THOMPSON, E.A. **Los godos en España...op.cit.** defensores da primazia dos reis sobre a Igreja. Podemos citar ainda: GARCÍA MORENO, Luis A. **Historia de España visigoda**. Madrid: Cátedra, 1989, defensor da idéia de que a primazia de um sobre o outro variava conforme a fragilidade dos monarcas, ou seja, quanto mais fraco o rei, mais dependente se tornava do apoio da hierarquia eclesiástica.

¹⁹⁸ Sobre a influência do pensamento isidoriano do Cânone LXXV ver: ROMERO, J. A. San Isidoro de Sevilha. Su pensamiento históricopolítico y sus relaciones con la historia. **Cuadernos de Historia de España**, Buenos Aires, n. 3, p. 49-51, 1987. GARCÍA MORENO, L. A. La oposición de Suintila: Iglesia, monarquía y nobleza en el reino visigodo. Valladolid: **Estudios de Historia Medieval. Homenaje a Luis Suarez**. Polis, 3, 1991.

permite afirmar sem dúvidas que a obra foi escrita em duas versões. Acreditamos, contudo, que as proposições de Mommsen devem ser retomadas com cuidado, posto que desconfortáveis, já que asseveram que nenhum dos manuscritos traz o texto isidoriano tal como elaborado pelo autor, parecem mais corroboráveis.

2) O título da obra

A historiografia consagrou o título *Historia Gothorum, Wandalorum et Sueborum* para a obra, todavia, provavelmente esse não foi o título outorgado por Isidoro de Sevilha ao seu opúsculo. O primeiro manuscrito a trazer o título História dos Godos, Vândalos e Suevos data do século XIII.¹⁹⁹ Já Bráulio de Zaragoza, discípulo de Isidoro de Sevilha, em sua *Recapitulatio* da obra do mestre registrou entre seus escritos uma “*De origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum*”. É muito provável que este tenha sido o nome dado pelo Hispalense ao escrito,²⁰⁰ o que já revela muito das intenções do bispo com esse opúsculo. Não cabe nos estendermos aqui sobre essa questão, objeto do segundo e terceiro capítulos dessa monografia.

Para sermos mais fiéis ao provável título original, passaremos a nos referir a *Historia* de Isidoro como *De origine*, as notas seguirão esse padrão. Citaremos ambas as versões, a breve e a longa, marcando as distinções entre elas mediante as abreviaturas vl (versão longa) e vb (versão breve). Partiremos da hipótese de Mommsen que defendeu uma única redação da obra e usaremos como pressuposto que ambas as versões trazem elementos presentes no manuscrito original redigido por Isidoro.

OS MANUSCRITOS DOS DECEM LIBRI HISTORiarum

Talvez seja possível dizer que a autoria dos *Decem Libri Historiarum* é menos polêmica do que o *De origine* de Isidoro de Sevilha, pelo menos no que concerne às duas versões da obra.

¹⁹⁹ Matritensis academiae est. 23 gr 7^a. a 189, século XIII. O título é “Incipit hystoria wandalorum, suevorum et gothorum ab Ysidoro Hyspalensi episcopo in brevi collecta. Th Mommsen. *MGH*, AA.AA, Chr. Min. II, p. 260.

²⁰⁰ COUMERT, M. *Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge Occidental...op.cit.* p.103 e 104.

Enquanto a mais antiga atribuição de autoria do escrito isidoriano veio da pena de seu discípulo Bráulio de Zaragoza, Gregório de Tours, ele próprio, listou as obras que escreveu:

Eu, Gregório, escrevi Dez Livros de Histórias²⁰¹, Sete Livros de Milagres²⁰² e um sobre as vidas dos Padres.²⁰³ Eu escrevi um livro de Comentários sobre os Salmos.²⁰⁴ Eu também escrevi um livro sobre os Ofícios da Igreja.²⁰⁵

Gregório escreveu dez livros de histórias, e clamou pela integridade do opúsculo:

Eu sei muito bem que meu estilo nesses livros é pouco polido. Mesmo assim eu conjuro todos vocês, vocês Bispos do Senhor que vão guiar a Catedral de Tours depois do meu indigno episcopado, eu conjuro todos vocês, eu digo, pela volta do nosso Senhor Jesus Cristo e pelo dia do julgamento temido por todos os pecadores, que vocês nunca permitam que esses livros sejam destruídos, ou re-escritos, ou reproduzidos em partes com trechos omitidos, de outra maneira quando vocês voltarem em confusão do dia do julgamento vocês serão condenados junto com o Diabo. Mantenha-os em seu poder, intactos, sem acréscimos e da maneira como os deixei a vocês.

Não importa quem você seja, você Bispo de Deus, mesmo se o nosso próprio Martianus (Capella) tenha dado instruções para você nas Sete Artes, se ele te ensinou gramática de modo que você possa ler, se ele mostrou a você por sua dialética como seguir as partes de uma disputa, por sua retórica como reconhecer as diferentes métricas, por sua geometria como medir superfícies e linhas, por sua astronomia como observar as estrelas em seus cursos, por sua aritmética como adicionar e subtrair os números em suas relações, por seus livros sobre harmonia como juntar em suas músicas a modulação dos sons melódicos, mesmo se você for um conhecido mestre em todas esses talentos, e se, como resultado, o que eu escrevi parecer desprezível para você, a despeito disso tudo, não, eu imploro, violente meus livros. Você pode reescrevê-los em versos se desejar, supondo que eles encontraram favor para ti; mas mantenha-os intactos.²⁰⁶

²⁰¹ Os Decem Libri Historiarum.

²⁰² São: Liber in gloria Martyrum Beatorum, Liber de passione et virtutibus Sancti Juliani martyris, De virtutibus beati Martini episcopi (quatro livros), Liber in gloria Confessorum.

²⁰³ Liber vitae Patrum

²⁰⁴ In Psalterii tractatum commentarius.

²⁰⁵ De cursu Stellarum ratio. Versão em latim do trecho: “Decem Libros Historiarum, septem Miraculorum, unum de Vita Patrum scripsi; in Psalterii tractatu librum unum commentatus sum; de Cursibus etiam ecclesiasticis unum librum condidi”

²⁰⁶ Quos librum licet stilo rusticiore conscripserim, tamen coniuro omnes sacerdotes Domini, qui post me humilem ecclesiam Turonicam sunt recturi, per adventum domini nostri Iesu Christi ac terribilem reis omnibus iudicii diem, sic numquam confusi de ipso iudicio discedentes cum diabolo condemnemini, ut numquam libros hos aboleri faciatis aut recribi, quasi quaedam eligentes et quaedam praetermittentes, sed ita omnia vobiscum integra inlibataque permaneant, sicut a nobis relictas sunt.

Quod si te, o sacerdos Dei, quicumque es, Martianus noster septem disciplinis erudiit, id est, si te in grammaticis docuit legere, in dialecticis altercationum propositiones advertere, in rethoricis genera metrorum agnoscere, in geometricis terrarum linearumque mensuras colligere, in astrologiis cursus siderum contemplare, in arithmetice numerorum partes colligere, in armoniis sonorum modulationes suaviorum accentuum carminibus concipere; si in his omnibus ita fueris exercitatus, ut tibi stilus noster sit rusticus, nec sic quoque, deprecor, ut avellas quae scripsi. Sed si tibi in his quiddam placuerit, salvo opere nostro, te scribere versu non abnuo.

Mesmo com tamanha advertência, sua obra maior, os *Decem Libri Historiarum* circulou em versões mutiladas logo depois de sua morte. Possivelmente as versões transmitidas em Tours já durante o reinado de Clotário II (584 – 613 ou 629) sofreram cortes.²⁰⁷ Estas versões resumidas da obra e o posterior título que ela recebeu “*Historia Francorum*”²⁰⁸ já apontam para os usos que foram feitos do escrito e as intenções por trás destes: outorgar aos *Decem Libri Historiarum* um caráter de história do reino franco e, posteriormente, da França.

O fato é que os Dez Livros de História tiveram circulação significativa na Europa. Pelo menos quatro manuscritos datam do século VII,²⁰⁹ mas o mais antigo manuscrito que traz os dez livros na íntegra data do século XI.²¹⁰ Os manuscritos mais antigos, agrupados na família B, estão incompletos, trazem tão-somente os seis primeiros livros, e mesmo assim sem estarem na íntegra.²¹¹ Disto desenvolveu-se um importante debate que envolveu o privilégio dado à família B nas edições. Mesmo incompletos, os critérios adotados davam maior atenção a antigüidade dos manuscritos.

A discrepância na tradição manuscrita, destarte, redundou em diversas teorias acerca da produção e difusão do opúsculo. Dentre a hipótese mais aceita – inclusive pelas mais famosa edição de Latouche²¹² – está a que sugere uma dupla redação dos *Decem Libri Historiarum*. A primeira redação chegou a circular em Tours e serviu de base para a segunda. Esta última, ganhou projeção tão-somente após a morte do bispo. A hipótese das duas redações baseou-se principalmente na edição de Omont-Collon.²¹³ Segunda essa teoria, a primeira versão da obra contava com os seis primeiros livros, exceto por sessenta e oito capítulos que foram acrescentados posteriormente pelo bispo de Tours, juntamente com os quatro últimos livros.²¹⁴ Gustavo Vinay defende a idéia das duas versões, mas de forma bem distinta. De acordo com ele,

²⁰⁷ GOFFART, W. From *Historiae* to *Historia Francorum* and back again: aspects of the textual history of Gregory of Tours. In: _____ **Rome's fall and after**. Londres e Roceverte: Hambledon, ? p.269.

²⁰⁸ Ibidem, p. 269-270.

²⁰⁹ WALLACE-HADRILL, J.M. The work of Gregory of Tours in the light of modern research. **Transactions of the Royal Historical Society**, v.1, p. 25-45, 1951. p.27

²¹⁰ Codex da biblioteca de Monte Cassino n.275. (agrupado na família A). Cf: KRUSCH, B. Praefatio. **Gregorii episcopi Tvronensis libri historiarum X**. Scriptores rerum merovingicarum. Tomo I, 1851. p.XXII.

²¹¹ O mais antigo de todos está no *Codex Cameracensis* n.624. Ibidem, p.XXV.

²¹² Além da edição e tradução de Latouche, seguem a hipótese das duas redações: traduções para língua inglesa – DALTON, O.M. **The History of the Franks by Gregory of Tours**, 2 vols. Oxford: 1927; THORPE, L. **Gregory of Tours History of the Franks**. Harmondsworth, Middlesex, 1974; tradução para língua italiana – OLDONI, M. **Gregori di Tours. La Storia dei Franchi** 2 vols. 1981.

²¹³ COLLON, G. et OMONT, H. Grégoire de Tours Histoire des Francs. In: **Collection de texts pour servir à l'étude et à l'enseignement de l'histoire**. Fac. 2, 16. Paris: 1886-1893.

²¹⁴ Esses sessenta e oito capítulo estão discriminados abaixo.

a primeira redação foi justamente a completa, Gregório de Tours teria excluído, e não incluído trechos na revisão da obra.²¹⁵

A edição de T. Ruinart – primeiro editor crítico da obra de Gregório – descarta a hipótese de adições feitas por Gregório de Tours em uma suposta segunda redação.²¹⁶ Os monumentistas Arndt e Krusch seguiram opinião semelhante ao defenderem que os manuscritos incompletos resultam de exclusões feitas durante a transmissão da obra. W. Goffart segue a mesma hipótese, segundo ele não houve duas redações nem revisões da obra feitas pelo bispo de Tours.²¹⁷

Essas palavras iniciais apontam para os principais problemas acerca da tradição manuscrita dos *Decem Libri Historiarum*, a saber, o manuscrito da família B, principalmente pela sua antigüidade, são os que melhor testemunham o texto original da obra? Segundo, quais são as implicações da nomenclatura “História dos Francos” (*Historia Francorum*) para a compreensão da essência do texto? Gregório efetivamente escreveu o texto em duas versões? Se sim, porque o fez? Quais foram os objetivos dos acréscimos?

Enfrentaremos as três perguntas a partir do parâmetro adotado para o estudo dos escritos de Isidoro de Sevilha, ou seja, a análise interna e externa da fonte.

Análise interna

Observemos atentamente os trechos que, segundo a hipótese das duas redações, foram acrescentados por Gregório de Tours alguns anos depois da circulação da primeira versão dos *Decem Libri Historiarum*.

LIVRO I	
Capítulo 28	Relata a chegada de Adriano ao posto de imperador do Império Romano. Gregório cita o surgimento das heresias de Marciano e Valêncio. Fala ainda de martírios ocorridos na Ásia e Gália.
	Especifica os martírios ocorridos na Gália. Fala do mártir Potinus, bispo de Tours.

²¹⁵ VINA Y, G. **San Gregori**. Turin, 1940.

²¹⁶ O erudito questionava essencialmente a teoria de Charles Le Cointe que asseverava que só os seis primeiros livros eram de autoria de Gregório, o restante foi adicionado pelos copistas no decorrer da transmissão manuscrita. Cf: GOFFART, W. **The narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul Deacon**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p.121-122.

²¹⁷ “The work [*Decem Libri Historiarum*] was neither composed all in one piece nor systematically set down *pari passu* with the events even in the most contemporary books. Enough traces of inconsistency and anticipation exist to indicate authorial second thoughts, too few to define datable process of revision.” Ibidem, p. 124.

Capítulo 29	Potinus foi sucedido por Santo Irineu. Logo depois Gregório afirma que as perseguições voltaram. O resultado foi a morte de Irineu e mais quarenta e oito pessoas, dentre os quais Vettius Epagatus, ancestral do próprio Gregório.
Capítulo 31	Construção da igreja de Bourges.
Capítulo 33	Martírio de Limino e Antoliano
Capítulo 34	Martírio de Privatus, bispo de Jalvos, nas mãos dos alamanos
Capítulo 35	Perseguições durante o império de Diocleciano, martírio de Quirinus, bispo de Siscia.
Capítulo 36	Império de Constantino, nascimento de São Martinho de Tours, descoberta do pedaço da cruz na qual foi crucificado Jesus.
Capítulo 37	Império de Constâncio, durante o qual viveu São Thiago de Nisibis. De acordo com Gregório, o bispo Máximo de Trier teve grande influência graças a sua santidade.
Capítulo 38	Império de Constantino II. Morte do monge Antônio e exílio de Hilário de Poitiers. Durante o exílio Hilário escreveu livros sobre a fé católica e os enviou para Constantino, que graças a isso o perdoou e permitiu que ele voltasse para sua casa.
Capítulo 44	História de Urbicus, bispo de Clermont-Ferrand e sua esposa. Como epíscopo Urbicus jurou castidade, ele e a esposa viviam dedicados a preces. Certo dia a mulher, tentada pelo demônio, foi tomada pelo desejo e bateu a porta do bispo gritando “Bispos, por quanto tempo você pretende permanecer dormindo? Por quanto tempo você recusará abrir essa porta? Porque você rejeita sua legítima esposa? Porque você fecha seus ouvidos e recusa ouvir as palavras de Paulo, que escreveu: ‘una-se novamente, então Satão não o tentará’”. ²¹⁸ O bispo cedeu aos pedidos da mulher e eles tiveram relações

²¹⁸ Quousque sacerdos dormis? Quousque hostia clausa non reseras? Cur satellitem spernes? Cur obduratis auribus Paulis praecepta non audis? “Scripsit enim: Revertimini ad alterutrum, ne temptet vos Satanas.”

	sexuais. Depois, arrependido trancou-se em um monastério. Do ato nasceu uma menina que dedicou-se à vida religiosa.
Capítulo 45	Relato sobre Illidius, bispo de Clermond-Ferrand famoso pela sua santidade e milagres.
Capítulo 46	Arthemius, parte do grupo enviado de Trier para a <i>Hispania</i> adoece durante a jornada. Deixado em Clermond-Ferrand é tratado pelo bispo Nepotianus, sucessor de Illidius. Curado, Arthemius entra na vida religiosa e acaba por suceder Nepotianus no bispado.
Capítulo 47	História dos amantes pertencentes a famílias senatoriais de Clermond-Ferrand. Casados, a esposa lamenta perder a castidade. O marido aceita viver com ela uma vida casta. Quando mortos, são enterrados em tumbas distantes um da outra. Milagrosamente as tumbas acabam unidas.

Basicamente, os capítulos que foram comumente considerados como acréscimos feitos na segunda redação dos *Decem Libri Historiarum* versam sobre temas ligados à religião. No livro primeiro, observamos uma especial atenção a acréscimos relacionados com martírios, bispos e milagres. Uma leitura do primeiro livro como um todo, contudo, revela que os supostos capítulos escritos posteriormente não diferem dos temas principais tratados.

Basicamente, os capítulos que foram comumente considerados como acréscimos feitos na segunda redação dos *Decem Libri Historiarum* versam sobre temas ligados à religião. No livro primeiro, observamos uma especial atenção a acréscimos relacionados com martírios, bispos e milagres. Uma leitura do primeiro livro como um todo, contudo, revela que os supostos capítulos escritos posteriormente não diferem dos temas principais tratados.

LIVRO II	
Capítulo 14	O bispo de Tours Eustochius constrói um novo santuário dedicado a Martinho de Tours, digno dos muitos milagres feitos pelo santo. Gregório insiste nas datas comemorativas dedicadas a Martinho – 4 de julho e 11 de novembro – afirma que se os fiéis lembrarem desses dias e celebrá-los com fé, ganharão a proteção do Santo.

Capítulo 15	Construção da igreja de Symphorian pelo futuro bispo de Autun Eufronius
Capítulo 16	Santo Namatius constrói a igreja de Clermond-Ferrand, considerada a mais antiga dentro dos muros da cidade nos tempos de Gregório. O bispo de Tours fornece detalhes sobre a arquitetura da construção.
Capítulo 17	A esposa do bispo Namatius estava no prédio em construção dedicado a São Estevão dando instruções para os trabalhadores. Um homem pobre entrou e pensou que ela era uma necessitada, pegou um pedaço de pão e deu para a mulher, que humildemente aceitou o presente e o comeu em lugar da refeição usual. Graças a isso ela recebeu uma benção.
Capítulo 21	Eparchius sucedeu Namatius na sede de Clermont-Ferrand. Uma noite, como de costume, o bispo foi rezar e acabou por ver o próprio Satã junto com outros demônios sentados no altar episcopal. Irado gritou: "Sua prostituta hedionda, não é o bastante você infectar outros lugares com toda a sorte de tolices imagináveis, ainda vem desonrar o trono consagrado ao Senhor sentando nele com seu corpo revoltante? Deixa a casa do Senhor agora e pare de poluí-la com sua presença!" Satã então respondeu: "Já que você me dá o título de prostituta, eu verei que você é constantemente tomado por desejo sexual". ²¹⁹ Gregório diz que é verdade, Eparchius de fato era tentado pela luxúria da carne, mas com o símbolo da cruz o diabo não podia ameaçá-lo. Eparchius foi sucedido pelo célebre Sidônio Apolinário.
Capítulo 22	Relato sobre a santidade e desenvoltura de Sidônio Apolinário.
	<ul style="list-style-type: none"> • Capítulo longo com muitas informações. Nele Gregório descreve a rebelião de dois

²¹⁹ "Meretrix execranda, non sufficit tibi loca cuncta variis pollutionibus infecire, adhuc et cathedram a Domino consecrantam fetida sessionis tuae accessione coinquinas? Abscede a domo Dei, ne a te amplius polluaturs" Cui ait: "Et quia mihi meretricis nomen inponis, multas tibi parabo insidias ob desideria mulierum"

Capítulo 23	<p>clérigos contra Sidônio Apolinário. O primeiro dos clérigos morreu perdendo suas entranhas na latrina, destino semelhante ao do herege Ário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sidônio adoece e é cercado pelos moradores da cidade que lamentavam o estado do amado bispo. Antes de morrer, o bispo diz “Não temam, minha gente. Meu irmão Aprunculus está ainda vivo e será o bispo de vocês”.²²⁰ • Logo depois da morte de Sidônio, o segundo clérigo rebelde assume o bispado. Cai morto depois que um homem descreve a ele um sonho que teve com o bispo Sidônio. • Gregório fala dos rumores sobre a aproximação dos francos. Diz que era esperado com grande ansiedade o momento em que eles tomariam o governo.²²¹ • Relata a fuga de Aprunculus de Langres, causada pelas conspirações dos burgúndios contra ele. Aprunculus era justamente o irmão de Sidônio. Ele fugiu para Clermont-Ferrand e, como previsto por Sidônio, tornou-se bispo da região.
Capítulo 26	<p>Volusianus assume o bispado de Tours depois de Perpetuus. Acaba capturado pelos godos e lavado com prisioneiro para a <i>Hispania</i>, logo depois morreu. Em seu lugar assumiu Verus.</p>
Capítulo 36	<p>Revolta dos moradores de Rodez contra Quintianus, bispo da região. Os moradores diziam que se Quintianus partisse os francos poderiam finalmente dominar a região. Ao mesmo tempo, os godos desconfiavam que o bispo contribuía com os francos. Diante das pressões Quintianus</p>

²²⁰ "Nolit etimere, o populi, ecce! frater meus Aprunculus vivit, et ipse erit sacerdos vester"

²²¹ "Interea cum iam terror Francorum resonaret in his partibus et omnes eos amore desiderabili cupirent regnare (...)"

	foge e vai para Clermont-Ferrand, onde é fraternalmente acolhido pelo bispo Eufrasius.
Capítulo 39	Licinius assume a diocese de Tours. Naquele momento Clóvis estava envolvido com a guerra contra os francos. ²²² Clóvis, depois de derrotar os godos, foi até Tours. Na ocasião da visita de Clóvis Licinus estava em peregrinação em Jerusalém.

LIVRO IV	
Capítulo 5	Gall assume o bispado de Clermont-Ferrand, com a aprovação do rei. ²²³ Graças à suas preces, a peste que se espalhava pela Gália, não assolou Clermont-Ferrand.
Capítulo 6	Com a morte de Gall, Cato foi indicado pelos bispos para assumir a sede. O rei era ainda muito jovem, de modo que os bispos afirmaram que não era necessário o aval régio. Cato responde e diz que quer ser eleito para o cargo de acordo com os preceitos canônicos.
Capítulo 7	Cato foi eleito bispo de Clermont-Ferrand. Sem motivos claros começa a ameaçar Cautinus, arque diácono da diocese. Cautinus foi até o rei Teudebaldo e anunciou a morte de Gall. O rei elegeu Cautinus como o novo bispo de Clermont-Ferrand. De volta à cidade, Cato e seus apoiadores recusaram-se a aceitar a eleição de Cautinus, o que causou uma disputa na diocese. Diante disso Cautinus decretou a punição de Cato e de todos aqueles que o apoiavam.
Capítulo 11	Mais informações sobre a querela entre Cato e Cautinus. Cato é retratado como um homem orgulhoso que conspirava contra Cautinus.
	Aqui o texto sofre uma sensível mudança. A descrição de Cautinus até então foi

²²² Batalha de Vouillé, onde Clóvis derrotou os visigodos e pôs fim ao reino de Tolosa.

²²³ “Denique cum beatus Quintianus, sicut supra diximus, ab hoc mundo migratus est, sanctus Gallus in eius cathedram, rege opitulante, substitutus est.”

Capítulo 12	neutra, mas nesse capítulo Gregório pinta um retrato negro do bispo. Conforme ele, Cautinus começou a beber muito, estava sempre embriagado. Além disso mostrou-se um homem ambicioso quando tentou usurpar as terras dadas pela rainha Clotilde ao clérigo Anastasius. Gregório diz ainda que nada era sagrado para Cautinus, que ele não se dedicava à literatura e que ainda se relacionava com judeus.
Capítulo 15	O rei Clotário decide que Cato deveria ser o novo bispo de Tours. Cato recusa e afirma que deseja a diocese de Clermont-Ferrand. Clotário não cede e Cato acaba sem diocese. Eufronius foi então escolhido pelo rei para comandar a diocese de Tours.
Capítulo 19	Morte do Bispo Medard. Este foi enterrado com pompa em Soissons pelo rei Clotário. Gregório diz que Medard foi um homem santo, e que diante de sua tumba muitos milagres aconteciam.
Capítulo 32	Milagres de Julian de Randan. Gregório afirma que presenciou os milagres desse santo.
Capítulo 33	O abade do monastério de Randan morre, e em seu lugar assume Sunniulfo, um homem bondoso cuja única falha era ser severo demais com seus monges.
Capítulo 34	Milagre realizado por um monge. Gregório não fornece muitos detalhes para evitar que o monge em questão se encha de soberba. ²²⁴
Capítulo 35	Cautinus morre e desponta uma disputa pelo bispado de Clermont-Ferrand. Avitus foi eleito pelos clérigos, pelo povo e ordenado na frente do próprio rei. Para Gregório Avitus era um homem muito bom, um bispo exemplar. Não por acaso, ele era seu tio e criou Gregório depois da morte do pai.
	Capítulo que faz menção a três bispos de

²²⁴ Quid etiam apud quendam monasterium eo tempore actum sit, pandam; nomen autem monachi, quia superest, nominare nolo, ne, cum haec scripta ad eum pervenerit, vanam incurrens gloriam reviliscat.

Capítulo 36	Lyon: Sacerdos, Nicetius e Priscus. Com a morte de Sacerdos, Nicetius assumiu o bispado, foi um homem de grande santidade e que realizou muitos milagres. Depois dele assumiu Priscus, bispo ruim que se dedicou a perseguir todos aqueles que seguiam Nicetius.
Capítulo 37	Morte de São Friard.
Capítulo 43	Trata da indisposição entre Albinus, governador de Provence escolhido por Sigeberto, e o arque diácono Vigilus. Vigilus foi conivente com o roubo de bens de Albinus. Este, revoltado, atacou o clérigo durante a missa e o prendeu. Gregório reconhece a culpa de Vigilus, mas reprova veementemente a atitude de Albinus. O próprio rei Sigeberto interveio na questão e condenou Albinus a pagar quatro vezes o valor dos bens roubados por Vigilus.
Capítulo 48	Trecho emblemático. Gregório, no capítulo anterior, relatou os ataques aos bens das igrejas ocorridos durante o aumento das tensões durante as guerras civis que opuseram Gontrão, Teudeberto e Chilperico. Diz o bispo de Tours “Até os dias de hoje ainda se surpreende com os desastres causados por estas pessoas (francos). Nós podemos apenas contrastar como seus ancestrais costumavam se comportar com como eles se comportam atualmente. Depois das pregações dos missionários as antigas gerações converteram seus tempos pagãos em igrejas. Os antigos escutavam com toda a sinceridade os bispos do Senhor e tinha grande reverência com eles; atualmente eles não apenas não escutam como perseguem os bispos. Os ancestrais construíam monastérios e igrejas; os filhos as destroem e demolem” ²²⁵

²²⁵ Et adhuc obstupiscimus et admiramur, cur tantae super eos plagae inruerint. Sed recurramus ad illud quod parentes eorum egerunt et isti perpetrant. Illi post praedicationem sacerdotum de fanis ad ecclesias sunt conversi; isti cotidie de ecclesiis praedas detrahunt. Illi sacerdotes Domini ex toto corde venerati sunt et audierunt; isti non solum non audiunt, sed etiam persecuntur. Illi monasteria et ecclesias ditaverunt; isti eas diruunt ac subvertunt.

Os capítulos 43 e 48 trazem informações importantes. No capítulo 43 observamos o desenrolar de uma disputa que opôs um administrador eleito pelo rei e um clérigo. Mesmo o clérigo tendo sido culpado pelos crimes, a pena maior cai sobre o administrador, que desrespeitou os ritos da Igreja para retomar seus bens roubados. É digno de nota o fato de que o rei penalizou o administrador pelo referenciado desrespeito. Não há qualquer menção à punição ao clérigo proferida pelo rei. Tal questão chama a atenção para a preocupação régia com a ordem e o respeito aos ritos eclesiásticos, tema que sobrepujava crimes relacionados ao patrimônio laico, em especial, ao patrimônio de um nobre.

Já o capítulo 48 traz o relato do ataque aos bens eclesiásticos durante as guerras que assolaram o reino dos francos no período em que viveu Gregório de Tours. Embora o bispo não faça menção aos reis em especial, evidentemente é a eles que se dirigiu nesse discurso, algo latente se observarmos os eventos descritos no capítulo 47. Gregório clamou pelo exemplo dos reis anteriores para denunciar a impiedade dos reis da segunda metade do século VI. Observa-se, ainda, que as guerras que ocorriam afetavam a Igreja, algo que despertava a atenção do bispo de Tours. Desta maneira identificamos uma estreita relação entre a paz no reino e a ordem da Igreja.

LIVRO V	
Capítulo 5	O capítulo começa com o relato de Gregório sobre uma carta maldosa que ele recebeu de Félix, bispo de Nantes. A dita carta fazia referência ao assassinato de Pedro irmão de Gregório. Esse capítulo é especialmente interessante por apontar para o envolvimento dos bispos nas guerras civis. O assassinato de Pedro faz parte de um conjunto de fatos relacionados com as ditas guerras e com as suspeitas e acusações dentro a hierarquia episcopal e dos reis, no caso Chilperico, para com os clérigos.
Capítulo 6	Afirmção da santidade de Martinho de Tours diante dos cétricos mediante o exemplo do Leunast de Bourges, curado de uma cegueira na igreja de Martinho, Leunast, não satisfeito com o evidente milagre, recorreu a um judeu e voltou a ficar cego. Gregório afirma que isso é um aviso para aqueles que não confiam no

	milagre dos santos.
Capítulo 7	Morte de Senoch, pregador de Tours. Esse capítulo abre a descrição dos homens santos que morreram naquele ano (576).
Capítulo 9	Morte de Caluppa, monge de Méallet.
Capítulo 10	Morte de Patroclus, monge anacoreta que vivia na região de Bourges.
Capítulo 12	Morte de Brachio, abade do monastério de Ménat.
Capítulo 20	Com a morte de Nicetius, Sagittarius e Salonius foram eleitos bispos de Lyon. Se envolveram em todo o tipo de pecado, viviam em banquetes e embriagados, lutaram como guerreiros – tirando a vida de outros homens – na batalha que Mummolus travou contra os lombardos. Um dia atacaram o bispo Victor de Saint-Paul-Trois-Châteaux. Depois desse ataque Gontrão interveio e convocou um concílio que condenou os dois bispos. Eles pediram permissão para recorrer ao papa João III que os inocentou e pediu que Gontrão os realocassem na diocese de Lyon. Mesmo assim os dois continuaram cometendo todo o tipo de atrocidade, o que fez com que fossem mais uma vez convocados na presença do rei. Enquanto esperavam a audiência falaram mal dos filhos do rei, Gontrão soube e os condenou a se encerrarem em monastérios, sem seus bens e assistidos apenas por um criado. Com o adoecimento do primogênito de Gontrão um dos membros de sua corte sugere que a doença do menino poderia ser um castigo do rei por ele ter condenado injustamente dois bispos. Imediatamente Gontrão manda libertar os dois. Depois de um período de arrependimento, logo eles voltam a cometer pecados.
Capítulo 32	Uma briga entre membros da corte de Chilperico causou um grande estrago na igreja de São Denis. Chilperico não afastou os responsáveis pela briga. Eles pagaram um valor pela ofensa ao altar e depois foram readmitidos na comunhão.

Capítulo 36	Disputa entre o conde Nantinus de Angoulême e o bispo Heraclius de Vannes. Gregório relata de Nantinus morreu em agonia por ter agido contra o santo bispo.
Capítulo 37	Morte de Martinho de Braga.
Capítulo 40	Em missão à <i>Hispania</i> à comando da rainha Brunequilda, o bispo Elafius de Châlons-sur-Marne morreu. Morreu também o Bispo Eunius durante uma missa em Paris. Ele havia, antes, sido punido pelo rei por suas relações com os Bretões.
Capítulo 42	Morte de Maurilio, bispo de Cahors.
Capítulo 45	Morte de Agricola, bispo de Châlon-sur-Saône
Capítulo 46	Morte de Dalmatius, bispo de Rodez.
Capítulo 47	Chilperico, depois de saber de todos os crimes de Leudast, enviou Ansovald para resolver a questão. O resultado foi que Leudast foi destituído do cargo de conde e em seu lugar assumiu Eunomius. Furioso, Leudast foi até Chilperico e acusou Gregório de Tours de proferir calúnias contra o rei. Chilperico não acreditou em Leudast e ordenou que ele fosse preso.
Capítulo 48	Longo relato sobre os crimes de Leudast, que se envolveu em uma querela com Gregório.
Capítulo 49	Mais detalhes sobre os atos ignóbeis de Leudast.

LIVRO VI	
Capítulo 7	Após a morte do bispo Ferreolus ocorre uma disputa pela diocese de Uzès. Albinus, que foi governador ²²⁶ da região, assume o bispado sem a aprovação do rei, permaneceu no cargo por apenas três meses. Jovinus, que foi governador ²²⁷ de Provence, foi escolhido pelo rei para assumir o cargo, mas foi derrubado por intrigas de Marcellus, filho de Fêlix e

²²⁶ Praefectu

²²⁷ Provinciae rector fuerat

	membro de uma família senatorial. Marcellus foi consagrado bispo, mas sobre oposição de Juvenus, defendeu seu posto bravamente mas acabou destituído do cargo.
Capítulo 8	Morte de Eparchius, anacoreta de Angoulême.
Capítulo 9	Domnolus foi escolhido por Clotário II para assumir o bispado de Avignon, ele recusou o cargo, argumentando que ele, um homem simples, não queria ter que ouvir os discursos sofisticados das famílias senatorias de Avignon, que gastavam seu tempo discutindo problemas filosóficos. Clotário aceita a recusa de Domnolus e o nomeia bispo de Le Mans.
Capítulo 10	A igreja de São Martinho foi roubada, Chilperico conseguiu pegar os ladrões e ia julgá-los. Gregório de Tours temeu que o rei os condenasse a morte e mandou uma carta para Chilperico, pedindo para que a vida dos bandidos fosse poupada. O rei acatou o pedido do bispo de Tours.
Capítulo 11	Dynamius, <i>praefecto</i> de Provence começa a ameaçar o bispo Teodoro. Chilperico, aliado ao sobrinho Childeberto, coloca em risco o reino de Gontrão. Childeberto pede que Gontrão devolva a ele metade de Marseilles, caso ele recusasse ele tomaria a região a força. Gontrão recusou. Childeberto enviou então Gundulf, membro de uma família senatorial, para a região. No caminho Gundulf parou em Tours e foi recebido por Gregório. O relato segue com a chegada de Gundulf a Marseilles e o assédio sobre Dynamius, que jura fidelidade a Childeberto. Logo Dynamius rompe sua promessa e envia um mensageiro para Gontrão alertando o rei da Burgúndia sobre a conspiração do bispo Teodoro. Gontrão furioso manda um exército prender Teodoro. Preso, o bispo é levado a corte de Gontrão, julgado e inocentado. Por causa disso tudo cresceu as tensões entre Gontrão e Childeberto.
	Um cidadão de Tours, depois de perder a

Capítulo 13	esposa e os filhos, decide entra para a Igreja. Seu irmão Ambrosius, temeroso que ele doasse seus bens para a Igreja, tenta arrumar uma esposa para ele. Os irmãos se reúnem e bebem até caírem no sono. Enquanto dormiam, o amante da esposa Ambrosius mata os irmãos.
Capítulo 15	Fênix, bispo de Nantes e adversário de Gregório de Tours adoece. Sentindo que estava prestes a morrer ele tenta que seu sobrinho Burgundio seja eleito em seu lugar. Envia o jovem de 25 anos para Tours a fim de pedir que Gregório participe de sua eleição. Gregório recusa mediante o argumento que tal eleição seria contra os cânones. Por fim Fênix morreu e em seu lugar foi eleito Nonnichius.
Capítulo 22	Chilperico confronta o bispo de Périgueux, Charterius, acerca de certas cartas que ele teria enviado criticando o rei. Chilperico permite que Charterius volte para sua cidade e deixa que o caso seja julgado por Deus. Por fim, Nonnichius, conde de Limoges que foi o acusador de Charterius acabou morto.
Capítulo 29	Notícias do monastério cuja abadessa era Radegunda. Morte de Disciola, sobrinha de Salvius, bispo de Albi. Enclausura voluntária de uma das monja depois de um sonho.
Capítulo 36	Relato do caso de Aetherius, bispo de Lisieux, que foi destituído e depois readmitido em seu posto.
Capítulo 37	Querela entre Lupentius, abade do monastério de São Privatus, e Innocentius, conde da região. Brunequilda interveio na questão.
Capítulo 38	Querela entre os bispos de Cahors e Rodez, onde o Ursicinus de Cahors acusou Innocentius de estar com bens pertencentes a outra diocese. Um concílio foi convocado e nele foi dada razão a Ursicinus.
Capítulo 39	Morte de Remigius, bispo de Bourges.

Como podemos observar, todos os trechos entendidos como acréscimos a primeira versão dos *Decem Libri Historiarum* versam sobre bispos. Percebemos também que gradativamente os textos enfatizam a participação episcopal nas querelas políticas do *Regnum Francorum*. Torna-se mais evidente, ainda, as disputas pelo cargo de bispo das cidades, algo que evidencia a crescente importância do papel desses personagens nos reinos. Mesmo com informações tão importantes, a análise desses trechos descolados do contexto da obra limitam o olhar do pesquisador.

Ora, tais partes do escrito, em especial as que se referem aos bispos, não fogem do padrão dos *Decem Libri Historiarum*. Há no opúsculo uma grande ênfase na participação episcopal nas questões políticas e econômicas do reino, todavia, setenta e três dos quatrocentos e quarenta e três capítulos da obra versam especificamente sobre bispos.²²⁸ Destes setenta e três capítulos, trinta e seis fazem parte do grupo de capítulos que teriam sido acrescentados na segunda versão. Temos assim que quase a metade dos capítulos dedicados aos bispos possivelmente foram acrescentados posteriormente. Se de fato houve duas redações, evidentemente Gregório buscou ressaltar na segunda o papel dos bispos na sua História.

Não há grandes dúvidas acerca dos maiores detalhes presentes nos últimos livros que formam a obra, nada de surpreendente, Gregório foi contemporâneo aos acontecimentos descritos e muitas vezes participou deles. Não obstante, obteve mais notícias sobre as querelas nas quais estavam envolvidos os episcopos da mesma forma que ele mesmo se envolveu em algumas, como no caso das acusações que teve que responder diante do rei Chilperico.²²⁹ Tal fator pode explicar as descrições minuciosas do papel episcopal nas aventuras políticas do reino, mas também, podem indicar um real aumento da influência da alta hierarquia eclesiástica na política do reino. Esse elemento aparece claramente, por exemplo, na participação de Gregório na viagem à corte de Gontrão para afirmar os compromissos de Childeberto para com os termos do tratado de Andelot, como já apontamos na introdução desse escrito. Mostra-se evidente também na participação dos bispos no exercício da justiça, como o concílio convocado para decidir sobre a questão de Tetrada, casada com Eulalius:

²²⁸ **Livro I** – caps 37, 39, 44, 45, 46 e 48; **Livro II** – caps 1, 3, 5, 13, 14, 16, 17, 21, 22, 23, 26, 36, 39; **Livro III** – caps 17 e 37; **Livro IV** – caps 5, 7, 11, 15, 19, 35 e 36; **Livro V** – caps 5, 8, 11, 18, 20, 36, 37, 40, 42, 43, 45, 47; **Livro VI** – caps 5, 7, 9, 11, 15, 22, 36, 38, 39 e 40; **Livro VII** – caps 1, 16, 17, 27, 39; **Livro VIII** – 2, 7, 12, 14, 17, 22, 31, 39 e 41; **Livro IX** – caps 14, 18, 23, 37, 42; **Livro X** – caps 19, 26 e 31.

²²⁹ *DLH*, V, 49.

Um concílio de bispos foi convocado nas fronteiras de Clermont, Gévaudan e Rouergue para julgar o caso de Tetradia, a viúva de Desiderius, numa questão trazida contra ela pelo conde (*comes*) Eulalius pela restituição da propriedade que ela tomou dele quando o deixou.²³⁰

Somente a análise externa ao escrito pode nos fornecer subsídios mais seguros para pensarmos sobre uma possível revisão do texto, tanto no que concerne a acréscimos quanto a decréscimos de trechos.

Análise externa

“Não me é prazeroso escrever sobre as diversas guerras civis que afligem os francos e o reino”.²³¹ Com essa frase o bispo de Tours inicia o Livro V de suas *Historiae*. Ele se referia às guerras que devastavam o reino dos francos desde 561 e que se estenderam até além da morte de Gregório, ocorrida em 594. Essas guerras foram iniciadas pelos netos de Clóvis, Sigeberto, Chilperico, Gontrão e Cariberto, filhos de Clotário I.

Com a morte de Clotário o reino foi dividido entre seus herdeiros, como era o costume entre os francos. Tão logo se deu partilha começaram as disputas territoriais, fomentadas principalmente por Chilperico, o filho mais velho de Clotário. Este buscou ardentemente conquistar os territórios dos irmãos para reinar sozinho, diante disso o reino acabou novamente dividido, como resultado Chilperico perdeu *civitates*, insatisfeito, permaneceu pressionando os irmãos. Em 567 Cariberto morreu, numa tentativa de estabilização foi realizada uma nova divisão territorial onde Chilperico foi compensado pela perdas da partilha anterior. Mas mesmo assim as disputas não terminaram. Sob a alegação do assassinato de Galswinta, princesa visigoda que esposou Chilperico, Gontrão e Sigeberto tomaram Soissons, capital do reino de Chilperico. Mesmo com a morte deste em 584 as guerras não cessaram, estenderam-se até 614 com a vitória de Clotário II.²³²

²³⁰ In confinio vero termini Arverni, Gabalitani atque Ruteni sinodus episcoporum facta est contra Tetradiam, relictam quondam Desiderii, eo quod repeteret ad eam Eulalius comes res, quas ab eo fugiens secum tullisset. **DLH**, X, 8.

²³¹ Taedit me bellorum civilium diversitatis, que Francorum gentem et regnum valde proterunt, memorare (...)

²³² De acordo com Marcelo Cândido da Silva as guerras civis foram marcadas por cinco fases. A primeira se estendeu de 561 a 575 e foi caracterizada pelo predomínio do que futuramente seria a Austrásia, então governada por Sigiberto. A segunda fase vai de 575 a 584, durante esse período esteve em destaque a corte de Soissons, logo Nêustria, governada por Chilperico. A terceira fase vai de 584 a 592 e corresponde ao predomínio da Burgúndia de Gontrão. A quarta fase, de 592 a 612 foi dominada pelo eixo Astrásia-Burgúndia, consolidado durante a quinta fase

Gregório tornou-se bispo de Tours em 573. Por ora é o período de seu episcopado que nos interessa. Nos relatos que vão até 584 há uma especial atenção dada ao reinado de Chilperico. Para compreendermos as guerras civis que assolaram o *Regnum Francorum* é preciso dedicarmos algumas linhas para esse controverso rei.

Chilperico foi retratado como o pior dos reis merovíngios e o crédito dessa lenda negra pode ser atribuído a Gregório de Tours, que em seus *Decem Libri Historiarum* o chamou de o Nero e o Heródoto de seu tempo.²³³ A historiografia comumente aceitou o retrato de Chilperico fornecido por Gregório. Para J.C.L Sismondi ele foi um rei sanguinário, que junto a sua não menos cruel esposa Fredegunda, cometeu os mais terríveis crimes.²³⁴ Foi corretamente chamado de Nero e Heródoto de seu tempo, taxou seus súditos com altos impostos, envolveu-se em guerras com seus irmãos e mergulhou o reino no mais profundo caos.²³⁵ Outros historiadores, como J. Michelet, todavia, foram além da simples aceitação do relato de Gregório e perguntaram-se sobre os motivos que levaram o bispo de Tours a difamar tão ardentemente o primogênito de Clotário I. Segundo ele, os nomes de Chilperico e Fredegunda tornaram-se tão execráveis sob a pena de Gregório porque o rei da Nêustria ensaiou a ressurreição do Império na Gália, onde ele seria o líder. Tal tentativa redundou em diversos fatores, como o aumento das taxas de impostos e a luta entre a Nêustria e a Austrásia.²³⁶

É a luz dessas pretensões imperiais que as investidas de Chilperico devem ser compreendidas, assim como o início das tensões que redundaram nas guerras civis. Não obstante, essas mesmas pretensões explicam a narrativa tão negativa feita por Gregório sobre esse rei. Ora, além da tentativa de dominar todo o *Regnum Francorum*, Chilperico almejou exercer controle sobre o episcopado, escreveu o bispo de Tours:

Nesse período o rei Chilperico publicou um decreto que dizia que não deveríamos fazer distinções entre as Pessoas na Santíssima Trindade, e sim chamá-las simplesmente de Deus, ele defendia que era inconveniente falarmos de uma pessoa no caso de Deus, como se ele fosse um homem de carne e sangue. Ele afirmava que o Pai era o mesmo que o filho e que Espírito Santo era o mesmo que o Filho. ‘ Foi desse

com a vitória de Clotário II. CÂNDIDO, M.S. **A realeza cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2998 p.234.

²³³ DLH, VI, 46.

²³⁴ SISMONDI, J.C.L. **History of the Fall of the Roman Empire**. Filadélfia: Carey, Lea & Blanchard, 1835. p. 220.

²³⁵ **Précis de l’histoire de France depuis l’établissement de la monarchie jusqu’à nos jours**. Extracted from the Best writers by Mr. Des. Carrieres. Londres: Logographic press, 1791, p.26.

²³⁶ MICHELET, J. **Histoire de France au Moyen Age. La Gaule – Les invasions. Charlemagne**. Paris: Calmann-Lévy, 1893. p. 194.

maneira que Ele apareceu para os profetas e patriarcas', ele disse, 'e como Ele era considerado na Lei'. Ele ordenou que esses pronunciamentos fossem lidos para mim [Gregório de Tours] e ele acrescentou: 'essa é minha decisão, e você e os outros doutores da Igreja devem fazer disso um artigo da sua própria fé'. 'Piedoso rei', eu respondi, 'você deve deixar essa crença, e seguir o que os Apóstolos e depois deles os outros Padres da Igreja deixaram para nós, o que Hilário [de Poitiers] e Eusébio [de Vercelli] disseram e que você confessou no seu batismo'. O rei ficou muito bravo. 'É claro', ele disse, 'que o que disseram Hilário e Eusébio é o contrário do que eu acredito'. Minha resposta foi 'você deve ter certeza de que sua fé não ofende nem Deus nem Seus Santos. Você deve aceitar que o Pai é diferente do Filho e o Filho é diferente do Espírito Santo em suas Pessoas. Não foi o Deus que se fez homem, nem o Espírito Santo, mas o Filho, que era o Filho de Deus, para a redenção de todos os homens. Ele deve ser aceito como o Filho de um homem e da Virgem. Não foi o Pai que sofreu a Paixão, nem o Espírito Santo, mas o Filho, de modo que Ele foi feito carne no mundo e precisou se sacrificar pelo mundo. O que você diz sobre as Pessoas deve ser interpretado espiritualmente, não fisicamente. Nessas três Pessoas existe uma Glória, uma eternidade e uma onipotência'. O rei Chilperico ficou aborrecido com o que eu disse. 'Eu vou submeter essa questão para homens mais sábios que você', ele respondeu, 'e eles vão concordar comigo'. 'Qualquer um que estiver preparado para aceitar sua proposta não será um homem sábio, mas um tolo', respondi. Ele cerrou seus dentes, mas nada mais disse. Poucos dias mais tarde Salvius, bispo de Albi, chegou na corte. O rei apresentou suas propostas para ele e implorou que ele concordasse. Assim que Salvius ouviu as propostas ele as rejeitou tão violentamente que se ele pudesse destruir os papéis em que foram escritas eles os desfiaria. O rei Chilperico foi forçado a mudar de idéia.

O rei escreveu muitos livros de poesia nos quais ele tentou imitar Sedulius, mas nenhum de seus poemas atentaram para as regras aceitas da métrica. Ele ainda adicionou algumas letras no nosso alfabeto, o *w* dos gregos e o *ae*, *the* e *wi*, essas quatro deveriam ser representadas pelo símbolos ω , ψ , Z e Δ . Ele enviou instruções para todas as cidades de seu reino, dizendo que essas letras deveriam ser ensinadas para os meninos nas escolas, e os livros que usassem os antigos caracteres deveriam ser apagados e novos escritos.²³⁷

²³⁷ Per idem tempus Chilpericus rex scripsit indicolum, ut sancta Trinitas non in personarum distinctione, sed tantum Deus nominaretur, adserens indignum esse, ut Deus persona sicut homo carneus nominetur; adfirmans etiam, ipsum esse Patrem, qui est Filius, idemque ipsum esse Spiritum sanctum, qui Pater et Filius. 'Sic 'in,quid, 'rpophetis ac patriarchis apparuit, sic eum ipsa lex nuntiavit'. Cumque haec mihi recitare iussisset, ait: 'Sic 'in,quid, 'volo u, t tu vel reliqui doctores ecclesiarum credatis'. Cui ego respondi: 'Hca credulitate relictā, pie rex, hoc te oportet sequi, quod nobis post apostolus alii doctores ecclesiae reliquerunt, quod Elarius Eusebiusque docuerunt, quod et in baptismo es confessus'. Tunc iratus rex ait: 'Manifestum est mihi in hac causa Elarium Eusebiumque validos inimicos habere'. Cui ego respondi: 'Observare te convenit, neque Deum neque sanctos eius habere offensos. Nam scias, quia in persona aliter Pater, aliter Filius, aliter Spiritus sanctus. Non Pater adsumpsit carnem neque Spiritus sanctus, sed Filius, ut, qui erat Dei filius, ipse ad redemptionem hominis filius haberetur et virginis. Non Pater passus neque Spiritus sanctus, sed Filius, ut, qui carnem adsumpserat in mundo, ipse offerretur pro mundo. De personis vero quod ais non corporaliter, sed spiritaliter sentiendum est. In his ergo tribus personis una gloria, una aeternitas, una potestas'. At ille commotus ait: 'Sapientioribus a te haec pandam, qui mihi consentiant' E. t ego: 'Nmu quam erit sapiens, sed stultus, qui haec quae proponis sequi voluerit' A. d haec ille frendens siluit. Non post multos vero dies adveniente Salvio Albigense episcopo, haec ei praecepit recensire, depraecans, ut sibi consentaneus fieret. Quod ille audiens, ita respuit, ut, si cartam, in qua haec scripta tenebantur, potuisset attingere, in frustra discerneret. Et sic rex ab hac intentione quievit. Scripsit alios libros idem rex versibus, quasi Sedulium secutus; sed versiculi illi nulla paenitus metricae conveniunt ratione. Addit autem et litteras litteris nostris, id est w, sicut Graeci habent, ae, the,

São três elementos que se destacam nesse relato. Primeiro, Chilperico quis, como um laico, influir em assuntos de ordem exclusivamente eclesiástica, ora, embora estivesse em voga a interpolação entre a autoridade do rei e as dos bispos, a cada um dos dois cabiam prerrogativas específicas. Como bem destacou O. Guillot, o exercício da autoridade régia sob a episcopal limitava-se aos elementos reconhecidos pelos episcopos sobre os quais o rei poderia deliberar, como por exemplo, no caso do *Regnum Francorum* no século VI, a eleição de bispos.²³⁸ Entre essas prerrogativas, não se incluía a interpretação régia aos dogmas e debates cristãos, algo evidenciado no relato de Gregório, onde as investidas teológicas de Chilperico redundaram em uma leitura equivocada da Trindade. Gregório insiste que o rei deve atentar para as palavras dos apóstolos e, especialmente, para os Padres que os precederam. Isso chama a atenção para o fato de que o rei deveria antes garantir que os preceitos da Igreja fossem respeitados pelos súditos em lugar d'ele mesmo palpar sobre essas questões.²³⁹

Segundo, Chilperico tentou impor sua interpretação heterodoxa da natureza da Trindade aos bispos. Mesmo assim, chama-nos a atenção os esforços de Chilperico, registrados pelo próprio Gregório, em fazer com que os bispos aceitassem suas propostas. Parecia que o rei estava ciente das limitações com as quais lidava. Como aponta Geary²⁴⁰ os reis merovíngios agiam de acordo com as barreiras que as tensões entre a aristocracia – laica e eclesiástica – e a monarquia impunham. As passagens que indicam os esforços de Chilperico para ter suas idéias aceitas pelos bispos indicam que ele não impôs a força suas concepções, não exerceu um poder “totalitário” e patrimonialista. Terceiro, Chilperico tentou inserir novas letras no alfabeto e impô-las a todos os jovens do reino, ora, como já nos chamava a atenção J. Michelet, a Igreja se tornou um asilo diante da barbárie, inclusive nas questões educacionais,²⁴¹ estaria Chilperico ensaiando uma inserção em um campo que se tornava cada vez mais restrito à Igreja?

uui, quarum characteres hi sunt: Et misit epistulas in universis civitatibus regni sui, ut sic pueri docerentur ac libri antiquitus scripti, planati pomice, rescriberentur. **DLH, V, 44.**

²³⁸ GUILLLOT, Olivier. Quelques remarques sur la dignité de *princeps* à l'époque Mérovingienne. In: Idem. **Arcana Imperii (IVe – Xe siècle). Recueil d'articles.** Limoges: Pulim, 2003. p.240.

²³⁹ Ibidem, p. 248-255. Ver ainda: BOUREAU, Alain. Un obstacle à la sacralité royale en Occident. Le principe hiérarchique. In: BOUREAU, A. & INGERFLOM, S. **La royauté sacrée dans le monde chrétien.** Colloque de Royaumont. Paris: EHESS, 1989. p.29 – 37. Onde Boureau aponta para o monopólio da Igreja sobre o sagrado em todos os seus sentidos. É preciso cuidar, todavia, com a perspectiva adotada por Boureau, que adota modelos do Oriente para tentar explicar as especificidades da realeza do Ocidente medieval.

²⁴⁰ GEARY, P.J. Central politics: kings, their allies and opponents. **French Historical Studies**, v.19, n.3, p.757-763, 1996.

²⁴¹ MICHELET, J. **Histoire de France au Moyen Age. La Gaule...op.cit.** 215-219. Ver ainda: MATHISEN, R.W. The theme of literary decline in Late Roman Gaul. **Classical Philology**. v.83, n.1, p.45-52, 1988.

Uma nova luz se lança, assim, sobre o reinado do controvertido rei. Além de tentar reestruturar os elementos imperiais ele estava ciente de um fenômeno que ganhava fôlego no *Regnum Francorum* nos anos marcados pelas guerras civis: o fortalecimento do poder dos bispos.²⁴² De acordo com Gregório, Chilperico constantemente reclamava que:

Nosso tesouro está sempre vazio. Toda nossa riqueza caiu nas mãos da Igreja. Não há mais ninguém com poder além dos bispos. Ninguém me respeita como rei: todo o poder passou aos bispos nas suas cidades.²⁴³

Parece que o objetivo de Chilperico foi também fazer frente a esse aumento do poder episcopal, todavia, antes de um enfrentamento direto, o rei usou de subterfúgios para afirmar sua autoridade diante da conjuntura complexa em que estava inserido. Interessante notar que enquanto Chilperico foi retratado como um rei impiedoso, Gontrão foi descrito por Gregório como um homem muito piedoso, tanto que poderia ser visto por alguns mais como um bispo do que um rei.²⁴⁴ Não por acaso, Gontrão foi muito mais atento aos conselhos dos bispos. Mais do que tentar afirmar sua autoridade sobre os episcopos, cooptou o apoio episcopal para si. É possível conjecturar que Gontrão, assim como Chilperico, estava ciente do fortalecimento do poder dos bispos, mas ao contrário do seu irmão mais velho, optou por um enfrentamento menos direto e enxergou a possibilidade de ter os religiosos como preciosos aliados.²⁴⁵

Podemos, a partir dessas reflexões, voltar a teoria da revisão feita por Gregório de Tours à seu opúsculo. Como podemos perceber pela análise interna do documento, todos os acréscimos possivelmente feitos fazem referência aos bispos. Tal hipótese faz sentido diante do aumento da influência episcopal no período em que escreveu o bispo de Tours. Destarte, a possibilidade da revisão não pode ser descartada, como fez Goffart. Ela faz pleno sentido diante da conjuntura na qual estava envolvido Gregório na ocasião da redação de sua obra. Mesmo assim, devemos atentar para as colocações de Goffart no que concerne a necessidade de olharmos os *Decem Libri*

²⁴² Sobre o tema consultar os bons trabalhos de: GUILLOT, Olivier. Quelques remarques sur la dignité de *princeps* à l'époque Mérovingienne...*op.cit.* p.248-249. HALSALL, G. The Preface to Book V of Gregory of Tours' Histories: Its Form, Context and Significance. **English Historical Review**. v. CXXII, n.496. p.297-317, 2007. LOT, F. **Naissance de la France**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1948. p.232-235. WERNER, K.F. **Naissance de la noblesse. L'essor des elites politiques en Europe**. Paris: Arthème Fayard, 1998. p. 360-406.

²⁴³ Ecce pauper remansit fiscus noster, ecce divitiae nostrae ad ecclesias sunt translatae; nulli penitus nisi soli episcopi regnant; periet honor noster et translatus est ad episcopos civitatum. **DLH**, VI, 46.

²⁴⁴ **DLH**, IX, 21.

²⁴⁵ Como afirma Werner, os bispos colaboraram destacadamente para manter a ordem no *Regnum Francorum*. Embora tal papel tenha sido muito mais evidente durante a dinastia carolíngia, o pesquisador chama a atenção para a construção desse sistema no decorrer do governo dos merovíngios. WERNER, K.F. **Naissance de la noblesse...***op.cit.* p.370.

Historiarum na sua integralidade. É essa postura que nos revelará mais sobre as intenções do bispo, ao invés dos debates cronológicos. Não obstante, embora a família B dos manuscritos seja a mais antiga, e a que talvez mais se aproxime do manuscrito original de Gregório, devemos ter em conta que falta a essa tradução a integralidade da obra. Evidentemente uma nova edição crítica dos *Decem Libri Historiarum* mostra-se não só como necessárias, mas urgente.

O título da obra

Como apontamos, já logo depois da morte de Gregório de Tours, seus *Decem Libri Historiarum* circularam em versões incompletas. Já no período Carolíngio a obra recebeu a alcunha de *Historia Francorum*, título mantido pela historiografia e pelos editores desde o século XIX até o XX. Foi a edição dos monumentistas que chamou a atenção para o fato de que *Historia Francorum* não correspondia ao título dado por Gregório. Mesmo assim os *Decem Libri Historiarum* continuaram a ser editados em versões que adotavam o título “História dos Francos”, algo muito conveniente para autores que tentaram atribuir à Gregório a paternidade da história da França, mesmo que em flagrante desrespeito ao título dado pelo próprio bispo.²⁴⁶

Além do trabalho dos monumentistas, foi de grande importância os estudos de Goffart e Heinzelmann para a retomada do nome dos Dez Livros de Histórias. A relevância do título original deve ser entendida mais do que um fetiche pelo rigor no trato com as fontes, mas também como uma tentativa de contemplar o texto conforme legado por Gregório e, ao mesmo tempo, evitar incorrer na “pré-interpretação” que, ao chamar a obra de História dos Francos, pressupõe que ela versa sobre a história dos francos, algo que não deve ser asseverado tão facilmente.

²⁴⁶ Heinzelmann, M. Gregoire de Tours 'père de l'histoire de France?'. In: BERCÉ, Y.-M. & CONTAIME, Ph. *Histoire de France, historiens de France*. Paris: 1994, p.19-45

Capítulo II

Aspectos centrais da narrativa dita “história” e como eles foram incorporados pelos bispos de Tours e Sevilha

Aspectos centrais da história

O interesse pelas obras historiográficas escritas por autores cristãos do período denominado medieval é relativamente recente. Os primeiros eruditos dedicados a esse tipo de opúsculo em especial eram aqueles que estavam reunidos na Escola de Chartes desde a década de 1840. Apesar do valor de seus esforços para lançar luzes para obras tão negligenciadas, esses estudiosos estavam muito condicionados por visões românticas e religiosas acerca da Idade Média. A grande reabilitação da historiografia medieval teria lugar alguns anos mais tarde, especificamente entre 1866 e 1876, época na qual autores como G. Monod, G. Paris e P. Meyer advogaram na *Revue Critique d'histoire et de littérature* que os opúsculos de caráter histórico do medievo eram dignos de interesse.²⁴⁷

O reconhecimento da legitimidade desses estudos foi o primeiro passo para uma empreitada tão grandiosa quanto complexa. Grandiosa já que nos mil anos que se convencionou denominar genericamente como Idade Média muitas obras historiográficas foram redigidas. Complexa diante da dificuldade de se delimitar bem os objetos dos historiadores dedicados à labuta. Ora, em primeiro lugar, o que exatamente é historiografia? Em segundo lugar, como fazer uma história da historiografia?

Pelo menos até 1869 os estudiosos franceses entenderam historiografia como a “arte de escrever história”, a partir de então os trabalhos dos pesquisadores alemães desembarcaram com força na França – trazidos sobretudo pelos já citados Monod, Paris e Meyer – e com eles chegou o significado alemão para historiografia, a saber, literatura histórica. Não por acaso avolumou-se a quantidade de estudos dedicados à *histoire de l'historiographie*, tal como a *geschichte der historiographie* dos germanos e a *storia della storiografia* dos italianos.²⁴⁸

A vantagem do sentido alemão outorgado ao termo é que ele enfatiza o caráter da historiografia enquanto um gênero narrativo específico na medida em que o diferencia dos

²⁴⁷ GUENÉE, B. **Histoire et culture historique dans l'Occident Médiéval**. Paris : Aubier Montaigne, 1980. p. 11-12. Mesmo interessado nesse tipo de documento em específico, G. Monod, por exemplo, refutava a idéia de que os medievos foram capazes de escrever obras historiográficas – entendida por ele como fruto dos estudos da ciência histórica. Para Monod, a ciência histórica nasce somente na Renascença. No decorrer da Idade Média existia uma certa curiosidade sobre o passado, mas a crítica histórica ainda não havia surgido, conforme o erudito: “Il y a au moyen-âge des compilateurs et des chroniqueurs, il n'y a pas d'historiens.” MONOD, Gabriel. Du progrès des études historiques en France depuis Le XVI^e siècle. **Revue Historique**. n.1, p.5-38, 1876. p.7

²⁴⁸ Idem

acontecimentos.²⁴⁹ De fato, desde Cícero a escrita da história – significado etimológico de “historiografia” que não pode ser perdido de vista²⁵⁰ – foi entendida como uma atividade essencialmente narrativa.²⁵¹ Mas aqui chegamos a um ponto de diferenciação crucial. Contemporaneamente a historiografia é a escrita da história, outrora a própria história era entendida como o gênero narrativo dedicado ao registro dos feitos dignos de recordação.²⁵² Em poucas palavras, nos anos em que viveu Cícero não havia a necessidade da palavra historiografia já que “história” significava mais o registro dos feitos do que feitos em si.

É interessante notar que desde a época dos célebres historiógrafos gregos o registro dos acontecimentos digno da alcunha “história” necessitava obedecer a um imperativo: os eventos narrados deveriam ser verídicos e, tão importante quanto isso, o narrador precisava ser fiel a verdade dos fatos.²⁵³

O que observaremos no decorrer desse texto é que o sentido clássico da história não se perdeu nas mãos dos autores cristão tais como Eusébio de Cesaréia, Paulo Orósio e mais especificamente Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha. Os bispos de Tours e Sevilha, em especial, entenderam a história como gênero narrativo tal como Cícero, não obstante, preservaram o idéia básica de que a história deveria efetivamente dedicar-se a narração de eventos verídicos.

Ora, mas não podemos nos furtar de responder as perguntas iniciais desse preâmbulo ao capítulo II. Adotamos o significado etimológico da palavra “historiografia”, ou seja, escrita da

²⁴⁹ A língua alemã possui duas palavras para designar os acontecimentos passados (*die Geschichte*) e o relato sobre esses acontecimentos (*die Histoire*), conforme Funari: “Em nossa língua, assim como em diversas outras línguas de origem latina, história costuma designar, a um só tempo, aquilo que se passou e o relato sobre o passado. Os dois termos, contudo, não se confundem. Em alemão, diferencia-se, de forma clara, o passado, aquilo que se passou (*die Geschichte*) e o relato do passado (*die Histoire*), usando o alemão o verbo “passar, acontecer” (*geschehen*) para cunhar o termo *Geschichte* (literalmente, ‘o Passado’).” FUNARI, Pedro Paulo A. Júlio César, poder, instituições e jurisdições na construção biográfica de Plutarco. In: FRIGHETTO, R. & GUIMARÃES, M.L. (coord.). **Instituições, poderes e jurisdições**. I Seminário Argentina – Brasil – Chile de história antiga e medieval. Curitiba: Juruá, 2007. p. 175.

²⁵⁰ Como já chamou a atenção M. de Certeau. Cf: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. Para uma boa análise da questão: MALERBA, J. Em busca de um conceito de historiografia. Elementos para uma discussão. **Varia Historia**. n.2, p.27-47, 2001.

²⁵¹ CHARBEL, Felipe T. Um construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. **Varia Historia**. n.40, p.551-568, 2008. Ver ainda: MOMIGLIANO, A. **Problème d'historiographie**. Ancienne et moderne. Paris: Gallimard, 1983. p.120.

²⁵² Já Heródoto disse: “Heródoto de Halicarnasso relata aqui o resultado de sua enquête (*historiès/ ιστορίης*), para que os eventos que ocorrem dos feitos dos homens não desapareçam com o tempo, e para que as grandes e incríveis ações realizadas tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros não fiquem sem glória (...)”. Heródoto, **Enquête**, Prólogo.

²⁵³ MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004. p. 53-83. Ainda: GABBA, Emilio. True and false history in Classical Antiquity. **The Journal of Roman Studies**. v.71, p.50-62, 1981.

história, todavia, ela não dá conta dos textos de Gregório e Isidoro por uma razão já enunciada: para eles história significava o gênero eleito para narrar feitos verídicos e memoráveis. Seríamos, desta forma, mais fiéis aos autores se falássemos que fazemos aqui uma historiografia de suas histórias mais do que uma história de suas historiografias. A lógica desse inversão só fará sentido se dermos voz aos autores e à tradição das histórias cristãs sobre as quais estavam ancorados.

História e verdade

Cícero, um dos mais importantes autores que ilustram a situação da escrita da história na cultura romana, fez a distinção entre dois gêneros da narrativa: um referente a *negotia* e o outro às pessoas. O gênero narrativo concernente a *negotia* possuía ainda três subdivisões: lendário (*fabulam*), histórico (*historiam*) e realista (*argumentum*).²⁵⁴ O mesmo autor estabeleceu a especificidade da história em sua obra dedicada à Oratória. Para ele, história era “Evidência do tempo, luz da verdade, mensageira da antigüidade, pela qual se pode viver a imortalidade,”²⁵⁵ para escrevê-la era necessário:

Para escrever, respondeu Catulus, conforme os gregos, seria necessário o melhor[estilo oratório]; mas para escrever como um romano, não é necessário ser eloqüente; tudo o que é preciso é não ser um mentiroso.²⁵⁶

O sábio romano sistematizou uma característica do gênero histórico que já figurava dentre os autores clássicos, a saber, a história – diferente da poesia épica, por exemplo – fazia a distinção entre fatos e fábulas, em poucas palavras, tinha um compromisso com a verdade dos eventos narrados.²⁵⁷

²⁵⁴ MOMIGLIANO, A. **Problème d'historiographie...***op.cit.* p.120.

²⁵⁵ Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?. Cícero, **De Oratore**, livro II, IX.

²⁵⁶ "Si, ut Graeci scripserunt, summi," inquit Catulus; "si, ut nostri, nihil opus est oratore; satis est non esse mendacem." Cícero, **De Oratore**, livro II, XII.

²⁵⁷ Há tanto em Heródoto quando em Tucídides uma clara preocupação com a exposição das fontes por eles utilizadas em seus relatos. Heródoto expôs: “Até agora o que eu relatei foi tirado do que eu vi, das reflexões que fiz, das perguntas que conduzi. A partir de agora eu direi o que os egípcios contam, da maneira como eu entendi; a isso se junta algum coisa que eu mesmo vi”. Heródoto, **Enquête**, II, 99. Tucídides demonstra preocupação semelhante: “Por outro lado, no que concerne ao atos que ocorreram no curso da guerra, não me sinto obrigado a escrever, me baseei em informações de primeira mão, não apenas na minha opinião pessoal: ou bem eu mesmo assisti, ou bem perguntei para os outros com toda a exatidão possível (...)”. Tucídides, **Guerra do Peloponeso**, I, 22, 2-3. Para uma

É interessante notar que essa especificidade da história não era privilégio de autores de origem grega e romana. Flávio Josefo, em sua obra derradeira, sublinhou em sua crítica aos historiógrafos gregos:

Mas é preciso estabelecer uma segunda causa além dessa, a saber: os que se puseram a escrever [histórias] não se esforçaram em atingir a verdade – **mesmo que sempre tivessem na ponta da língua essa proclamação!** -, mas queriam antes exibir sua capacidade verbal.

(...)

Em suma, cumprem o que é mais contrário à história (*ιστορία*): pois a demonstração da história verdadeira está em que todos, sobre as mesmas coisas, digam e escrevam a mesma coisa – e eles, se escrevem o mesmo de modo diferente, crêem que então parecem mais verdadeiros que todos!²⁵⁸

Percebemos que Flávio Josefo reconhece nos gregos a percepção de que a história deveria se ocupar do que era verídico (*mesmo que sempre tivessem na ponta da língua essa proclamação!*), muito embora estes, mais ocupados com a arte da eloquência do que com a verificação dos fatos, tenham falhado na escrita da história.²⁵⁹ O fato é que essa compreensão essencial da narrativa dita “história” permaneceu dentre os autores cristãos.²⁶⁰

Eusébio de Cesaréia, autor da obra seminal das histórias cristãs, tal como os autores gregos e romanos por nós citados explicitou as fontes das quais colheu as informações por ele dispostas. O fez mesmo reconhecendo as dificuldades da empreitada que assumiu enquanto o primeiro a enfrentar o tema:

3. Mas, por isso mesmo, a obra pede a compreensão benevolente para mim, que declaro ser superior a nossas forças apresentar acabado e inteiro o prometido, já que somos até agora os primeiros a abordar o tema, como quem enfrenta um caminho deserto e sem pistas. Rogamos ter a Deus como guia e o poder do Senhor como colaborador, porque de homens que nos tenham precedido por este mesmo caminho, na verdade, não conseguimos encontrar uma simples pegada; apenas, se tanto, pequenos indícios através dos quais, cada um a sua maneira, nos deixaram como heranças relatos parciais dos tempos transcorridos e de longe nos estendem como tochas suas próprias palavras; desde lá em cima, como de uma atalaia distante, nos

boa reflexão sobre o tema Cf: MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna...** *op.cit.* p.53-83. Em outro texto Momigliano resume bem a característica das histórias: “But the Greeks themselves, and the Romans, knew that there were two differences between history and epic poetry: history was written in prose, and was meant to separate facts from fancies about the past.” MOMIGLIANO, A. *Greek Historiography. History and Theory*. v.17, n1, p.1-28, 1978. p.2.

²⁵⁸ Flávio Josefo. **Contra Ápio**, 24 e 26.

²⁵⁹ Para um bom estudo acerca da concepção de Flávio Josefo referente a história Cf: VARNEDA, Pere Villalba I. **The historical method of Flavius Josephus**. Leiden: Brill, 1986. Especialmente o capítulo III.

²⁶⁰ A. Momigliano apontou para a permanência da tradição historiográfica “pagã” na historiografia cristã. Cf: MOMIGLIANO, A. **Problème d'historiographie...** *op.cit.* p.120-144.

chamam e nos mostram por onde se deve caminhar e por onde devemos encaminhar os passos da obra sem erro e sem perigo.

2. Para tanto, nós, depois de reunir o que achamos de aproveitável para nosso tema daquilo que estes autores mencionam aqui e ali, e colhendo, como de um prado espiritual, as frases oportunas dos velhos autores, tentaremos dar corpo a uma trama histórica (...)²⁶¹

A trama histórica, em Eusébio, exige a reunião dos relatos, mesmo que esparsos, dos que vivenciaram as situações descritas. Desta maneira, percebe-se a necessidade de elencar as fontes para garantir a legitimidade da narrativa, e uma das que foram citadas por Eusébio foi a própria obra de Flávio Josefo, sobre o historiógrafo judeu atestou o bispo de Cesaréia:

2. Foi o mais famoso de todos os judeus de sua época, e não somente entre seus compatriotas, mas também entre os romanos, ao ponto de ser honrado com uma estátua em Roma, e seus livros serem considerados dignos de uma biblioteca.

3. Josefo expôs toda a *Antigüidade judaica* em vinte livros completos, e a *História da guerra romana* de seu tempo em sete. Ele mesmo atesta que não a entregou apenas em língua grega, mas também em sua língua materna. Por tudo isso o mais é digno de crédito.²⁶²

Eusébio pediu a benevolência de seus leitores por ser o primeiro a se aventurar na escrita de uma história eclesiástica, mas, como podemos perceber, não negligenciou a citação de obras e autores dignos de crédito. Mesmo reconhecendo a preservação do sentido da história enquanto narrativa da verdade não é prudente afirmarmos que os cristãos entenderam como dignas de confiança as mesmas fontes que os pagãos gregos e romanos. Não deixaram de citar textos de origem mundana, como leis e outras histórias²⁶³ mas outorgaram ao texto bíblico – tal como o judeu Flávio Josefo e os demais judeus – o status de um documento que relatava uma verdade inquestionável.²⁶⁴ Paulo Orósio, em suas histórias contra os pagãos, chamou a atenção para o fato de que os gregos e os latinos ignoraram três mil cento e oitenta e quatro anos ao não relatarem a origem do mundo descrita no livro da Gênesis:

Tanto entre os gregos como entre os latinos, quase todos os escritores que propagaram com suas palavras, com interesses em um grande recorde, as ações de reis e povos, começaram suas obras com Nino, filho de Belo, rei dos assírios – os mesmo autores que também queriam fazer acreditar, sem demonstração, que a origem do mundo e a

²⁶¹ Eusébio de Cesaréia. **História Eclesiástica**, I [propósito da obra] 3 e 4.

²⁶² Ibidem, livro III, IX.

²⁶³ Eusébio, por exemplo, além de histórias como as de Flávio Josefo, copiou algumas das leis imperiais voltadas para os cristãos. Cf: Eusébio de Cesaréia. **História Eclesiástica**. Livro X, V.

²⁶⁴ Sobre a idéia de verdade outorgada aos textos bíblicos: KALLAI, Z. Biblical historiography and literary history: a programmatic survey. **Vetus Testamentum**, v.48, fac. 3, p.338-350, 1999.

criação do homem não tiveram princípio, aceitam, sem embargo, que os reis e as guerras começaram com esse rei, como se o gênero humano tivesse vivido até esse momento como os animais e só então pela primeira vez abriam os olhos como golpeados e despertados a nova luz. Por isso eu decidi contar o começo das desgraças humanas partindo do primeiro pecado humano, escolhendo só uns poucos e breves exemplos.

Desde Adão, o primeiro dos homens, até o rei Nino “o grande”, como o chamam, passaram-se 3184 anos, anos que foram omitidos ou ignorados por todos os historiadores.²⁶⁵

Essa passagem da obra orosiana é emblemática já que outorga as histórias escritas sob a perspectiva cristã – baseada nos relatos bíblico – uma legitimidade muito maior do que as obras escritas pelos pagãos – contra os quais o autor redigiu seu próprio opúsculo – já que elas contemplam um período temporal muito mais amplo de modo a suprimir as lacunas, os lapsos temporais, deixados pelos autores que escreveram sob um prisma distinto, a saber, aqueles que culpavam o cristianismo pelas mazelas do Império, os pagãos. O texto bíblico se afirma assim como uma fonte superior e os autores cristãos como os mais aptos a escrever histórias, estas que inexoravelmente devem relatar a verdade e, naquele momento, a verdade maior era a fé cristã desde a sua origem, que era o origem do próprio mundo. Mas isso é tema para o próximo tópico, cabe agora observarmos como a história, enquanto narrativa da verdade, aparece nos escritos dos bispos de Tours e Sevilha.

Gregório de Tours, em seus *Decem Libri Historiarum*, relatou as dificuldades de se escrever histórias:

Enquanto eu escrevo essa história não posso deixar de pensar no que disse Salústio sobre todos aqueles que criticam os que escrevem histórias: ‘é tarefa árdua escrever as coisas acontecidas: primeiramente porque o que você escreve deve corresponder exatamente ao fato; e segundo, porque se você se permite criticar qualquer ato errado, a maioria dos seus leitores pensam que você é malevolente ou até mesmo invejoso’.²⁶⁶

Ora, ao retomar a sentença de Salústio, presente em sua *Bellum Cantilinae* (comumente traduzido como Conjuração de Cantilina), Gregório confirma que sua preocupação é com a narrativa das coisas acontecidas (*res gestas*) da maneira como efetivamente aconteceram. Era preciso ser fiel aos fatos, era preciso relatar a verdade, e esse compromisso foi herdado de toda a

²⁶⁵ Paulo Orósio. **História contra os pagãos**. Livro I, 1.

²⁶⁶ Sed nos haec narrantis, Salustii sententiam, quam in detractaturibus historiografforum protulit, memoramus. At enim: Arduum videtur res gestas scribere: primum quod facta dictis exaequanda sunt; deinde quia plerique quae delecta repraehenderis malevolentia et invidia dicta putant. Sed coepta sequamur. **DLH**, IV, 13.

tradição grega, romana e judaica erigida pelos autores que precederam o bispo de Tours. Gregório não rompeu com essa tradição, pelo contrário, a reafirmou. A história não deixou de ser, sob sua pena, a *lux veritatis*, como qualificou Cícero. Ele, tal como Eusébio e Orósio, tão-somente deu à narrativa histórica uma outra amplitude relacionada com a leitura cristã acerca do mundo. Isidoro de Sevilha igualmente reconheceu essa prerrogativa da história. Em suas Etimologias registrou:

1. Historia é a narração de acontecimentos, pela qual se conhecem os sucessos que tiveram lugar em tempos passados. O nome de história deriva do grego *historeîn*, que significa ver ou conhecer. E é que entre os antigos não escrevia história quem não tenha sido testemunha e havia visto os feitos que deveriam narrar. Melhor conhecemos os feitos que observamos com nossos próprios olhos que os que conhecemos por ouvido. 2. as coisas que se vê podem ser narradas sem falsidade. Esta disciplina se integra à gramática porque às letras se confia quando é digno de recordação.²⁶⁷

Isidoro retoma aqui uma definição clássica da história, dedicada a verdade afirmada pelo fato de narrador ter visto os feitos relatados. Mas mais do que a maior veracidade do relato de uma testemunha ocular, devemos enfatizar a preocupação com a confiança que a narrativa histórica possui, já que não pode se ater a falsidade. O imperativo da observação flagrante dos eventos era, como bem aponta o bispo de Sevilha no trecho destacado, uma característica das histórias escritas pelos antigos. O que era de maior importância para Isidoro era a verdade da narrativa, e esta poderia ser assegurada com a consulta de fontes dignas de confiança. Como assegurou em seu *De Origine*:

Por muitos séculos [os godos] foram governados por reis, cuja cronologia, nomes e atuação convém expor por ordem e sucessivamente, servindo-se para isso de dados tirados das histórias.²⁶⁸

Ao afirmar que tirava os dados das histórias, Isidoro, pela definição que deu ao gênero em suas Etimologias, já atestava a veracidade de tudo o que registrou em sua própria obra, o que garantiu de antemão a legitimidade do que relatou. A partir disso podemos inferir que tanto o bispo de Sevilha quanto o de Tours objetivaram deixar claro que os eventos por eles perpetuados

²⁶⁷ 1. Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur. Dicta autem Graece *historeîn*, id est a videre cognoscere. Apud veteres enim nemo conscribat historiam, nisi is qui interfuisset, et ea quae conscribenda essent vidisset. Melius enim oculis quae fiuntprehendimus, quam quae auditu colligimus. 2. Quae enim videntur, sine mendacio proferuntur. Haec disciplina ad Grammaticam pertinet, quia quidquid dignum memoria est litteris mandatur. **Etymologiarum**, I, 41.

²⁶⁸ Per multa quippe retro saecula ducibus usi sunt, postea regibus, quorum oportet tempora per ordinem cursim exponere et quo nomine actuque regnauerint, de historiis libata retexere. **De Origine**, VL, 3.

poderiam ser lidos sem desconfianças, e isso se deu por duas razões principais: ambos fiavam-se em fontes fidedignas e foram redigidos no formato da história, destarte, necessariamente testemunhavam acontecimentos verdadeiros.

Ora, por mais que se possa apontar as “inverdades” presentes tanto nos *Decem Libri Historiarum* quanto no *De Origine*²⁶⁹ afirmamos que é antes necessário atentarmos para a vontade de verdade do que para a veracidade dos feitos narrados. Se Gregório e Isidoro deliberadamente distorceram os eventos descritos devemos privilegiar o fato de que o fizeram em obras que tinha o compromisso com a verdade, ou seja, histórias. Por mais “mentiras” que encontremos em seus escritos, é de se ressaltar que estas tinham a pretensão de relatos verídicos, era dessa maneira que os bispos gostariam de ser lidos. Não foi, dessa maneira, por acaso que escolheram a história para registrar tudo o que registraram nessas obras, tal opção outorgou aos relatos uma legitimidade evidente.

História e origens

Foi dentre os autores romanos que a palavra *Origo* passou a ser mais comumente usada como uma sinonímia para História.²⁷⁰ Desde então a busca pelas origens passou a ser um elemento importante nas obras históricas. Esta tópica avançou até os escritos dos autores cristãos, desde Eusébio – que buscou as origens da *Ecclesia* – até Jordanes, que mapeou a origem dos godos, e, não obstante, Gregório e Isidoro – onde o primeiro inicia sua obra com a origem do mundo e o segundo com a dos godos.

A busca pelas origens explicita uma questão que já era comum dentre os romanos, judeus e cristãos, a saber, a antigüidade de determinado elemento – *gentes*, religião, Império – tinha um peso elementar na importância deste. Observemos então mais uma vez Flávio Josefo:

Com efeito, através de minha obra sobre a história antiga – ó Epafrodito, o mais excelente dos homens! – julgo ter mostrado para meus eventuais leitores que nosso povo, os judeus, é o mais antigo, que sua primeira formação foi original e como

²⁶⁹ Como por exemplo fizeram recentemente D. Shanzer, I. Wood e M. Cândido acerca do retrato de Clóvis pintado por Gregório, sobretudo no que se refere a data do batismo do rei merovíngio. Cf: SHANZER, D. Dating the baptism of Clovis: the bishop of Vienne vs the bishop of Tours. In: **Early Medieval Europe**, n.7 (1), p. 29-57, 1998. WOOD, I. Gregorio de Tours y Clodoveo. In: LITTLE, L.K. & ROSENWEIN, B.H. **La Edad Media a debate**. Madrid: Akal, 2003. p.125-151. CÂNDIDO, M. **A realeza cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 80-89.

²⁷⁰ MOMIGLIANO, A. Some observations on the 'Origo Gentis Romanae'. **The Journal of Roman Studies**, v.48, n.1/2, p.56-73, 1958. Ver ainda: BICKERMAN, E. *Origines Gentium*. **Classical Philology**, v.47, n.2, p.65-81, 1952.

habitou a região que temos hoje. Abrange a cifra de cinco mil anos a história que compus em língua grega, a partir de nossos livros sagrados. Todavia, como vejo muitos darem atenção às calúnias que alguns proferem, por malícia, e recusarem-se a dar crédito ao que escrevi sobre a nossa história antiga, tomando como prova de que nosso povo é o mais novo o fato de que não há nenhuma menção a ele nos historiadores gregos ilustres.²⁷¹

Flávio Josefo procurou afirmar a legitimidade do povo judeu frente ao grego de modo a salientar a superioridade do primeiro frente ao segundo. O fato é que esse tipo de argumentação foi também comum entre os autores cristãos. Eusébio de Cesaréia buscou comprovar a antigüidade do cristianismo ao relacioná-lo diretamente com o Cristo, semelhante a Deus e, destarte, atemporal como ele:

Sendo a índole de Cristo dupla: uma, semelhante à cabeça do corpo, e por esta reconhecemos como Deus, e outra, comparável aos pés, mediante a qual, e para a nossa salvação ele se revestiu de homem, sujeito ao mesmo que nós, nossa exposição a seguir será perfeita se iniciarmos o discurso de toda sua história partindo dos pontos principais e dominantes. Deste modo, a antigüidade e o caráter divino dos cristãos ficará patente aos olhos de todos que pensam que [o cristianismo] é algo novo, estranho, de ontem e não de antes.²⁷²

A verdade da fé cristã se afirma dessa maneira por sua existência desde sempre.²⁷³ Gregório de Tours, atento à força desse argumento o utiliza para afirmar o quão pretérito era o Cristo e o quanto a Igreja já estava fadada a surgir no mundo:

No início Deus fez o céu e a terra em Seu próprio Cristo, que é seu próprio filho, que é a origem de todas as coisas.²⁷⁴

Logo em seguida, no capítulo 4 do livro I, afirma o bispo:

Eu não tenho dúvidas de que o formato da Arca [de Noé] representa o conceito da mãe Igreja, que se move adiante através das ondas e entre as rochas da vida aqui debaixo, protegendo-nos em seu seio maternal dos males que nos ameaçam, e nos defendendo em seu abraço amoroso e protetor.²⁷⁵

²⁷¹ Flávio Josefo. **Contra Ápio**, 1 e 2.

²⁷² Eusébio de Cesaréia. **História Eclesiástica**, livro I, II, 1.

²⁷³ Sobre o tema escreveu Momigliano: “Eusébio sabia que os cristãos eram uma nação, e uma nação vitoriosa; e que a sua história não poderia ser contada a não ser no quadro da igreja em que vivia. Além disto, ele sabia bem que a nação cristã era o que era por virtude de ser tanto a mais antiga quanto a mais nova nação do mundo. Possuía origem dupla: era os mesmos tempo contemporânea da criação do mundo e do nascimento do Império romano sob o domínio de Augusto”. MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna...op.cit.** p. 196.

²⁷⁴ Principio Dominus caelum terramque in christo suo, qui est omnium principium, id est in Filio suo, furmavit (...). **DLH**, I, 1.

²⁷⁵ Sed nec hoc ambigo, quod species illa arcae tipum matris gessisset aeclesiae. Ipsa enim inter fluctus et scupulos huius saeculi transiens, nos ab imminentibus malis materno gestamini fovens, pio amplexu ac protectione defendit. **DLH**, I, 4.

Fica uma questão evidente. Ora, é fato que Gregório escreveu em um momento muito distinto que Eusébio. Enquanto o segundo produziu sua obra em um momento em que o cristianismo era algo incipiente no que se refere a seu reconhecimento por parte do Império Romano, o primeiro engendrou seu opúsculo em uma época na qual o cristianismo já era há tempos reconhecido e professado pelos reis merovíngios. Por que, então, a preocupação de Gregório em enfatizar a antigüidade da Igreja? A resposta para essa questão é tema do próximo capítulo, mas desde já podemos adiantar que ela se relaciona a algo que já foi explicitado no primeiro capítulo dessa monografia, ou seja, no momento em que escreveu Gregório os bispos – legítimos representantes da verdadeira fé cristã – afirmavam-se cada vez mais como autoridades de destaque no reino dos francos.

O tema da origem aparece de maneira sensivelmente distinta no escrito isidoriano. Como o próprio título de sua obra sugere, ele escrevia sobre as origens dos godos, vândalos e suevos. Diante das três gentes contempladas, as origens dos godos evidentemente ganha destaque, eram eles os mais antigos entre as populações que passaram pela Península:

Breve

É coisa certa que o reino dos godos é antiquíssimo, já que surgiu do reino dos escitas.²⁷⁶

Longa

O povo dos godos é antiquíssimo. Alguns acreditam que eles são descendentes de Magog, filho de Jafet, por causa da semelhança de sua última sílaba e, sobretudo, porque o deduzem do profeta Ezequiel; mas os antigos eruditos acostumaram-se a chamar-los mais “Getas” do que “Gog” e “Magog”.²⁷⁷

O que podemos perceber a partir da comparação das duas obras é que claramente o tema das origens assume proporções distintas entre elas. Enquanto no escrito de Gregório de Tours as origens constituem um dos elementos do opúsculo – que contempla tanto as origens da Igreja quanto uma tentativa de definir a origem dos reis francos – no caso de Isidoro de Sevilha a questão é justamente o mote central do texto. Por que, então, era tão importante definir no século VII no âmbito do reino dos visigodos a origem dessa gente? Esse problema será melhor analisado no capítulo III, mas podemos adiantar que mais do que a origem dos godos

²⁷⁶ Gothorum antiquissimum esse regnum certum est, quod ex regno Scytharum est exortum.

²⁷⁷ Gothorum antiquissimam esse gentem [certum est]: quorum originem quidam de Magog Iafeth filio suspicantur a similitudine ultimae syllabae; et magis de Ezechiele propheta id coligentes. Retro autem eruditi eos magis Getas quam Gog et Magog appellare consueverunt.

propriamente dita, era a relação dessa com a conversão que ocorreria no final do século V que interessava a Isidoro de Sevilha. Essa mesma conversão confirmou o valor da *gens Gothorum* que já estava previsto desde o momento em que estes surgiram, até mesmo pela sua antigüidade. Os godos vieram antes mesmo que os romanos e isso é verificável tanto na versão breve quanto longa do *De Origine*, descendentes dos escitas ou de Magog eles já eram retratados enquanto *gens* antes mesmo que Roma surgisse.

O pragmatismo da história

A história era uma narrativa verídica, mas isso não resume suas propriedades. O esforço por escrever histórias não se referia apenas com o gosto pela verdade, a história desempenhava um papel relevante, tinha uma função pragmática, e isso era reconhecido já por Cícero que a qualificou como *mestra da vida*. A história preservava os grandes feitos do esquecimento, fornecia exemplos para os homens e, entre os cristãos em especial, testemunhava a ação divina mediante a idéia da providência e acalentava as almas ansiosas de quem via o fim se aproximar.²⁷⁸ Para Eusébio:

(...) tentaremos dar corpo a uma trama histórica e estaremos satisfeitos por poder preservar do esquecimento as sucessões, se não de todos os apóstolos de nosso Salvador, ao menos dos mais importantes nas Igrejas mais ilustres que ainda hoje são lembradas.²⁷⁹

Eusébio tentou preservar a memória dos apóstolos da Igreja e apontar para a antigüidade do cristianismo, como destacamos em outra referência à obra. A história para ele tinha uma função, assim como para Orósio, que ao dirigir-se a Agostinho explicitou o propósito das *Histórias Contra os Pagãos*, conforme tinha pedido o bispo de Hipona:

Me ordenaste que escrevesse contra a vã maldade daqueles que, distantes da cidade de Deus, são chamados “pagãos” pelos povos e vilas de campo, ou “gentios”, porque gostam das coisas terrenas, os quais, se bem não se preocupam com o futuro e, por outra parte, esquecem ou desconhecem o passado, atacam, sem embargo, aos tempos atuais como se estes estivessem infestados de males mais do que o devido, só porque agora se acredita em Cristo e se adora a Deus, enquanto que seus ídolos são menos adorados (...)²⁸⁰

²⁷⁸ Uma boa análise das propriedades da história para os cristãos pode ser encontrada em: SANCHEZ SALOR, E. El providencialismo en la historiografía cristiano-visigótica de España. *Anuário de estudos filológicos*, Extremadura, Universidad de Extremadura, n.5, p. 179-192, 1982.

²⁷⁹ Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*, Livro I, 4.

²⁸⁰ Orósio. *História contra os pagãos*. Prólogo.

A história serviu a Orósio como um eficaz instrumento para fazer frente aos ataques pagãos ao cristianismo. Gregório e Isidoro também viam a história mediante uma visão pragmática mais do que voltada para um exercício abstrato – e isso, como referenciamos, não foi uma inovação do cristianismo. Cabe compreendermos qual foi a função prática das histórias para os autores.

Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha e a história

Necessariamente ocupada com feitos verídicos, preocupada com as origens, pragmática, preservadora da memória, fonte de ensinamentos morais, *magister vitae*: são esses os principais elementos que fundamentaram a arte de registrar os feitos dignos de recordação. A função da narrativa histórica esboçou-se desde a Antigüidade até a Antigüidade Tardia de uma maneira específica, singular frente a atual historiografia – onde a história separou-se da narrativa e a crítica assumiu o pedestal do historiadores. A distinção entre o registro dos acontecimentos e os acontecimentos em si, a projeção do olhar histórico para o passado e para o futuro pode ter determinado o nascimento da consciência histórica, mas não a história. Não as histórias: plurais em seus objetos, mas constantes em seus objetivos.

A urgência pela determinação da origem de Roma cedeu lugar para a necessidade de desvendar a origem da Igreja. A origem da Igreja tornou-se menos importante diante do imperativo de determinar a gênese de *gentes* que afirmavam-se no Ocidente como novos agentes da autoridade. Quem eram os godos? Quem eram os francos? Que papel estavam fadados a cumprir? Por que Gregório de Tours desejou realizar um novo cômputo dos anos depois de Eusébio de Cesaréia, depois de Orósio? Por que Isidoro de Sevilha escreveu uma história dedicada à Hispânia protagonizada pelos reis godos? Tais perguntas devem ser respondidas por uma via dupla.

Até então já sinalizamos que os bispos de Tours e Sevilha foram herdeiros de uma longa tradição, ela fornece importantes pistas para compreendermos suas obras. Essa tradição foi responsável pela elaboração da concepção acerca do gênero histórico. Mas este só faz sentido quando analisado à luz das urgências dos anos em que viveram Gregório e Isidoro.

Gregório de Tours ofereceu importantes sugestões para seu intento e sua concepção sobre a história nos cinco prefácios que redigiu. Um deles foi dedicado à integralidade dos *Decem*

Libri Historiarum, os outros referiam-se respectivamente aos livros I, II, III e V. Destacam-se três elementos revelados pelos prefácios do tourunense: os temas centrais dos livros, os objetivos do autor com seu trabalho e a compreensão sobre o curso do tempo – os eventos marcantes e seus registros mediante a história. Podemos apresentar tais elementos de maneira sistematizada:

Temas	Objetivos	O curso do tempo
<ul style="list-style-type: none"> • Guerras entre os habitantes de diferentes regiões (<i>Prefácio geral</i>) • Violência dos reis (<i>Prefácio Geral</i>) • A fé de alguns frente a impiedade de outros (<i>Prefácio geral</i>) • Guerras entre os reis e os hostis, entre os mártires e os iníquos, entre a Igreja e os hereges (<i>Prefácio Livro I</i>) • As diferentes guerras civis que aflingiam os francos e seus líderes (<i>Prefácio livro V</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar os eventos que ocorriam, sobretudo porque nas Gálias não havia ninguém suficientemente treinado na arte da escrita para fazê-lo (<i>Prefácio Geral</i>) • Manter viva a memória dos que partiram e informar as gerações futuras sobre eles (<i>Prefácio Geral</i>) • Relatar os eventos desde o início do mundo para que a seqüência do tempo fosse bem compreendida (<i>Prefácio Geral</i>) • Explicar a seqüência dos anos tendo por fonte crônicas e histórias para acalantar os ânimos de todos aqueles que perdiam as esperanças diante da iminência do final dos tempos (<i>Prefácio Livro I</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Os feitos dos santos e as guerras entre as <i>gentes</i> são relatadas de maneira misturada, pois assim se apresentam no mundo. Prova disso é que autores como Eusébio de Cesaréia, Jerônimo e Severo assim escreveram suas crônicas e histórias (<i>Prefácio livro II</i>) • Aqueles que crêem na Santíssima Trindade inexoravelmente triunfam, enquanto os descrentes padecem de um triste fim (<i>Prefácio livro III</i>)

Temos então contemplado o tema que parecia aflingir o bispo de Tours: as convulsões internas no *Regnum Francorum*. Tal questão transparece mais claramente a partir do prefácio do Livro V. O problema dos conflitos remetem a tempos pretéritos, desde a origem do mundo, mas são os conflitos contemporâneos que ganham maior repercussão. Eles anunciam o final dos tempos – algo evidenciado por um dos objetivos de Gregório, que era acalantar o ânimo dos desesperançosos diante da proximidade do fim. Anunciam também o risco para o reino franco – quando no

prefácio ao Livro V o bispo alerta aos reis o perigo de suas guerras internas, que poderiam destruir o reino como colapsou Roma. A dualidade, o conflituoso, como aspecto relevante da obra de Gregório já foi apontado por Goffart e Heinzelmann, todavia, cabe atentarmos para um ponto pouco desenvolvido pelos autores: tais tensões parecem mais graves aos olhos de Gregório quando relacionadas com os francos, em especial com seus reis. O bispo, dessa forma, outorgava a estes um papel de destaque no curso do tempo:

Não me agrada escrever sobre todas as diferentes guerras civis (*bellorum civilium*) que aflingem as gentes dos francos (*gentem Francorum*) e seus líderes. O que é ainda pior, nós agora vemos o momento que o nosso Senhor previu como o verdadeiro início de nosso tormentos: “ O filho se erguerá contra o pai; o irmão contra o irmão; parente contra parente. Os francos deveriam, ao invés disso, estar atentos ao exemplo de seus primeiros reis, os quais, por causa de suas inabilidades em concordar uns com os outros, foram mortos por seus inimigos.”²⁸¹

O reino dos francos é equiparado à Roma, a cidade das cidades (*urbs urbium*). Relatos de caráter apocalíptico retirados da Bíblia são evocados. Tudo para alertar aos reis francos sobre os danos que suas disputas internas causarão. Contudo, mais do que uma preocupação particular sobre a decadência de um reino em específico, Gregório preocupava-se com o triunfo de uma reino que tinha um papel especial no curso do tempo. A única salvação vislumbrada é apresentava por uma concepção essencial que Gregório nutria: a glória era daqueles que tinham fé na Trindade, a saber, no catolicismo. O exemplo de Clóvis, o rei vitorioso, é prova cabal dessa verdade quando confrontado com o fim vexatório de Ário, que perdeu suas entranhas na latrina. Era, assim, tão somente mediante o respeito aos preceitos cristãos, em especial ao conselho dos bispos, que os reis poderiam preservar a integridade de seus reinos, de seus súditos e, desta forma, cumprir o papel a eles delegados enquanto líderes dos francos. A narrativa histórica, dessa forma, era salutar para passar a mensagem que o bispo desejava: ela ocupava-se com a verdade – poderoso instrumento de legitimação do discurso; ela fornecia exemplos – dos santos, dos reis vitoriosos, como Clóvis, que inexoravelmente triunfaram graças à fé; ela preservava a memória – daqueles que partiram e deixaram exemplos como legado para as gerações futuras;

²⁸¹ Taedit me bellorum civilium diversitatis, que Francorum gentem et regnum valde proterunt, memorare; in quo, quod peius est, tempore illud quod Dominus de dolorum praedixit initium iam videmus: Consurgit pater in filium, filius in patrem, frater in fratrem, proximus in propinquum. Debebant enim eos exempla anteriorum regum terrere, qui, ut divisi, statim ab inimicis sunt interempti. **DLH, Prefácio livro V.**

ela fornecia explicações – sobre o curso do tempo, para que aqueles que viam o fim como próximo pudessem compreender seu lugar nesse mesmo transcorrer temporal.

Isidoro de Sevilha lidava com outra conjuntura quando escreveu sua *De Origine*. O catolicismo era ainda recente no reino dos godos, as guerras travadas em seu interior relacionavam-se mais a disputas pelo trono do que por territórios e prestígio e não estavam circunscrita a uma família nobre, aos descendentes de um Clóvis como no reino dos francos, mas entre agentes nobiliárquicos. Foi pela via religiosa que Isidoro buscou arrefecer esses conflitos e para tanto procurou as raízes da nobre *gens gothorum*, sua inevitável conversão e seu triunfo, desde que seguido a risca o paradigma cristão para a realização desse destino. Desta forma, a procura pelas origens era menos uma tentativa de engendrar a etnogênese de um povo e mais a investigação dos primórdios de uma promessa anunciada: a conversão e o triunfo dos godos. Como indicou em sua crônica, não era o fim dos tempos que preocupava o bispo de Sevilha, e sim a promessa de tempos futuros. E para tanto, o bispo de Sevilha, tal como o de Tours, lançou mão da poderosa narrativa histórica.

CAPÍTULO III – GREGÓRIO DE TOURS, ISIDORO DE SEVILHA E A ESCRITA DA HISTÓRIA

Tópicos nos Decem Libri Historiarum

Um história na Igreja na Gália, uma história dos francos, uma história com um objetivo sobretudo moral, uma história da França. Foram muitas as tentativas de qualificar os *Decem Libri Historiarum*, em comum elas possuem por característica o esforço por enquadrar a obra como detentora de fins únicos: ou políticos, ou religiosos, ou etnológicos, ou ideológicos, ou pastorais. Ora, se os especialistas modernos acertam ao questionar a suposta confusão no texto de Gregório de Tours, erram ao buscar o plano da obra em categorias isolados. Procuraremos mostrar que para Gregório pensar em política significava pensar em religião, pensar em religião significava pensar em política, pensar na *gens Francorum* era, antes, observá-la em suas relações com o catolicismo, pensar nos monarcas era julgá-los por suas posturas enquanto defensores ou detratores da fé cristã. Em suma, não é uma lógica puramente política, religiosa ou etnológica que sustenta o texto, é uma misto desses elementos, sobretudo em um momento em que a cristianização da história na Gália era incipiente, em um momento em que as disputas internas eram evidentes e que a religião foi vista por Gregório como fator de coesão. Olhemos para as palavras de Gregório de Tours.

1.A Igreja

Mais de cinco mil anos são contemplados pelo *Decem Libri Historiarum*, o que faz dele a maior obra escrita por Gregório de Tours. Organizado em dez livros, com um total de 443 capítulos o texto chama a atenção pelo tamanho e a profusão de eventos descritos. Mesmo muitos, observamos que o bispo de Tours privilegiou alguns temas e são eles que nos fornecem as pistas para desvendar seus objetivos com tão grande empreendimento. O melhor caminho é iniciarmos essa análise pelos prefácios. São eles quatro. O primeiro é dedicado a integralidade do volume.

No Prefácio Geral Gregório de Tours lançou mão de uma tópica comum em seus textos. Alegou que, mesmo pouco habilidoso na arte da escrita, era necessário registrar os acontecimentos que tomavam curso na Gália:

Uma grande quantidade de coisas acontecem, algumas boas outras ruins. As gentes lutam entre si e os reis perdem o senso do modo mais furioso. Nossas igrejas são atacadas pelos hereges e protegidas pelos católicos; a fé em Cristo brilha em muitos homens, mas permanece fraca em outros; tão logo as igrejas são erguidas pelos piedosos são roubadas pelos impiedosos. Mesmo assim, nenhum escritor

suficientemente treinado na gramática existe para poder descrever essas coisas em prosa ou verso. De fato nas cidades da Gália a cultura literária declinou até quase desaparecer. (...) . Eu escrevi esse livro para manter viva a memória dos que partiram e para que as futuras gerações os conheçam. Meu estilo não é muito polido e eu precisei dedicar muito espaço para as disputas entre os fracos e os virtuosos.²⁸²

Preservar a memória dos que partiram para que as gerações futuras os conheçam, mesmo que o registro seja feito em um estilo pouco polido. O primeiro prefácio revela que Gregório preocupou-se em ludibriar o esquecimento, evitar que a “grande quantidade de coisas” que ocorriam na Gália se perdessem com a morte dos que as vivenciaram. Essa luta contra o esquecimento deveria ser realizada de qualquer modo, mesmo que o autor não desfrutasse de habilidade com a arte da gramática.²⁸³ A referência à inexistência de escritores capacitados na Gália indica que será essa região o palco principal dos eventos que aparecem nos *Decem Libri Historiarum*.²⁸⁴ De fato, já no Livro I é feita a primeira menção à Gália, especificamente à Lyon.²⁸⁵

Essa grande quantidade de acontecimentos que tomavam curso também é mencionada nesse primeiro trecho: as batalhas, as imposturas dos reis, o ataque dos hereges às igrejas e a defesa feita pelos piedosos e a força da fé em Cristo de uns em detrimento a fraqueza da fé em outros. Gregório percebeu seu tempo como uma era conturbada, de tal modo tensa que o bispo considerava o final dos tempos algo cada vez mais próximo. No Prefácio ao Livro I sublinhou: “para o bem daqueles que perdem as esperanças conforme vêem o fim do mundo cada vez mais próximo”.²⁸⁶

²⁸² Decedente atque immo potius pereunte ab urbibus Gallicanis liberalium cultura litterarum, cum nonnullae res gererentur vel rectae vel improbae, ac feretas gentium desaeviret, regum furor acueretur, ecclesiae impugnarentur ab hereticis, a catholicis tegerentur, ferveret Christi fides in plurimis, tepisceret in nonnullis, ipsae quoque ecclesiae vel ditarentur a devotis vel nudarentur a perfides, nec reperire possit quisquam peritus dialectica in arte grammaticus, qui haec aut stilo prosaico aut metrico depingeret versu. (...). Ista etenim atque et his similia iugiter intuens dici, pro commemoratione praeteritorum, ut notitiam adtingerint venientum, etsi incultu effatu, nequivi tamen obtegere vel certamina flagitiosorum vel vitam recte viventium

²⁸³ Essa mesma preocupação aparece em outras obras de Gregório, como no *Liber in gloria confessorum*, onde Gregório responde a possíveis críticas ao seu estilo rústico enfatizando que sua mensagem era tão importante que deveria ser transmitida a despeito da sua falta de habilidade com as letras: “Eu estou realizando a mesma tarefa que vós [críticos], e pela minha incompetência [literária] eu vou oferecer-vos sabedoria. Por eu acreditar que esses escritos vão oferecer a vós um benefício: o que eu descrevo em um estilo rústico e breve e obscuro, vós ireis ampliar em versos claros e suntuosos em longas páginas.” Gregório continua: “Em um primeiro livro [*Liber in Gloria Martyrum*] eu incluí alguns dos milagres do Senhor, dos santos apóstolos e outros mártires. Eles milagres eram desconhecidos até hoje, [mas] Deus desejou engrandecê-los todos os dias para fortalecer a fé dos crentes. Portanto era impróprio que eles desaparecessem da memória.” (colocar versão em latim).

²⁸⁴ Como notaram pesquisadores como W. Goffart, I. Wood e M. Heinzelmann.

²⁸⁵ DLH, I, 18.

²⁸⁶ Illud etiam placuit propter eos, qui adpropinquantem finem mundi disperant. DLH, Prefácio ao Livro I.

É, todavia, no Prefácio ao Livro I que os protagonistas dos eventos, cuja memória não pode ser perdida, são especificados:

Como me proponho a escrever as guerras travadas pelos reis contra os hostis, pelos mártires contra os iníquos e pela Igreja contra os hereges, eu desejo antes expor minha própria fé, para que ninguém que me leia duvide de que eu sou católico.²⁸⁷

São os reis, os mártires e os bispos – representantes máximos da Igreja – os atores principais do cenário descrito por Gregório, e são seus feitos e suas batalhas que de vem chegar até as próximas gerações. É muito importante, depois da confissão de fé do autor. Ao esclarecer sua fé mediante a afirmação de seu catolicismo, esta fortalecida pela explicação do dogma da Trindade e pela insistência do bispo em dizer que ele creu nos episcopos reunidos em Nicéia sob a autoridade de Constantino, Gregório deixa claro que a descrição da série de acontecimentos presente em sua obra se deu sob o prisma do catolicismo. Suas Histórias traziam, dessa forma, uma evidente interpretação cristã. E isso não poderia ser posto em dúvida pelos seus leitores. Estes poderiam confiar nas palavras de Gregório enquanto obras de um autor católico.

Gregório fortalece ainda mais seu papel enquanto um autor católico ao elencar ainda no Prefácio ao Livro I os escritores que servem a ele como exemplo: Eusébio de Cesaréia, Paulo Orósio e Victório, todos notáveis pelo registro de histórias cristãs. A preocupação em se afirmar como um autor cristão ganha especial sentido quando seguimos as linhas dos *Decem Libri Historiarum*, nelas, o bispo de Tours, mediante uma série de exemplos, procura provar que o triunfo da fé católica é inevitável, o que denota a veracidade dessa fé. Sua história inspirada pela verdadeira fé era assim veiculadora necessária da verdade. Ao contrário do que defende Martin Heinzelmann,²⁸⁸ a fidelidade na descrição dos eventos era sim algo que preocupava Gregório de Tours. Por mais que ele tenha sido, talvez deliberadamente, infiel na descrição de certos acontecimentos, ele esforçou-se por outorgar a suas Histórias confiabilidade. O primeiro passo dado por Gregório nessa direção foi eleger o gênero histórico para narrar os acontecimentos que ele lutou para preservar na memória, o segundo foi fortalecer ao longo de seu texto a verdade de sua fé.²⁸⁹

²⁸⁷ Scripturus bella regum cum gentibus adversis, martyrum cum paganis, ecclesiarum cum hereticis, prius fidem meam proferre cupio, ut qui ligirit me non dubitet esse catholicum. DLH, Prefácio ao Livro I.

²⁸⁸ HEINZELMANN, Martin. **Gregory of Tours: History and Society in the Sixth Century**. Cambridge University press, 2001. p. 36.

²⁸⁹ As recorrências do termo “verdade” na obra de Gregório de Tours indicam que o bispo possuía uma idéia de “verdade” semelhante à atual. Verdade era o oposto de mentira, da falsidade. O termo “verdade” aparece quando se refere a um evento real (DLH, II, 3; DLH, V, 49; DLH, VIII, 10), a verdadeira fé (DLH, II, 34; DLH, V, 38; DLH, VI, 17), razão (DLH, IV, 47) ou Jesus enquanto aquele que traz a verdade (DLH, V, 42). Sobre um estudo acerca da verdade na obra de Gregório de Tours: AUERBACH, Erich. **Mimesis. A representação da realidade na literatura Ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

Um dos recursos utilizados por Gregório para afirmar a veracidade da fé católica pode ser observado no Livro I e na versatibilidade com a qual o bispo lidou com a cronologia.

O Livro I, formado por quarenta e oito capítulos contempla em seus primeiros vinte e seis capítulos essencialmente a história contida na Bíblia. Os capítulos vinte e sete e vinte e oito versam sobre as perseguições empreendidas pelos imperadores romanos contra os cristãos. A partir do capítulo vinte e nove a obra começa a se centrar na Gália, especialmente em Clermont-Ferrand, local de nascimento de Gregório de Tours e onde sua família desfrutava de grande prestígio. O primeiro livro, como é possível notar, concentra-se em questões religiosas. Estas, todavia, ao contrário do que defendeu Goffart,²⁹⁰ eram mais do que uma introdução sem grande importância para compreender o texto.

Gregório de Tours não obedeceu a uma cronologia fixa, e estava consciente disso. No prefácio ao livro dois escreveu:

Seguindo a ordem do tempo, descrevo de maneira confusa e misturada as virtudes dos santos e a destruição das gentes (*strages gentium*). Não é irracional que eu descreva a vida afortunada dos santos juntamente com o desastre dos desafortunados, já que isso não é fantasia do escritor, mas a forma como se impôs a série do tempo.²⁹¹

Essa perspectiva forneceu a Gregório uma significativa versatibilidade na ordenação dos eventos, assim como certa liberdade para adiantar informações sobre acontecimentos futuros aos que são narrados em determinada passagem. Bom exemplo disso é o já citado trecho em que Gregório vê a Arca de Noé como um símbolo do que a Igreja representaria após a vinda do Cristo.²⁹² Podemos ainda elencar outros trechos que ilustram o esforço de Gregório em reforçar a legitimidade da Igreja mediante a localização de seus símbolos mais significativos em tempos remotos.

Ao descrever a travessia do Mar Vermelho – sem antes deixar de destacar evidências físicas da veracidade do acontecimento – o bispo de Tours afirma: “não há dúvidas de que essa travessia do Mar Vermelho e o pilar de nuvens são símbolos do nosso batismo.”²⁹³ Também no primeiro livro há a primeira referência a Gália, especificamente sobre a fundação de Lyon,

²⁹⁰ GOFFART, Walter. **The narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon.** New Jersey: Princeton University Press, 1988.

²⁹¹ Prosequentes ordinem temporum, mixte confuseque tam virtutes sanctorum quam strages gentium memoramus. Non enim irrationabiliter accipi puto, se filicem beatorum vitam inter miserorum memoremus excidia, cum idem non facilius scripturis, sed temporum series praestitit.

²⁹² DLH, I, 4. Citado na página 104 dessa monografia.

²⁹³ Nec enim dubium est, quod transitus ille maris vel columna nubis typum gesserit nostri baptismatis. DLH, I, 10.

cidade que, conforme Gregório, se tornaria célebre pelo sangue dos mártires que lá pereceram²⁹⁴ Não por acaso, foi em Lyon que Vettius Epagatus, membro da família de Gregório de Tours, sofreu o martírio no ano de 177.²⁹⁵

A fluidez cronológica permitiu que o bispo fincasse as origens da Igreja em um passado remoto, lançando mão de um recurso recorrente na escrita da história pelos autores romanos e cristãos que o antecederam.²⁹⁶ A antiguidade de uma instituição, de uma *gens*, de uma religião, era fator relevante para mensurar seu prestígio. E isso foi feito de forma exemplar pelo bispo de Tours. Gregório fez uso de uma tópica da tradição historiográfica seguramente conhecida pelos membros da elite do reino²⁹⁷ para fortalecer o papel do catolicismo, a única vertente do cristianismo legítima para o bispo de Tours.

Ora, essa preocupação com o fortalecimento do poder da Igreja evidencia-se ainda com a atenção dedicada pelo bispo ao arianismo.²⁹⁸ No prefácio geral aos *Decem Libri Historiarum* o

²⁹⁴ Cuius nono decimo imperii anno Lugdunum Galliarum conditam manifestissime repperimus; quae postea, inlustrata martyrum sanguine, nobilissima nuncupatur. DLH, I, 18.

²⁹⁵ Ian Wood defende que a obra de Gregório de Tours ergueu uma ode à sua família no conjunto de sua obra mediante referências indiretas a membros de sua família. Cf: WOOD, Ian. Constructing cults in early medieval France: saints and Churches in Burgundy and Auvergne 400-1000. In: SHARPE, R. & THACKER, A. (eds.). **Local Saints and local churches in the Early Medieval West**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p.155-187. Ainda: REIMITZ, Helmut. Networks and identities in Frankish historiography. New aspects of the textual history of Gregory of Tours' *Historiae*. In: CORRADINI, R., DIESENBERGER, M & REIMITZ, H. **The construction of communities in the Early Middle Ages. Texts, resources and artefacts**. Leiden e Boston: Brill, 2003. p.229-268. (The Transformation of the Roman World, vol. 12, series ed. Ian Wood). Sobre o Martírio de Vettius Epagatus em Lyon escreveu Gregório: “Depois de Irineu quarenta e oito outros mártires padeceram, o primeiro deles, conforme lemos, chamava-se Vettius Epagatus.” Post hunc [Hirineo] et 48 martyres passi sunt, ex quibus primum fuisse legimus Vectium Epagatum. DLH, I, 29.

²⁹⁶ Conforme discutimos no capítulo II.

²⁹⁷ B. Dumezil apontou para a importância do conhecimento dos grandes autores na bagagem erudita dos membros da elite como fator de prestígio Cf: DÚMEZIL, Bruno. La conversion comme facteur de crise des elites (V^e-VII^e siècle). In: BOUGART, F., FELLER, L., LE JAN, R. **Les elites au haut Moyen Âge. Crises et renouvellements**. Turnhout: Brepols, 2006. p. 59-67. Sobre os esforços das elites para reafirmar seu domínio sobre as letras e, por conseguinte, um dos elementos de sua autoridade: MATHISEN, R.W. The theme of literary decline in Late Roman Gaul. **Classical Philology**. v.83, n.1, p.45-52, 1988. Sobre a definição de elites, R. Le Jan apresentou uma delimitação direta e eficiente: “La notion d’élites est née au sein d’une branche de la sociologie politique, plus particulièrement de Vilfredo Pareto (1848-1923) et de Gaetano Mosca (1858-1951). Elle est fondée sur l’idée qu’il y a dans toutes les sociétés une minorité qui dirige, qui concentre les richesses et le prestige, qui forme donc l’élite. Les élites se composent de tous ceux qui jouissent d’une position sociale élevée, qui passe non seulement par la détention d’une fortune, d’un pouvoir ou d’un savoir, mais aussi par la reconnaissance d’autrui.” LE JAN, R. Introduction. **L’historiographie des élites dans le haut Moyen Âge**. Universités de Marne-la-Vallée et de Paris I, novembre 2003. (Disponível em: <http://lamop.univ-paris1.fr/lamop/LAMOP/elites/> consultado em 24/02/2010) [atas]. Para uma breve mais consistente análise sobre a vasta historiografia dedicada às elite, consultar na mesma publicação: DEPREUX, P. L’historiographie des élites politiques. Ainda, sobre a manipulação feita pelos bispos sobre o domínio das letras: COATES, Simon. Venantius Fortunatus and the image of Episcopal authority in Late Antique and Early Merovingian Gaul. **The English Historical Review**, v.115, n.464, p.1109-1137. Nov.,2000.

²⁹⁸ Interpretação acerca da natureza do Cristo defendida pelo bispo Ário e considerada heresia no I Concílio de Nicéia realizado em 325 durante o império de Constantino. O arianismo nega a consubstancialidade de Jesus e Deus

historiógrafo listou a luta dos fiéis contra os hereges como uma das grandes coisas que ocorriam nas Gálias e que precisavam ser relatadas. Já no prefácio ao livro I, o bispo declara sua fé na Trindade e nos dogmas estabelecidos no I Concílio de Nicéia. Percebemos que no decorrer de toda a obra o autor fornecerá exemplos dos fins trágicos dos hereges e/ou iníquos em direta contraposição à glória dos bons cristãos. A ênfase na forma pela qual morreu Ário é notável. Gregório citou seis vezes no decorrer de seu texto que Ário morreu ao perder as entranhas no lavatório, ainda relatou casos de pessoas que morreram da mesma maneira ao faltarem com respeito com bispos e homens santos. Caso de um conspirador que se rebelou contra Sidônio Apolinário. De acordo com o relato de Gregório:

Ele [o rebelado] foi para o lavabo e enquanto estava ocupado em esvaziar suas entranhas perdeu sua alma. Um moço estava esperando por ele no lado de fora com uma vela, esperando seu mestre sair a qualquer momento. O dia amanheceu, o outro padre mandou alguém ver o que estava acontecendo. “Venha rápido”, disse o mestre, “não fique aí mais tempo, nós devemos fazer juntos o que planejamos ontem”. O homem morto não respondeu. O moço tirou a cortina do lavabo e achou seu mestre morto no assento. Por isso nós podemos deduzir que aquele homem era culpado de um crime não menos sério que Ário, que da mesma forma, perdeu suas entranhas por sua passagem traseira no lavabo.²⁹⁹

Por outro lado, Sidônio Apolinário morreu, segundo Gregório, rodeado pelos cidadãos de Clermont-Ferrand, onde era bispo, que lamentavam profundamente seu desfalecimento:

Algun tempo depois Sidônio foi acometido por uma alta febre. Ele ordenou que seus empregados o levassem para a igreja. Ele estava lá e uma grande multidão de pessoas, homens, mulheres e ainda uma pequena criança, estavam ao seu redor chorando e dizendo: “Bom pastor, por que está nos deixando? Para quem você vai nos deixar, seus filhos órfãos? Se o senhor morrer, que tipo de vida teremos? Existirá alguém capaz de guiar nossas vidas com tanta sabedoria e nos inspirar o temor ao nome do Senhor com o mesmo brilhantismo que o senhor mostrou?”. Os cidadãos de Clermont choravam enquanto diziam essas coisas e outras semelhantes. Finalmente o

ao propor uma doutrina de tipo adocionista, conforme a qual Jesus teria sido escolhido por Deus para trazer sua mensagem à Terra. O credo de Nicéia reforça perspectiva contrária ao defender a consubstancialidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, formadores da unidade da Santíssima Trindade. Ário recusou-se a abandonar sua crença e foi condenado ao exílio, onde teria mantido contato com populações germânicas e as convertido para o cristianismo ariano. Sobre o arianismo e suas especificidades teológicas, Cf: MONDONI, Danilo. **História da Igreja na Antigüidade**. São Paulo: Loyola, 2001.

²⁹⁹ Ingressus autem in secessum suum, dum ventrem purgare nititur, spiritum exalavit. Expectat enim eum puer a foris cum cereo dominum egressurum. Iamque advenerat lux, et satelles eius, id est alius presbiter, mittit nuntium, dicens: 'Veni, ne tarderis, ut quae nobis die hesterna convenit pariter expleamus'. Sed cum responsa dare differret exanimis, elevato puer velo ostii repperit dominum super sellula secessi defunctum. Unde indubitatum est, non minoris criminis hunc reum esse quam Arrium illum, cui similiter in secessum fuerunt interna deposita per partis inferioris egestu [...]. DLH, II, 23. As outras referências à morte de Ário estão no mesmo livro e capítulo, no prefácio ao livro III, no livro V capítulo 43 e no livro IX, capítulo 13.

bispo Sidônio os respondeu, pois o Espírito Santo o guiou: “Não tenham medo, minha gente, meu irmão Aprunculus ainda é vivo e será seu bispo”.³⁰⁰

Há numerosos exemplos de mortes trágicas de hereges e, principalmente, de pessoas que desafiaram a autoridade episcopal, em contraste com mortes plácidas de homens e mulheres considerados santos. Estes santos e santas eram quase que majoritariamente membros da alta hierarquia episcopal e, por conseguinte, da elite da Gália Merovíngia. Esses elementos serão esmiuçados com maiores detalhes em outro tópico. Por hora, cabe trazer mais um exemplo da tentativa do bispo de Tours em afirmar a autoridade da Igreja mediante a afirmação da antigüidade de seus dogmas principais.

A Trindade foi afirmada no I Concílio de Nicéia em resposta definitiva à concepção ariana sobre a hierarquia entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Gregório de Tours, no prefácio ao livro I deixou claro crer nas deliberações dos religiosos presentes no famoso Concílio. Mas o historiógrafo foi além. Para confirmar a veracidade da doutrina daqueles reunidos sob a autoridade de Constantino o autor se remeteu ao Antigo Testamento para provar que a afirmação da Trindade já estava desde muito, senão sempre, anunciada:

Eu gostaria de fazer uma breve comparação entre o feliz êxito dos cristãos que acreditaram na Santíssima Trindade e o desastre que se abateu sobre aqueles que tentaram destruí-la. Vou deixar de fora como Abraão adorou a trindade no carvalho, como Jacó a proclamou na sua bênção, como Moisés a viu no arbusto e como os filhos de Israel a seguiram na nuvem e tremeram diante dela na montanha. Não vou descrever como Aarão talhou a Trindade em seu peitoral e como David a profetizou em seus Salmos, pregando que um próprio espírito iria renascer nele, que o Espírito Santo não deveria ser afastado dele e que ele seria fortalecido pelo Espírito livre do Senhor. É um grande mistério para mim o porquê da voz do profeta chamar *spiritus principalis* o quê os hereges defendem ser algo de menor importância.³⁰¹

³⁰⁰ Factum est autem post haec, ut accedente febre aegrotare coepisset. Qui rogat suos, ut eum in ecclesiam ferrent. Cumque ibidem inlatus fuisset, conveniebant ad eum multitudo virorum ac mulierum simulque etiam et infantium plangentium atque dicentium: 'Cur nos deseres, pastor bone, vel cui nos quasi orphanos derelinquis? Numquid erit nobis post transitum tuum vita? Numquid erit postmodum, qui nos sapientiae sale sic condiat aut ad dominici nominis timorem talis prudentiae ratione redarguat?' Haec et his similia populis cum magno fletu dicentibus, tandem sacerdos, Spiritu in se sancto influente, respondit: 'Nolit etimere, o populi, ecce! frater meus Aprunculus vivit, et ipse erit sacerdos vester. DLH, II, 23.

³⁰¹ Vellim, si placet, parumper conferre, quae christianis beatam confitentibus Trinitatem prospera successerint et quae hereticis eandem scindentibus fuerint in ruinam. Omittamus autem, qualiter illam Abraham veneratur ad elicem, Iacob praedicat in benedictionem, Moyses cognoscit in sentem, populus sequitur in nubem eandemque paviscit in montem, vel qualiter eam Aaron portat in logium, aut David vaticinatur in psalmum, orans innovari se per spiritum rectum, nec sibi auferri spiritum sanctum, atque se confirmari per spiritum principalem. Magnum et hic ego cerno mistirium, quod scilicet, quem heretici minorem adserunt, principalem vox prophetica nuntiavit. DLH, prefácio ao livro III.

Gregório referenciou tudo o que disse que não detalharia, mesmo assim, confirmou na autoridade e antigüidade do Antigo Testamento exatamente a Trindade defendida pelos eclesiásticos vitoriosos no embate de 325. Interpretou e utilizou, mediante uma perspectiva profundamente cristã, o valor das origens pretéritas para a tradição romana ainda forte na Gália Merovíngia, sobretudo entre os membros da elite. Estes, evidentemente, eram atores centrais no cenário social – marcado pela “consustancialidade” entre política e religião. Assim Gregório buscou reforçar de forma significativa a autoridade da Igreja, notadamente, como detalharemos no tópico dedicado a hierarquia episcopal, dos membros dessa Igreja. Fê-lo ao mesmo tempo que depreciou os opositores à Igreja, os hereges, e seus bispos, os iníquos.

Ao mesmo tempo, pois as tensões expressas por Gregório em seu texto assim o impeliam. Com idas e voltas aos tempos passados, pois essa flexibilidade permitiu a ele criar/buscar referências para as máximas que propagou na integralidade de sua obra. A cronologia confusa na obra de Gregório estava longe de provar a ingenuidade do autor, pelo contrário, denuncia sua astúcia em fazer uso de elementos valorizados no período em que viveu e fundamentar evidências para a mensagem que transmitiu. E, insistimos, o bispo de Tours realizou sua empreitada mediante uma narrativa histórica, a saber, necessariamente comprometida com a verdade.

E foi como representante da alta hierarquia da verdadeira fé que o bispo descreveu as batalhas que opuseram justos e iníquos, reis e inimigos, crentes e descrentes, santos e hereges. Essa tensão entre bons e maus, como bem sublinhou W. Goffart,³⁰² está clara nos *Decem Libri Historiarum*, mas o desfecho dos combates já estava definido: a vitória dos católicos era inevitável. Gregório de Tours não se considerou o percussor desse estilo de narrativa. Para justificar sua atenção a tais embates clamou-se como seguidor dos historiógrafos cristãos que o precederam: Eusébio, Severo e Jerônimo

Da mesma forma que eu fiz, Eusébio, Severo e Jerônimo colocaram juntas em suas crônicas as guerras travadas pelos reis e os sagrados feitos dos mártires. Eu compus meu livro da mesma maneira, assim o curso da marcha dos séculos e a sucessão de anos até nosso próprio tempo pode ser compreendida em sua integralidade.³⁰³

³⁰² GOFFART, Walter. **The narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon.** New Jersey: Princeton University Press, 1988.

³⁰³ Sic et Eusebius, Severus Hieronimusquae in chronicis atque Horosius et bella regum et virtutes martyrum pariter texuerunt. Ita et nos idcirco sic scripsemus, quod facilius saeculorum ordo vel annorum ratio usque nostra tempora tota repperiatur. DLH, Prefácio ao Livro II.

A compreensão da marcha do tempo é condicionada ao estilo adotado pelo autor e os historiógrafos que serviram de fonte e modelo para ele. O curso dos séculos é marcado pelas disputas, destarte, só a partir delas o objeto da história, a saber, o transcorrer dos séculos, é compreensível. As disputas, assim, mais do que o objeto do curso do tempo são sua própria essência. E nesse cenário de tensões imanentes, somente os aliados a fé católica prevaleceriam. Essa perspectiva permeia irremediavelmente o texto do bispo de Tours de modo que a interpretação dos eventos está condicionada a ela. Na tão citada vitória de Clóvis sobre os alamanos observamos isso.

Tratar do relato de Gregório sobre a batalha de Clóvis contra os alamanos leva-nos a tocar em uma polêmica questão historiográfica concernente à data do batismo de Clóvis.³⁰⁴

Conforme o relato de Gregório, O batismo de Clóvis foi consequência da vitória do rei:

A rainha Clotilde continuou a rezar para que seu marido reconhecesse o verdadeiro Deus e abandonasse seus ídolos. Nada conseguia persuadi-lo a aceitar o cristianismo. Finalmente irrompeu a guerra contra os alamanos e nesse conflito ele foi forçado a aceitar por necessidade o que ele havia recusado por vontade própria.³⁰⁵

Clóvis então rezou e prometeu a Deus que se converteria ao cristianismo caso vencesse a dura batalha, o resultado:

Depois que ele disse isso os alamanos se viraram e começaram a fugir. Tão logo eles viram que seu rei estava morto, eles se submeteram a Clóvis. “Nós te imploramos”, disseram, “para colocar um fim nessa batalha. Nós estamos preparados para obedecê-lo”. Clóvis parou a guerra e fez um discurso onde clamou pela paz, então ele voltou para casa. Ele disse para a rainha como ele havia vencido por ter chamado pelo nome de Cristo. Isso aconteceu no décimo quinto ano de seu reinado.³⁰⁶

O relato de Gregório nos leva a crer que o batismo ocorreu no ano de 496 em Estrasburgo. Já Cassiodoro, enunciou que o embate teve lugar em Tolbiac no ano de 506.³⁰⁷ Historiadores como D. Shanzer, I. Wood e M. Cândido defendem que Gregório deliberadamente modificou a data do evento para relacioná-lo com a conversão do monarca. Ao fazê-lo, o bispo confirmou sua

³⁰⁴Um bom texto que explicita o debate é o de M. Spencer: SPENCER, Mark. Dating the baptism of Clovis, 1876-1993. **Early Medieval Europe**, v.3, n.2, p.97-116, 1994. Ainda, a importante publicação: ROUCHE, Michel. **Clovis**. Paris: Fayard, 1996. E ainda: Idem (dir.). **Clovis : Histoire et Mémoire. Le baptême de Clovis, l'événement**. Actes du Colloque international d'histoire de Reims. Paris e Sorbonne : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997.

³⁰⁵Regina vero non cessabat praedicare, ut Deum verum cognosceret et idola neglegerit. Sed nullo modo ad haec credenda poterat commoveri, donec tandem aliquando bellum contra Alamannos commoveretur, in quo compulsus est confiteri necessitate, quod prius voluntate negaverat. **DLH, II, 30**.

³⁰⁶C. umque haec dicerit, Alamanni terga vertentes, in fugam labi coeperunt. Cumque regem suum cernirent interemptum, Chlodovechi se ditionibus subdunt, dicentes: 'N eamplius, quaesumus, pereat populus, iam tui sumus' A. d ille, prohibito bello, cohortato populo cum pace regressus, narravit reginae, qualiter per invocationem nominis Christi victuriam meruit obtinere. [Actum anno 15. regni sui.]. **DLH, II, 30**.

³⁰⁷DREW, Katherine Fischer. **The laws of the Salian Franks**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. p. 6-7.

visão relativa a vitória dos crentes, independentemente se eram reis, bispos ou nobres laicos. A mudança, deliberada ou não, na data do batismo de Clóvis deve ser vista mais como uma interpretação sincera dos acontecimentos do que uma mentira. Ora, para Gregório, diante de sua visão fortemente providencialista do curso do tempo, a relação entre batismo e vitória era imediata e óbvia. Não obstante, Gregório de Tours provavelmente não conheceu o texto de Cassiodoro, em nenhum momento citado por ele nos *Decem Libri Historiarum*, contudo, o bispo teve acesso aos escritos de Avito de Viena, cujas epístolas são fontes imprescindíveis para o estabelecimento da data do batismo de Clóvis.³⁰⁸ Pelas epístolas de Ávito Gregório pôde estabelecer com maior segurança o dia do batismo de Clóvis? Talvez sim, mas devemos ter em conta que mais do que datas Gregório estava preocupado em mostrar a ação de Deus na Terra, e a importância de seguir fielmente as orientações de seus representantes: os membros da alta hierarquia episcopal. Esse princípio era a verdade inquestionável e necessário para Gregório e, a história, enquanto narrativa verídica, deveria contemplá-la.

Para confirmar essa concepção o próprio Gregório narra milagres e prodígios que presenciou, como no caso do surdo e mudo curado pelos milagres de Santo Hospicius que relatou, ele mesmo, os prodígios realizados pelo homem santo.³⁰⁹ Assim, para Gregório, a verdade da Igreja, a atuação de Deus na Terra a favor dos crentes, a vitória inevitável dos aliados à fé católica, era um fato. Um objeto, dessa forma, digno de gênero narrativo histórico. Em poucas palavras, a interpretação dos eventos à luz dessas perspectivas era a única correta, a única verdadeira, a única histórica.

A concepção sustentada por Gregório de Tours sobre o curso do tempo explicita a relevância da Igreja em sua obra. Mas mais do que isso, devemos ver a insistência do bispo nessa tópica à luz das disputas de seu tempo. Ora, a insistência no fundamental papel eclesiástico nos sucessos de seu período possui relação com a tensão política na qual estavam envolvidos os

³⁰⁸ “Ele [Avito] escreveu um livro de homilias, seis livros em verso sobre a Criação do mundo e outros temas e nove livros de cartas, nos quais estão incluídas as aqui citadas.” (Scripsit enim humiliarum librum unum, de mundi principio et de diversis aliis conditionibus libros sex versu compaginatus, epistolarum libros novem, inter quas supradictae continentur epistolae.). **DLH, II, 34.** As epístolas de Ávito, assim como suas homilias sobreviveram aos nossos dias.

³⁰⁹ “Eu [Gregório] ouvi tudo isso pela boca do surdo e mudo que, como eu contei, foi curado por Hospicius. Esse homem me contou muitas outras histórias sobre os milagres realizados por Hospicius, mas eu decidi não relatá-los todos aqui pois soube que sua vida foi escrita por muitos outros.” (Haec omnia ab ipsius ore cognovi, quem superius mutum et surdum ab eo sanatum exposui. Qui multa mihi et alia de eius virtutibus narravit, sed prohibuit me res illa loqui, quia audivi vitam ipsius a multis fuisse conscriptam.). **DLH, VI, 6.** Nenhuma vita de Santo Hospicius chegou aos nossos dias.

bispos e as disputas teológicas travadas com hereges, pagãos e judeus. Como deixou claro Gregório no seu prefácio geral, dentre os grandes acontecimentos que ocorriam na Gália estava o ataque à Igreja e a defesa desta por homens de fé.

O relato negativo dedicado por Gregório ao rei Chilperico em seus *Decem Libri Historiarum*³¹⁰ denuncia, antes de tudo, a audácia do rei em intervir em assuntos religiosos e, assim, afirmar-se como líder de Igreja acima dos bispos. A investida de Chilperico foi uma dentre muitas ameaças enfrentadas pelos episcopos. Estas ameaças realizavam-se tanto no nível material – como ataques aos bens eclesiásticos – quanto teológico – como as dúvidas levantadas por hereges, judeus e homens de pouca fé.

Sobre ataques materiais às igrejas, temos o exemplo da devastação causada pelo exército de Chilperico em Bourges. Conforme Gregório:

A devastação lá [em Bourges] foi maior do que qualquer uma descrita em tempos antigos. Nenhuma casa permaneceu de pé, nenhum vinheiro, nenhum arbusto; tudo foi derrubado e transformado em ruína. Eles [o exército de Chilperico] pilharam os vasos de comunhão das igrejas e colocaram fogo nas próprias igrejas.³¹¹

Gregório talvez tenha exagerado na descrição da devastação de Bourges e nos ataques às edificações eclesiásticas. Tal hipótese ganha repercussão diante do pouco prestígio que Chilperico desfrutava junto ao bispo de Tours. Todavia, os ataques à igrejas era algo real e possivelmente recorrente na Gália. As atas do II Concílio de Tours, ocorrido em 567, condenam duramente os ataques a igrejas durante batalhas:

Expressamos ainda, conforme prescrevem os cânones antigos, um ponto que nós julgamos ser necessário observar inviolavelmente: que, quando nossos senhores se ataquem mutuamente e se lançarem à guerra, influenciados por conselheiros malvados, e que se lançam aos domínios do outro com uma cupidez rapina, eles não se permitam, ao curso da operação destrutiva que conduzem um contra o outro, tocar nos domínios eclesiásticos.³¹²

O cânone 24 segue com a descrição das propriedades que jamais devem sofrer ataques: terras de dioceses, de bispos, de monastérios, bens de monges e abades. Tal preocupação não era privilégio de cânones conciliares, também o *Pactus Legis Salicae* estabeleceu pena para a

³¹⁰ Conforme apontamos no capítulo II desse texto.

³¹¹ talisque depopulatio inibi acta est, qualis nec antiquitus est audita fuisse, ut nec domus remaneret nec vinea nec arbores, sed cuncta succiderent, incenderent, debellarent. Nam et ab ecclesiis auferentis sacra ministeria, ipsas incendio cremabant. **DLH, VI, 31.**

³¹² Illud quoque, quamquam priorum canonum sit auctoritate prefixum, quod, dum inter se saeuiunt domni nostri ac malorum hominum stimulo concitantur el alter alterius res rapida cupiditate peruatit, non ista caduca actione, qua inter sese agunt, ecclesiastica rura contigere aut contaminare praesumant, inuiolabiliter obseruandum censemus. **II Concílio de Tours, cânone 24.**

destruição de igrejas.³¹³ As prescrições conciliares e as leis sálicas do período merovíngio confirmam o relato de Gregório sobre os ataques aos bens eclesiásticos, eles não só ocorriam como despertavam a preocupação de Gregório, dos bispos reunidos em Tours no ano de 567 e dos legisladores que entre 507 e 511 codificaram as leis a pedido de Clóvis.³¹⁴

Não obstante as ameaças ao patrimônio eclesiástico, a Igreja na Gália convivía com as ameaças das heresias. Embora os francos tenham se convertido diretamente para o catolicismo, *gentes* que viveram na Gália, como os burgúndios e os visigodos, professaram a heresia ariana. Gregório de Tours, ao afirmar o credo niceno na prefácio ao Livro I dos *Decem Libri Historiarum* indicou que longe da conversão de Clóvis ao catolicismo ter afastado a ameaça ariana, ela permaneceu viva. O próprio Gregório narra em seu texto o embate que teve com Agilan, um enviado ariano do rei visigodo Leovigildo:

Como enviado para Chilperico o rei Leovigildo enviou Agilan, um homem de pouca inteligência, destreinado em argumento lógico, mas distinto por seu ódio contra nossa fé Católica. Tours estava em sua rota e ele tomou vantagem disso para me atacar no que concerne as minhas crenças e para criticar os dogmas da Igreja.³¹⁵

O arianismo era uma ameaça concreta para Gregório de Tours. Ele não foi superado pela conversão de Clóvis, pela conversão dos burgúndios ou pela expulsão dos visigodos da Gália em 507. Se existiam reminiscências arianas na Aquitânia ou na Burgúndia poucas evidências restaram para nos indicar a amplitude do arianismo nessas regiões.³¹⁶ Não obstante, há algo de concreto no contato de Gregório com o arianismo, e o debate do bispo com o ariano enviado por

³¹³ Si quis uoluntarius ordine aut fostasse per negligentiam basilicam incenderit, mallobergo alutruide theotidio, VIIIm denarius qui faciunt solidos CC. **Pactus Legis Salicae, LXVb.**

³¹⁴ Sobre as leis sálicas: DREW, Katherine Fischer. **The laws of the Salian Franks**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. p.4-55. Como bem colocou a autora, as leis sálicas ainda não foram exaustivamente estudadas. Uma das principais dificuldades reside na existência de uma grande quantidade de manuscritos de conteúdo diversificado que trazem o Pactus Legis Salicae. Frente à essa diversidade é quase impossível para os editores estabelecer um único texto crítico. As leis dos francos sálicos sobreviveram em oito manuscritos, nenhum deles contemporâneo à primeira codificação feita por Clóvis, que ocorreu entre 507 e 511. Depois das leis codificadas por Clóvis, um prólogo e outros capitulários foram acrescentados durante o século VI pelos filhos de Clóvis Childeberto e Lotário e seu neto Chilperico. Todos esses textos do século VI integram o Pactus Legis Salicae. Nenhuma das muitas famílias de manuscritos das leis sálicas datam de antes do século VIII. Ibidem, p.52-55. A maior parte da historiografia sobre as leis sálicas foi produzida pela historiografia alemã. Em língua inglesa existe o estudo de A. C. Murray: MURRAY, Alexander C. **Germanic kinship structure: studies in Law and society in Antiquity and the Early Middle Ages**. Toronto: PIMS, 1983. Ver ainda a dissertação de mestrado: MAZETTO Jr., Milton. **A paz e o recurso à violência no Reino dos Francos: os mecanismos de resolução de conflito no período merovíngio (séculos VI-VII)**. Universidade de São Paulo, 2009.

³¹⁵ Leuvichildus vero rex Agilanem legatum ad Chilpericum mittit, virum nulli ingenii aut dispositiones ratione conperitum, sed tantum voluntatem in catholica lege perversum. Quem cum via Toronus detulisset, laccessire nos de fide et inpuinare eclesiastica dogmata coepit. **DLH, V. 43.**

³¹⁶ Cf: KEELY, Avril. Arians and Jews in the Histories of Gregory of Tours. **Journal of Medieval Studies**. v.23, issues 2, p.103-115, 1997.

Leovigildo indica isso. Longe de algo distante, a heresia de Ário era algo relativamente próximo a vivência de Gregório. Venâncio Fortunato, em sua *Vita* de Hilário de Poitiers, centrou o relato na luta do santo contra a heresia na Gália, o que nos leva a crer que as dissidências religiosas efetivamente assolaram as autoridades episcopais do *Regnum Francorum*.³¹⁷ Não obstante os assédios dos hereges, a Igreja na Gália ainda tinha que lidar com laicos que tomavam para si o papel de veiculadores da palavra de Deus. Como o caso de um homem que – segundo Gregório – depois de sofrer um ataque de insetos fica louco e começa a “rezar como um religioso”.³¹⁸ O ato de rezar como um religioso contraria o princípio de que a manutenção e propagação da verdadeira fé cabia tão-somente aos eclesiásticos. Como enfatizaram os bispos reunidos no II Concílio de Mâcon:

Assim, todos vós, os cristãos que não portam esse título em vão, escutai nossa advertência, saibam que é nossa responsabilidade velar por vosso bem e vos impedir de fazer o mal.³¹⁹

O cânone do II Concílio de Mâcon deixa claro o papel dos eclesiásticos enquanto os únicos guias espirituais legítimos, a eles, e tão-somente a eles, cabia o papel de pastores dos verdadeiros cristãos, estes, por sua vez, deveriam estar atentos aos ensinamento episcopais, cientes de que eram os eclesiásticos que evitariam seus erros. Os laicos que contrariassem essa máxima não eram dignos de herdar o reino do salvador.

Desta forma, o papel de destaque da Igreja nos *Decem Libri Historiarum*, além da idéia nutrida por Gregório sobre o curso do tempo, possuía íntima relação com a situação da Igreja na Gália. Insistir na inexorabilidade da vitória dos seguidores da fé católica era, além de uma função pastoral, uma maneira que Gregório encontrou de fazer frente aos detratores do catolicismo. Os vencedores da fé, os guias do rebanho, eram os bispos. Atacá-los significava ameaçar a própria Igreja e, por conseguinte, ofender a Deus.

³¹⁷ Como sugere Coates: “Venantius's decision to write a *Vita* of Hilary of Poitiers can be explained as much by the persistent problem of heresy in Gaul as by Hilary's position as an eminent former bishop of Venantius's key residence.” COATES, S. Fortunatus and the Image of Episcopal Authority in Late Antique and Early Merovingian Gaul. *The English Historical Review*. v. 115, n.464, p. 1109-1137, 2000. p.1126.

³¹⁸ Quidam enim ex Biturigo, ut ipse postmodum est professus, dum saltus silvarum ingressus ligna caederet explendam operis cuiusdam necessitatem, muscarum eum circumdedit examen, qua de causa per biennium amens est habitus; unde intellegi datur, diabolici emissionis fuisse nequitiam. Post haec, transactis urbibus propinquis, Arelatensem provinciam adiit ibique indutus pellibus **quasi relegiosus orabat**. *DLH*, X, 25. (grifo nosso).

³¹⁹ Omnes itaque christiani, qui non incassum hoc nomine fruimini, nostrae admonitioni aurem accomodate, scientes, quoniam nostrae est auctoritatis utilitati uestrae prospicere et a malis operibus coercere. **II Concílio de Mâcon, cânone 1.**

Os bispos

Eminente pai da pátria, modelo de uma piedade magnífica, chefe bem amado de Tours, honra da religião, vós que procurais sem cessar as coisas de cima, Gregório de coração clemente, vós cuja razão sempre se volta para o quê traz beatitude à alma.³²⁰

São com essas palavras que Venâncio Fortunato, eminente literato, se referiu exaustivamente à Gregório de Tours. Pai da pátria,³²¹ defensor da religião, guia zeloso de seu rebanho, Gregório trazia todas essas qualidades de acordo com o relato de Venâncio. Mais do que mérito pessoal de Gregório, o poeta elencou as qualidades dos bons bispos e reforçou o quanto o bispo de Tours as nutria. O papel fundamental dos bispos na organização do *Regnum Francorum* já foi enunciado nesse texto, mas pelas palavras de Fortunato vemos claramente o papel de bispo enquanto chefe da cidade de Tours. Enquanto chefe, Gregório tinha mais responsabilidades do que as exclusivamente espirituais.

Além da obrigação de construir e cuidar da manutenção dos templos religiosos, os bispos também ocupavam-se com a administração das cidades e com a reforma e cuidado de outras edificações. Os bispos eram provedores que ajudavam os pobres, como o bispo Baudinus de Tours, que “distribuiu entre os pobres o dinheiro que seus predecessores deixaram, doando mais de duzentas mil peças de ouro”³²² e ainda forneciam grandes extensões de suas terras para a Igreja, como o bispo Ommatius de Tours, membro de uma família senatorial que doou suas terras para a Igreja.³²³ Exerciam ainda papel crucial na manutenção da paz nas cidade, como na intervenção de Gregório na briga que envolveu seis cidadãos de Tours (Audino, Auno, Austregesil, Chramnesind, Eberulf e Sichar):

Quando eu soube disso [da guerra entre os seis homens] eu fiquei muito incomodado. Junto ao juiz eu mandei uma mensagem para eles, pedindo para que eles aparecessem diante de mim, de modo a ver se a questão poderia ser resolvida racionalmente, assim eles poderiam partir em paz sem que a disputa se estendesse.³²⁴

³²⁰ Summe pater patriae, specimen pietatis opimae, dulce caput Turonis, religionis apex iugiter alta sequens, clement corde Gregori, unde animae decus est huc ratione petens. **Venâncio Fortunato, poemas, livro V, X.**

³²¹ O termo “pater patriae” foi uma fórmula utilizada desde o período romano para se referir, inicialmente, aos imperadores. O termo denotava o papel de liderança, de caput e provedor do Império, exercido pelos líderes máximos de Roma (BENNET, J. Hadrian and the title ‘pater patriae’. *Britannia*, v.15, p.234-235, 1984). Com o estabelecimento dos reinos romano-germanos a sentença continuou a ser utilizada, dessa vez, tanto para bispos quanto para reis. Isidoro de Sevilha afirmou que Suintila foi chamado merecidamente de não só de príncipe dos povos [princeps populorum] mas também de pai dos pobres [pater pauperum]. **Origine, vl, 64.**

³²² Aurum etiam, quod decessor eius reliquerat, amplius quam viginti milia soledos, pauperibus erogavit. **DLH, X, 31.**

³²³ Qui, condito testamento, per ecclesias urbium, in quibus possedebat, facultates suas distribuit. **DLH, X, 31.**

³²⁴ Quod nos audientes, vehimenter ex hoc molesti, adiuncto iudice, mittimus ad eos legationem, ut in nostri praesentia venientes, accepta ratione, cum pace discederent, ne iurgium in amplius pulularet. **DLH, VII, 47.**

Os bispos ainda intermediavam conflitos envolvendo nobres e reis, como no caso de Garachar e Bladast, homens acusados de conspirar contra o rei Gontrão:

Na manhã seguinte o rei Gontrão voltou da caça. Quando ele retornou eu trouxe Garachar, conde (*comis*) de Bourdeaux e Bladast para ter uma audiência. Como eu disse antes, eles tinham entrado no santuário da igreja de São Martinho porque eles eram aliados de Gundovaldo. [...]. No fim ele [Gontrão] os restituiu de seu favor e devolveu a eles tudo o que tinha tomado deles.³²⁵

De acordo com o relato de Gregório, sua influência política era tão grande que foi capaz de fazer o próprio rei declinar de uma pena imposta pelo grave crime de conspiração contra o monarca. Além da mediação de conflitos, os episcopos ganharam cada vez mais importância enquanto agentes no exercício da justiça. A participação dos bispos nos processos legais foi confirmada tanto por leis laicas quanto religiosas. No decreto de Childeberto lemos sobre casamentos incestuosos:

E concernente a casamentos já estabelecidos que a partir de agora são tidos como incestuosos, nós ordenamos que eles sejam corrigidos pela proclamação do bispo. Aquele que se recusar a escutar o bispo será excomungado.³²⁶

São duas as possíveis vias interpretativas desse trecho da capitularia de Childeberto. Primeira, uma imposição por parte do rei para que os bispos excomungassem aqueles que se recusassem a ouvir os conselhos episcopais sobre a legalização do casamento tido por incestuoso. Mas se tomarmos mais uma vez as atas do II Concílio de Tours temos uma clara proibição do casamento incestuoso – comum entre os germanos – e a orientação para que esse tipo de casamento não fosse reconhecido pela Igreja.³²⁷ Também nas atas do importante II Concílio de Mâcon, promovido pelo próprio rei Gontrão em 585, observamos:

Quanto à união incestuosa, sobre as quais as leis fixaram que não convêm de apelação de cônjuge e de casamento, a Igreja Católica a detesta e a maldiz absolutamente, e ela

³²⁵ Rex igitur in crastinum in venatione progressus est. Quo redeunte, Garacharius comis Burdigalensis adque Bladastis a nobis repraesentati sunt, quia, ut superius diximus, in basilica sancti Martini confugium fecerant, pro eo quod Gundovaldo coniuncti fuissent.[...]. vocans eos saepius vulpis ingeniosas, sed restituit eos gratiae suae, reddens quae illis ablata fuerant. **DLH, VIII, 6.**

³²⁶ Decreuimus, ut nullus incestuosum sibi sociari coniugio, hoc est Nec patri suo uxorem nec uxore suo sororem nec uxorem patruo aut parenti consaguineos. Uxorem patris si quis acciperit, mortem periculum incurrat. Et praeteritis coniunctionis, qui incesti esse uidentur, per praedicationem episcoporum iussimus emendari. Qui uero episcopo suo noluerit audire, excommunicatus fuerit, perenne conditione apud Deum susteneat et de palatio nostro sit omnino extraneus, et omnes res suas parentibus legitime admittat, qui noluerit sacerdotis sui medicamente sustinere. **Pactus Legis Salicae, Capitularia VI de Childeberto, I.**

³²⁷ Si quis frater germanam uxoris quae acceperit; si quis nouercam duxerit; si quis consobrinae sobrinaeque se societ, ab ecclesia segregatur; et sicut a presente tempore prohibemus, ita ea, quae sunt antea instituta, non soluimus; ne quis relictae auunculi misceatur aut patri aut priuignae concubitu polluat. **II Concílio de Tours, 22.**

promete impor as mais graves penas aos que, desdenharem seus graus de parentesco ao ardor da paixão, se envolverem. Abominação! Para a merda, ignóbeis porcos.³²⁸

Ora, os capitulares de Childeberto seguem uma orientação estabelecida pelas leis canônicas e reconhecem a validade da pena de excomunhão. Não há, nesse caso, uma imposição por parte do rei para com os bispos, mas antes um reconhecimento positivo dos preceitos religiosos. Tal reconhecimento é especialmente interessante por contrariar um costume germânico, conforme indica o cânone 22 do II Concílio de Tours. Esses pontos devem ser avaliados com cuidado, mais do que uma afirmação da autoridade episcopal sobre a autoridade régia, observamos antes uma crescente aproximação entre os membros do episcopado – majoritariamente de origem galo-romana – e os reis francos. Devemos lembrar ainda que as Leis Sálidas traziam muitos elementos germânicos, mesmo que esses tivessem passado pela interpretação legal romana.³²⁹ O processo expresso pela confluência entre leis laicas e leis canônicas é, assim, antes de tudo testemunha da aproximação entre os grupos que formavam o *Regnum Francorum*, onde os bispos exerceram papel de grande importância enquanto agentes desse movimento.

A participação de Gregório de Tours na resolução das querelas concernentes ao Tratado de Andelot,³³⁰ sua mediação em conflitos entre monarcas e nobres, seu papel enquanto promotor da paz da cidade de Tours, constituem parte justamente desse processo de aproximação e colaboração entre reis francos e episcopos galo-romanos. Evidentemente, tal regime de íntimo apoio, deve ser entendido como muito mais profundo do que um diálogo entre reis e bispos, trata-se antes do estreitamento de relações entre as elites francas e galo-romanas.³³¹ Ora, quem eram os bispos além de membros de tradicionais famílias da Gália cujos membros compuseram os quadros senatoriais romanos?

³²⁸ Incestam copulationem, in qua nec coniunx nec nuptiae recte appellari leges sanxerunt, catholica omnia detestatur atque abominator ecclesia et grauioribus poenis eos afficere promittit, qui natiuitatis suae gradus libidinoso ardore contemnentes in merda, quod nefas est, sua ut suos teterrimi conuoluuntur. **II Concílio de Mácon, 19.**

³²⁹ K. Drew infere que as leis sálidas eram as mais germânicas dentre as bárbaras. DREW, Katherine Fischer. **The laws of the Salian Franks.** Op.cit. p.3-11. I. Wood, por outro lado, afirma que o Pactus Legis Salicae trazia, sobretudo, elementos das leis romanas vulgares. Cf: WOOD, I. Disputes in late fifth – and sixth – century Gaul: some problems. In: DAVIES, W. & FOURACRE, P. **The settlement of disputes in Early Medieval Europe.** Cambridge, New York, Okleigh: Cambridge University Press, 1986. p.7-22.

³³⁰ Discutida por nós na introdução desse texto.

³³¹ Sobre o processo de união dessas duas elites, analisado por prismas diversos como o religioso, military e administrativo, conferir o essencial trabalho: WERNER, Karl F. **Naissance de la noblesse. L'essor des élites politiques em Europe.** Paris: Fayard, 1998. p.156-225.

Na lista fornecida dos antecessores de Gregório no bispado de Tours temos seis bispos identificados claramente como filhos de famílias senatoriais: Eustóquio (443-460); Perpétuo (460-490); Volasiano (491-498); Ommatius (521-525); Francilio (527-529) e Eufrônio (555-573). Fica claro que quase todos os dezoito bispos que antecederam Gregório eram de origem nobre, uma vez que o único que foi identificado como de ascendência humilde foi Injuriosus, décimo quinto bispo de Tours.³³² Certamente não podemos negligenciar o papel do catolicismo na monarquia merovíngia pós-Clóvis, mas devemos ter em conta que mais do que uma aproximação entre a instituição Igreja e a instituição monarquia, estamos diante da justaposição das elites franca e galo-romana. A conversão de Clóvis ao catolicismo e a crescente participação eclesiástica nos documentos normativos merovíngios é antes o mecanismo pelo qual esse processo de coesão se deu, não o processo em si.³³³ Não obstante, a conversão de Clóvis direto para o catolicismo tornou esse movimento mais veloz do que, por exemplo, no *Regnum Wisigothorum*. Os códigos jurídicos visigóticos, por exemplo, traziam muito mais distinções entre hispano-romanos e visigodos, por outro lado, a existência evidente de leis diversas para francos e galo-romanos é muito menos recorrente no *Pactus Legis Salicae*. Não obstante, a derrocada progressiva das diferenças legais entre visigodos e hispano-romanos ocorre após a conversão de Recaredo, notadamente na revisão da *Lex Visigothorum* realizada por Recesvinto.

Afirmamos que Gregório constrói uma imagem poderosa da autoridade episcopal e da necessidade de seguir os conselhos bispais para o sucesso dos governos dos reis. Mostramos ainda que a desobediência aos bispos era tida como uma ofensa à Igreja e ao próprio Deus, de modo que agressores experimentavam um final trágico. Essa tensão entre bons e maus era de fato a natureza do curso do tempo. Mas a enorme quantidade de referências a bispos nos *Decem Libri Historiarum* não se explica somente por essa perspectiva nutrida por Gregório sobre o objeto da história. Os bispos, enquanto membros da elite, enquanto participantes ativos da vida administrativa e política do reino, estavam profundamente envolvidos nas disputas no seio do *Regnum Francorum*. No julgamento de Praetextatus, bispo de Rouen acusado de conspirar contra Chilperico, Gregório faz um intervenção clamando para que os episcopos participassem das decisões régias:

³³² DLH, X, 31.

³³³ K. Drew sintetizou bem a questão: “Even though real conversion may have taken place over an extended period of time, Clovis’ formal conversion seems to have brought almost immediate sympathy from the Gallo-Roman Catholic hierarchy in Gaul, which supported him against his barbarian neighbors who remained Arian at this time.” DREW, Katherine Fischer. **The laws of the Salian Franks**. Op.cit. p. 7.

‘Meus senhores bispos’, eu disse, ‘lembrem-se das palavras do Profeta: ‘se o vigilante presenciar a iniquidade do homem e as pessoas não forem advertidas, ele deve ser culpado pelas almas que perecerem’. Vocês não devem permanecer calados. Vocês devem falar alto e denunciar seus pecados diante dos olhos do rei, permitam que alguma calamidade ocorra, e nesse caso vocês serão culpados por sua alma. Vocês já esqueceram das coisas que aconteceram recentemente? Sobre Clodomiro, que investiu contra Sigismundo e o lançou na prisão? Quando Ávito, o pregador do Senhor, disse para ele ‘não maltrate Sigismundo, e então você será vitorioso quando marchar para a Burgúndia’, Clodomiro se recusou a ouvir o conselho do bispo e assassinou Sigismundo, sua esposa e filhos. Ele ainda marchou para a Burgúndia e lá foi derrotado pelo exército inimigo e morto.³³⁴

Diante da recusa de Gregório em apoiá-lo contra Praetextatus, e ainda por cima incitar os bispos em favor do bispo acusado de conspiração e roubo, Chilperico e Fredegunda tentam uma última manobra para convencer Gregório: suborno. Gregório não aceita a oferta do casal régio. Pouco depois o próprio Gregório foi acusado de conspirar contra o rei e acabou réu de um processo suscitado pelas acusações de Leudasto, conde de Tours. Ao retornar para sua diocese, Gregório ainda teve que enfrentar a tentativa de golpe empreendida por Riculfo, que tentou derrubar Gregório do episcopado com o apoio do bispo Felix de Nantes.

A intervenção de Gregório de Tours no julgamento de Praetextatus deixa clara a necessidade de comprometimento dos bispos na política do reino, tal participação ia além de um mero aconselhamento, era parte da própria responsabilidade que um homem assumia quando era consagrado bispo, ao usar uma passagem bíblica para ilustrar o tal responsabilidade, Gregório fundamenta o papel político das autoridades religiosas nos próprios preceitos inquestionáveis da Bíblia, preceitos esses que deveriam ser observados com zelo pelos episcopos. Os danos causados pela omissão seriam inteiramente culpa dos religiosos. Além disso, a trama conspiratória que ameaçou o cargo de Gregório aponta para as relações políticas travadas pelos bispos com outras autoridades religiosas e nobres do reino, ainda, a tentativa de Chilperico e Fredegunda de subornar Gregório evidenciam a relevância que o apoio do mandatário de Tours, membro de uma família de enorme importância política na Gália, tinha para o monarca. A recusa de Gregório em apoiar Chilperico redundou na perseguição por parte do rei contra ele e, possivelmente, no estímulo para Riculfo tentar tomar o bispado de Tours.

³³⁴ [...]aec me dicente, silebant omnes. Illis vero silentibus, adieci: 'Mementote, domini mi sacerdotes, verbi prophetici, quo ait: Si viderit speculatur iniquitatem hominis et non dixerit, reus erit animae pereuntes. Ergo nolite silere, sed praedicate et ponite ante oculos regis peccata eius, ne forte ei aliquid mali contingat et vos rei sitis pro anima eius. An ignoratis, quid novum gestum fuerit tempore? Quomodo adpraehensum Sigymundum Chlodomeris retrusit in carcerem, dixitque ei Avitus Dei sacerdos: iNe incias manum in eo, et cum Burgundiam petieris, victuriam obtenebis". Ille vero abnuens quae ei a sacerdote dicta fuerant, abiit ipsumque cum uxore et filiis interemit petiitque Burgundiam, ibique obpraessus ab exercitu, interemptus est. **DLH, V, 18.**

Essa complexa trama enuncia a integração entre as elites do reino, não se tratava de um embate entre francos e galo-romanos, tampouco em uma querela que opôs reis e a Igreja da Gália, mas sim de disputas entre membros da elite. Gregório expressou essa disputa por dois vértices.

O primeira é a mais evidente e tem relação com a denúncia de Gregório da iniquidade de Chilperico, tido como um desrespeitador dos bispos, um enunciador de idéias teológicas equivocadas, um intrometido em assuntos que diziam respeito somente aos clérigos e um rei que avançou contra seus irmãos e levou o *Regnum* a uma terrível guerra. A segunda é mais profunda e difícil de detectar, diz respeito às tensões entre os membros da elite geradas pelas investidas de Chilperico – sobretudo contra os bispos de acordo com o relato de Gregório – e a desordem causada na própria região governada pelo rei. O julgamento de Praetextatus, as acusações contra Gregório e o ato derradeiro, o assassinato de Chilperico em 584, são indícios do turbulento reinado do polêmico “Nero” de seu tempo.

Se as tensões entre o bem e o mal era a própria característica do curso do tempo, se a vitória dos verdadeiros crentes era o fim inevitável dessas batalhas, se a Igreja era a única veiculadora da verdade e só seus seguidores prevaleceriam, os personagens principais desse teatro eram os homens e mulheres envolvidos nas altas disputas do reino. São seus atos que repercutem sobre toda a Gália Merovíngia e ditam o desenvolver da trama. Além dos bispos, os outros indivíduos envolvidos eram os reis.

1. *Os reis*

Quem foi o primeiro rei dos francos? Gregório fez essa pergunta e tentou respondê-la nos *Decem Libri Historiarum*. Para tentar desvendar o mistério o bispo de Tours consultou as obras perdidas de Sulpício Alexandre, Renato Profuturo Frigerido e o texto de Orósio. Depois de percorrer as notícias dadas por esses autores sobre os francos, Gregório conclui:

Os historiógrafos cujos trabalhos nós ainda possuímos nos dão essas informações sobre os francos, mas eles nunca registraram os nomes de seus reis. É comumente dito que os francos vieram originalmente da Panonia e primeiro se estabeleceram nos bancos do Reno. Então eles atravessaram o rio, marcharam pela Turíngia, e colocaram em cada *pagus* e em cada cidade reis de cabelos longos escolhidos entre as mais destacadas e nobres famílias dentre os seus. Como eu mostrarei mais adiante, isso é provado pelas vitórias vencidas por Clóvis.³³⁵

³³⁵ Hanc nobis notitiam de Francis memorati historici reliquere, regibus non nominatis. Tradunt enim multi, eosdem de Pannonia fuisse degressus, et primum quidem litora Rheni amnes incoluisse, dehinc, transacto Rheno, Thoringiam transmeasse, ibique iuxta pagus vel civitates regis crinitos super se creavisse de prima et, ut ita dicam,

Muito embora o bispo não foi capaz de descobrir o nome do primeiro rei, ele afirmou que os líderes de cabelos longos³³⁶ dos francos eram escolhidos entre as mais notáveis famílias. Essa origem nobre é comprovada por Gregório pelas glórias conquistadas por Clóvis. Anos depois, as origens da monarquia merovíngia ganharam caráter lendário nas crônicas de Fredegário, onde Meroveu, o ancestral dos merovíngios, seria fruto da relação entre a esposa de Chlodio e uma criatura marinha.³³⁷ Gregório de Tours não chega a evocar uma origem mítica dos merovíngios, mas lança mão de uma tópica comum na historiografia greco-romana concernente a importância das origens familiares dos líderes. Suetônio, por exemplo, em sua *De vita Caesarum* procurou incluir todas as informações que possuía sobre as origens familiares dos césares. Não obstante, as genealogias ocupam um lugar de grande relevância nos textos bíblicos, o que evidência o peso que as origens nobres exerciam na legitimidade da autoridade dos chefes das tribos de Israel.³³⁸

nobiliore suorum familia. Quod postea probatum Chlodovechi victuriae tradiderunt, itaque in sequenti digerimus. **DLH, II, 9.**

³³⁶ Os longos cabelos foram o símbolo característico da monarquia merovíngia. Tido por muitos historiadores como marca da sacralidade do poder real, o corte dos cabelos significava a perda do elemento que distinguia o rei e seus descendentes do resto da população. Childeberto, preocupado com a atenção dedicada por Clotilde aos filhos do rei assassinado Clodomiro, enviou, segundo Gregório de Tours, a seguinte mensagem para o irmão Lotário: “Nossa mãe mantemos filhos do nosso irmão próximos à ela e planeja dar a eles o trono. Você deve vir à Paris sem demora. Nós precisamos nos reunir e decidir o que devemos fazer com eles. Deveremos cortar seus cabelos e reduzi-los aos status de pessoas ordinárias? Ou deveremos matá-los e dividir o reino de nosso irmão igualmente entre nós?” (‘Maetr nostra filius fratris nostri secum retinet et vult eos regno donari; debes velociter adesce Parisius, et habito communi consilio, pertractare oportet, quid de his fieri debeat, utrum incisa caesariae ut reliqua plebs habeantur, an certe his interfectis regnum germani nostri inter nosmet ipsos aequalitate habita dividatur). **DLH, III, 18.** Inquirida se preferia se os jovens príncipes tivessem os cabelos cortados ou fossem mortos, a rainha respondeu “se eles não vão ascender ao trono, eu preferiria que eles fossem mortos do que tivessem os cabelos cortados” (Stius mihi enim est, si ad regnum non eriguntur, mortuos eos videre quam tonsus) **DLH, III, 18.** A perda dos longos cabelos era um sinal nefasto para os membros da família real, os igualaria às pessoas comuns e tirariam deles os símbolos de sua realeza. A rainha Clotilde, diante de tamanha difamação dos netos, prefere vê-los mortos, mesmo diante da dor que a assolava com tão triste perda. Sobre isso: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio (França e Inglaterra).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. WALLACE-HADRILL, J.M. **The long-haired kings and other studies in Frankish History.** Londres: Methuen, 1962. Para um estudo que questiona o caráter sagrado dos longos cabelos dos reis francos e adota uma interpretação baseada na ideia de capital cultural de P. Bourdieu: DIESENBERGER, Maximilian. Hair, sacrality and symbolic capital in the Frankish Kingdoms. In: CORRADINI, R., DIESENBERGER, M & REIMITZ, H. **The construction of communities in the Early Middle Ages. Texts, resources and artefacts.** Leiden e Boston: Brill, 2003. p.173-212.

³³⁷ Sobre isso, ver os recentes e consistentes textos: MURRAY, Alexander C. Post vocantur Merovingii. Fredegas, Merovech, and ‘Sacral Kingship’. In: MURRAY, Alexander C. (ed.). **After Rome’s Fall. Narrators and sources of Early Medieval History. Essays presented to Walter Goffart.** Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press, 1998. p. 121-152. Ainda, o incisivo artigo de I. Wood que questiona se a origem mítica de Meroveu era de fato um mecanismo de propaganda pró-merovíngios: WOOD, Ian. Deconstructing the Merovingian family. In: CORRADINI, R., DIESENBERGER, M & REIMITZ, H. **The construction of communities in the Early Middle Ages...** op.cit. p. 149-171.

³³⁸ JOHNSON, Marshall D. **The purpose of the Biblical genealogies, with special reference to the setting of the genealogies of Jesus.** Cambridge: University of Cambridge Press, 1988. p.3

Mesmo que não soubesse o nome do primeiro rei dos francos, Gregório, ao evocar suas origens nobres comprovadas pelas vitórias de Clóvis, evidenciou a legitimidade da dinastia dos merovíngios pela sua ancestralidade – simbolizada pelos longos cabelos. A empresa frustrada de Gregório na definição da genealogia dos reis francos ainda desafia os historiadores. O primeiro rei merovíngio do qual se tem notícia foi Childerico. Morto possivelmente em 481, Childerico foi sucedido por seu filho Clóvis. Em 509 Clóvis uniu os francos sálicos e ripuários sob sua liderança mediante a derrota de outros chefes. Nesse mesmo movimento Clóvis submeteu os líderes de outros grupamentos a sua liderança, como os galo-romanos de Soissons liderados por Siágrio, vencido pelo rei franco em 486, os alamanos – da área central do Reno – vencidos ou em 496 ou 506. É a essas vitórias que se referiu Gregório, triunfos esses especialmente importante por terem sido de autoria do primeiro rei franco católico.

A conversão de Clóvis não só foi importante para diminuir o lapso entre francos e galo-romanos como também inaugurou o ideal de monarquia cristã no *Regnum Francorum*. A partir do batismo do rei os monarcas merovíngios foram avaliados pelo bispo de Tours mediante sua observação aos preceitos característicos que deveriam nortear os atos dos reis católicos.³³⁹ O rei cuja descrição feita por Gregório melhor dá conta do modelo foi Gontrão. No célebre capítulo em que Gregório fala da cura de um moço graças a um pedaço da túnica de Gontrão retirado pela mãe do jovem, temos idéia do poder que um bom rei poderia ter, poder comparado ao dos santos capazes de curar e expulsar demônios:

Como eu disse amiúde, o rei Gontrão era bem conhecido por sua caridade e muito dado à vigílias e jejuns.

Nessa época (588) foi noticiado que Marseilles estava sofrendo com uma severa epidemia de inchaço na virilha e essa doença rapidamente se espalhou para Saint-Symphorien-d'Ozon, uma vila perto de Lyon. Como alguns bons bispos provêm os remédios pelos quais as feridas de um pecado comum são curadas, o rei Gontrão ordenou que toda gente se reunisse na igreja e que orações fossem celebradas lá com grande devoção. Ele então ordenou que eles deveriam comer e beber nada além de pão de cevada e água pura, e todos deveriam manter a vigília. Suas ordens foram obedecidas. Por três dias sua alma foi maior do que o usual e ele pareceu tão preocupado com seu povo que ele bem poderia ser tomado por um dos bispos do Senhor, mais do que um rei. Ele colocou suas esperanças na compaixão do Senhor, dirigindo todas as suas preces para ele, pois ele acreditava com perfeita fé que suas preces seriam atendidas por Ele.

³³⁹ Tal modelo baseava-se sobremaneira na imagem régia presente na Bíblia. Tal paradigma norteia não só a obra de Gregório como outras fontes do período, exemplo latente são os escritos de Venâncio Fortunato. Cf: HEN, Yitzhak. The uses of the Bible and the perception of kingship in Merovingian Gaul. *Early Medieval Europe*. n.7, v.3, p.277-290, 1998. BRENNAN, Brian. The image of the Frankish kings in the poetry of Venantius Fortunatus. *Journal of Medieval History*. n.10, p.1-11, 1984.

Os crentes possuem uma história que eles costumam contar sobre Gontrão. Havia uma mulher cujo filho estava seriamente doente. Como o menino continuava a tossir em sua cama, sua mãe atravessou a multidão e ficou atrás do rei. Sem que ele soubesse ele cortou alguns fios de seu manto. Ela colocou esses fios na água e então deu a infusão para o filho beber. A febre o deixou imediatamente e ele ficou bom novamente. Eu aceito isso como verdade, pois eu tenho freqüentemente ouvido que homens possuídos pelo demônio chamam pelo nome de Gontrão quando o espírito do mal está neles e através do poder miraculoso confessam seus crimes.³⁴⁰

Nessa passagem vemos exemplos de atitudes cristãs que deveriam ser adotadas pelos reis.

Gontrão era piedoso e crente no poder divino, era caridoso e preocupava-se com seu povo. Esse zelo pelos súditos é comparado por Gregório à preocupação dos bispos pelo rebanho, nesse sentido, podemos inferir que Gontrão cuidava da saúde religiosa de seus súditos, algo que provavelmente foi da alçada dos bispos antes das dos reis, embora os reis tivessem por obrigação garantir a proteção e observância da fé, como podemos observar mediante a repreensão feita por Gregório ao fato de Gontrão não ter convocado concílios.³⁴¹ Foi justamente a similaridade entre as atitudes de Gontrão e a dos bispos que outorgou ao rei o poder de realizar milagres, esse poder, mais do que fruto do caráter sagrado da monarquia merovíngia³⁴² era resultado da piedade do monarca, comparada à dos bispos. Em poucas palavras, não foi a condição régia de Gontrão que deu a ele o poder de realizar milagres, foi sua observância à fé e sua aproximação ao modelo dos bispos que permitiu que um pedaço de sua túnica, tal como as relíquias sagradas, curassem um jovem enfermo; ou que a simples menção de seu nome fizesse com que espíritos do mal confessassem seus crimes.

Embora o relato sobre Gontrão seja singular ele traz elementos importantes para analisarmos a imagem real delineada por Gregório em seu texto, principalmente se tomarmos em conta o retrato negativo e oposto de Chilperico feito pelo bispo de Tours. Percebamos que a

³⁴⁰ Ipse autem rex, ut saepe diximus, in elymosinis magnus, in vigiliis atque ieiuniis promptus erat. Nam tunc ferebatur, Masiliam a luae inguinaria valde vastare et hunc morbum usque ad Lugdunensim vicum Octavum nomine fuisse caeleriter propalatum. Sed rex acsi bonus sacerdos providens remedia, qua cicatrices peccatoris vulgi mederentur, iussit omnem populum ad ecclesiam convenire et rogationes summa cum devotione celebrare et nihil aliud in usu vescendi nisi panem ordeacium cum aqua munda adsumi, vigiliisque adesse instantes omnes iobet. Quod eo tempore ita gestum est. Per triduum enim ipsius elimosinis largius solito praecurrentibus, ita de cuncto populo formidabat, ut iam tunc non rex tantum, sed etiam sacerdos Domini putaretur, totam spem suam in Domini miseratione transfundens et in ipso iactans cogitationes, quae ei superveniebant, a quo eas effectui tradi tota fidei integritate putabat. Nam caelebre tunc a fidelibus ferebatur, quod mulier quaedam, cuius filius quartano tibo gravabatur et in strato anxius decubabat, accessit inter turbas populi usque ad tergum regis, abruptisque clam regalis indumenti fimbriis, in aqua posuit filioque bibendum dedit; statimque, restincta febre, sanatus est. Quod non habetur a me dubium, cum ego ipse saepius larvas inergia famulante nomen eius invocantes audieram ac criminum propriorum gesta, virtute ipsius discernente, fatere. **DLH, IX, 22.**

³⁴¹ **DLH, IX, 20.**

³⁴² Como sustentou M. Bloch em seu “Os reis taumaturgos”.

identificação de traços episcopais na figura de Gontrão não despertou críticas ao rei como o caso de Chilperico, cuja tentativa de assumir uma postura próxima ao do clero – como realizar reflexões teológicas – foi duramente repreendida por Gregório. Há, de fato, uma enorme diferença entre debater teologia com um bispo e rezar pelo bem dos habitantes de regiões castigadas por uma epidemia, mas é notável que, posto que Gregório faça uma distinção entre a alçada dos reis e a dos bispos ao afirmar que Gontrão agiu mais como um religioso do que como um rei quando convocou a população para rogar a Deus pelos bens dos moradores de Marseilles, era mais a atitude do monarca frente aos bispos do que a agregação de posturas religiosas em seu comportamento que despertavam as desconfiças e críticas de Gregório. Assim, Chilperico não foi censurado por Gregório por ter discutido sobre a Trindade, mas por ter entrado em conflito com os bispos e gerado tensões em seu reino.

O bom governo do rei dependia diretamente de suas relações que as autoridades episcopais, Teodoberto, segundo Gregório de Tours:

[...] provou ser um grande rei, distinto por muitas virtudes. Ele governou seu reino com justiça, respeitou os bispos, foi liberal com as igrejas, foi atento às necessidades dos pobres e distribuiu muitos benefícios com piedade e boa vontade. Com grande generosidade ele remeteu às igrejas de Clermont-Ferrand todos os tributos que eles costumavam pagar para o tesouro real.³⁴³

Os atributos positivos do rei são relacionados sobretudo com sua atitude piedosa – piedade essa que se expressava pelo respeito aos bispos e cuidado com as igrejas. Conseqüentemente Teodoberto, bom crente, foi justo e caridoso com os pobres. Morto em 548, o rei foi sucedido por seu filho Teodebaldo que reinou por apenas sete anos, morreu em 555 em decorrência das complicações causadas por um ferimento. Gregório assinalou que Teodebaldo foi um homem mau em todos os sentidos. Temos aqui um dado interessante sobre as mortes dos reis, comumente, monarcas considerados maldosos por Gregório experimentam mortes trágicas, como Teodebaldo e Chilperico, em contrapartida, como notou M. Cândido,³⁴⁴ a morte do bom rei Gontrão não é sequer noticiada pelos *Decem Libri Historiarum*. Não obstante, é notável que ao contrário de Isidoro de Sevilha, os regicídios – sobretudo de reis iníquos – estão longe de constituir um tema de grande preocupação para Gregório. Mais do que isso, o bispo estava

³⁴³ [...] [Theudoberthi] magnum se atque in omni bonitate praecipuum reddidit. Erat enim regnum cum iustitia regens, sacerdotes venerans, ecclesias munerans, pauperes relevans et multa multis beneficia pia ac dulcissima accommodans voluntate. Omne tributo, quod in fisco suo ab ecclesiis in Arvernum sitis reddebatur, clementer indulgit. **DLH, III, 25.**

³⁴⁴ CÂNDIDO, M. **A realeza cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008. p.215-230.

preocupado com as guerras travadas entre os reis que causavam desordem no *Regnum Francorum*:

Não me é prazeroso escrever sobre todas as diferentes guerras civis (*bellorum civilium*) que afligem os francos e seus reis. O que é ainda pior, nós agora vemos se aproximar o momento previsto pelo Senhor como o início do verdadeiro sofrimento: 'o pai vai se levantar contra o filho, o filho contra o pai, o irmão vai se levantar contra o irmão, e o parente contra o parente. [...] Se vocês reis, apenas se ocupassem com guerras como as quais seus ancestrais banharam o chão com seus suores, então as outras *gentes* da terra, cheias de temor diante da paz por vós imposta, estariam submetidas ao seu poder! Pensem sobre tudo o que Clóvis realizou, Clóvis, o fundador de seu reino vitorioso, quem derrotou os chefes que se opuseram à ele, conquistou *gentes* hostis e tomou seus territórios, legando à vós absoluto e inquestionável domínio sobre eles! Nos tempos em que ele conquistou tudo isso, ele não possuía nem ouro nem prata como vocês possuem em seus tesouros! Mas o que vocês estão fazendo? O que vocês estão tentando fazer?'³⁴⁵

As guerras iniciadas pelos netos de Clóvis preocupavam intensamente o bispo de Tours. Mas porque um homem de origem galo-romana se ocuparia com as batalhas travadas entre os reis francos? Ora, além da gradativa diluição das diferenças entre as elites bárbaras³⁴⁶ e galo-romanas que tomavam curso sobretudo depois da conversão de Clóvis, de modo que as querelas entre francos afetavam fortemente galo-romanos como Gregório de Tours, temos o papel outorgado pelo bispo aos francos no curso do tempo.

Os francos

O trabalho de W. Goffart foi essencial para tirar o protagonismo dos francos nos *Decem Libri Historiarum*. Esse papel central da *gens Francorum* foi destacado pouco depois da morte

³⁴⁵ Taedit me bellorum civilium diversitatis, que Francorum gentem et regnum valde proterunt, memorare; in quo, quod peius est, tempore illud quod Dominus de dolorum praedixit initium iam videmus: Consurgit pater in filium, filius in patrem, frater in fratrem, proximus in propinquum.[...] Utinam et vos, o regis, in his proelia, in quibus parentes vestri desudaverunt, exercimini, ut gentes, vestra pace conteritae, vestris viribus praemirentur! Recordamini, quid capud victuriarum vestrarum Chlodovechus fecerit, qui adversos reges interficet, noxias gentes elisit, patrias subiugavit, quarum regnum vobis integrum inlesumque reliquit! Et cum hoc facerit, neque aurum neque argentum, sicut nunc est in thesauris vestris, habebat. Quid agetis? Quid quaeritis? **DLH, Prefácio livro V.**

³⁴⁶ A origem da nobreza merovíngia é ainda um mistério para os historiadores. Alguns pesquisadores defenderam que a nobreza merovíngia era a continuação de uma antiga nobreza germânica, que entre os séculos VI e VII tornaram-se cada vez mais autônomas em relação à autoridade régia. As imunidades foram amplamente estudadas por Mitteis para sustentar a hipótese de que elas indicam o triunfo de nobrezas tribais sobre a autoridade do rei. A.C. Murray questiona essa perspectiva ao afirmar que ela parte do pressuposto que as autoridades locais estavam em constante tensão com o rei, segundo Murray, não há evidências que indicam essa disputa, pelo contrário, o autor defende que os chefes locais estavam submetidos ao poder real e constituíam parte da máquina administrativa do reino. Não obstante, como aponta Murray, a maior parte dessas imunidades eram outorgadas à terras eclesiásticas. Tendo em conta que as elites galo-romanas era majoritárias nos quadros episcopais, a concessão de imunidades é outro elemento que aponta para a confluência entre a aristocracia franca e a galo-romana. Cf: MURRAY, Alexander C. Immunity, nobility and the Edict of Paris. *Speculum*. v.69, n.1, p.18-39, 1994.

do autor dos Dez Livros de Histórias, quando trechos de sua obra dedicados aos francos circularam na Gália. Não obstante, o título do conjunto foi alterado. *Historia Francorum* – ou história dos francos – foi o nome dado ao texto e que prevaleceu contemporaneamente, muito graças às edições que mantiveram tal equívoco, deliberadamente ou não. Goffart atacou fortemente a deformação que o título posterior à Gregório de Tours engendrou e, ainda, ao se aprofundar na leitura da obra concluiu que ela jamais se pretendeu enquanto uma história dos francos. H. Reimitz, ainda, em um interessante artigo ressaltou as colocações de M. Heinzelmann – outro crítico à idéia de que os *Decem Libri Historiarum* eram uma história dos francos – concernente ao fato de que quase metade das referências aos francos no texto estão no capítulo II e tratam da conversão destes ao catolicismo. Para Reimitz, os francos pareciam à Gregório mais como um grupo de pessoas poderosas no reino do que como uma *gens* especial.³⁴⁷ Reimitz incorre em um erro comum e já citado por nós: a pouca atenção dada aos cinco primeiros livros dos *Decem Libri Historiarum*. São nesses primeiros livros que Gregório fundamentou as bases interpretativas que nortearam toda a integralidade do texto, desprezá-los é significar perder aspectos importantes.

Olhemos, cuidadosamente, para as menções aos francos feitas por Gregório.

Os francos – a fundação do reino

A primeira referência aos francos nos *Decem Libri Historiarum* ocorre no capítulo 7 do Livro II. Nesse trecho Gregório relatou a participação dos francos, liderados por um chefe cujo nome não é revelado, na empresa de Aécio contra os hunos em 471. Aécio vence a batalha, contando ainda com o apoio dos godos encabeçados por Teodorico. Gregório reconhece o triunfo de Aécio, mas destaca que a derrota dos hunos foi fruto sobretudo das orações do bispo Anianus de Orleães.³⁴⁸ Temos aqui que a intervenção de Anianus foi o principal fator que derrotou os hunos. Essa idéia defendida por Gregório diminui a importância de Aécio. Não é de todo

³⁴⁷ REIMITZ, Helmut. Networks and identities in Frankish historiography. New aspects of the textual history of Gregory of Tours' *Historiae*. In: CORRADINI, R., DIESENBERGER, M. & REIMITZ, H. **The construction of communities in the Early Middle Ages. Texts, resources and artefacts**. Leiden e Boston: Brill, 2003. p.237-238.

³⁴⁸ Igitur Aetius cum Gothis **Francisque** coniunctus adversus Attilanem confligit. At ille ad internitionem vastarum suum cernens exercitum, fuga delabitur. Theodor vero Gothorum rex huic certamine subcubuit. Nam nullus ambigat, Chunorum exercitum obtentu memorati antestites fuisse fugatum. Verum Aetius patritius cum Thorismodo victuriam obtinuit hostesque delivit. Expletoque bello, ait Aetius Thorismodo: 'Festina velociter redire in patriam, ne insistente germano a patris regno priveris'. Haec ille audiens, cum velocitate discessit, quasi anticipaturus fratrem et prior patris cathedram adepturus. Simili et **Francorum** regem dolo fugavit. Illis autem recedentibus, Aetius, spoliato campo, victor in patriam cum grande est reversus spolia. **DLH, II,7.**

arriscarmos dizer que Gregório assim descreveu o acontecimento por causa do feito de Aécio depois da batalha, que ludibriou o líder franco para embolsar sozinho os espólios da guerra. Hipótese que ganha mais verossimilhança ao avançarmos na descrição de Gregório sobre os francos.

Na já citada tentativa de Gregório em desvendar o nome do primeiro rei franco encontramos o maior número de ocorrências de referências aos francos de todos os *Decem Libri Historiarum*. Por exatamente 28 vezes Gregório usou o vocábulo “franco”, que refere-se tanto à *gens Francorum* quanto serve como adjetivo gentílico. A maneira como Gregório ilustra os francos nesse emblemático trecho da obra nos leva a inferir que o autor nutria uma visão sobre os francos como um grupo relativamente coeso, a saber, com costumes e códigos sociais específicos. Tal hipótese se confirma quando o bispo faz referência a um costume franco: “Depois disso Gundovaldo mais uma vez enviou dois mensageiros para o rei Gontrão. Eles traziam varas consagradas, conforme o costume dos francos, de modo que não deveriam ser molestados”.³⁴⁹ Em outro trecho Gregório fala de uma bebida muito apreciada pelos bárbaros. Provavelmente, por esses bárbaros, Gregório entendeu os francos. No Livro III, capítulo 15, em que o bispo narra o cativo de Atalus, sobrinho de Gregório de Langres, na ocasião das tensões entre Childeberto e Teodorico, o mestre de Atalus, um franco, era chamado de “bárbaro”: *Erat enim intra Treverici termini territorio cuidam barbaro serviens*. (Ele [Atalus] vivia próximo a Trier e era servo de um bárbaro).³⁵⁰ Algo semelhante é encontrado no Livro IV, 48, onde os monges de Lattes diziam aos bárbaros [francos] para não violarem o monastério, sob pena de serem punido por Martinho de Tours.³⁵¹ Nessa linha, observamos mais um costume “bárbaro”, ou franco, descrito por Gregório:

Enquanto ele [Cláudio] avançava ele começou a olhar ao seu redor em busca de augúrios, como os bárbaros sempre fazem, e sua conclusão foi de que eles [o exército liderado por Cláudio que marchava contra Eberulfo a pedido de Gontrão] não estavam favorecidos.³⁵²

A não ser que grupos poderosos dentro do reino tivessem costumes tão específicos, H. Reimitz equivocou-se ao dizer que Gregório não via os francos como uma *gens*. Embora em

³⁴⁹ Post haec misit iterum Gundovaldus duos legatos ad regem cum virgis consecratis iuxta ritum Francorum, ut scilicet non contingerentur ab ullo, sed exposita legatione cum responsu reverterentur. **DLH, VII, 32.**

³⁵⁰ **DLH, III, 15.**

³⁵¹ 'Noleit, o barbari, nolite huc transire; beati enim Martini istud est monasterium' (Vocês, oh bárbaros, não devem entrar aqui; este é um monastério de São Matinho). **DLH, IV, 48.**

³⁵² Et cum iter ageret, ut consuetudo est barbarorum, auspicia intendere coepit ac dicere sibi esse contraria. **DLH, VII, 29.**

momentos pontuais, observamos no texto do bispo de Tours traços de distinções entre francos e galo-romanos. Essas nuances não constituíam um estabelecimento de hierarquia entre os dois grupos, tampouco a diferença entre eles foi de importância para Gregório, mas ao marcar costumes comuns aos francos Gregório explicitou que os via como distintos, em alguns comportamentos, em relação aos galo-romanos, destarte, os identificou como *gens*. A identificação dos francos como uma *gens*, não só como um grupo político na Gália, está presente também nos poemas de Venâncio Fortunato. Nos versos dedicados ao rei Chilperico, escreveu Fortunato “você fortaleceu sua raça, você fortalece a raça do seu avô”.³⁵³ Gregório, assim, não inaugurou essa identificação, expressou algo que era reconhecido na Gália pelas elites galo-romanas.

Gregório ainda sublinhou o paganismo professado pelos francos e reprovou veementemente tais crenças. Gregório faz então uma grande defesa do cristianismo e sublinha logo em seguida: “No início os francos não sabiam nada sobre isso [cristianismo], mas eles aprenderam mais tarde, como minha história irá contar.”³⁵⁴ Essas poucas frases trazem um elemento de extrema importância. Isidoro de Sevilha usa recurso semelhante ao escrever sobre o arianismo dos visigodos, segundo o Hispalense, os godos ficariam no erro da impiedade ariana por muitos anos até que encontrariam o catolicismo. Ora, é notório que Isidoro de Sevilha outorga aos godos uma importância no curso do tempo muito mais evidente que Gregório de Tours, e notório também que Gregório de Tours só adianta notícias sobre a conversão dos francos, sem mencionar nada parecido concernente aos burgúndios e visigodos, *gentes* que passaram pela Gália e que também se converteram ao catolicismo. As intenções de Isidoro ao adiantar a informação da conversão do visigodos são distintas das de Gregório. Enquanto o bispo de Sevilha tinha na conversão a tópica central de sua obra – como apontaremos adiante – Gregório de Tours ao usar do mesmo recurso salientou a importância que ele outorgou à *gens Francorum* em seus *Decem Libri Historiarum*, algo evidenciado no prefácio ao Livro V onde o autor compara o *Regnum Francorum* com Roma:

Os francos deveriam, em vez disso, terem por aviso o triste destino de seus primeiros reis, que, por sua inabilidade até concordar uns com os outros, foram mortos por seus inimigos. Quantas vezes Roma, a cidade das cidades, a grande cabeça do mundo,

³⁵³ De radice patris flos generate potens, aequali serie uos nobilitando uicissim, tu genus ornasti, te genus ornate aui.
Poemas, IX, I

³⁵⁴ Haec autem generatio Francorum non intellexit primum; intellexerunt autem postea, sicut sequens historia narrat.
DLH, II, 10.

esteve em crise por causa de suas dissensões civis, mesmo que seja verdade que quando as querelas terminavam, ela emergia novamente do chão!³⁵⁵

Gregório usa o exemplo de Roma para advertir os reis francos das ameaças que suas guerras traziam para o reino. Esse exemplo não foi por acaso. Se retomarmos uma citação já feita desse mesmo capítulo onde o bispo escreveu: “Se vocês reis, apenas se ocupassem com guerras como as quais seus ancestrais banharam o chão com seus suores, então as outras *gentes* da terra, cheias de temor diante da paz por vós imposta, estariam submetidas ao seu poder!”. Roma, a cidade das cidades, submeteu muitas *gentes* e, tal como o *Regnum Francorum*, foi ameaçada por disputas internas. Gregório, ao dizer que quando essas disputas eram superadas a cidade se reerguia do chão, esclarece que o mesmo fenômeno aconteceria no reino dos francos, não obstante, os reis poderiam aumentar seu poder para muitas outras *gentes*, tal como os romanos fizeram.

A imagem construída sobre os reis aqui sumariza a concepção gregoriana acerca dos monarcas. Eram aqueles cuja liderança levaria o *Regnum Francorum* para uma posição central comparável com Roma, desde que as disputas internas fossem superadas. Ainda, o engrandecimento do reino dependia da observância do rei para com os preceitos religiosos e sua posição frente aos bispos – como ilustramos no tópico anterior – tanto pela leitura providencialista dada por Gregório sobre o curso do tempo – marcado pelas querelas entre o bem e o mal, onde o primeiro sempre prevalecia e Deus sempre ajudava àqueles que o seguissem, a saber, fiéis à Igreja representada pelos bispos. Devemos ressaltar que a relevância do respeito dos reis frente aos bispos não era apenas fruto da relevância da piedade cristã, mas também fator importante para evitar tensões no círculo das elites. Em poucas palavras, um reino estável governado por reis cristãos estava fadado a prevalecer sobre outros reinos e colocar sob sua égide todas as *gentes*. E esse reino, era, para Gregório, o formado na Gália Merovíngia.

E os Livros II e III dos *Decem Libri Historiarum* revelam sua enorme importância para a compreensão do conjunto da obra por descrever o início desse reino ao relatar o avanço da *gens Francorum* na Gália, avanço esse que Gregório considerava positivo pois traria benefícios para a região, conforme os próprios habitantes reconheciam: “Enquanto isso rumores da aproximação

³⁵⁵ Debebant enim eos exempla anteriorum regum terrere, qui, ut divisi, statim ab inimicis sunt interempti. Quotiens et ipsa urbs urbium et totius mundi capud ingens bella civilia diruit; quae cessante, rursum quasi ab humo surrexit. **DLH, Prefácio ao Livro V.**

dos francos eram repetidos em todas as partes dessas regiões e todos aguardavam ansiosamente com grande excitação o momento no qual eles [os francos] tomariam o governo.”³⁵⁶

E os francos eram a *gens* corajosa, liderada por reis das mais altas estirpes, que assumiram o governo da Gália e tornariam a região a mais importante do mundo conhecido. Não por acaso, no prefácio ao Livro V, Gregório alerta os reis envolvidos nas tensões internas e clama pelo legado de Clóvis, o principal responsável pelo crescimento da dominação franca na região. Clóvis era um exemplo não só por ter sido o rei que operou a conversão, mas também por ter sido o principal ator no processo de dominação de todas as *gentes* que disputavam territórios na Gália, entre os quais estavam os visigodos:

A próxima coisa que aconteceu foi que Childerico morreu. Seu filho Clóvis o sucedeu. No quinto ano do seu reinado Syagrius, o rei dos romanos, e o filho de Aegidius, viviam na cidade de Soissons, onde Aegidius tinha sua residência. Clóvis marchou contra ele com seu parente Ragnachar, que também tinha grande autoridade, e o desafiou a lutar. Syagrius não hesitou de assim fazer pois temia Clóvis. Eles lutaram e o exército de Syagrius foi derrotado. Ele fugiu e foi o mais rápido que pôde ao encontro do rei Alarico em Toulouse. Clóvis ordenou a Alarico para entregar o fugitivo, informando que ele poderia atacá-lo por ter dado abrigo a Syagrius. Alarico estava com medo de entrar em guerra com os francos em favor de Syagrius e o enviou de volta por mensageiros, pois os godos são uma *gens* covarde.³⁵⁷

Gregório ao enfatizar a covardia dos visigodos cria imediatamente uma oposição com a bravura dos francos. Não obstante, até mesmo a derrota de uma autoridade romana na Gália por um rei franco e pagão é vista como algo positivo. Lembremos mais uma vez do prefácio ao Livro V onde conquistas como essa eram citadas por Gregório como exemplo para os descendentes de Clóvis.

Em 508 Clóvis, o primeiro rei católico dos francos, foi reconhecido pelo imperador como *rex gloriosissimus*, estava assim legitimado aos olhos do Império o papel de Clóvis como governante de todas as terras da Gália por ele dominadas. Clóvis lançou os fundamentos do *regnum Francorum* que agregou todas as *gentes* que viviam em seus territórios. Para isso sua

³⁵⁶ Interea cum iam terror Francorum resonaret in his partibus et omnes eos amore desiderabili cupirent regnare. **DLH, II, 23.**

³⁵⁷ His ita gestis, mortuo Childerico, regnavit Chlodovechus, filius eius pro eo. Anno autem quinto regni eius Siacius Romanorum rex, Egidi filius, apud civitatem Sexonas, quam quondam supra memoratus Egidius tenuerat, sedem habebat. Super quem Chlodovechus cum Ragnechario, parente suo, quia et ipse regnum tenebat, veniens, campum pugnae praeparare deposcit. Sed nec iste distolit ac resistere metuit. Itaque inter se utrisque pugnantibus, Syagrius elisum cernens exercitum, terga vertit et ad Alaricum regem Tholosa curso veluci perlabitur. Chlodovechus vero ad Alarico mittit, ut eum redderet; alioquin noverit, sibi bellum ob eius retentationem inferri. Ad ille metuens, ne propter eum iram Francorum incurreret, ut Gothorum pavere mos est, vinctum legatis tradedit. **DLH, II, 25.**

conversão foi de grande importância e de certa forma nos ajudar a entender porque Gregório de Tours deu tanto destaque aos francos e suas conquistas nos livros II e III.

A tabela abaixo mostra o número de vezes que os francos são citados nos *Decem Libri Historiarum*:

Tabela

Livro II	46
Livro III	9
Livro IV	11
Livro V	2
Livro VI	5
Livro VII	5
Livro VIII	3
Livro IX	4
Livro X	6
Total = 91	

Há uma evidente diferença, onde o capítulo II concentra a maior quantidade de citações. Reimitz justifica essa discrepância pelo fato de que o Livro II descreve a conversão dos francos. Bom, se olhar o livro II perceberemos que os capítulos dedicados a conversão são dois em especial. O capítulo 30, onde Clóvis diz que se converterá caso vença a batalha contra o francos e o capítulo 31, que descreve o próprio batismo. Curiosamente em nenhum desses dois capítulos o termo “franco” aparece. Todavia, dentre os treze capítulos nos quais a designação figura, onze tratam de batalhas e conquistas: os capítulos 7, 9, 12, 18, 19, 23, 27, 32, 33, 35 e 42. O mesmo vale para o Livro III, onde, dos cinco capítulos que citam os francos pela designação “francos”, três – os capítulos 6, 7 e 11 – falam das guerras na burgúndia e contra os turíngios. Ora, só podemos inferir a partir disso que o Livro II tem os francos como os grandes protagonistas e suas guerras como os grandes eventos.

A questão fica mais interessantes quando constatamos a significativa diminuição da recorrência do qualificativo ao longo da obra. Não obstante, cada vez menos os francos são

citados como *gens* e o termo passa a indicar indivíduos, principalmente no Livro X, onde os capítulos 2 e 3 falam de pessoas de origem franca, como o enviado na comitiva que foi ao Império e os três homens assassinados pela rainha Fredegunda. É ainda de se notar que as referências dos francos como *gens* além das presentes no livro II e III se sobressaem nas narrativas sobre Chilperico:

Aconteceu que eu [Gregório de Tours] recentemente fui convocado a visitar o rei em sua residência em Nogent-sur-Marne. Ele nos mostrou um grande cofre que ele fez de ouro incrustado com gemas e que pesava cinquenta libras. “Eu projetei isso para a grande glória e renome da *gens Francorum*, se me for concedido viver eu pretendo ter outros objetos assim feitos”.³⁵⁸

No capítulo 45 do mesmo livro VI, Gregório fala do casamento de Rigunta, filha de Chilperico, com um rei visigodo, onde Chilperico convidou todos os líderes francos (*convocatis melioribus Francis reliquisque fidelibus*) para a grande cerimônia. Ora, ao ter frisado para os bispos que os tesouros trazidos do Oriente e que ele mantinha em sua arca era para a glória da *gens Francorum*, e ao ter convidado todos os líderes francos para a festa de despedida da princesa Rigunta, não estaria Chilperico tentando obter aliados entre os francos para suas investidas contra os irmãos e para resistir às eventuais ameaças que os bispos galo-romanos representavam desde que o rei começou a não satisfazê-los? Chilperico não ia na contramão da aproximação entre as elites francas e galo-romanas ao tentar aliciar aliados francos? Talvez essa seja mais uma evidência das atitudes de Chilperico que contribuíram para a visão tão negativa a ele atribuída pelo bispo de Tours. O fato é que as citações dos francos nos capítulos dedicados a Chilperico, a exceção, nos leva a confirmar a regra.

A crescente diminuição da recorrência do termo “franco” nos *Decem Libri Historiarum* mostra-nos que para Gregório, depois da consolidação do *regnum Francorum*, a especificidade dos francos se torna um fator cada vez menos importante. Gregório não foi o artífice desse fenômeno, foi seu narrador, uma vez que, como já dissemos amiúde, a conversão de Clóvis acelerou o processo de sublimação das barreiras entre as elites francas e galo-romanas. A trama descrita por Gregório, desde a sedimentação do reino – onde o papel dos francos é enfatizado – até as querelas internas, indicam que a crescente unificação das elites era algo que ocorria de forma relativamente rápida. Estabelecido o *regnum Francorum*, reconhecido pelo próprio imperador em 508, as especificidades dos francos perdem a grande importância que tinham no

³⁵⁸ Tunc ego Novigentum villa ad occursum regis abieram; ibique nobis rex missurium magnum, quod ex auro gemmisque fabricaverat in quinquaginta librarum pondere, ostendit, dicens: 'Ego haec ad exornandam atque nobilitandam Francorum gentem feci. Sed et plurima adhuc, si vita comis fuerit, faciam'. **DLH, VI, 2.**

processo de estabelecimento do reino. A *gens Francorum*, nos *Decem Libri Historiarum*, cedem gradativamente seu posto de destaque sublinhado no Livro II para o *regnum*, formado pela profusão de *gentes* que estão sob a égide do monarca franco e todo o seu aparato político e administrativo formado por homens poderosos oriundos dos quadros francos e homens poderosos oriundos da elite senatorial galo-romana. Não por acaso à ameaça a estabilidade do reino em consequência das guerras entre os reis se torna um objeto tão preponderante para Gregório de Tours, não por acaso o Prefácio ao Livro V admoesta os reis e os chama a atentar para o destino fatídico que suas querelas poderiam ocasionar. Os reis francos – e não tanto mais a *gens Francorum* – deveriam ter por exemplo Clóvis para alçar o *regnum* ao patamar de Roma.

Os francos foram os vitoriosos nas disputas descritas nos Livros II e III em torno dos territórios gálios. Vitoriosos não só por suas conquistas militares capitaneadas por Clóvis mas pelo sucesso do rei em fundamentar a trilha que aproximou os homens de poder sob sua autoridade e os galo-romanos. Derrubada a barreira da fé, aprovado pelos bispos, sufocador dos poderes dissidentes, Clóvis foi o grande responsável pelo reino tal como conhecido por Gregório, e era esse reino que deveria ser defendido e que deveria alcançar a glória. Não os francos, os galo-romanos ou qualquer outra *gens* em especial, mas todas as *gentes* reunidas no reino cujos líderes máximos eram o reis de origem franca. O *regnum Francorum* era, por fim, o grande protagonista dos *Decem Libri Historiarum*.

Tópicas no De origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum

Consagrado como o fundador da historiografia visigoda, senão espanhola, Isidoro de Sevilha com seu *De origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum* colocou as *gentes* que estabelecerem domínio na Hispânia na grande trama do curso do tempo. Além do *De origine* Isidoro foi também o autor de uma crônica universal que se estendeu desde a criação até o governo do rei visigodo Sisebuto, no texto tido como o da primeira redação, e Suintila, no texto da segunda redação. Tal como sobre o *De origine*, os especialistas sugerem que a *Chronica* de Isidoro passou por duas redações, uma em 615 e outra em 626, ano em que supostamente Isidoro também teria produzido a segunda redação do *De origine*.³⁵⁹ Suas duas

³⁵⁹ MARTÍN, Jose Carlos. La Crónica Universal de Isidoro de Sevilla: circunstancias históricas e ideológicas de su composición y traducción de la misma. *Ibéria*. n.4, p.199-236, 2001. p.199-200. Ainda: KOON, Sam. & WOOD,

obras dedicadas aos registro do sucesso dos acontecimento ao longo do tempo indicam que a escrita de história era para o bispo de Sevilha uma labuta prestigiosa. Não por acaso ele colocou o gênero histórico no reino da Gramática, pois é a ela que pertencem as coisas dignas de recordação.³⁶⁰ Isidoro, assim como Gregório, registrou os feitos que deveriam ser preservados, de modo a fugirem das sombras do esquecimento.

Dois trechos de sua *Chronica* nos ajudam a compreender quais eram os feitos dignos de recordação para Isidoro. Sobre Cláudio, que governou Roma entre 268 e 270, sublinhou:

318 Tácito [Cáudio] reinou por um ano

319 A brevidade de sua vida nada oferece de notável.³⁶¹ / 319* A brevidade de sua vida nada oferece de digno à história.³⁶²

E ainda:

327 Galerio reinou dois anos.³⁶³

328 A brevidade de seu governo não proporcionou feitos dignos de serem registrados em um tratado histórico.³⁶⁴

E quais eram os feitos dignos de recordação para Isidoro de Sevilha? Em sua *Chronica* o bispo resenhou:

1. Um breve relato dos tempos através das gerações e dos reinos foi feito primeiramente por Júlio Africano na época do imperador Marco Aurélio Antonino com o estilo sumário próprio da história. Em continuação, Eusébio de Cesaréia e Jerônimo, de sagrada lembrança, deram a conhecer uma história universal por tablas cronológicas ordenadas ao mesmo tempo em função dos reinos e anos do mundo. Depois destes houveram outros e depois outros. Entre eles se destaca Victor, bispo da igreja de Tununa, quem resumiu a história dos anteriores e as completou com sucessos dos anos seguintes até o consulado de Justino, o Jovem. 2. Nós, por nossa parte, com a maior brevidade com que nos foi possível, escrevemos um resumo desses tempos desde o começo do mundo até o principado de Augusto Heráclio e do rei Sisebuto, colocando ao lado a linha descendentes dos anos para que mediante esta indicação se conheça o computo do tempo transcorrido.³⁶⁵

Jamie. The *Chronica Maiora* of Isidore of Seville. An introduction and translation. *e-Spania*, n.6, p. 2-42, 2008. p.2-3.

³⁶⁰ *Etymologiarum*, I, 41.

³⁶¹ 318 Tacitus regnavit ann. I. / 319 Huius vitae brevitates gestorum nihil dignum praenotat. *Chronica Maiora*.

³⁶² Além da edição de T. Mommsen utilizamos como base das traduções da *Chronica Maiora* as traduções de J. Martín e S. Koon & J. Wood. A tradução de J. Martín traz algumas correções à edição de Mommsen, como não temos a possibilidade de observar o manuscrito, por vezes foi difícil transcrever todos os trechos no original e tivemos que confiar nas marcações de Martín. Como esse autor bem colocou, é urgente uma nova edição crítica da *Chronica Maiora*.

³⁶³ Edição de Mommsen.

³⁶⁴ 327 Galerius regnavit ann. II / 328 Huius brevitates imperii nihil dignum historiae contulit. *Chronica Maiora*.

³⁶⁵ 1. Brevem temporum per generationes et regna primus ex nostris Iulius Africanus sub imperatore Marco Aurelio Antonino simplici historiae stilo elicuit. deinde Eusebius Caedariensis atque sanctae memoriae Hieronymus

Os relatos dos tempos feitos pelos predecessores citados pelo Hispalense trazem algo em comum, o passar dos anos foi sempre descrito pela sucessão dos reinos. E é pela sucessão de reinos, desde os caldeus descendentes de Arfaxat, que a *Chronica* de Isidoro descreve os sucessos e o curso do tempo. Entre os mais gloriosos reinos que existiram, o Hispalense, em suas Etimologias, destacou os Assírios e depois os Romanos, em ordem cronológica.³⁶⁶ Os reinos, por sua vez, não eram entidades abstratas. Marcados por fronteiras geográficas os reinos eram formados por todo o aparato administrativo que garantiam seu funcionamento e a administração das *gentes* que viviam dentro de seus limites territoriais. Essas *gentes* eram todas subordinadas aos funcionários da alta hierarquia que gerenciavam as estruturas administrativas, esses chefes, por sua vez, estavam à serviço do rei. O *caput* do *Regnum* deveria cuidar da defesa das fronteiras, da expansão das fronteiras, da observância das leis, e da salvação dos seus súditos mediante a propagação e proteção da fé católica. Pela sua responsabilidade enquanto o líder do reino, Isidoro outorga aos reis o protagonismo dos eventos ocorridos. Homens como Cláudio e Galerio, que por tão pouco tempo possuíram as insígnias régias, não foram capazes de atos notáveis dentro do complexo aparato que sustentava seus domínios. O próprio vocábulo *regnum* é identificado por Isidoro como relacionado aos reis (*Regnum a regibus dictum*).³⁶⁷

E de tal forma eram importantes os reinos que o rei, o *caput* do reino, ganha também destaque na narrativa isidoriana. O surgimento dos reis e reinos é explicado pelo bispo mediante uma perspectiva providencialista:

Por causa do pecado do primeiro homem, Deus impôs ao gênero humano o castigo da servidão (...) Por tanto que também entre os gentis foram eleitos príncipes e reis, a fim de reprimir dos povos o mal por medo do castigo e submeter-los as leis em ordem a uma vida digna.³⁶⁸

chronicorum canonum multiplicem ediderunt historiam regnis simul ac temporibus ordinatam, post hos alii atque alii. inter quos praecipue Victor Tonnonensis ecclesiae episcopus recensitis praedictorum historiis gesta sequentium aetatum usque ad consulatum Iustini iunioris explevit.

2. Horum nos temporum summam ab exordio mundi usque ad Augusti Heraclii vel Sisebuti regis principatum quanta potuimus brevitate novativimus, adicientes e latere descendentem lineam temporum, cuius indicio summa praeteriti saeculi cognoscatur. **Chronica Maiora.** A edição de Martín sublinha a provável revisão de 626 e, como acréscimo, coloca que Isidoro disse que sua *Chronica* iria até o reinado de Suintila, tal como o *De origine*. Mommsen acrescentou isso na nota de tradução mas não acrescentou à sua edição.

³⁶⁶ Inter omnia autem regna terrarum duo regna ceteris gloriosa traduntur: Assyriorum primum, deinde Romanorum, ut temporibus, et locis inter se ordinata atque distincta. **Etimologias, Livro V, 3, 2.**

³⁶⁷ **Etimologias, Livro V, 3.**

³⁶⁸ Propter peccatum primi hominis humano generi poena divinitus illata est servitutis (...) Inde et in gentibus principes, regesque electi sunt, ut terrore suo populos a malo coercerent, atque ad recte vivendum legibus subderent. **Sentenças.**

A partir dos pecados dos primeiros homens os reis e reinos surgem e passam a representar papel crucial na aventura humana rumo à Salvação, é portanto que o bispo outorgou tamanho destaque aos *regni* em suas obras historiográficas. E também por isso explicitou o papel que, de acordo a compreensão do reino no curso do tempo por ele delineado, o rei deveria cumprir:

O termo rei deriva de reger, como sacerdote, de sacrificar. Não rege quem não corrige.
O nome rei se possui quando se obra retamente; e se perde como age mal.³⁶⁹

E ainda:

Como alguns dos súditos bem imitam as obras dos príncipes gratas a Deus, assim facilmente outros muitos seguem seus maus exemplos. Mas a maior parte quando está submetida a príncipes iníquos, se torna má, ao obedecer aos seus mandos, mais por necessidade do que por malícia. Outros, por sua vez, da mesma maneira que são diligentes para seguir os reis no vício, assim são indolentes para imitar-los na virtude.³⁷⁰

O rei, como o líder do personagem central do curso do tempo, deveria cuidar para que a estabilidade do reino fosse garantida e para que os súditos tivessem um modelo de monarca a ser seguido.³⁷¹ Essa responsabilidade é sistematizada por Isidoro à luz da percepção que ele nutriu sobre o curso do tempo, cujo a história estava fadada a registrar.

As Sentenças e as Etimologias os dois principais textos onde Isidoro fundamentou sua percepção sobre o mundo em que viveu. Mais do que um conjunto teórico, os dois escritos traziam orientações com fins práticos para os regentes dos reinos. E isso não foi algo circunstancial, para Isidoro o papel desses dois agentes era de relevância crucial no curso do tempo e na realização de seu sentido providencial. As reflexões isidorianas estavam conectadas com os acontecimentos que tomavam curso na Hispânia visigoda e isso se expressa nas orientações do célebre IV Concílio de Toledo de 633:

³⁶⁹ Reges a regendo covati. Sicut enim sacerdos a sacrificando, ita et rex a regendo. Non autem regit, qui non corrigit. Recte igitur faciendū regis nomen tenetur, peccando amittitur. Isidoro de Sevilha. **Etymologiarum, Livro V, 3, 4.**

³⁷⁰ Sicut nonnulli bonorum principum Deo placita facta sequuntur, ita facile multi prava eorum exempla sectantur. Plerique autem apud iníquos príncipes necessitate magis quam voto mali existunt, dum imperiis eorum obediunt. Nonnulli autem sicut prompti sunt sequi reges in malum, sic pigri sunt imitari illos in bonum. **Sentenças.**

³⁷¹ Sobre o modelo do monarca ideal: SILVEIRA, Verônica da C. **A tópicā da providência divina em Isidoro de Sevilha e João de Biclaro.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Monografia submetida em dezembro de 2007. FRIGHETTO, R. Aspectos teóricos e práticos da legitimidade do poder régio na Hispania visigoda: o exemplo da adoptio. **Cuadernos de historia de España**, Buenos Aires. v.9. n.1, p. 324-335, 2005. Idem. O problema da legitimidade e a limitação do poder régio na Hispania visigoda: o reinado de Ervígio (680-687). **Gerión**, v. 32, n.1, p. 421-435, 2004. SILVA, Leila Rodrigues. Prudência, justiça e humildade: elementos marcantes no modelo de monarca presente nas obras dedicadas ao rei suevo. **Revista de história**, São Paulo, n. 137, p. 9-24, 1997. CAMPOS RUIZ, J. & ROCA MELINA, I. **San Leandro, San Isidoro y San Fructuoso: reglas monásticas de la España visigoda y los três libros de las Sentencias.** Madrid: BAC, 1971. p. 215 a 217.

E a ti também nosso rei atual e aos futuros reis nos tempos vindouros, os pedimos com a devida humildade que, mostrando-se moderados e pacíficos para com vossos súditos, conduza os povos que foram confiados a ti por Deus, com justiça e piedade, e corresponda devidamente a Cristo bem-feitor que os elegeu, reinando com humildade de coração e com afeição as boas obras.³⁷²

Por sua percepção sobre o curso do tempo, não é de se surpreender que as querelas políticas dos reinos eram os assuntos mais privilegiados em sua obra historiográfica. A história, como gênero narrativo dedicado ao registro dos eventos dignos de nota, só poderia versar sobre acontecimentos inseridos dentro dessa percepção do que era relevante e do que não era. E para Isidoro, o importante era justamente o reino e os reis. Esse pressuposto orientou o bispo na escrita da mais celebrada história da Hispânia visigoda, cuja grandeza fez de Isidoro de Sevilha digno do título de Padre da Igreja,³⁷³ o último que o Ocidente Europeu viu. E de tão notável foi lembrado por Dante Alighieri, que o colocou ao lado de figuras como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Isidoro foi o espírito ardente da Hispânia.

Mas seu *De origine* foi realmente a história dos visigodos? Se sim, como o autor os retratou e como esperava que eles se portassem como a *gens* cujo os reis eram os líderes da Hispânia? Para desvendarmos essas questões olhemos para as tópicas centrais de sua história.

A Igreja e os bispos

Como um homem da Igreja, membro da alta hierarquia episcopal da Hispânia e, não obstante, um dos mais importantes bispos de seu tempo, Isidoro de Sevilha teve a Igreja como uma instituição importante no fornecimento dos preceitos usados para julgar os acontecimentos descritos. Muito embora no *De origine* as citações a bispos e ao catolicismo não sejam muito recorrentes, a moral religiosa é onipresente no texto isidoriano, sobretudo na avaliação dos atos reais após a conversão de Recaredo.

Pouca recorrência não significa inexistência. No trecho do *De origine* dedicado aos vândalos, temos:

³⁷² Te quoque praesentem regam futurosque aetatum sequentium principes humilitate qua debemus deposcimus, ut moderati et miles erga subiectos existentes cum iustitia et pietate populus a Deo vobis creditos regatis, bonaquem vicissitudinem, qui vos constituit largitori Christo respondeatis regnantes in humilitate cordis cum studio bonae actionis. **IV Concílio de Toledo, LXXV.**

³⁷³ FONTAINE, Jacques. Isidoro de Sevilla, padre de la cultura europea. In: CANDAU MORÓN, J. M.; GASCÓ, F. et RAMIREZ VERGER, A. (eds). La conversion de Roma. Cristianismo y paganismo. Madrid: Clásicas, 1990. DIAZ Y DIAZ, M.C. Isidoro en la Edad Media Hispana. In: _____. De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular. Barcelona: El Albir, 1976. p. 162-163.

<i>Versão breve</i>	<i>Versão longa</i>
<i>Não menciona as quatro pragas.</i>	<p><i>As mazelas trazidas pelos vândalos são descritas como a realização das pragas bíblicas: guerras, fome, peste.</i></p> <p>72. E deste modo, toda a Hispânia foi vítima das famosas quatro pragas. Se cumpriu a predicação escrita antigamente pelos profetas sobre a ira divina.³⁷⁴</p>
<p><i>Gunderico, o primeiro rei vândalo, toma posse das igrejas de Sevilha e por isso morre subitamente por castigo divino.</i></p> <p>E depois de ocupar Sevilha, ao colocar irreverentemente as mãos nas igrejas da mencionada cidade, subitamente morreu pelo juízo divino arrebatado pelo demônio.³⁷⁵</p>	<p><i>A informação é a mesma, mas Isidoro especifica que a Igreja tomada por Gunderico foi a basílica do mártir Vicente.</i></p> <p>Gunderico, ao colocar as mãos irreverentemente, com a autoridade do poder régio, na basílica do mártir Vicente da mesma cidade, morreu repentinamente pelo juízo de Deus, arrebatado pelo demônio diante do templo.³⁷⁶</p> <p><i>Outro dado interessante é o destaque que Isidoro dá ao fato de que Gunderico fez mal uso do poder régio para tomar a basílica. Esse é um evidente aviso para os reis: eles não deveriam usar da autoridade real para prejudicar – profanar – a Igreja.</i></p>
<i>Sem referências à profecia de Daniel.</i>	<i>Os vândalos, governador pelo irmão de Gunderico, Geserico, atravessam o mediterrâneo e vão para o Norte da África, lá saqueiam, espalham o arianismo por</i>

³⁷⁴ Ita quattuor plagis per omnem Spaniam saeuientibus diuinae iracundiae per prophetas scripta olim praenuntiatio adimpletur. **Origine, vl, 72.**

³⁷⁵ Transiuit captaque Spali cum inreuerentes in ecclesias ipsius ciuitatis manus extendisset, mox dei iudicio daemone correptus interiit. **Origine, vb.**

³⁷⁶ Qui cum auctoritate regiae potestatis inreuerentes manus in basilicam Vincentii martyris ciuitatis ipsius extendisset, mox dei iudicio in foribustempli daemonio correptus interiit. **Origine, vl, 73.**

	<p><i>toda a parte e perseguem os católicos. As mazelas causadas pelos vândalos na África são relacionadas com as profecias de Daniel:</i></p> <p>Conforme a profecia de Daniel, tendo pervertido os mistérios dos santos, entrega as Igrejas de Cristo aos inimigos e ordena que deixem de ser lugares de culto divino para tornarem-se residência dos seus.³⁷⁷</p>
Informação idêntica.	<p><i>Unerico assume o trono depois de seu pai Geserico. Continuou com as perseguições contra os católicos. Mesmo perseguidos, Isidoro insiste, sutilmente, na vitória dos mártires contra os iníquos:</i></p> <p>[Unerico] cortou as línguas dos confessores, os quais, com as línguas cortadas, seguiram falando perfeitamente até o fim. Assim recebeu a coroa de um glorioso martírio Leto, bispo de Noepte.³⁷⁸</p> <p><i>Aqui Isidoro faz a primeira referência a um bispo.</i></p>
Não há mais referências à Leto.	<p><i>Aqui Isidoro opõe a morte gloriosa do bispo Leto e o fim de Unerico, que tal como Ário morreu ao perder suas entranhas (tópica também usada por Gregório de Tours).</i></p> <p>Este [Leto], como não pôde ser manchado</p>

³⁷⁷ Iuxta prophetiam Daniellis de mutatis mysteriis sactorum ecclesias Christi hostibus tradidit nec iam diuini cultus loca sed suorum esse habitacula iussit. **Origine, vl, 75.**

³⁷⁸ Confessoribus linguas abscidit, qui linguis abscisis perfecte usque ad finem locuti sunt. Tunc Laetus Neptensis ciuitatis episcopus gloriose martyrio coronatur. **Origine, vl, 78.**

	com a infâmia do contágio ariano, a pesar dos diversos castigos, obteve vitorioso o céu. E quanto a Unerico, terminou miseravelmente sua vida em meio aos estragos que sua impiedade havia provocado contra os católicos, perdeu totalmente suas entranhas , como Ário, seu pai, no oitavo ano de seu reinado. ³⁷⁹
Informação parecida, mas Isidoro não cita o bispo Fulgêncio.	<p><i>O reinado de Transemundo e a perseguição aos católicos:</i></p> <p>Na era DXXVI, morto Guntamundo, reina Transemundo durante vinte e sete anos e quatro meses. Este, possuído totalmente pela loucura ariana, persegue aos católicos, fecha as igrejas, envia ao desterro a Cerdanha cento e vinte bispos de toda igreja africana. Morreu em Cartago. Em sua época brilhou no nosso dogma Fulgêncio, bispo de Ruspe.³⁸⁰</p>
Informação semelhante.	<p><i>Durante o reinado de Gilimero, um rei tirano, o Imperador Justiniano envia tropas para o reino vândalo depois de uma aparição do bispo martirizado Leto. O evento foi crucial para o fim dos vândalos. Assim, o imperador foi a vingança contra as perseguições contra os católicos na África, e seu ataque foi impulsionado pela aparição de um bispo.</i></p> <p>Contra ele [Gilimero], o imperador Justiniano, devido a uma aparição do bispo</p>

³⁷⁹ Qui dum Arriani contagii labe uariis poenis maculari non potuit, uictor repente caelos obtenuit. Hunericus autem inter innumerabiles suarum impietatum strages quas in catholicos exercuerat, octauo regni anno ut Arrius pater eius interioribus cunctis effusus miserabiliter uitam finiuit. **Origine, vl, 79.**

³⁸⁰ Aera DXXVI Guntamundo mortuo Transemundus regnat annis XXVII mens III. Iste Arriana insania plenus catholicos insectatur, ecclesias claudit, Sardiniam exílio ex omni Africana ecclesia CXX episcopos. Carthagine moritur. Cuius tempore Fulgentius Ruspensis episcopus in nostro dogmate claruit. **Origine, vl, 81.**

	<p>Leto, que havia sido feito mártir pelo rei dos vândalos Unerico, manda um exército liderado por Belisário, <i>magister militum</i>; travado o combate, o próprio Belisário mata os irmãos do rei, Guntimero e Genbamundo, depois de vencê-los no primeiro embate; depois captura o próprio Gilimero, quando ele fugia da África, no nonagésimo sétimo ano da entrada dos vândalos.³⁸¹</p>
--	---

É certo que a *gens Wandalarum* desfrutou de pouco prestígio com o bispo de Sevilha. A chegada dos vândalos cumpriu a previsão das pragas bíblicas e trouxe toda sorte de mazelas para a Hispânia. Os vândalos, ainda, perseguiram sistematicamente os católicos – sendo eles contagiados pela heresia ariana. Ao abandonarem a Europa e atravessarem o mediterrâneo rumo à África, os vândalos continuaram as perseguições contra os católicos até que, depois da aparição do bispo martirizado Leto, Justiniano envia Belisário para combater os vândalos. Interessante perceber que Isidoro, ao falar da inspiração de Justiniano, usa um recurso pouco comum em suas *Historiae*, justamente essa espécie de aparição que poderia despertar dúvidas entre as pessoas que tivessem contato com seu texto.³⁸² Mesmo assim Isidoro adota esse tipo de retórica, sem dúvidas com o objetivo de marcar ainda mais a impiedade dos vândalos e a ação dos santos, nesse caso Leto, contra iníquos. O mesmo encontramos na descrição feita pelo Hispalense sobre a morte de Gunderico, cuja vida se perdeu por ter ousado profanar a Basílica de Vicente. Na versão longa observamos que há um acréscimo importante: Isidoro ressalta que Gunderico abusou da autoridade régia ao agir dessa maneira. Se partirmos da hipótese de que de fato houve duas redações do *De origine*, sendo a última de 626, Isidoro não dava sua respostas aos

³⁸¹ Aduersus quem Iustinianus imperator uisitatione Laeti episcopo, qui ab Unerico Wandalarum rege martyr fuerat factus, exercitum cum Belisario magistro militum duce mittit initoque idem Belisarius proelio Gunthimerum et Gebamundum regis fraters primo proelio superatos interficit, deinde ipsum Gilimerum in fugam uersum Africam capit nonagésimo septimo Wandalarum ingressionis anno. **Origine, VI, 83.**

³⁸² As dúvidas frente aos exemplos milagrosos não deveriam ser raras. O próprio Gregório de Tours, ao narrar histórias “fabulosas” insiste que não falta com a verdade. Isidoro, por sua vez, era rigoroso e cuidadoso. Como sublinhou J. Fontaine: “As fidélité inquiete aux exigences du style classique prend un tour didactique et curieusement poémique. Tout se passe comme si le De doctrina christiana avait paru à Isidore estimable dans sa conception générale de l’art littéraire, mais dangereusement imprécis et libéral en matière de préceptes”. FONTEINE, J. Théorie et pratique du style chez Isidore de Séville. **Vigiliae Christianae**, v.14, n.2, p.65-101, 1960. p. 68. Ver ainda sobre a relação de Isidoro frente ao pouco crível: MARTIN PRIETO, Pablo. Isidoro de Sevilha frente a los límites del conocimiento: etimologías, astrología, magia. **Temas Mediev.** v.13, p.125-156, 2005.

problemas no reino que redundaram na deposição de Suintila em 633? Teria Suintila realmente se excedido na posse do poder como descreve o cânone LXXV do IV Concílio de Toledo?

De vota aos vândalos. É digno de nota ainda o fato de que é justamente na narrativa sobre a passagem destes que um número maior de bispos católicos é citado nominalmente por Isidoro, Leto de Noepte e Fulgêncio de Ruspe. E foi a intervenção direta de Leto de Noepte que levou fim à dominação vândala na África. Os vândalos, por fim, foram vítimas de sua impiedade.

Na parte do *De origine* dedicada aos Suevos temos as seguintes referências à Igreja, lembramos, mais em seus preceitos do que na citação dela como instituição.

<i>Versão breve</i>	<i>Versão longa</i>
A versão breve não fala da conversão de Reciaro.	Reciaro se converte ao catolicismo: Na era CCCCLXXXVI, Reciaro, filho de Recila, que se tornou católico, o sucedeu no reino por nove anos. ³⁸³
Informação semelhante, mas sem referências a santíssima trindade. Na versão longa Isidoro foi muito mais prolixo na condenação ao arianismo.	Os suevos voltam ao arianismo: Nessa época [durante o reinado de Remismundo], Alax [Ajax na versão breve], gálata de nação, apóstata ariano, surgiu entre os suevos, com a ajuda de seu rei, como inimigo da fé católica e da divina trindade, levou da região galadana dos godos este pestífero vírus e contagiou toda gente dos suevos com essa enfermidade mortal. Depois de que muitos reis suevos permaneceram na heresia ariana, recebeu o poder real Teodomiro. ³⁸⁴
A conversão é citada como fator de unidade:	Teodomiro:

³⁸³ Aera CCCCLXXXVI Reccarius Reccilani filius catholicus factus succedit in regnum annis VIII. **Origine, vl, 87.**

³⁸⁴ Huius tempore Alax natione Galata effectus apostate Arrianus inter Sueuos regis sui auxilio hostis catholicae fidei et diuinae trinitatis emergit, de Gallicana Gothorum regione hoc pestiferum uirus adferens et totam gentem Sueuorum letali tabe inficiens. Multis deinde Sueuorum regibus in Arriana haeresi permanentibus tandem regni potestatem Theodimirus suscepit. **Origine, vl, 90.**

<p>Este [Teodomiro], tendo alcançado a fé católica, destruiu o erro da impiedade ariana, e levou os suevos a unidade da fé. No sei tempo brilhou Martinho, bispo do monastério de Dumio, por sua fé e ciência, que por sua dedicação foi devolvida a paz a igreja e, ademais, se fundaram muitos monastérios.³⁸⁵</p>	<p>Este [Teodomiro], imediatamente depois de destruir o erro da impiedade ariana, conduziu de novo os suevos a fé católica, com o apoio de Martinho, bispo de monastério de Dumio, ilustre por sua fé e sua ciência, que por sua dedicação não só se estendeu a paz da igreja, sim também se criaram muitas instituições dentro da organização edesiástica na região da Galícia.³⁸⁶</p>
---	--

Isidoro não traça um retrato negro dos suevos como faz para os vândalos. Os suevos, ao contrário da *gens Wandalorum*, aceitaram a fé católica. Mas isso não os salvou de caírem sob o domínio visigodo. Leovigildo avançou sobre o *regnum Sueborum* e estendeu as fronteiras do *regnum Gothorum*:

Finalmente levou a guerra aos suevos e reduziu seu reino com admirável rapidez ao domínio de sua *gentis*. Se apoderou de grande parte da Espanha (*Spania*), pois antes a *gens Gothorum* se reduzia a uns limites estreitos. Mas o erro de sua impiedade obscureceu as glórias de tão grandes virtudes.³⁸⁷

Isidoro não mencionou que os suevos eram católicos quando foram submetidos ao *regnum Gothorum*. Tampouco fizeram os bispos reunidos no III Concílio de Toledo, ocorrido em 589 e presidido por Leandro de Sevilha, irmão e antecessor de Isidoro no bispado sevilhano:

Não só a conversão dos godos³⁸⁸ se conta entre a série de favores que recebemos, mas também a multidão infinita dos Suevos (*Suevorum gentis*), que com a ajuda do céu submetemos a nosso reino, ainda que conduzida pela heresia por culpa alheia, foi trazida com nossa diligência à origem da verdade.³⁸⁹

Os bispos reunidos em Toledo em 589 reconheciam-se como parte do reino visigodo (*nostro regno*) e comemoravam a anexão do *regnum Sueborum*, pois assim puderam conduzir os

³⁸⁵ Qui fidem catholicam adeptus Arrianae impietatis errore destructo Sueuos unitati fidei reddidit. Huius temporibus Martinus monasterii Dumensis episcopus fide et scientia, cuius studio et pax ecclesiae reddita est multa monasteria condita. **De Origine, vb.**

³⁸⁶ Qui confestim Arrianae impietatis errore destructo Suevos catholicae fidei reddidit innitente Martino monasterii Dumensis episcopo fide et scientia claro, cuius studio et pax ecclesiae ampliata est et multa in ecclesiasticis disciplinis Galliciae regionibus instituta. **De Origine, vl, 91.**

³⁸⁷ Postremum bellum Sueuis intulit regnumque eorum in iure gentis suae mira celeritate transmisit, Spania magna ex parte pótus, nam antea gens Gothorum angustis finibus artabatur. Sed offuscauit in eo error impietatis gloriam tantae uirtutis. **De Origine, vl, 49.**

³⁸⁸ O III Concílio de Toledo tomou pública a conversão de Recaredo ao catolicismo.

³⁸⁹ Nec enim sola Gothorum conversio ad cumulum nostrae mercedis accessit, quinimmo et Suevorum gentis infinita multitudo, quam praesidio coelesti nostro regno subiecimus; alieno licet in haeresim deductam vitio, nostro tamen ad veritatis originem Studio revocavimus. **III Concílio de Toledo, prefácio às atas.**

suevos para a verdade e os tiraram do erro da heresia ariana. Todavia, como salientamos, os suevos já eram católicos quando foram derrotados. Leovigildo, por outro lado, era ariano. Mesmo assim a dominação visigótica foi justificada pelo argumento da verdadeira fé, a origem da verdade. Ora, é latente que a expansão das fronteiras do *regnum Gothorum* era o que estava em questão quando em 589, e essa mesma expansão ainda era valorizada anos depois, quando Isidoro era bispo de Sevilha e comemorou os avanços de Suintila que pela primeira vez afirmou o domínio do *regnum Gothorum* em toda península:

Na era DCLVIII no ano dez do império de Heraclio o gloriosíssimo Suintila, por graça de Deus, tomou o cetro do poder. Este, no reinado de Sisebuto, havia alcançado o cargo de general e submeteu totalmente as fortificações romanas e derrotado os rucões. Mas depois que subiu à dignidade do poder real ocupou, em um combate que se estabeleceu, as cidades que ainda estavam sob administração do exército romano na Espanha (*Spania*), alcançando com seu feliz êxito a glória de um triunfo superior aos demais reis, já que foi o primeiro que obteve o poder monárquico sobre toda a Espanha peninsular, feito que não ocorreu com nenhum príncipe anterior.³⁹⁰

Por mais que a questão religiosa fosse óbvia tanto nos escritos isidorianos quanto em atas conciliares, é claro que o que estava em jogo, mais do que a religião em si, era a expansão e a glória do *regnum Gothorum*, mesmo que isso significasse a dominação de reinos que tivessem por reis seguidores da fé católica. Lembremos que o Império Romano, que perdeu possessões frente ao avanço visigodo, era católico tanto quanto o *regnum Sueborum*. Se de fato os preceitos católicos orientaram as interpretações dos eventos engendradas por Isidoro e, anteriormente, os bispos reunidos no III Concílio de Toledo, o que estava em jogo no final do século VI e início do século VII na região era a afirmação do *regnum Gothorum*. Afirmação esta que se tornou a bandeira tanto das elites visigodas quanto hispano-romanas. Notemos que as atas dos concílios de Toledo anteriores a conversão de Recaredo não expressam referências claras à questões relacionadas com a monarquia visigoda. Enquanto o I Concílio de Toledo realizado entre 397 e 400, além de orientações para os clérigos, mostra enorme preocupação com o priscilianismo, o que não é de todo admirável diante dos avanços da heresia na Hispânia e a inexistência do *regnum Gothorum* na *Spania*, o II Concílio, este de 527, versa sobretudo sobre questões de ordem normativa da Igreja da Hispânia.

³⁹⁰ Aera DCLVIII, anno imperii Heraclii x gloriosissimus Suinthila gratia diuina regni suscepit sceptrum. Iste sub rege Sisebuto ducis nactus officio Romana castra perdomuit, Ruccones superauit. Postquam uero apicem fastigii regalis conscendit, urbes resíduas, quas in Spaniis Romana manus agebat, proelio conserto obtinuit auctamque triumphum gloriam praeceteris regibus felicitate mirabili reportauit totius Spaniae intra oceani fretum monarchiam regni primus idempotitus, quod nulli retro principum est conlatum. **De Origine, VI, 62.**

Os bispos da Hispânia, tal como os da Gália, eram membros de famílias senatoriais de origem romana. Após a conversão Recaredo os traz para junto de seu séquito e colabora com a gradativa diminuição entre hispano-romanos e visigodos. Ora, o mesmo tentara realizar seu pai mediante o estímulo à conversão dos bispos católicos ao arianismo. Como descreveu Isidoro de Sevilha:

Entre outros contágios de sua heresia se atreveu a rebatizar os católicos, não só da plebe, mas também da dignidade sacerdotal, como Vicente de Zaragoza, ao que converteu de bispo à apóstata, e foi como se o tivesse levado do céu ao inferno.³⁹¹

Se Leovigildo não obteve sucesso, seu filho mais jovem sim. E as atas do III Concílio de Toledo mostram isso, ainda mais as atas do IV Concílio, onde o famosíssimo cânone LXXV procura fortalecer os mecanismos de manutenção dos reis no poder, sempre ameaçados pelos constantes golpes que assolavam a monarquia visigoda. E o sucesso de Recaredo foi tamanho que anos mais tarde os preceitos de um bispo católico – hispano-romano – influíram na revisão da inicialmente segregadora *Lex Wisigothorum* feita por Recesvinto.³⁹²

Se olharmos ainda a forma como a heresia ariana é trata no *De origine Gothorum* perceberemos que Isidoro é muito mais diligente com a *gens Gothorum* do que com a *Sueborum* e *Wandalorum*.

<i>Versão breve</i>	<i>Versão longa</i>
Atanarico persegue os cristãos:	Aqui Isidoro diz que entre os godos havia cristãos, uma sensível diferença em relação a versão breve.
Na era CCCVIII, no ano quinto de Valente, Atanarico tomou o governo dos godos [<i>Gothorum gentis</i>], reinando treze anos. Este promoveu uma perseguição contra a fé	Na era CCCCVII, no ano quinto do Império de Valente, Atanarico foi o primeiro a tomar

³⁹¹ Ausus quoque inter cetera haeresis suae contagia etiam rebatizare catholicos et non solum ex plebe, sed etiam ex sacerdotalis ordini dignitate, sicut Vincentium Caesaraugustam de episcopo apostatam factum et tanquam a caelo in infernum proiecitur. **De Origine, vl, 50.**

³⁹² DIAZ Y DIAZ, M.C. Isidoro en la Edad Media Hispana. In: _____. De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular. Barcelona: El Albir, 1976. p. 162-163. E mais sobre a revisão de Recesvinto e suas prováveis intenções de conformar as aristocracias: FRIGHETTO, Renan. O rei e a lei na *Hipania* visigoda: os limites da autoridade régia segundo a *Lex Wisigothorum*, II, 1-8 de Recesvinto (652-670). In: FRIGHETTO, Renan & GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Instituições, poderes e jurisdições**. I seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007. p.117-135.

comum, contra aqueles que eram tidos como cristãos em seus territórios. ³⁹³	cargo do governo dos godos [<i>Gothorum gentis</i>], reinando treze anos. Este, promovendo uma cruelíssima perseguição contra a fé, quis mostrar sua crueldade contra os godos que eram tidos como cristãos entre suas gentes. ³⁹⁴
<p>Os godos se convertem ao arianismo.</p> <p>Na era CCCCXV do império de Valente, os godos se dividem entre Atanarico e Fridigerno em Istria, aniquilando-se em matanças de uma e outra parte. Mas Atanarico venceu Fridigerno com a ajuda do imperador Valente e em agradecimento se converteu com todos os godos [<i>gente Gothorum</i>] a heresia ariana.³⁹⁵</p>	<p>Versão significativamente mais detalhada. Aqui os godos são retratados como vítimas de Valente.</p> <p>Na era CCCCXV, no ano treze do império de Valente, os godos se dividem entre Atanarico e Fridigerno na Istria, aniquilando-se em matanças de uma e outra parte; mas Atanarico venceu a Fridigerno com a ajuda do imperador Valente e em agradecimento enviou ao imperador legados com dons, e o pediu doutores para receber os ensinamentos da fé cristã. Mas Valente, que estava afastado da verdadeira fé católica e dominado pela perversidade da heresia ariana, enviou sacerdotes hereges e, valendo-se de vil persuasão, associou os godos ao dogma de seu erro e infundiu entre tão ilustre gente o vírus pestilento da funesta semente. Deste modo aconteceu que o erro, que a nova crença bebeu até a última gota, se manteve e conservou durante muito tempo.³⁹⁶</p>

³⁹³ Aera CCCVIII, anno Valentis V Gothorum gentis administrationem Athanaricus accepit, regnans annos XIII, qui persecutionem aduersus fidem communem uoluit exercere contra eos, qui in locis suis Christiani habebantur. **De Origine, vb.**

³⁹⁴ Aera CCCCVII, anno V imperii Valentis primus Gothorum gentis administrationem suscepit Athanaricus regnans annos XIII, qui persecutionem crudelissimam aduersus fidem commota uoluit se exercere contra Gothos cui in gente sua Christiani habebantur. **Origine, vl, 6.**

³⁹⁵ Aera CCCCXV imperii Valentis Gothi in Istrum aduersum se in Athanarico et Fridigerno diuisi sunt, alternis se caedibus populates; sed Fridigernum Athanaricus Valentis imperatoris auxilio superans, huius rei gratia cum omni gentem Gothorum in Arrianam haeresim deuolutus est. **Origine, vb.**

³⁹⁶ Aera CCCCXV, anno XIII imperii Valentis Gothi in Istrum aduersus semet ipsos in Athanarico et Fridigerno diuisi sunt alternis sese caedibus populates, sed Athanaricus Fridigernum Valentis imperatoris suffragio superans huius rei gratia legatos cum muneribus ad eundem imperatorem mittit et doctores propter suscipiendam Christianiae fidei regulam poscit. Valens autem a ueritate catholicae fidei deuius et Arrianae haeresis peruersitate detentus missis

Gulfilas, bispo ariano, traduziu a Bíblia para o gótico.	<p>Gulfilas traduziu a Bíblia para o gótico. Mas Isidoro vai além nas informações:</p> <p>Então Gulfilas, seu bispo, inventou a escritura gótica e traduziu a esta língua as Sagradas Escrituras do Novo e Antigo Testamento. Os godos, tão logo começaram a ter escritura e leis, construíram igrejas de seu dogma. (...). Os godos permaneceram na maldade desta blasfêmia no correr do tempo e suceder dos reis durante 213 anos. Finalmente, acordando-se de sua salvação, renunciaram a arraigada perfídia e chagaram pela graça de Cristo a unidade da fé católica.³⁹⁷</p>
Informação semelhante.	<p>Os godos, na batalha da Trácia contra Valente, acabaram por queimar o imperador vivo. Isidoro disse que esse foi um castigo por Valente ter levado os godos à heresia ariana.</p> <p>[Os godos] devastam a Trácia a sangue e fogo e, além de aniquilar o exército romano, tocaram fogo no próprio Valente, quando ferido por um dardo, fugia até um casa de campo. Mereceu assim ser queimado em vida por um fogo temporal aquele que havia entregue ao fogo eterno almas tão belas.³⁹⁸</p>
Sem referências aos godos confessores.	Os godos encontram na Trácia os godos cristão que fugiram durante a perseguição de

haereticis sacerdotibus Gothos persuasione nefanda sui erroris dogmati adgregauit et in TAM praeclaram gentem uirus pestiferum semine pernicioso transfudit sicque errorem, quem recens credulitas ebit, tenuit diuque seruauit. **Origine, vl, 7.**

³⁹⁷ Tunc Gulfilas eorum episcopus Gothicas litteras condidit et scripturas noui ac ueteris testament in eandem linguam conuertit Gothi autem, statim ut litteras et legem habere coeperunt, construxerunt sibi dogmatis sui ecclesias. (...). Cuius blasphemiae malum per discessum temporum regumque sucessum temporum annis CCXIII tenuerunt. Qui tandem reminiscences salutis suae renuntiauerunt inolitae perfidiae et per Christi gratiam ad unitatem fidei catholicae peruenerunt. **Origine, vl, 8.**

³⁹⁸ Thraciam ferro incendiisque depopulantur deletoque Romanorum exercitu ipsum Valentem iaculo uulneratum in quondam uillam ugentem succendunt ut merito ipse ab eis uiuens cremaretur incendio qui tam pulchras animas ignibus aeternis tradiderat. **Origine, vl, 9.**

	<p>Atanarico.</p> <p>Encontraram os godos naquela guerra os confessores godos , que há muito tempo tinham sido expulsos de sua terra por causa de sua fé, e quiseram associá-los ao reparte dos espólios. Aqueles não aceitaram, e por eles alguns foram mortos, outros, apoderando-se de uns lugares montanhosos e construindo ali refúgios de qualquer modo, não só se mantiveram cristãos católicos , mas também permaneceram amigos dos romanos, que anteriormente os havia acolhido.³⁹⁹</p>
<p>Informação parecida, mas sem o último parágrafo onde o bispo fala que Litório poderia ter vencido se estivesse aliado a verdadeira fé.</p>	<p>Litório perde a batalha contra os godos porque recorreu aos conselhos dos demônios:</p> <p>Litório, que no princípio havia realizado com êxito contra os godos alguns embates, enganado por prodígios dos demônios e pelas respostas dos Arúspices, travou novamente imprudentemente combate contra os godos, e tendo perdido o exército romano, pereceu derrotado lastimosamente. Deixou ver com isso quanto proveito podia ter obtido daquela multidão que sucumbiu com ele, se tivesse querido fazer uso da fé mais do que dos enganosos poderes dos demônios.⁴⁰⁰</p>
<p>Só fala de Ágila assumindo o trono, sem referências a profanação de lugares sagrados.</p>	<p>Ágila profana lugares sagrados e paga por isso.</p>

³⁹⁹ Inuenerunt autem eo proelio Gothi confessores priores Gothos quos dudum propter fidem a terra sua expulerant, et uoluerunt eos sibi ad praedae societatem coniungere. Qui cum non adqueuissent, aliquanti interfecti sunt, alii montuosa loca tenentes et refugia sibi qualiacumque construentes non solum perseuerauerunt Christiani catholici, sed etiam in concordia Romanorum a quibus dudum excepti fuerant, permanserunt. **Origine, vl, 10.**

⁴⁰⁰ Litorius autem dum primus res prosperas aduersus Gothos gessisset, denuo daemonum signis haruspicumque responsis deceptus bellum cum Gothis imprudenter iniit a missoque Romano exercitu miserabiliter superatus interiit, fecitque intellegi, quantum illa, quae cum eodem periit, multitudo prodesse potuerit, si fide potius quam fallacibus daemoniorum ostentis uit maluisset. **Origine, vl, 24.**

	<p>Este [Ágila], como levasse a guerra contra a cidade de Córdoba e por desprezo pela religião católica profanasse a igreja do beatíssimo mártir Acisdo e manchasse como sacrílego o lugar sagrado de seu sepulcro com o horror de suas tropas inimigas e de seus cavalos, no combate que travou contra os cidadãos de Córdoba, pagou o castigo merecido com que lhes castigaram os santos; pois, vítima da vingança daquela guerra, não só perdeu seu filho morto ali com grande quantidade de tropas, mas também todo o tesouro real, junto com importantes riquezas.⁴⁰¹</p>
Informação semelhante.	<p>Recaredo, convertido, permite que os godos obtenham a maior de suas vitórias contra os francos.</p> <p>Realizou também gloriosamente a guerra contra as gentes inimigas [<i>infestas gentes</i>], apoiado no auxílio da fé. Logrou, com efeito, um glorioso triunfo sobre quase sessenta mil soldados francos que invadiam as Gálias, enviando contra eles o duque Cláudio [<i>Claudio duce</i>]. Nunca se deu na Espanha [<i>Spaniis</i>] uma vitória dos godos nem maior nem semelhante.⁴⁰²</p>

Em primeiro lugar, o arianismo dos visigodos é atribuído à maldade de Valente que, em lugar de enviar doutores da fé para falarem aos godos sobre o catolicismo, enviou arianos. Valente, como apontou Isidoro, foi devidamente punido por isso ao morrer queimado. Os reis visigodos foram muito menos difamados por sua fé do que os vândalos. Exceto, por exemplo, Ágila, que como o rei vândalo Gunderico, profanou uma igreja e pagou com a morte de seu filho

⁴⁰¹ Iste aduersus Cordubensem urbem proelio mouens, dum in contempt catholicae religionis ecclesiae beatissimi martyris Aciscli iniuriam inferret hostiumque ac iumentorum horrore sacrum sepulchri eius locum ut profanator pollueret, inito aduersus Cordubenses eiues certamine poenas dignas sanctis inferentibus meruit. Nam belli praesentis ultione percussus et filium ibi cum copia exercitus interfectum amisit et thesaurum omnem cum insignibus opibus perdidit. **Origine, vl, 45.**

⁴⁰² Egit etiam gloriose bellum aduersus infestas gentes fidei suscepto auxilio. Francis enim sexaginta fere milium armatorum Gallias inruentibus misso Claudio duce aduersus eos glorioso triumphauit euentu. Nulla umquam in Spaniis Gothorum uictoria UEL maior UEL similis extitit. **Origine, vl, 54.**

e a perda do tesouro real. Por outro lado temos Leovigildo, o rei de tantas glórias militares que, além de ter invadido o reino suevo sufocou a revolta do filho Hermenegildo, católico e provavelmente apoiado pelo próprio Leandro de Sevilha. Isidoro narrou a derrota de Hermenegildo como parte dos relatos do expansionismo que seu governo adotou, expansionismo este, lembremos, que o bispo qualificou como grande virtude.⁴⁰³ João de Biclaro, bispo de Gerona entre 621 e 625, desterrado do Leovigildo por ter se recusado à apoiar o arianismo, relatou sobre a rebelião do jovem príncipe em sua *Chronica*:

Enquanto Leovigildo reina em tranquila paz com seus inimigos uma rinha doméstica perturba a segurança, pois naquele ano seu filho Hermenegildo, por conspiração da rainha Goswinta, assume a tirania, toma a cidade de Sevilha, depois de ter se rebelado contra o pai, e lava consigo a rebelião contra o pai a outras cidades e castelos. Esta causa produziu maiores danos no reino da Hispânia, tanto para os godos, quanto para os romanos, que a incursão do inimigos.

Interessante perceber que até mesmo um bispo perseguido por um rei herege não viu com bons olhos o levante do príncipe católico que causou tantos danos ao reino. A estabilidade do reino era tema de interesse tanto para bispos e reis, e isso tinha estreita relação com o “cruel sangue dos godos” que recorrentemente derrubavam seus reis. Os constantes atos tirânicos⁴⁰⁴ contra os reis causavam sérias instabilidades no reino que no século VIII acabaram por facilitar a invasão muçulmana e a queda da monarquia visigoda. Os eventos durante o reinado de Rodrigo, o último rei, mostram que as disputas entre as famílias aristocráticas visigodas em torno da sucessão real eram efetivamente graves.⁴⁰⁵ As preocupações dos bispos reunidos anos antes, no IV Concílio de Toledo, se justificavam.

Olhemos para o retrato dos reis feito por Isidoro de Sevilha.

Os reis

Reges a regendo vocati. Sicut enim sacerdos a sacrificando, ita et rex a regendo. Non autem regit, qui non corrigit. Recte igitur faciendo regis nomen tenetur, peccando amittitur.

⁴⁰³ Hermenegildum deinde filium imperiis suis tyrannizantem obsessum exsuperavit. **De Origine**, vl, 49.

⁴⁰⁴ Tirânia significava, nas fontes do período, atos de deposição aos reis. Sobre o estudo desse termo os trabalhos de J. Orlandis são, sem dúvidas, os mais significativos: ORLANDIS, J. **Los concilios en el reino visigodo católico**. Pamplona: Universidad de Navarra, 1986. p. 204. Ainda do mesmo autor: **Historia de España. La España visigótica**. Madrid: Gredos, 1977. p. 210 e 211. E também: El poder real y la sucesión al trono en la monarquía visigoda. In: **Estudios visigóticos. Consejo superior de investigaciones científicas delegación de Roma/ Cuadernos del instituto jurídico español**. n. 16, Roma-Madrid, 1962.

⁴⁰⁵ THOMPSON, E. A. **Los godos en España**. Madrid: Alianza, 1971. p.283-286.

Assim o bispo de Sevilha descreveu o termo “rei”, cujos detentores do título eram os principais atores de sua obra historiográfica e para os quais foi escrito o livro III de sua *Sentenças*. Seus nomes e atos figuram na integralidade tanto da *Chronica Maiora* quanto no *De Origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum*.

Versão Breve

Tiveram por muitos séculos um reino e reis, que como não foram anotados nas crônicas permaneceram ignorados.⁴⁰⁶

Versão Longa

Durante muitos séculos foram governados por duces (*ducibus*), depois por reis cuja cronologia, nomes e atuação convém expor por ordem e sucessivamente, servindo-se para isso de dados sacados das histórias.⁴⁰⁷

Por mais que exista uma diferença importante entre a versão breve e a longa nessa passagem, percebemos que ambas destacam os reis visigodos, especialmente a versão longa que dá ênfase na questão ao falar que os visigodos foram governados por *duces* e depois por reis, e é a cronologia, os nomes e seus atos que o autor registrará. Isidoro cumpriu seu dever com rigor e escreveu, aos reis visigodos, uma história que reuniu todas as notícias sobre a *gens Gothorum* desde suas origens – dos escitas na versão breve e de Magog na versão longa – até o reinado de Sisebuto (612-621) – na versão breve – e Suintila (621-631) – na versão longa.

Isidoro não se furtou de avaliar os monarcas à luz dos preceitos católicos acerca do bom rei em sua história que se dedicava justamente a narrar as aventuras do *regnum Gothorum* pela sucessão de seus *reges*. Embora o sucesso do governo, claramente expresso na narrativa sobre Leovigildo, fosse tido pelo bispo de Sevilha como um fator de enorme peso para o julgamento de um governo como bom ou ruim, os parâmetros religiosos serviram muitas vezes para explicar os fracassos de alguns reis, assim como os sucessos de outros, como o convertido Recaredo.

Desde que se tornou uma *Religio Licita* na primeira década do século IV no Império Romano então governado pelo imperador Constantino e com isso teve o ponto de partida para

⁴⁰⁶ Per multa quippe saecula et regno et regibus usi sunt, sed quia in chronicis adnotati non sunt, ideo ignorantur. **De Origine, vb.**

⁴⁰⁷ Per multa quippe retro saecula ducibus usi sunt, postea regibus, quorum oportet tempora per ordinem cursim exponere et quo nomine actuque regnauerint de historiis libata retexere. **De Origine, vl, 2.**

sua participação no poder,⁴⁰⁸ as autoridades eclesiásticas se preocuparam em estabelecer parâmetros de conduta que deveriam servir como norteadores para todos os líderes seculares cristãos.⁴⁰⁹ Os *specula principis* ou "espelho de príncipes" consistem nos documentos que deixam transparecer mais claramente essa preocupação das autoridades eclesiásticas com a conduta moral dos governantes. Contudo, tais documentos não são os únicos que revelam esse aspecto, sobreviveram ao tempo uma série de outros escritos eclesiásticos que nos fornecem importantíssimas informações acerca do modelo de monarca que a *Ecclesia* desejava.

Isidoro de Sevilha foi talvez o maior sistematizador da moralidade régia da Hispânia no decorrer da Antigüidade Tardia e suas histórias não são um trabalho à parte. Isidoro, como Gregório de Tours, foi um analista do seu tempo e toda a sua produção estava voltada à esse fim. O bispo de Sevilha sabia que a desordem política no reino muito devia ao problemático sistema de sucessão. Enquanto a sucessão no reino Merovíngio era dinástica e só os descendentes de Clóvis eram aptos ao trono, no reino visigoda a sucessão se dava por uma escolha, onde todos os membros da aristocracia eram candidatos em potencial ao trono. Dessa forma, divisões entre as elites godas em torno dos reis eleitos eram recorrentes.

Já o primeiro rei eleito entre os godos, conforme escreveu Isidoro, enfrentou um dissidente, Fridigerno, que foi proclamado rei por causa de uma divisão entre os visigodos.

Na era CCCCXV, no ano treze do Império de Valente, os godos se dividiram entre Atanarico e Fridigerno na Istria, aniquilando-se em matanças de uma e outra parte; mas Atanarico derrotou Fridigerno com a ajuda da imperador Valente⁴¹⁰

A mesma cisão ocorreu durante o reinado de Alarico, quando alguns visigodos nomearam Ragadaiso rei.⁴¹¹ A ameaça ao governo do rei não ocorria só pela nomeação de outros reis, mas também por assassinatos. Dos vinte e cinco reis mencionados por Isidoro, nove foram

⁴⁰⁸ Sobre as relações entre Constantino e o cristianismo, assim como a confluência entre autoridades religiosas cristãs e autoridades seculares conferir: BARNES, T. D. **Constantine and Eusebius**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996. GOMES, Francisco José Silva. A Igreja e o poder: representações e discursos. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **A vida na Idade Média**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 33-60. JONES, A.H.M. **Constantine and the conversion of Rome**. JONES, A.H.M. **Constantine and the conversion of Europe**. Buffalo: University of Toronto Press, 1978. Especialmente o capítulo 6.

⁴⁰⁹ Sobre o crescente poder da Igreja hispano-visigoda conferir: FRIGHETTO, Renan. O problema da legitimidade e a limitação do poder régio na Hispania visigoda: o reinado de Ervígio (680-687). **Gerión**, v. 32, n.1, p. 421-435, 2004.. Sobre os parâmetros de conduta dos bons monarcas cristãos conferir: CAMPOS RUIZ, J. & ROCA MELINA, I. **San Leandro, San Isidoro y San Fructuoso: reglas monásticas de la España visigoda y los três libros de las Sentencias**. Madrid: BAC, 1971. p. 215 a 217.

⁴¹⁰ Aera CCCCXV, anno XIII imperii Valentis Gothi in Istrium aduersus semet ipsos in Athanarico et Fridigerno diuisi sunt alternis sese caedibus populates; sed Athanaricus Fridigernum Valentis imperatoris suffragio superans huius. **De Origine**, **VI**, 8.

⁴¹¹ **De Origine**, **VI**, 13.

assassinados. Dos nove reis assassinado, quatro faziam parte de duas tentativas de estabelecer a sucessão dinástica entre os visigodos.

Teodorico I (418 – 451) foi sucedido por seu filho Turismundo, provavelmente o primogênito. Turismundo acabou morto pelo irmão Teodorico II, este, por sua vez, foi morto pelo também irmão Eurico. Eurico foi sucedido por Alarico, também seu filho que em 507 perdeu o reino de Toulouse para o franco Clóvis em 507, o filho de Alarico, Gisaleico, ainda chegou a assumir o governo até ser deposto por Teodorico, o rei ostrogodo. Gisaleico era filho ilegítimo de Alarico e reinou até 511. Por quase cem anos os visigodos foram governados pelos descendentes de Teodorico I, algo até então inédito. Algo semelhante aconteceria somente cinquenta e seis anos depois, quando Liva nomeou seu irmão Leovigildo sucessor e participador do governo. Pouco depois Leovigildo assumiria sozinho o reinado. Em 573, como seu irmão Liva fizera, Leovigildo associou seus filhos, Hermenegildo e Recaredo, ao *regnum*, o primeiro acabou morto na prisão depois de se levantar contra o pai. O segundo sucedeu Leovigildo e se converteu ao catolicismo. Recaredo, seguiu o exemplo do progenitor e associou seu filho ao trono seu filho, Liva II. Liva, todavia, acabou assassinado por Witerico em 603:

Na era DCXL, no ano doze depois de Recaredo tomou o cetro do reino seu filho Liva durante dois anos, filho de mãe ignóbil, mas certamente notável por suas qualidades e virtudes. A Liva, em plena flor da idade, sendo inocente, o expulsou do trono Witerico, depois de tyrannizar o poder, e, tendo cortado sua mão direita, o assassinou aos vinte anos de idade e dois de reinado.⁴¹²

Witterico reinou por sete anos até ser assassinado. Sobre sua morte, escreveu Isidoro:

Não ficou sem vingança a morte de um inocente [Liva II], pois foi assassinado em um banquete vítima de uma conjuração dos seus. Seu cadáver foi arrastado de forma vil e enterrado.⁴¹³

Isidoro deixou bastante claro que a tirania era algo errado e digno de castigo. A morte vil de Witterico, morto pela espada por ter matado pela espada, foi o custo do assassinato do jovem rei, cuja sucessão pelo método dinástico foi legitimada por Isidoro. Para justificar a legitimidade de Liva II, Isidoro salientou suas qualidades de bom rei, em direta oposição com Witterico. A sucessão dinástica parecia aos olhos do bispo uma forma de contornar as ameaças que a tirania representava para o reino. Não por acaso o bispo comemorou a associação ao trono de Recimero,

⁴¹² Aera DCXL, anno XII post Recaredum principem filius eius Liua regni suscepit scepra annis duobus, ignobili quidem matre progenitus, sed uirtutum indole insignitus. Quem in primo flore adulescentiae Wittericus sumpta tyrannide innocuum regno deiecit praecisaque eius dextra occidit anno aetatis XX regni uero secundo. **De Origine, VI, 57.**

⁴¹³ Mors quippe innocentis inulta in illo non fuit, inter epulas enim prandii coniuratione suorum est interfectus. Corpus uero eius uiliter est exportatum atque sepultum. **De Origine, VI, 58.**

filho de Suintila. Segundo Isidoro, o jovem príncipe trazia todas as qualidades que o pai, e essas não eram quaisquer qualidades. Suintila agregava todas as virtudes que representavam para Isidoro de Sevilha o paradigma do monarca ideal, era ele: fiel, prudente, ponderado e generoso. Essas mesmas qualidades são elencadas pelo Hispalense em suas Sentenças, Livro III capítulos XLIX, L e LI.

O triste fim de Witterico, tirano e responsável pela morte de um bom rei, serviria de exemplo para àqueles que tivessem em mente ameaçar o reinado de Recimero, herdeiro de um rei igualmente bom. Isidoro falhou. Em 631 Suintila foi deposto por Sisenando, que em 633 convocou o IV Concílio de Toledo para legitimar seu golpe. Os bispos reunidos no Concílio, dentre os quais o próprio Isidoro, reconheceram o governo de Sisenando, mas sem antes deixar de advertir:

Aqueles, como é sabido, se matam com suas próprias mãos esquecendo-se de sua própria salvação, quando dirigem suas forças contra si mesmos ou contra seus reis, dizendo o Senhor: “Não toqueis nos meus ungidos” e Davi alude: “Quem estenderá a mão contra o ungido do Senhor e será inocente?”⁴¹⁴

O IV Concílio de Toledo, tampouco os que o seguiram, não serviu para evitar os golpes tirânicos. O reino visigodo foi o primeiro reino cristão ocidental a realizar o ritual da unção descrito no Antigo Testamento. Sabe-se que isto ocorreu durante o reinado de Wamba, em 672, mas há indícios que levam a crer que a unção já era empregada antes mesmo de 631.⁴¹⁵ No final do século VII Égica, em um acréscimo à lei de Recesvinto, reforçou o crime da usurpação do poder régio.⁴¹⁶ Tanto a unção quanto as leis, assim como os Concílios de Toledo, tentaram evitar a tirania e a desestabilidade do *regnum*. Também Isidoro esforçou-se pela garantia da estabilidade do *regnum Gothorum*, não foi o primeiro nem o último a trabalhar nesse sentido. Tampouco obteve sucesso ele e seus antecessores e predecessores e na primeira década do século VIII foi deposto Rodrigo e os visigodos perderam a Hispânia.

Com o perdão do argumento contrafactual, Isidoro teria lamentado a queda da *gens Gothorum*, iniciadores do *regnum Gothorum* no qual ele viveu e pelo o qual trabalhou. Talvez,

⁴¹⁴ Illi ut notum est inmemores salutis suae propria manu se ipsos interimunt, in semetipsos suosque reges proprias convertendo vires, et dum Dominus dicat: “Nolite tangere Christos meos”: et David: “Quis, inquit, extendet manum suam in Christum Domini et innocens erit?”. **IV Concílio de Toledo, LXXV.**

⁴¹⁵ Cf. ORLANDIS, José. **Historia de España. La España visigótica**. Madrid: Gredos, 1977. p. 210 e 211.

⁴¹⁶ **Lex Visigothorum, II, V.** Sobre os esforços de Égica: FRIGHETTO, Renan. Uma tentativa de unidade político-religiosa na hispania visigoda de finais do século VII: o reinado de Égica. **Cultura e poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001.

menos contrafactual soe nossa assertiva se olharmos para o retrato feito pelo bispo de Sevilha sobre a *gens Gothorum*.

1. *Gens Gothorum*

Versão breve

É coisa certa que o reino dos godos é antiqüíssimo, já que surgiu do reino dos escitas.

Versão longa

1. O *a gens Gothorum* é antiqüíssima. Alguns creem que são descendentes de Magog, filho de Jafet, por causa da semelhança de sua última sílaba e, sobretudo, porque o deduzem do profeta Ezequiel; mas os antigos eruditos costumavam chamá-los más “Getas” que “Gog” ou “Magog”.
2. A interpretação de seu nome em nossa língua é a de ‘techo’ que significa fortaleza; e com toda razão, pois não houve na Terra nenhum povo que tanto castigou os romanos.

Dentre todas as *gentes* que passaram pela Península Hispânica e que foram contempladas pelo *De origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum* de Isidoro de Sevilha, somente os godos têm suas origens desvendadas. Eram antiqüíssimos, de acordo com a versão breve. Eram descendentes de Magog, de acordo com a versão longa que enraíza as origens dos godos na história bíblica. Assim fez Isidoro de Sevilha, pois era sobre o *regnum Gothorum*, fundado pelos corajosos visigodos, que o bispo escreveu. Era para os reis que sua obra foi dedicada e eram aos reis que o bispo quis transmitir sua mensagem. Sua mensagem que visava expressar os fundamentos que norteariam a almejada estabilidade do reino, sempre ameaçada pelas disputas entre a aristocracia visigoda em torno da sucessão régia. Se Isidoro não foi bem sucedido, ao menos nos legou a mais importante fonte sobre os visigodos até o século VII. Sem seu escrito, teríamos ficado praticamente carentes de notícias acerca dos reis de Toulouse, teríamos bem poucas notícias sobre as querelas da aristocracia visigoda até o IV Concílio de Toledo e, pior, desconheceríamos uma das mais importantes obras que veicularam as estratégias dos bispos, quase todos hispano-romanos, em favor da manutenção do *regnum*.

Isidoro narrou a origem dos godos, os caminhos que os levaram até a fundação do *regnum Gothorum* e o ato máximo de seu fortalecimento com a adesão dos hispano-romanos à trama envolvendo a monarquia a partir da conversão de Recaredo. Convertido, Recaredo levou a *gens Gothorum*, cujo poderoso exército foi capaz de ameaçar de perto o Império Romano de tal forma que Constantino foi ovacionado pelo Senado por ter derrotado uma *gens* tão grande: “Os

romanos, com a aclamação do senado, o honraram [Constantino] com honras públicas por ter vencido um povo tão grande e por ter restaurado o estado pátrio.”⁴¹⁷

Eram os visigodos a *gens* ilustre (*tam praeclaram gentem*) que, ludibriada por Valente, acabou infectada pelo vírus pestilento da heresia ariana.⁴¹⁸ Heresia que seria professada por seus reis por duzentos e treze anos, até que cientes de sua Salvação, aderiram ao catolicismo. Tal como Gregório de Tours fez com os francos, Isidoro adiantou a conversão dos visigodos:

Os godos permaneceram na maldade dessa blasfêmia [arianismo] no correr dos tempos e suceder dos reis durante 213 anos. Finalmente, despertando para a sua Salvação, renunciaram à arraigada perfídia e chegaram pela graça de Deus à unidade da fé católica.⁴¹⁹

Todavia, ao contrário do bispo de Tours, o bispo de Sevilha foi extremamente rigoroso com a ordenação cronológica de seu texto. Ao contrário de Gregório, que expôs os acontecimentos de forma desordenada – pois assim era o curso de tempo – Isidoro os ordenou segundo a sucessão dos reis, pois eram os atos desses no curso do tempo que eram dignos do gênero histórico. Ora, ambos adiantaram a conversão dos francos e visigodos por estarem certos do papel da fé católica enquanto crucial para a garantia da unidade do reino. Isidoro falou da unidade da fé católica, também Gregório, quando advertiu os reis envolvidos nas guerras civis que em lugar de seguir o mal que causava cisões nos *regnum*, deveriam seguir Cristo e onde estava Cristo senão na Igreja?

A conversão diminuiu consideravelmente o lapso entre os hispano-romanos e os galo-romanos frente aos visigodos e francos. Colaborou com a confluência de suas elites expressa pelas *leges*, pelos Concílios e pelas obras dos bispos de Tours e Sevilha, ambos tomaram partido nas questões relacionadas ao reino, e o fizeram enquanto bispos e membros de famílias senatoriais de origem romana. Isidoro, em seus escritos, buscou contribuir com a superação das tensões no seio da elite hispano-visigoda. Gregório, advertiu os reis sobre os perigos das guerras internas.

Não é por acaso que Isidoro de Sevilha adiantou as notícias sobre a conversão dos visigodos, esse evento é o ápice de seu relato. Foi esse evento que tornou o *regnum Gothorum* efetivamente reconhecido pelo Hispalense. Se Isidoro questionou o levante de Hermenegildo por

⁴¹⁷ Quem Romani senatu adclamante publica laude prosecuti sunt, quod patriam rei publicae reformauerit. **De origine, vl, 5.**

⁴¹⁸ **De origine, vl, 7.**

⁴¹⁹ Cuius blasphemiae malum per discessum temporum regumque sucessum annis CCXIII tenuerunt. Qui tandem reminiscens salutis suae renuntiauerunt inolitae perfidia et per Christi gratiam ad unitatem fidei catholicae peruenerunt. **De Origine, vl, 8.**

ter ameaçado a o reino, o fez mais por saber que logo esse reino seria católico. Logo os reis godos seriam de fato os reis da Hispânia antes dos reis da *gens Gothorum*. A *gens Gothorum* era valorosa e digna por ter fundado o *regnum Gothorum*, tal como Gregório, Isidoro faz menção à *gens Gothorum* sobretudo durante o processo de formação do reino. Esse processo foi descrito por Gregório principalmente no livro II de seus *Decem Libri Historiarum*. Em Isidoro, o processo se completa com a conversão de Recaredo, justamente o último trecho de sua obra que cita a *gens Gothorum*. A última vez que a palavra *Gothorum* aparece no *De origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum* vem acompanhada do vocábulo *regnum*, não mais *gens*:

Contados, pois, os anos dos reis godos desde o começo com o rei Atanarico até o quinto ano do gloriosíssimo príncipe Suíntila, se deduz que o **reino dos godos** durou, com o favor de Deus, 256 anos.⁴²⁰

Encerrou assim Isidoro sua obra. Mas se o bispo estava preocupado com o *regnum Gothorum*, porque inseriu no seu texto relatos sobre os suevos e vândalos?

Ora, se olharmos com cuidado esses trechos da obra, em lugar de negligenciá-los comumente fazem os historiadores, perceberemos que o *regnum Wandalorum* e o *regnum Sueborum* foram destruídos pelos dois fatores que ameaçavam o *regnum Gothorum*. Os vândalos foram derrotados por Belisário por sua fé ariana e pela perseguição aos bispos. Ao acrescentar notícias sobre os vândalos Isidoro reforçou a importância da conversão dos visigodos e a necessidade dos reis terem respeito pela hierarquia eclesiástica. Os suevos, por outro lado, foram dominados pelos visigodos por causa das disputas que redundaram na deposição de Eborico por Audeca. Conforme Isidoro:

Leovigildo, rei dos godos, levando a guerra contra os suevos, imediatamente depois de obter aquele reino, depôs Audeca, e, depois de tonsurado, o privou das honras do reino, e o submeteu aos deveres dos presbíteros. Foi assim, pois, justo que o que ele havia feito a seu rei, o sofresse o mesmo, por sua vez, a merecida pena.⁴²¹

A derrota dos suevos é vista por Isidoro como consequência da tirania de Audeca. O preço foi alto, os suevos perderam o reino para os visigodos e jamais o retomariam. Isidoro delineia assim um grave alerta para os visigodos: a tirania poderia submetê-los aos domínio de

⁴²⁰ Computatis igitur Gothorum regum temporum ab exordio Athanarici regis usque ad quintum gloriosissimi Suinthilani principis annum regnum Gothorum per annos CCLVI deo fauente reperitur esse porrectum. **De Origine, vl, 65.**

⁴²¹ Nam Leuigildus Gothorum rex Suevis mox bellum inferens obtento eodem regno Audicanem deicit atque detonsum post regni honorem presbiterii officio mancipauit. Sic enim oportuit, ut quod ipse regi suo fecerat, rursus idem congrua uicissitudine pateretur. **De Origine, vl, 92.**

estrangeiros. Por fim, o alerta de Isidoro se concretizou e os visigodos foram dominados pelos muçulmanos. O bispo de Sevilha estava certo.

Isidoro, desta forma, não só narrou a história do *regnum Gothorum*, cuja concretização plena se deu com a conversão, como legou aos reis importantes avisos sobre os perigos do arianismo – que deveria se manter superado – quanto dos golpes contra os reis – que jamais foram superados.

Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha e a escrita da história na Antigüidade Tardia

Os francos e os visigodos foram os fundadores dos reinos nos quais viveram os bispos de Tours e Sevilha. Estes, não só descreveram as aventuras do *regnum Francorum* e do *regnum Gothorum*, como participaram efetivamente das questões relacionadas à eles. Suas obras eram parte dessa participação. Aos escreverem as histórias dos reinos os bispos esperavam que elas servissem para os problemas com os quais lidavam os homens envolvidos nas esferas de poder.

Não foram os bispos autores de histórias eclasiásticas, pois a religião não era uma esfera descolada das demais que formavam as instituições do reino. Era parte delas, era um instrumento dedicado a dar conta da política, da mesma forma que a política dava conta da religião. A questão religiosa aparece em seus escritos como fornecedoras do aparato moral que norteava a avaliação dos acontecimentos, como mecanismo inserido na trama política e como meio de unificação e superação dos problemas mais graves que se mostravam no período: As guerras internas no reino dos francos e as ameaças tirânicas aos reis visigodos.

Não escreveram histórias exclusivas sobre a *gens Francorum* e a *gens Gothorum*. Embora tenham dado ênfase especial à essas *gentes* o fizeram pois foram eles os iniciadores do *regnum Francorum* e do *regnum Gothorum*. Consolidados dos reinos depois das conquistas territoriais, da superação das barreiras entre francos e visigodos frente aos galo-romanos e hispano-romanos, vinha à luz o objeto central de suas histórias, a saber, os reinos. E esses reinos não eram só para os francos e os visigodos, incluíam todas as *gentes* submetidos à estrutura do reino, dentre os quais as famílias de origem romana que continuaram a atuar fortemente na regência da Gália e da Hispânia.

Tudo isso fizeram os bispos mediante o gênero narrativo histórico, cuja verdade era inexorável. Se por alguns momentos os autores não fizeram justiça ao gênero que escolheram, isso deve ser avaliado mais como forma de outorgar a suas percepções *status* de verdade do que ingenuidade. É óbvio que os bispos tinham intenções quando iniciaram seus esforços em registrar a história dos reinos, e é certo que eventuais deformações foram feitas para dar cabo à essas intenções. A preocupação de Gregório em apoiar-se em fontes, muitas vezes transcritas no corpo de seu texto, denunciam a autoridade que ele objetivou dar a seu escrito enquanto comprometido com o rigor na descrição dos eventos, em poucas palavras, enquanto um texto genuinamente historiográfico. Isidoro, menos suspeito que Gregório, usou o mesmo recurso ao salientar que sua história era apoiada em histórias anteriores que traziam notícias sobre a *gens Gothorum*.

Os bispos, em suas obras, inscreveram todas as características do gênero histórico. Trataram das origens dos reinos nos quais viveram, registraram os acontecimentos dignos de recordação, afastaram o esquecimento e usaram a história como fornecedora de exemplos. Suas obras são dignas do posto que ocupam dentre as mais importantes da Antigüidade Tardia. Marcam a ascensão e o papel que o *regnum Francorum* e o *regnum Gothorum* experimentaram, dessa vez, enquanto novos agentes na Europa Ocidental em lugar da outrora prevalência do Império Romano. Os bispos enxergaram os reinos como os continuadores do legado imperial, isso pela relevância que outorgaram à eles no curso do tempo. A chegada à ordem e a glória dos reinos eram os objetivos para os quais os autores buscaram contribuir. Por isso tanto se preocuparam com os problemas enfrentados pelos reinos, as guerras civis na Gália e as usurpações na Hispânia.

Walter Goffart e Arnaldo Momigliano enxergaram nos *Decem Libri Historiarum* e no *De origine Gothorum et regno Sueborum et etiam Wandalorum historia librum unum* o nascimento de uma nova forma de escrever história, cada vez mais particularista e menos universalista, a saber, centradas em reinos em lugar do universalismo romano e eclesiástico.⁴²² Ora, esqueceram de salientar que, mesmo centrados no *regnum Gothorum* e no *regnum Francorum*, Isidoro de Sevilha e Gregório de Tours pautaram-se no universalismo interpretativo católico para analisar o papel desses reinos no curso do tempo. E esse papel não deve ao romano, já que para os autores

⁴²² GOFFART, Walter. **The narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul Deacon.** New Jersey: Princeton University Press, 1995. P.157. MOMIGLIANO, Arnaldo. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne.** Paris: Gallimard, 1983. p. 142.

os reinos na Gália e Hispânia exerceriam o governo outrora desempenhado por Roma, não por acaso tanto se preocuparam com o bem desses reinos e comemoraram suas conquistas. Dentre todos os reinos católicos que nasceram no lugar do Império Ocidental, para os bispos, os fadados a prevalecer eram o *regnum Francorum* e o *regnum Gothorum*. Suas obras começaram o registro da história de seus sucessos.

Nessa dissertação nos esforçamos por desvendar os objetivos por trás do ímpeto de escrever história que moveu Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha. Tratamos do problema da tradição dos manuscritos que serviram de base para as edições modernas para refletirmos sobre o problema com o qual todos os historiadores de tempos tão remotos lidam: as edições talvez não encerrem os textos tal como foram escritos por seus autores. Por mais que isso seja incômodo, precisamos enfrentar essa problema não só para trabalharmos pela produção de edições melhores mas também para pensarmos sobre a influência que as colocações sobre a transmissão dos manuscritos podem ter em nossas interpretações sobre os textos.

Pensamos no período em que viveram os autores à luz das colaborações trazidas pelo conceito de Antigüidade Tardia pois estamos seguros de que o *regnum Francorum* e o *regnum Gothorum* não foram responsáveis pelo sepultamento da ordem pública e pelo nascimento da Idade Média. A Idéia de Idade Média necessita de uma revisão urgente pois generaliza mais de mil anos de história e, dessa forma, atrapalha o desenvolvimento de pesquisas inovadoras sobre o período. Não obstante, os reinos franco e visigodo preservaram tanto o ideal de império quanto as estruturas que caracterizaram o Império. O qualificativo “médio” é equivocado quando empregado para esses reinos justamente por se sustentar na idéia de fim da ordem pública em prol da privada. É por isso que o problema do fim do Império Romano ocupou tantas páginas desse texto.

Tratamos ainda do gênero histórico como um todo com o objetivo de identificarmos suas características principais e de que forma elas foram apropriadas por Isidoro de Sevilha e Gregório de Tours. Esperamos ter indicado que os bispos foram fiéis aos paradigmas legados pelos historiadores que os antecederam, e ainda, colaboraram com os historiadores que os precederam. As crônicas de Fredegário e as obras de autores como Bráulio de Zaragoza são só exemplos da significativa circulação dos textos de Gregório e Isidoro e, ainda, da preservação das tópicas essências que caracterizavam o gênero histórico desde os pelo menos os gregos.

Todos esses passos tiveram por fim contribuir com nossa leitura sobre as histórias dos bispos de Tours e Sevilha. Talvez nossa labuta tenha um áurea arrogante, se não ingênua – duas coisas que caminham muito próximas. Por que Isidoro de Sevilha e Gregório de Tours escreveram histórias? É provável que a resposta de Veyne, em sua simplicidade, seja mais correta que a nossa:

Desde sempre, o conhecimento do passado alimentou tanto a curiosidade quanto os sofismas ideológicos; desde sempre, os homens souberam que a humanidade se transformava e que a vida coletiva era feita de suas ações e paixões. A única novidade foi o emprego escrito, depois oral, desses dados onipresentes; houve o nascimento do gênero histórico e não de uma consciência história.⁴²³

⁴²³ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: UnB, 1982. p. 45-46.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primária:

GREGÓRIO DE TOURS – *DECEM LIBRI HISTORIARUM*.

Edição: *Gregorii episcopi Turonensis historiarum libri X*. Monumenta Germaniae historica (MGH). *Scriptores Rerum Merovingicarum* (SRM). Ed. KRUSCH, B. Fasc. I e II, 1937-1942; fasc. III, *Praefatio et Indices*. KRUSCH, B, LEVISON, W e HOLTZMANN, W. Hanover: 1951.

Traduções: THORPE, L. **The history of the Franks**. Harmondsworth/New York: Penguin Books, 1974. LATOUCHE, R. **L'Histoire des Franks**. Paris: Les Belles Lettres, 1999.

GREGÓRIO DE TOURS - *Georgii Florentii Gregorii episcopi Turonensis libri octo miraculorum*. MGH, SRM. Ed. ARNDT, W. et KRUSCH, B. Hanover: 1875.

Traduções. **Glory of the Confessor**. Translated with an introduction by Raymond van Dam. Liverpool: Liverpool University Press, 1988. **Life of the Fathers**. Translated with an introduction by Edward James. Liverpool: Liverpool University Press, 1985.

PACTUS LEGIS SALICAE. MGH, *Legum, sectio I*, vol.4, 1962. Ed. ECKHARD, K.A.

Tradução. DREW, Katherine Fischer. **The laws of the Salian Franks**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

ISIDORO DE SEVILHA –*HISTORIA GOTHORUM, WANDALORUM ET SUEBORUM*. Ed. Bilingüe (latim-espanhol) tradução de Criastóbal Rodriguez Alonso. Leon: Centro de estudios “San Isidoro”, 1975.

ISIDORO DE SEVILHA - *ETYMOLOGIARUM*. Ed. Bilingüe (latim-espanhol) de J.O. Reta e M.A.M, Casqueros. Madrid: BAC, 1975.

ISIDORO DE SEVILHA - *SENTENTIAE*. Ed. Bilingüe (latim-espanhol) J.O. Reta. Madrid: BAC, 1982.

LEX VISIGOTHORUM – ed. ZEUMER, K. MGH *Leges* 1/1, 1902.

CONCILIOS

Concílios de Toledo. Ed. VIVES, J. **Concílios visigóticos y hispanorromanos**. Barcelona-Madrid: CSCI, 1963.

Concílios do reino Merovíngio. Ed. BASDEVANT, B. et GAUDEMET, J. **Les canons des conciles Mérovingiennes (VI^e – VII^e siècles)**. Sources Chrétiennes, n.354. Paris: CERF, 1989. Tomo II.

VENÂNCIO FORTUNATO. **Poèmes**. Ed. REYDELLET, M. Paris: Belles Lettres, 2003. Tomos II e III.

JOÃO DE BICLARO - Crônica biclarenses. Tradução de Irene A. Arias. **Cuadernos de historia de España**. Buenos Aires, n. X, 1948.

AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003.

ORÓSIO – **Histoire (contre les païes)**. Ed. Marie Pierre Arnaud Lindet. Paris: Les Belles Letres, 1990

Bibliografia:

A. C. Murray: MURRAY, Alexander C. **Germanic kinship structure: studies in Law and society in Antiquity and the Early Middle Ages**. Toronto: PIMS, 1983.

ANDRADE FILHO, REY DE O. **Mito e monarquia na Hipânica visigótica**. Temas medievales. 2005, v. 13, n.1. Disponível em:<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S032750942005000100002&lng=es&nrm=iso> Acesso em 28 de março de 2007.

_____. A tirania de um santo na Antigüidade Tardia. **I simpósio sobre a história das religiões**, Assis, 1999. Disponível em <<http://members.tripod.com/bmgil/afro20.html>> Acesso em outubro de 2005.

BANNIARD, Michel. **A Alta Idade Média Ocidental**. Lisboa: Verbo, 1972.

BARNES, T. D. **Constantine and Eusebius**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

BÉMONT, Charles. et MONOD, Gabriel. **Histoire de l'Europe au Moyen Age (385-1270)**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1924.

BENNET, J. Hadrian and the title `pater patriae`. **Britannia**, v.15, p.234-235, 1984

BERCÉ, Y-M. *Et* CONTAIME, P. (orgs). **Histoires de France, Historiens de la France. Actes du colloque international, Reims, 14 et 15 mai 1993**. Paris: Honoré Champion, 1994.

BICKERMAN, Elias J. Origenes Gentium. **Classical Philology**. v.47, n.2, p.65-81. Abril de 1952.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio (França e Inglaterra)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BONNET, Max. **Le Latin de Grégoire de Tours**. Paris: Georg Olms Hildesheim, 1890

BOUGART, F., FELLER, L., LE JAN, R. **Les elites au haut Moyen Âge. Crises et renouvellements**. Turnhout: Brepols, 2006.

BOUREAU, A. & INGERFLOM, S. **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Colloque de Royaumont. Paris: EHESS, 1989.

BOWERSOCK, G.W. BROWN, P. & GRABAR, O. (eds). **Interpreting Late Antiquity. Essays on the Postclassical world**. Cambridge e Londres: Belknap, 2001.

- BRENNAN, B. 'Being Martin' ; Saint and successor in Sixth-Century Tours. **The Journal of religious History**. vol.21, n.2, p.121-133, 1997.
- BRENNAN, Brian. The image of the Frankish kings in the poetry of Venantius Fortunatus. **Journal of Medieval History**. n.10, p.1-11, 1984.
- BREUKELLAAR. A.H.B. **Historiography and episcopal authority in sixth-century, Gaul: the Histories of Gregory Tours interpreted in their historical context**. Göttingen; [s. n.] 1994.
- BROGIOLO, GP., GAUTHIER, N. & CHRISTIE, N. (eds.). **Towns and their territories between Late Antiquity and the Early Middle Ages**. Leiden, Boston e Köln: Brill, 2000.
- BRONISCH, Alexander Pierre. El concepto de España en la historiografía visigoda y asturiana. **Norba. Revista de historia**, v.29, p.9-42, 2006.
- BROWN, Peter. **The making of Late Antiquity**. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 1993.
- BURNS, J.H. **Histoire de la pensée politique médiéval. 350-1450**. Paris: PUF: Léviathan, 1993.
- CAMPOS RUIZ, J. & ROCA MELINA, I. **San Leandro, San Isidoro y San Fructuoso: reglas monásticas de la España visigoda y los três libros de las Sentencias**. Madrid: BAC, 1971.
- CANDAU MORÓN, J. M.; GASCÓ, F. *et* RAMIREZ VERGER, A. (editors). **La conversion de Roma. Cristianismo y paganismo**. Madrid: Clásicas, 1990.
- CÂNDIDO, M. **A realza cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARBEL, Felipe T. Um construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. **Varia Historia**. n.40, p.551-568, 2008.
- COATES, Simon. Venantius Fortunatus and the image of Episcopal authority in Late Antique and Early Merovingian Gaul. **The English Historical Review**, v.115, n.464, p.1109-1137. Nov.,2000.
- COLLINS, Roger. **La España Visigoda (409-711)**. Barcelona: Crítica, 2005.p.13.
- COLLON, G. et OMONT, H. Grégoire de Tours Histoire des Francs. *In: Collection de texts pour server à l'étude et à l'enseignement de l'histoire*. Fac. 2, 16. Paris: 1886-1893.

- CORRADINI, R. DIESENBERGER, M. & REIMITZ, H. **The construction of communities in the Early Middle Ages. Texts, resources and artefacts**. Leiden, Boston: Brill, 2003.
- COUMERT, M. **Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge occidental (550-850)**. Paris : Institut d'Études Augustiniennes, 2007.
- CURTA, Florin (ed.). **Borders, barriers and ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middles Ages. Turnhout: Brepols, 2005.
- _____. Some remarks on ethnicity in medieval archaeology. **Early Medieval Europe**. v.15, n.2, p.159-185, 2004.
- DAVIES, W. & FOURACRE, P. **The settlement of disputes in Early Medieval Europe**. Cambridge, Nova York, Okleigh: Cambridge University Press, 1986.
- DIAZ Y DIAZ, M.C. **De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular**. Barcelona: El Albir, 1976.
- DIEHL, Astor Antônio. Teoria historiográfica. Diálogo entre a tradição e inovação. **Varia Historia**. v.22, n.36, p.368-394, Jul/Dez 2006.
- DOMÍNGUEZ DEL VAL, U. La utilizacion de los padres por San Isidoro. **Isidoriana**. Leon, Centro de estudos "San Isidoro", p. 211-221, 1961.
- DRINKWATER, J & ELTON, H. **Fifth-century gaul: A crisis of identity?** Cambridge, Nova York, Melbourne: Cambridge University Press, 1992.
- FONTAINE, J. **Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique**. Paris: Études Augustiniennes, 1959.
- _____. Théorie et pratique du style chez Isidore de Séville. **Vigiliae Christianae**, v.14, n.2, p.65-101, 1960.
- FONTAINE, Jacques. **Isidoro de Sevilla. Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos**. Madrid: Encuentro, 2000.
- FOSTER, J.B & WOOD, E.M. **Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- FRIGHETTO, R. & GUIMARÃES, M.L. (coord.). **Instituições, poderes e jurisdições**. I Seminário Argentina – Brasil – Chile de história antiga e medieval. Curitiba: Juruá, 2007.
- _____. Aspectos teóricos e práticos da legitimidade do poder régio na Hispania visigoda: o exemplo da adoptio. **Cuadernos de historia de España**, Buenos Aires. v.9. n.1, p. 324-335, 2005.
- _____. O problema da legitimidade e a limitação do poder régio na Hispania visigoda: o reinado de Ervígio (680-687). **Gerión**, v. 32, n.1, p. 421-435, 2004.

- _____. Uma tentativa de unidade político-religiosa na hispania visigoda de finais do século VII: o reinado de Égica. **Cultura e poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001.
- FUSTEL DE COULANGES, N. D. Da maneira de escrever a história na França e na Alemanha nos últimos cinquenta anos. In: HARTOG, F. **O século XIX e a história. O caso de Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 346-356. Artigo originalmente publicado em: **Revue des Deux Mondes** em 1 de setembro de 1872.
- _____. **Histoire des institutions politiques de l'ancienne France**. Paris: Librairie Machette, 1890. p.XI.
- _____. **L'Alsace est-elle allemande ou française? Réponse a M. Mommsen**. Paris: E. Dentu, 1870.
- GABBA, Emilio. True and false history in Classical Antiquity. **The Journal of Roman Studies**. v.71, p.50-62, 1981.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método. Fundamentos de una hermenéutica filosófica**. Salamanca: Sígueme, 1998.
- GARCÍA MORENO, L.A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Cátedra, 1989.
- _____. La oposición de Suintila: Iglesia, monarquía y nobleza en el reino visigodo. Valladolid: **Estudios de Historia Medieval. Homenaje a Luis Suarez**. Polis, 3, 1991.
- GARCIA VILLOSLADA, R. **Historia de la Iglesia en España**. Madrid: BAC, 1979.
- GEARY, P.J. Central politics: kings, their allies and opponents. **French Historical Studies**, v.19, n.3, p.757-763, 1996.
- _____. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, 2005.
- GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano. Vol.2**. Lisboa: Difusão Cultural, 1995.
- GOBINEAU. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris: 1884.
- GOETZ, H-W, JARNUT, J., POHL, W. **Regna and Gentes. The relationship between Late Antique and Early Medieval peoples and kingdoms in the Transformation of the Roman World**. Boston, Leiden: Brill, 2003.
- GOFFART, W. **Rome's fall and after**. Londres e Roceverte: Hambledon, 1989.
- _____. Zosimus. The first historian of Rome's fall. **The American Historical Review**. Vol. 6, n.2, p.412-441, abril de 1971.

———. **The narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon.** New Jersey: Princeton University Press, 1988.

GONZÁLEZ BLANCO, A. **Antigüedad y Cristianismos. Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardia III – Los Visigodos. Historia y Civilización.** Actas de la Semana Internacional de Estudios Visigóticos (Madrid – Toledo – Alcalá de Henares, 21-25 octubre de 1985) Universidad de Murcia, Fundación Pastor de Estudios Clásicos, Universidad de Alcalá de Henares, 1986.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (coord.). **San Isidoro doctor de las Españas.** Sevilla, León, Cartagena: Caja Duero. Fundación Cajamurcia. Fundación el Monte, 2003.

GONZÁLEZ, Teodoro. **Historia de la Iglesia en España.** Madrid: BAC, 1979.

GUEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo.** São Paulo: Conrad, 2005.

GUENÉE, B. **Histoire et culture historique dans l'Occident Médiéval.** Paris : Aubier Montaigne, 1980.

GUERRAS MARTIN, Maria Sonsoles. A teoria política visigoda. **Veritas**, Porto Alegre, v. 40, n.159, p. 369-378, 1995.

GUIANCE, Ariel. *Rex perditionis*: la caracterización de la tiranía en la España visigoda. **Cuadernos de Historia de España**, Buenos Aires, n.77, p. 29-39, 2001-2002.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUILLOT, Olivier. Quelques remarques sur la dignité de *princeps* à l'époque Mérovingienne. In: Idem. **Arcana Imperii (IVe – Xe siècle). Recueil d'articles.** Limoges: Pulim, 2003.

GUIZOT, François. **Historia da civilização na Europa.** Tomo 1º. Lisboa: Officinas typographica e de encadernação, 1907.

GUZMÁN ARMARIO, Francisco Javier. ¿Germanismo o Romanismo? Una espinosa cuestión del mundo antiguo a la Edad Media: el caso de los visigodos. **Anuario de estudios medievales.** n.35, v.1, p.3-23, 2005.

HALPHEN, Louis. **Les barbares. Des grandes invasions aux conquêtes turques du XI^e siècle.** Paris: Libraire Félix Alcan, 1936.

HALSALL, G. The Preface to Book V of Gregory of Tours' Histories: Its Form, Context and Significance. **English Historical Review.** v. CXXII, n.496. p.297-317, 2007.

- HEATHER, Peter. **The fall of the Roman Empire. A new history of Rome and Barbarians.** Nova York: Oxford University Press, 2006.
- HEINZELMANN, Martin. **Gregory of Tours: History and Society in the Sixth Century.** Cambridge University press, 2001.
- HEN, Yitzhak. The uses of the Bible and the perception of kingship in Merovingian Gaul. **Early Medieval Europe**. n.7, v.3, p.277-290, 1998.
- HERDER, Johann Gottfried von. **Outlines of a philosophy of the history of man.** Vol.II. Londres: Luke Hansard, 1803.
- HERNÁNDEZ PARRALES, Antonio. El XIV centenario del nacimiento de san Isidoro, arzobispo de Sevilla. **Boletín del Instituto de Estudios Giennenses**. n.23. p.9-34, 1960.
- HERTZBERG, H. **Die Historien und die Chroniken des Isidor von Sevilla.** Göttingen, 1814.
- HILLGARTH, J.N. Historiography in Visigothic Spain. *In: Settimane di studio del centro italiano di studi sull'alto Medioevo, XVII. La storiografia altomedievale.* Tomo primo. Spoleto: Centro italiano di Studio sull'alto medioevo, 1970.
- HOPPENBROUWERS, Peter. Such stuff as peoples are made on: ethnogenesis and the construction of nationhood in Medieval Europe. **The Medieval History Journal**, n.9, v. 2, p.195-242. 2006.
- INGOLD, T. **Companion Encyclopedia of Anthropology.** London and New York: Routledge, 2005.
- JOHNSON, Marshall D. **The purpose of the Biblical genealogies.with special reference to the setting of the genealogies of Jesus.** Cambridge: University of Cambridge Press, 1988.
- JONES, A.H.M. **Constantine and the conversion of Rome.** JONES, A.H.M. **Constantine and the conversion of Europe.** Buffalo: University of Toronto Press, 1978.
- KEELY, Avril. Arians and Jews in the Histories of Gregory of Tours. **Journal of Medieval Studies**. v.23, issues 2, p.103-115, 1997.
- KING, P.D. **Derecho y sociedad en el reino visigodo.** Madrid: Alianza, 1981.
- KOON, Sam. & WOOD, Jamie. The Chronica Maiora of Isidore of Seville. An introduction and translation. **e-Spania**, n.6, p. 2-42, 2008. p.2-3.
- KULIKOWSKI, Michael. Barbarians in Gaul, Usurpers in Britain. **Britannia**, v.31, p. 325-345, 2000. p.341-342.
- KURTH, Godefroid. **Études Franques. Tomo I.** Bruxelles, Paris: Albert Dewit, Honoré Champion, 1919

- LE JAN, R. Introduction. **L'historiographie des élites dans le haut Moyen Âge**. Universités de Marne-la-Vallée et de Paris I, novembre 2003. (Disponível em: <http://lamop.univ-paris1.fr/lamop/LAMOP/elites/> consultado em 24/02/2010) [atas].
- _____. **La société du haut Moyen Âge. VI^e-IX^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2003.
- LEWIS, Archibald R. The dukes in the *Regnum Francorum* A.D. 550-751. **Speculum**, v.51, n.3, p.381-410, Julho de 1976.
- LIM, Richard & STRAW, Carole. **The past before us. The challenge of historiographies of Late Antiquity**. Turnhout: Brepols, 2004.
- LITTLE, Lester K. et ROSENWEIN, Barbara H. (eds). **La Edad Media a debate**. Madri: Akal, 2003.
- LOT, Ferdinand. **Naissance de la France**. Paris: Arthème Fayard, 1948.
- LURAGHI, Nino (ed.). **The historian craft in the Age of herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- M. LE BARON DE BARANTE. **Mélanges historiques et littéraires**. Tomo I. Paris: Ladvocat, 1835.
- MALERBA, J. Em busca de um conceito de historiografia. Elementos para uma discussão. **Varia Historia**. n.2, p.27-47, 2001.
- MARASCO, G. (ed.). **Greek & Roman historiography in Late Antiquity. Fourth to Sixth century A.D.** Leiden, Boston: Brill, 2003.
- MARROU, Henri-Irénée. Tristesse de l'historien. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**. n. 45, p. 109-131, Jan.-Mar. 1995.
- MARTÍN, Jose Carlos. La Crónica Universal de Isidoro de Sevilla: circunstancias históricas e ideológicas de su composición y traducción de la misma. **Ibéria**. n.4, p.199-236, 2001. p.199-200.
- MATHISEN, R.W. The theme of literary decline in Late Roman Gaul. **Classical Philology**. v.83, n.1, p.45-52, 1988.
- _____. Barbarian bishops and the churches “*in barbaricis gentibus*” during Late Antiquity. **Speculum**, v.72, n.3, p.664-697. Julho de 1997.
- _____. The Family of Georgius Florentinus Gregorius and the Bishops of Tours. **Medievalia et Humanistica, New Series**, n. 12, p. 83-95, 1984.

- MAYER, Arno J. **A força da tradição. A persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MAZETTO Jr., Milton. **A paz e o recurso à violência no Reino dos Francos: os mecanismos de resolução de conflito no período merovíngio (séculos VI-VII)**. Universidade de São Paulo, 2009.
- MAZZARINO, Santo. **O fim do mundo Antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MENENDEZ PIDAL, R. **Historia de España. Tomo III – España Visigoda**. Madrid: Calpe, 1940.
- MICHELET, J. **Histoire de France au Moyen Age. La Gaule – Les invasions. Charlemagne**. Paris: Calmann-Lévy, 1893.
- MITCHELL, Kathleen. **History and Christian Society in Sixth-Century Gaul. An Historiographical analysis of Gregory of Tours' *Decem Libri Historiarum***. Dissertation submitted to Michigan State University. Michigan, 1982.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. **Historiografía y mentalidades historicas en la Europa Medieval**. Madrid: Universidad Complutense, 1982.
- MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. **Problèmes d'historiographie. Ancienne et Moderne**. Paris: Gallimard, 1983.
- _____. Time in ancient historiography. **History and Theory**. v.8, n.6. p.1-23, 1966.
- MONDONI, Danilo. **História da Igreja na Antigüidade**. São Paulo: Loyola, 2001.
- MONOD, Gabriel. Du progrès des études historiques en France depuis Le XVI^e siècle. **Revue Historique**. n.1, p.5-38, 1876.
- MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Livro trigésimo, capítulo XI. Edição: Nova Cultura, São Paulo, 2000.
- MURRAY, Alexander C. Immunity, nobility and the Edict of Paris. **Speculum**. v.69, n.1, p.18-39, 1994.
- _____. (Ed.). **After Rome's Fall: Narrators and Sources of the Early Medieval History**. Toronto: University of Toronto Press, 1998.
- MUSSET, Lucien. **Les invasions: les vagues germaniques** Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

ORLANDIS, J. Estudios visigóticos III: El poder real y La sucesión al trono en la monarquía visigoda. **Cuadernos del instituto jurídico español** n.16. Madrid-Roma: Consejo superior de investigaciones científicas. Delegación de Roma, 1962.

_____. **Historia de España. La España Visigótica**. Madrid: Gredos, 1977.

_____. La doble conversión religiosa de los pueblos germánicos. **Anuario de la historia de la Iglesia**. año/vol.IX, p.69-84, 2000.

PÉREZ SÁNCHEZ, Dionisio. Algunas consideraciones sobre el ceremonial y el poder político en la Mérida visigoda. **Studia histórica. Historia antigua**. Salamanca, n. 20, p. 245-266, 2002.

PITTARD, E. **Les races et l'histoire. Introduction ethnologique a l'histoire**. Paris: La Renaissance du livre, 1932.

POIRIER, Jean. **História da etnologia**. São Paulo: 1981.

Précis de l'histoire de France depuis l'établissement de la monarchie jusqu'à nos jours. Extracted from the Best writers by Mr. Des. Carrieres. Londres: Logographic press, 1791.

REUTER, Timothy. Medieval: another tyrannous construct? **The Medieval History Journal**, n. 1, v.1, p.25 - 45, 1998.

REYDELLET, M. La diffusion des origines d'Isidore de Séville au Haut Moyen Âge. **Mélanges d'archéologie et d'histoire**. t.78, p.383-437, 1966.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **A vida na Idade Média**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

RICH, J. **The city in Late Antiquity**. Londres e NY: Routledge, 1996.

ROMERO, J. A. San Isidoro de Sevilha. Su pensamiento históricopolítico y sus relaciones con la historia. **Cuadernos de Historia de Espana**, Buenos Aires, n. 3. p. 49-51, 1987.

ROUCEK, Joseph S. A history of the concept of ideology. **Journal of the history of ideas**, v.5, n.5, p.479-488. Outubro de 1944.

ROUCHE, M. **Clovis. Histoire et mémoire. Le baptême de Clovis, son écho à travers l'histoire**. Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997.

ROUCHE, Michel. **Clovis**. Paris: Fayard, 1996.

SAUGE, André. **De l'épopée à l'histoire. Fondament de la notion d'Histoire**. Peter Lang, 1992.

- SÁNCHEZ ALONSO, B. **Historia de la historiografía española**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1947.
- SEIDMAN, Steven. **The postmodern turn. New perspectives on social theory**. Cambridge, Nova York e Melbourne: Cambridge University Press, 1994.
- SEIGNOBOS, Charles. **História sincera da França**. São Paulo: Companhia Nacional, 1945.
- SHANZER, D. Dating the baptism of Clovis: the bishop of Vienne vs the bishop of Tours. *In: Early Medieval Europe*, n.7 (I), p. 29-57, 1998.
- SHARPE, R. & THACKER, A. (eds.). **Local Saints and local churches in the Early Medieval West**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p.155-187.
- SILVA, Leila Rodrigues. Prudência, justiça e humildade: elementos marcantes no modelo de monarca presente nas obras dedicadas ao rei suevo. **Revista de história**, São Paulo, n. 137, p. 9-24, 1997.
- SILVA, Marcelo Cândido. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.
- _____. Les cites et l'organisation politique de l'espace en Gaule mérovingienne au VI^e siècle. **Histoire Urbaine**. n.4, p.83-104, 2001.
- _____. Providencialismo e história política nos *Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours. **Varia historia**, Minas Gerais, n.28, 2002.
- SILVEIRA, Verônica da C. **A tópica da providência divina em Isidoro de Sevilha e João de Biclaro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Monografia submetida em dezembro de 2007.
- SISMONDI, J.C.L. **History of the Fall of the Roman Empire**. Filadélfia: Carey, Lea & Blanchard, 1835.
- SOLDEVILA, F. **Historia de España – Tomo I**. Barcelona: Ariel, 1961.
- SPENCER, Mark. Dating the baptism of Clovis, 1876-1993. **Early Medieval Europe**, v.3, n.2, p.97-116, 1994.
- THOMPSON, E.A. **Los godos en España**. Madrid: Alianza, 1971.
- TODD, Malcolm. **The Early Germans**. Maryland, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2004.
- TYLER, Elizabeth M. & BALZARETTI, Ross (Eds.). **Narrative and History in the Early Medieval West**. Turnhout: Brepols, 2006.

ULLMANN, W.. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona: Ariel, 1983.

_____. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Madrid: Alianza, 1985.

VAN DAM, Raymond. **Leadership and community in late Antique Gaul**. University of California Press, 1985.

VARNEDA, Pere Villalba I. **The historical method of Flavius Josephus**. Leiden: Brill, 1986.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: UnB, 1982.

VINAY, G. **San Gregori**. Turin, 1940.

Voltaire. **La Philosophie de l'histoire**. Amsterdã: Changuion, 1765.

WALLACE-HADRILL, J.M. **The barbarian West. 400-1000**. Oxford, New York: Basil Blackwell, 1996.

_____. **The long-haired kings and other studies in Frankish History**. Londres: Methuen, 1962.

_____. The work of Gregory of Tours in the light of modern research. **Transactions of the Royal Historical Society**, v.1, p. 25-45, 1951.

WERNER, K. F. Faire revivre le souvenir d'un pays oublié: La Neustrie. **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**, I, Colloque historique international, Actes... Sigmaringen, Atsma, 1989.

_____. **Naissance de la noblesse. L'essor des élites politiques en Europe**. Paris: Fayard, 1998.

WHITE, H. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. The value of narrativity in the representation of reality. **Critical Inquiry**, v.7, n.1, p.5-27, Autumn 1980.

WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean. 400-800**. Nova York: Oxford University Press, 2005.

WOLFRAM, Herwig. The Goths in Aquitaine. **German Studies Review**. v.2, n.2, p.153-168. Maio de 1979.

WOOD, I. **The Merovingian Kingdoms 450-751**. New York: Longman, 1994.

_____. The fall of the Western Empire and the end of Roman Britain. **Britannia**, v.18, p. 251-262, 1987.